

Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SERGIPE

Abril | 2021



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Visão integrada do Projeto	4
1.2. Breve histórico sobre a formulação de agendas de desenvolvimento no país	5
1.3. Alguns marcos sobre o processo de desenvolvimento em Sergipe.....	6
2. INSUMOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	8
2.1. Entrevistas	8
2.2. Análise Documental	16
3. ESTUDOS PREPARATÓRIOS DAS CADEIAS PRODUTIVAS: DIAGNÓSTICOS E POTENCIALIDADES	22
3.1. Visão Macroeconômica da Economia Sergipana.....	22
3.2. A Indústria de Sergipe	33
3.3. Agricultura	46
3.4. Aquicultura	57
3.5. Turismo	62
3.6. PIB – Crescimento de Médio e Longo Prazo	72
3.7. Educação	74
3.8. Desenvolvimento Humano	78
3.9 Conclusão – Estudos Preparatórios das Cadeias Produtivas: Diagnósticos e Potencialidades	83
4. PROJEÇÃO DO PIB DE SERGIPE ATÉ 2030	86
4.1 O Contexto de Incertezas da Economia Brasileira.....	86
4.2 Cenários Prospectivos para a Economia Brasileira.....	88
5. PREMISSAS PARA O DESENVOLVIMENTO	99
5.1. Governança.....	99
5.1.1. Geração de Riqueza e Bem-Estar.....	100
5.1.1.1. Segurança como resultado de um ambiente favorável ao desenvolvimento.....	104
5.1.2. Maiores Hiatos para o Desenvolvimento.....	105
5.1.2.1. Sustentabilidade Ambiental enquanto mecanismo de desenvolvimento humano	105
5.1.2.2. Potencial de Mercado limitado à complexidade do parque produtivo	106
5.1.2.3. Inovação como estratégia de complexificação do mercado	109

5.1.3. Poder Executivo Estadual.....	112
5.1.4. Poder Legislativo	121
5.1.5. Poder Judiciário.....	124
5.1.6. Municípios	129
5.1.7. Setor Privado.....	133
5.1.8. Terceiro Setor.....	137
5.1.9. Transparência e Incidência de Corrupção	140
5.1.10. Conclusões	143
5.2 Transformação Digital	145
5.2.1. Introdução	145
5.2.2. Transformação Digital da Economia	146
5.2.3. A Crise Reforça a Importância da Economia Digital.....	148
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES PARA A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SERGIPE	149
6.1. (Muito além do) Planejamento governamental: construindo e governando Agendas de Desenvolvimento em ambientes colaborativos.....	149
6.2. Diretrizes estratégicas	150
6.3. Recomendações para o fortalecimento das cadeias produtivas	151
6.4. Recomendações para a prestação de serviços ao cidadão	152
6.5. Recomendações para a Transformação Digital.....	153
6.5.1. Plano de tecnologia: eixos fundamentais	155
6.6. Recomendações para um novo modelo de governança	159
6.6.1. Quanto às capacidades Institucionais:.....	159
6.6.2. Quanto às relações interinstitucionais:	159
6.7. Próximos passos, a modo de conclusão	160
ANEXO A – Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste: dimensões, eixos e alguns projetos para Sergipe.....	162
ANEXO B – Roteiro das Entrevistas	164
ANEXO C – Lista dos Documentos analisados	165
ANEXO D – Equipe Técnica.....	166

1. INTRODUÇÃO

1.1. Visão integrada do Projeto


A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe contratou a Fundação Dom Cabral para apoio na elaboração de um Plano de Desenvolvimento para o Estado de Sergipe envolvendo múltiplos *stakeholders* articulando conhecimentos do Estado, ou seja, dos Poderes, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, além de conhecimentos advindos de estudos desenvolvidos pela Fundação Dom Cabral. A partir do evento de lançamento, o projeto incluiu as etapas de: levantamento de insumos para a elaboração do Plano (escuta ampliada, análise documental e entrevistas), realização de estudos preparatórios das cadeias produtivas (diagnóstico e potencialidades), definição de premissas para o desenvolvimento (transformação digital e governança colaborativa) e considerações finais (diretrizes e recomendações para a agenda de desenvolvimento). A Figura1, a seguir, mostra a visão integrada do Projeto:

Figura 1. Visão Integrada do Projeto



Fonte: Construção própria

Para os efeitos de elaboração deste documento, foram adotadas concepções de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável que partem da premissa da integração entre o desenvolvimento econômico e social. Isso implica desconcentrar o desenvolvimento para diversas regiões, assim como observar as cadeias produtivas e suas vocações como geradores de oportunidades de investimento e, por conseguinte, como instrumentos de geração de trabalho e renda. Portanto, torna-se essencial a integração das políticas sociais visando




amparar, quando necessário, e desenvolver as capacidades dos indivíduos para aproveitamento das oportunidades de trabalho geradas¹.

1.2. Breve histórico sobre a formulação de agendas de desenvolvimento no país

Os primeiros registros de iniciativas de elaboração de Agendas de Desenvolvimento no país remontam ao Estado Novo sob Vargas, com o Plano Quinquenal de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, de 1939, e o Plano de Obras e Equipamentos, de 1943, na vigência da reforma burocrática, que tinha como propósito a profissionalização da administração pública para operar uma estratégia de desenvolvimento. Em seguida, foram propostos, entre outros: o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes e Energia), em 1948, o Plano de Metas de JK, em 1956, o Plano Decenal de 1967/1976 (1ª tentativa de planejamento de longo prazo) e os PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento. Via de regra, estavam orientados à necessidade de construção de infraestrutura para o esforço de industrialização do país, visando a estratégia de substituição de importações. A década de 80 (considerada a década perdida) se caracterizou por um processo de estagnação da economia e, com isto, o planejamento orientado para o desenvolvimento perdeu relevância, na medida em que as iniciativas no campo passaram a se concentrar em planos de estabilização na busca do equilíbrio macroeconômico e em ações isoladas, fragmentadas, com ênfase no curto prazo, baseadas numa perspectiva meramente orçamentária e sem uma visão estratégica. Com o advento da Constituição Federal de 1988, que passou a exigir a elaboração do tripé: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e, em seguida, com o advento da reforma gerencial de 95 (que enfatizava a melhoria da eficiência operacional e a gestão orientada para resultados), o planejamento governamental ganhou novo impulso, ainda que pouca ênfase tenha sido dada à perspectiva de longo prazo.

No atual período, o planejamento governamental voltou a ganhar relevância e passou a adotar uma nova perspectiva em linha com a abordagem contemporânea da governança pública a partir de inovações introduzidas pelo governo federal, governos estaduais e alguns municípios, especialmente no que diz respeito ao caráter participativo na formulação dos PPAs, a ênfase na dimensão territorial e nos mecanismos de gerenciamento de programas. Outra característica marcante do período é que as iniciativas recentes no campo do planejamento governamental no país colocam em relevo a emergência de um novo padrão que tem como característica marcante o protagonismo compartilhado entre os entes federados, diferentemente do padrão tradicional baseado quase sempre na hegemonia do centro. Atualmente, merece destaque as experiências levadas a cabo pelos estados que

¹ Extraído de Melo Mendes, Gilmar. Desenvolvimento sustentável – uma abordagem integradora. FDC, julho de 2020




seguem trajetórias peculiares como consequência das mudanças nos cenários político, econômico e social e cada vez mais se destacam pelas inovações introduzidas e pelo seu compartilhamento. Para isto, foi decisivo o papel dos Conselhos que reúnem os secretários estaduais de planejamento, de fazenda e de administração (respectivamente CONSEPLAN, CONFAZ e CONSAD) e dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão na disseminação e troca de experiências. Estas iniciativas buscam resgatar a perspectiva de longo prazo nas suas formulações estratégicas (baseadas em estudos de cenários) e, ao mesmo tempo, a contratualização de resultados e a adoção de modelos de gerenciamento intensivos voltados para fortalecer a capacidade de implementação da estratégia.

1.3. Alguns marcos sobre o processo de desenvolvimento em Sergipe

No caso do Estado de Sergipe, vale a pena destacar alguns marcos relacionados a tentativas de construção de agendas de desenvolvimento e de reestruturação da atividade produtiva²:

- Década de 50 baseado em capital local e incentivos fiscais com poucas mudanças relevantes na diversificação da produção nem na estrutura produtiva (em 1960, a agropecuária representava 24% do PIB e a indústria, 6%).
- Nas décadas seguintes, uma segunda grande oportunidade aconteceria numa escala muito maior de investimentos, que resultou da confluência de diferentes fatores, dentre eles a criação da SUDENE, em 1959, a implantação da Petrobrás em Sergipe, em 1963, e a crise do petróleo, em 1973. Entretanto, foi com o II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974-1978, cujo objetivo central era de incentivar a produção de bens intermediários no país, que Sergipe se beneficiou em razão dos investimentos e créditos federais, consolidando um processo de mudança da base produtiva, através da industrialização.
- Na metade da década de 1970, a indústria passou a ser a força motriz do crescimento sergipano, com forte presença do capital estatal federal. O Estado escolheu um caminho tendo como base os setores tradicionais (alimentos, bebidas, vestuário, calçados), com pouca capacidade de difusão tecnológica e sem viés exportador, diferentemente de outros estados como Pernambuco, Ceará e Bahia, que usaram o financiamento público para a diversificação de suas indústrias (instalando setores completos de bens de consumo duráveis) inseridos no circuito brasileiro. A indústria sergipana ficou fortemente concentrada num único setor, extração de petróleo e gás.
- Na década de 1980, com a crise financeira do País e aumento da inflação, o apoio do setor público à dinamização da economia foi drasticamente reduzido, fazendo com que os Estados optassem por políticas mais independentes, sobressaindo regiões/atividades mais diversificadas com viés exportador. Com a substituição do petróleo importado, a

² Ver: Anuário socioeconômico de Sergipe, publicação anual do Grupo de Pesquisa em Análise de Dados Econômicos vinculado ao Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe, novembro de 2019



economia sergipana foi beneficiada, gerando crescimento do PIB no período superior à média nacional.

- Já nos anos 90, com a abertura financeira e comercial e a redução das alíquotas de importação, o PIB estadual cresceu menos que o do país e também houve a interrupção do Governo Federal como agente fomentador do desenvolvimento. Entretanto, o mais marcante foi a mudança da estratégia da Petrobras, que tornou irreversível o caminho de exploração em águas profundas. Com isto, a produção de petróleo foi 20% menor do que o da década anterior. Vale destacar que o novo modelo de desenvolvimento provocou uma queda de desempenho nos demais setores produtivos ao exigir maior eficiência e integração aos fluxos comerciais e financeiros internacionais. Como resposta, foi elaborado o Plano Sergipano de Desenvolvimento Industrial orientado para a atração de investimentos via incentivos fiscais.
- Na década de 2000 até os dias de hoje, o PSDI manteve-se preso aos mecanismos tradicionais de incentivos fiscais. Diferentemente de outros estados (como BA, CE e PE), não houve aperfeiçoamentos significativos na política de atração de indústrias, objetivando. O crescimento foi retomado menos por conta do PSDI e mais decorrente de um novo minissurto de crescimento, dessa feita, resultante do *boom* de *commodities*.

Por fim, vale destacar a iniciativa da SUDENE de elaboração, em 2019, do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste³, que tem como ideia-força a de intervir de forma inteligente sobre a região, tirando proveito de sua rica e singular diversidade, aplicando um duplo olhar: o do enfrentamento de suas fragilidades, ancorado num passivo econômico e social, e o do aproveitamento de suas potencialidades a partir da apropriação sistemática de capacidades habilitadoras nas várias dimensões do desenvolvimento. O documento propõe diretrizes para cinco dimensões e estabelece foco de atuação em seis eixos com projetos e iniciativas específicas para o Estado de Sergipe (Ver Anexo A).

³ Ver Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. SUDENE. Recife, julho de 2019



2. INSUMOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO

O Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe, proposto no presente relatório, foi desenvolvido a partir de três fontes principais de insumos: entrevistas, análise de documentos e dados. As entrevistas foram realizadas com *stakeholders* relevantes do Estado e buscaram captar de forma qualificada os principais desafios, projetos em andamento e expectativas em relação ao Plano. A análise de documentos foi feita a partir de documentos fornecidos pelos entes públicos e privados do Estado visando alinhar o Plano com direcionadores em andamento. Além desse levantamento, soma-se uma análise robusta utilizando dados secundários para a realização de um diagnóstico e indicação de linhas de desenvolvimento para o Estado. Essas três fontes se complementam e reforçam a abrangência e o diferencial desse Plano construído a partir de múltiplas perspectivas.

2.1. Entrevistas

As entrevistas foram desenvolvidas em duas rodadas em que foram ouvidos representantes dos principais Poderes do Estado, do setor produtivo e da sociedade civil organizada. Foram realizadas entrevistas com cerca de 65 atores estratégicos do Estado de Sergipe, visando levantar informações relevantes e legitimar o processo de análise ao alinhar os objetivos do projeto e envolver os principais *stakeholders*.

Entre os dias 10 e 11 de dezembro/2019, foram entrevistados cerca de 50 atores estratégicos e, em março de 2020, outros 20, dentre eles o Governador do Estado e o Presidente da Assembleia Legislativa.

Esta etapa de entrevistas contemplou a dedicação de 5 dias com a participação de pelo menos dois especialistas da Fundação Dom Cabral, que seguiram um roteiro semiestruturado (Anexo B), ou seja, as perguntas poderiam ser ajustadas de acordo com as respostas fornecidas pelos entrevistados. Isso permitiu captar as especificidades de cada entrevistado, ao mesmo tempo em que também facilitou a consolidação das respostas de todos os atores. O objetivo foi valorizar a diversidade dos perfis e a transversalidade das áreas de atuação dos atores entrevistados.

A Tabela 1, a seguir, demonstra uma consolidação das entidades representadas nas entrevistas e principais cargos.

Tabela 1. Consolidação das Entidades Entrevistadas

ENTIDADE	CARGO
SEFAZ	Governador
SEAD	Secretários
CASA CIVIL	Superintendente
BANCO DO BRASIL	Presidente de Associações
BANCO DO NORDESTE	Reitores
FECOMERCIO	Presidentes de Entidades
SINDICATOS	
É DE SERGIPE	
CODISE	
CDL	
CODEVASF	
FIES	
CRC	
PETROBRAS	
SERGAS	
ADEMA	
ADESO	

Fonte: Construção própria

De uma forma geral, as respostas apresentadas foram ricas em informações e serviram bem ao propósito de auxiliar na identificação dos gargalos e potencialidades existentes no Estado.

O roteiro orientador buscou entender pela ótica dos entrevistados o contexto histórico do Estado, o momento atual, os desafios e oportunidades para o futuro. Após a etapa de coleta de dados, ocorreu a síntese dos registros a fim de gerar *insights*, identificar novas oportunidades e alavancagem de negócios.

A Figura 2, a seguir, representa uma consolidação dos principais achados das entrevistas, considerando o histórico do Estado, o contexto atual e perspectivas futuras.



Resultados

Após a realização das entrevistas, foi feita uma categorização para identificar oportunidades, gargalos e desafios estruturais para o Estado de Sergipe.

Os insumos coletados – qualitativos – passaram por uma análise de conteúdo em que foram categorizados em (1) Vocações, (2) Limitadores e (3) Potencialidades.

Vocações

A economia do Estado de Sergipe é baseada na indústria extrativista, com foco no petróleo, se desenvolvendo a reboque da Petrobras. Parte expressiva do PIB do Estado está fundamentado na indústria extrativista. Foi relatado pelos entrevistados que o Estado possui grande especialização na exploração de óleo, gás e fertilizantes. Outro fator ressaltado foi a posição geográfica na região Nordeste e o tamanho do Estado como indutor de iniciativas de escala.

A partir das entrevistas, é possível fazer uma síntese das principais vocações mencionadas:

- Exploração de recursos minerais
- Fontes em jazidas de cimentos
- Cadeias Produtivas
 - Milho
 - Coco
 - Laranja
 - Mandioca
 - Calçados
 - Têxteis
 - Confeções
- Exploração extrativista
 - Óleo
 - Gás
 - Fertilizantes
- Potencial logístico
 - Tamanho Geográfico

- 
- PIB
 - 50% do PIB é sustentado pela indústria extrativista

Limitadores

Os entrevistados relataram diversos fatores que limitam o desenvolvimento e a competitividade do Estado. Diversos pontos foram convergentes, evidenciando a necessidade de um plano integrado de desenvolvimento para o Estado. De forma unânime, todos os atores relataram que o processo de desinvestimento da Petrobras e a queda da construção civil impactaram na economia do Estado. Os representantes do setor produtivo foram uníssonos ao afirmar que o ambiente de negócios no Estado de Sergipe não é competitivo e atrativo. Diversos limitadores foram apontados, com destaque para: o excesso de burocracia para fomento do empreendedorismo; alta burocracia para obtenção de crédito por partes de pequenos empreendedores.


De forma complementar, todos os entrevistados ressaltaram a falta de investimento por parte do poder público como forma de estimular a economia, seja por obras públicas ou compras governamentais. Os entrevistados reforçaram a necessidade de uma reforma da matriz tributária do Estado, focando os incentivos fiscais em vocações com o objetivo de equalizar a guerra fiscal entre o Estado de Bahia e Alagoas.

A infraestrutura logística do Estado foi apontada como um limitador do desenvolvimento de plantas industriais e escoamento da produção. Dentre os pontos apresentados, foi ressaltada a necessidade de duplicação da BR-101 e BR-235, interligação ferroviária ao porto, com o objetivo de alavancar o fluxo comercial.

O setor turístico foi apontado como grande futuro indutor da economia do Estado, todavia diversos fatores impactam no desenvolvimento do setor no Estado, como: Falta de Planejamento Estratégico para o Setor, Investimentos prioritários e insegurança jurídica.


A partir das entrevistas, é possível fazer uma síntese dos principais limitadores mencionados:

- Turismo
 - Falta de plano estratégico para o setor turístico;
 - Falta de investimento no setor turístico;
 - Barreiras legais com IPHAN e IBAMA;
 - Parceria com empresas de turismo para atrair a região;
 - Insegurança jurídica para exploração do litoral.

- 
- Infraestrutura
 - Falta de Duplicação da BR 101;
 - Falta de Duplicação da BR 235;
 - Baixa utilização do Porto;
 - Falta de interligação ferroviária ao porto;
 - Fomento da Atividade aeroportuária.

 - Ambiente de Negócios e Estado
 - Planos estratégicos não executados;
 - Guerra fiscal entre Bahia e Alagoas;
 - Melhorar a matriz de isenção tributária no estado;
 - Melhorar a competitividade tributária;
 - Recuperação fiscal para retomada do investimento público;
 - Recuperação da capacidade de gestão do Estado;
 - Excesso de burocracia para fomento do empreendedorismo:
 - Empresas não têm projetos para conseguir financiamentos para ampliação do negócio;
 - Alta burocracia na concessão de crédito pelos bancos da região;
 - Empresas não capacitadas em gestão e inovação.
 - O Estado não possui capacidade de produzir produtos com valor agregado em escala, apenas produtos agrícolas.

 - Petrobras
 - Extração de óleo e gás em Sergipe se dá em terra e águas rasas:
 - As extrações de petróleo em águas rasas e terra está em processo de desinvestimento por parte da companhia;
 - A extração em áreas de águas rasas é de difícil produção e de alto custo;
 - Águas rasas têm menor atratividade para exploração. A área não é rentável, pois o custo de produção é elevado.
 - O volume de produção de petróleo não é grande no Estado;
 - As atividades de exploração em Piracema serão descontinuadas;

- 
- A produção no Estado caiu, pois a estratégia da companhia é de extrair em águas profundas. Em Sergipe, a produção é em água rasa;
 - Carmópolis poderá ser descontinuada no longo prazo;
 - A extração de petróleo em águas profundas no Estado será descontinuada;
 - Não vincular a exploração de óleo e gás à dependência da Petrobras. É preciso abrir mercado.

Potencialidades


De forma unânime, o setor turístico foi apresentado como grande atividade capaz de gerar riqueza e renda de forma rápida para o Estado. Diversos entrevistados afirmaram que Sergipe precisa descobrir sua vocação turística, algo que complemente os parceiros de fronteira – Bahia e Alagoas. O turismo histórico, ecoturismo e turismo de negócio foram apresentados como potências que podem ser exploradas.

A matriz energética é algo que está no “DNA” do Estado. Diversos atores apontaram que a exploração do gás será a principal engrenagem que movimentará a economia nos próximos anos. Essa cadeia tem grande importância, pois tem condições de colocar Sergipe como o principal produtor e exportador de gás do Brasil. Além disso, coaduna com a especialização e vocação do Estado para a atividade, atraindo empresas impactadas direta e indiretamente na cadeia de produção.

A partir das entrevistas, é possível fazer uma síntese das principais potencialidades mencionadas:

Turismo

- Turismo Histórico
 - Museus
 - Grupos Folclóricos
 - Religioso
- Eco Turismo
 - Mangues
 - Rios
 - Dunas
- Projeto Linha Azul

- 
- Interliga o litoral sergipano a Alagoas
 - Matriz energética
 - Ser o grande produtor e exportador de gás do Brasil:
 - Baratear o gás e diminuir o custo para empresas.
 - Ser exportador de gás para região nordeste;
 - Exploração de energia eólica;
 - Exploração de energia solar.

Desenvolvimento Industrial

- Piso e cerâmica;
- Produção de camarão;
- Desenvolvimento de indústria automobilística, com foco em energia solar e elétrica;
- Desenvolvimento da cadeia do PVC;
- Exploração da soda cloro;
- Retomada da FAFEN.

Logística


- Duplicação da BR 101
- Duplicação da BR 235

Ambiente de Negócios

- PMI:
 - Ceasa Itabaina
 - Centro de Convenções
 - Malha Viária
 - Adeso
- Lançamento de Editais de PPP's.

Extração de Óleo

- Para a Petrobras, o foco de exploração é o campo de terra em Sergipe, capacidade de produção a longo prazo;
- Cirizinho;

- 
- Riachuelo;
 - Mato Grosso.

Exploração de óleo em águas ultraprofundas para produção de longo prazo no Estado entre 2020 e 2030

Qualidade do petróleo em Sergipe

- Área com alta qualidade;
- Presença significativa de gás nos campos;
- A expectativa de gás é real e concreta;
- Possibilidade de exploração da FARFAN.

2.2. Análise Documental


Durante as entrevistas e como complemento a elas, foram identificados documentos relevantes para serem analisados pela equipe FDC, tendo como premissas compreender e assimilar iniciativas realizadas e em andamento que possuem alinhamento com o plano. A lista completa dos documentos analisados se encontra na tabela anexa ao documento (Anexo C).

DOCUMENTO 1. ANUÁRIO SOCIOECONÔMICO DE SERGIPE. NOVEMBRO DE 2019

Trata-se de uma publicação anual do Grupo de Pesquisa em Análise de Dados Econômicos vinculado ao Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe, que tem como objetivo traçar um panorama da economia sergipana através de indicadores socioeconômicos do Estado e de seus municípios para subsidiar ações dos setores público e privados do Estado.

No Editorial, a partir da indagação sobre as escolhas que levaram o Estado à situação atual, o documento destaca que “os indicadores apontam um cenário de estagnação e retrocesso, em que baixos padrões de desempenho e qualidade convivem com algumas ilhas de prosperidade e excelência, ... que no passado recente, pode-se identificar uma combinação de fatores externos desfavoráveis... e que é temerosa a *ausência de escolhas estratégicas* para explorar oportunidades e neutralizar ou minimizar ameaças externas”.

No capítulo Destaque, com relação à economia, o estudo reflete sobre a armadilha da pobreza como impedimento à retomada do crescimento. São apresentados para o Brasil e para Sergipe, dentre outras, informações e análises sobre a evolução e variação do PIB (com seus componentes).



Em seguida, em Sinopse são analisados os principais indicadores socioeconômicos de Sergipe (PIB, agricultura, pecuária, indústria, petróleo e gás, eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, construção, comércio, serviços, administração pública, comércio exterior, energia elétrica, força de trabalho, rendimentos, domicílios, aspectos demográficos, educação, saúde, violência, desenvolvimento humano, pobreza e desigualdade).


O capítulo final apresenta Dados Comparados dos 75 Municípios de Sergipe, a partir de uma nova territorialização realizada em 2007 pelo Governo do Estado em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, baseada nas características geoambientais econômicas, sociais e culturais dos municípios. Essa classificação formou 8 territórios: Alto Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Leste Sergipano, Agreste Central Sergipano, Sul Sergipano, Centro Sul Sergipano e Grande Aracaju.

DOCUMENTO 2. PLANO ESTRATÉGICO DO GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE 2019 A 2022

O Plano é apresentado como uma ferramenta de gestão essencial para que o Governo do Estado promova o alinhamento estratégico em todos os níveis da Administração Pública, possibilitando que a alta liderança tenha um processo de tomada de decisão mais rápido e qualificado, que os projetos sejam mais consistentes e que a ação pública entregue resultados mais efetivos para a sociedade. Trata-se do primeiro passo para a implantação de um novo modelo de governança para orientar a gestão no período 2019/2022 e está organizado em quatro partes.

Na primeira parte, é apresentada a descrição da metodologia utilizada, cuja premissa fundamental é a de envolvimento das lideranças máximas do Governo, a saber: o Governador do Estado, a Vice-Governadora e os diversos Secretários de Estado, de forma a que o planejamento reflita as prioridades definidas, os principais desafios identificados pelo Governo com base numa análise ambiental, explorando os pontos fortes e as oportunidades e enfrentando os pontos fracos e as ameaças do contexto de atuação do Estado. Importante destacar que o processo de planejamento estratégico não se limita à elaboração de um documento. Ao contrário, é um processo contínuo e dinâmico, estendendo-se durante toda a gestão, envolvendo ações sistematizadas e periódicas de monitoramento e avaliação do que foi desenhado (ações, indicadores e metas) e possível revisitação desse desenho, readequando projetos, ações, metas e indicadores, caso se verifique necessário.

Em seguida, o documento faz reflexões sobre Sergipe no Século XXI: Expansão, Crise e Reposicionamento da Estratégia de Desenvolvimento Econômico. Inclui apreciações sobre a Especialização Estadual; Sergipe no Ciclo de Crescimento (evoluções setoriais: setor




agropecuário, atividades industriais, a indústria extrativa mineral, a reconfiguração da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, a indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil e o setor de serviços); sobre o Reposicionamento Estratégico (fatores de curto e médio prazos, fatores portadores de futuro e os novos fatores do desenvolvimento); sobre o Desenvolvimento Territorial: A Interiorização da Infraestrutura, da Educação de Qualidade e do Emprego e Renda.

Também é apresentado um Diagnóstico Estratégico incluindo o exame das Contas Públicas e análise da situação socioeconômica.

Por fim, o documento propõe as bases fundamentais da Identidade Estratégica, que sustenta todo processo de gestão organizacional, que compreende:

- Missão do Governo de Sergipe: Trabalhar para que Sergipe volte a crescer, por meio do saneamento das finanças públicas, garantindo serviços públicos de qualidade e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico sustentável em todo o Estado.
- Visão do Governo de Sergipe: Sergipe estará preparado para o futuro, por meio da modernização da gestão e do resgate do equilíbrio financeiro, garantindo serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública.
- Carta de Valores do Governo de Sergipe:
 - Defendemos a ÉTICA e a TRANSPARÊNCIA, adotando condutas baseadas na integridade, honestidade e probidade para a preservação do interesse público, além de promover o amplo acesso às informações e às decisões governamentais de forma clara, objetiva e tempestiva
 - Buscamos permanentemente a EFICIÊNCIA, atingindo resultados positivos, por meio da utilização racional e produtiva dos recursos disponíveis.
 - Atuamos com PROATIVIDADE, ampliando nossa capacidade de agir com iniciativa, de forma diligente e prestativa, antecipando-nos aos problemas e superando as expectativas.
 - Temos dedicação permanente e responsável na execução da nossa missão e COMPROMETIMENTO com políticas públicas que promovam resultados efetivos para a população.

Esse conjunto de enunciados é, em seguida, desdobrado num Mapa Estratégico contendo 20 Objetivos organizados nas Perspectivas de Resultados para a Sociedade, Modernização da Gestão e Finanças e Orçamento. Cada Objetivo contém estratégias, indicadores/marcos, meta agregada com linha de base e resultados esperados no horizonte 2019-2022. Vale destacar



que o Plano faz um cotejamento dos Objetivos do Mapa Estratégico com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

DOCUMENTO 3. RETOMANDO A ECONOMIA COM RESPONSABILIDADE: COMPROMISSO DE SERGIPE

Documento elaborado pela Secretaria de Estado Geral de Governo que orienta a retomada econômica segura. Estabelece as seguintes premissas:

- Rigor técnico e científico
- Retomada gradual e responsável
- Ação coordenada entre poder público, setores produtivos e população
- Monitoramento contínuo
- Caráter dinâmico
- Comunicação e transparência

Organiza as ações a partir de dois pilares: Sistema de Saúde (disseminação da doença e capacidade do sistema de saúde) & Economia e Sociedade (protocolos sanitários, engajamento do cidadão e abordagem regional).

É apresentada a evolução dos leitos (UTI e enfermaria), distribuição, critérios para agrupamento das fases e condições para a progressão (com especificação de indicadores).

Em seguida, é mostrada a fase atual e detalhadas as fases para a abertura no território.

Ao final, são feitas recomendações gerais e específicas para cada setor da economia e detalhado o protocolo elaborado pela Secretaria Estadual de Saúde.

DOCUMENTO 4. DECRETO Nº 40.615 DE JUNHO DE 2020

Reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual, institui o Sistema de Distanciamento Social Responsável – SDSR, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo coronavírus – Covid-19, no âmbito do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

O Título I trata da implantação do sistema de distanciamento social responsável, contendo disposições gerais, medidas sanitárias, fases do distanciamento, fiscalização, regras de etiquetas sanitárias, notificação compulsória. Título II – Disposições Finais, trata de recomendações municipais.



DOCUMENTO 5. BOLETIM DE IMPACTO NA ECONOMIA SERGIPANA

Elaborado pela Secretaria de Fazenda com o objetivo de informar sobre as consequências da pandemia na economia do Estado a partir de estudos comparativos em relação a outros períodos com base nos dados de emissão de notas fiscais.

No capítulo 1, Análise da Economia, o estudo compara quantidade e valor médio das notas emitidas em 2019 e 2020. Já o capítulo 2 faz um comparativo de setores da economia com outros períodos. E, finalmente, o capítulo 3 mostra a evolução das vendas de combustíveis.

DOCUMENTO 6. CONEXÃO DO TERMINAL DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO

Trata-se de documento elaborado conjuntamente pela TAG – Transportadora Associada de Gás e pela CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S/A e encaminhado à Agência Nacional do Petróleo, propondo alternativas legais e regulatórias acerca da possibilidade de interligação do terminal de GNL da CELSE (“TRCElse”) à malha de transporte da TAG à luz das normas regulatórias vigentes.

As signatárias informam que contrataram escritório de advocacia para elaboração de parecer acerca do projeto de construção de gasoduto que conectaria o TR-CElse às instalações de transporte da TAG, viabilizando acesso de nova fonte de oferta de gás natural para os agentes de mercado. Destacam ainda que as novas ofertas de gás, incluindo terminais de regaseificação de GNL, possuem uma importante função no sistema de gás brasileiro, trazendo flexibilidade, segurança de suprimento e competitividade para consumidores na molécula de gás. Entretanto, para que essa solução possa chegar aos mercados nacionais, o terminal deve estar conectado à rede de transporte através de uma nova instalação ou um duto integrante ao terminal.

Esse investimento é de suma importância para a economia do Estado de Sergipe, para a segurança de abastecimento da região Nordeste, para a abertura e desenvolvimento do mercado integrado nacional, atendendo ainda à oportunidade futura de conexão de uma rota de gás advinda da exploração *offshore* na bacia Sergipe-Alagoas.



DOCUMENTO 7. GÁS & PRODUÇÃO NACIONAL DE FERTILIZANTES

Ofício encaminhado pelo Deputado Federal Laércio Oliveira ao Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), manifestando disposição de abrir discussão sobre estratégia (a ser encaminhada ao Governo Federal) sobre o tema de forma a reduzir dependência de importações. O documento defende a isonomia tributária entre o produto importado e o nacional, de forma a possibilitar uma concorrência salutar, proporcionando redução no seu custo para o setor agrícola. Destaca que o gás natural é um insumo que tem relevância no custo de produção dos fertilizantes, e com as perspectivas de abertura deste mercado e o aumento de oferta tanto do gás natural nacional como do GNL importado, poderemos também ter um ganho expressivo no custo da produção nacional.

DOCUMENTO 8. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Documento elaborado pelo Governo do Estado, no âmbito do Avança Sergipe, que trata do impacto econômico da pandemia no Brasil, (quedas no PIB, no consumo das famílias e na Formação Bruta de Capital Fixo). Como consequência, em Sergipe, essa retração econômica causou a perda de mais de 15.000 postos formais de trabalho, entre janeiro/julho/2020. (CAGED), chegando a mais de 70 mil, se considerado o setor informal.

O Programa tem como objetivo avançar a recuperação da economia sergipana no momento posterior às medidas de isolamento social e de restrição ao funcionamento de setores econômicos. A expectativa é a de que o governo injete cerca de R\$1,2 bilhão na economia com as seguintes linhas de ação:

1. Crédito para as empresas e para os consumidores
2. Flexibilização Tributária
3. Aceleração do Investimento Público
4. Estímulo aos Setores mais atingidos
5. Proteção à população mais vulnerável
6. Melhoria na Rede Estadual de Educação e Saúde



3. ESTUDOS PREPARATÓRIOS DAS CADEIAS PRODUTIVAS: DIAGNÓSTICOS E POTENCIALIDADES

3.1. Visão Macroeconômica da Economia Sergipana

Em 2019, Sergipe concentrava aproximadamente 1,094% da população brasileira. Essa participação vem aumentando ao longo dos anos, sendo que no ano 2000 a participação era de 1,054% e deve chegar a 1,107% em 2030, segundo estimativas do IBGE.

A distribuição etária segue o padrão de envelhecimento observado no restante do país, embora o momento que o Estado se situa, assim como os demais do Nordeste, seja distinto ao da média nacional. No ano 2000, 34,2% da população estadual tinha até 14 anos de idade, 60,7% tinha de 15 a 64 anos e apenas 5,1% eram de pessoas com 65 ou mais anos de idade. Em 2020, a distribuição etária estimada é muito diferente – 22,4%, 69,9% e 7,7%, respectivamente – e irá se alterar ainda mais até 2030, quando se projeta que 19,9% da população terá até 14 anos de idade, 69,5% situará entre 15 e 64 anos e 10,6% terá idade igual ou superior a 65 anos.

A mudança na estrutura demográfica ocorre em função da redução na taxa de fecundidade e também devido à elevação da expectativa de vida da população. Essas alterações são captadas pelas taxas de crescimento distintas do contingente populacional das diferentes faixas etárias. Por exemplo, a população até 14 anos vem declinando, tanto no Brasil como em Sergipe, há bastante tempo. Em 2002, as quedas foram, respectivamente, de 0,78% e 0,83%. Para 2020, projeções apontam para variações de -0,37% e -0,44%. No caso do grupo que concentra a maior parcela da população em idade atividade, 15 a 64 anos de idade, o crescimento estadual tem suplantado o nacional, sendo que para 2020 espera-se crescimento de 0,66% no Brasil contra 1,00% em Sergipe. Estima-se que em 2030 o crescimento será de 0,23% e 0,41%, respectivamente.

Em 2017, apesar de Sergipe ter 1,09% tanto do total da população brasileira como da população entre 15 e 64 anos, o PIB estadual representava 0,62% do nacional. O PIB *per capita* daquele ano, a valores de 2016, foi de 17 bilhões de reais, equivalente a 57% do PIB *per capita* nacional.



Distribuição do PIB estadual

A Tabela 2 mostra a distribuição do valor agregado (VA) sergipano, considerando médias de 2010 a 2013 e de 2014 a 2017. Em ambos quadriênios, a participação da agropecuária foi bastante similar, 5,6% e 5,2%, respectivamente. A indústria sofre grande alteração, passando de 28,7% para 21,6%, mudança provocada pelo intenso declínio da participação da indústria extrativa no VA, de 7,5% para 3,1%, e por movimento similar nos serviços industriais e de utilidade pública (SIUP), que abrangem geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação. A indústria da construção reduziu levemente sua contribuição, passando de 8,1% para 7,3%, coincidindo com movimento similar ocorrido no intervalo de 2014 a 2017 em nível nacional (6,4% para 5,3%), período recessivo ou de baixo crescimento econômico em que ocorreu retração nos investimentos.

A menor participação da indústria ocasionou elevação na participação do valor agregado de serviços (de 65,7% para 73,2%), que tende a ser menos volátil nos ciclos econômicos. Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, que já representavam a maior fração do VA sergipano em 2010-2013, tiveram a participação aumentada para 28% na média de 2014-2017. Essa elevação deve-se à relativa constância desses itens no valor agregado de qualquer localidade, fazendo com que sua participação aumente em ciclos recessivos e reduza em momentos de grande expansão das demais atividades econômicas.

Ainda sobre a participação das atividades ligadas à administração pública, vale registrar que a contribuição delas para o valor adicionado de Sergipe é bem superior ao verificado no país: 16,2% em 2010-2013 e 17,2% em 2014-2017. Contudo, estados do Norte, Nordeste e municípios mais pobres costumam ter participação elevada das atividades relacionadas à administração pública. Isso ocorre porque em todas localidades há uma infraestrutura mínima de serviços públicos, enquanto atividades produtivas de outros setores variam de acordo com a intensidade econômica da região. Naquelas em que o setor produtivo contribui mais pujantemente, o setor público apresenta menor participação no valor adicionado, o oposto ocorrendo quando o setor produtivo é menos intenso. Assim, não se pode traçar relação de causalidade entre a participação do setor público no valor agregado da localidade e a intensidade econômica do restante das atividades produtivas, pois a correlação negativa entre ambas retrata um efeito composição e a presença mínima de atividades da administração pública.

Tabela 2. Distribuição do Valor Adicionado Bruto sergipano – médias de 2010 a 2013 e 2014 a 2017 (%)

Setor	Média 2010 a 2013	Média 2014 a 2017
Agropecuária	5,6	5,2
Indústria	28,7	21,6
• Extrativa	7,5	3,1
• Transformação	6,4	6,6
• SIUP*	6,6	4,7
• Construção	8,1	7,3
Serviços	65,7	73,2
• Comércio e reparação de veículos e motocicletas	11,6	12,1
• Transporte, armazenagem e correio	3,2	2,9
• Alojamento e alimentação	2,2	2,7
• Informação e comunicação	1,1	1,5
• Ativ. financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,5	3,8
• Atividades imobiliárias	7,9	9,1
• Admin., defesa, educ. e saúde públicas e seguir. social	25,9	28,0
• Educação e saúde privadas	4,0	4,6
• Outras atividades de serviços	7,4	8,4

Fonte: IBGE.

Nota: *SIUP refere-se a serviços industriais e de utilidade pública: geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Conforme já analisado, houve forte redução na participação da indústria extrativa na geração de valor adicionado de Sergipe. Isso ocorreu principalmente devido à redução na exploração de petróleo. Conforme será visto mais adiante, as atividades de exploração e extração de petróleo e gás contribuíram, em 2013, com 33,8% do valor da transformação industrial do Estado. É, assim, de longe a atividade econômica mais relevante, mas que sofreu forte declínio desde 2012, diminuindo assim sua participação no valor adicionado sergipano. Mais detalhes sobre essa dinâmica serão explorados adiante.

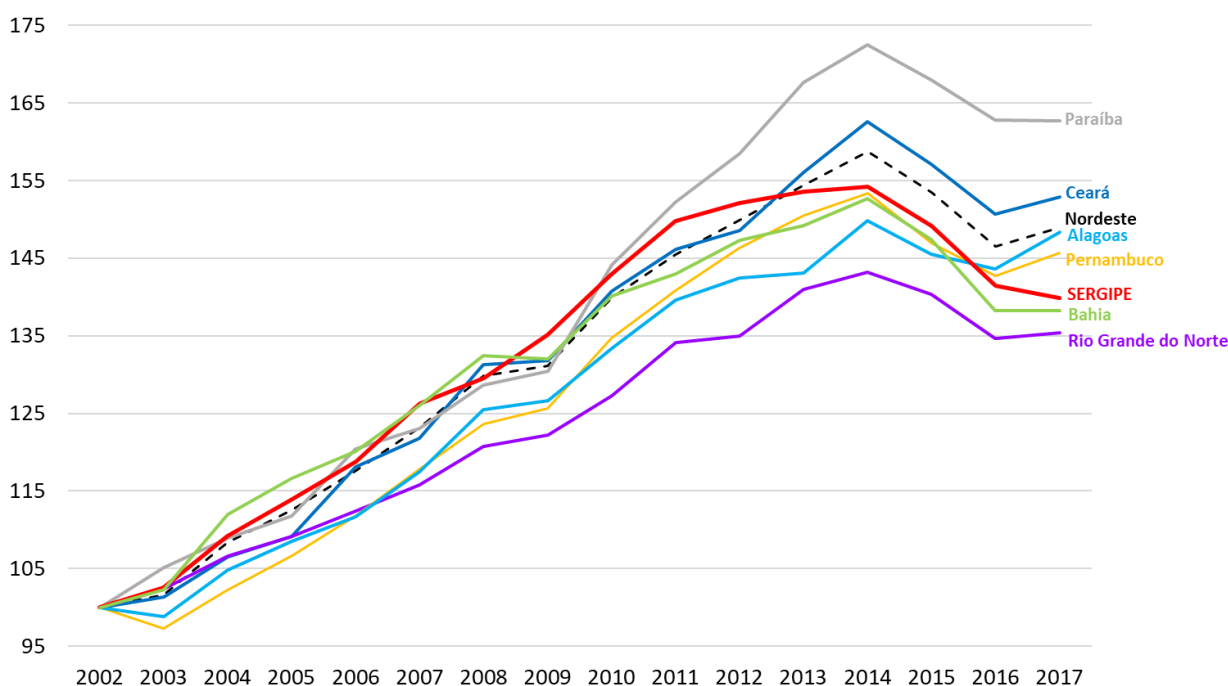
Evolução cíclica do PIB Sergipano

O objetivo dessa seção é analisar o comportamento da economia sergipana ao longo dos anos desde 2002, primeiro ano com a nova revisão metodológica do cômputo do PIB pelo IBGE. A fim de tornar a análise mais informativa, gráficos são apresentados para permitir comparação com o desempenho do Brasil, do Nordeste e de alguns de seus estados. Essa estratégia permite uma melhor contextualização, pois diversos ciclos de expansão e recessão são comuns aos estados, que seguem a trajetória nacional.

A Figura 3, a seguir, mostra a evolução do PIB de Sergipe, do Nordeste e de alguns estados da região para o intervalo de 2002 a 2017. Os valores apresentados são números índices de volume, tendo sido feita normalização, de forma que em 2002 todos apresentam o mesmo valor, igual a 100. Essa estratégia permite melhor comparação do ocorrido ao longo dos anos.

O ciclo econômico comum aos estados é bastante nítido, refletindo idêntico padrão ao observado no PIB nacional: crescimento de 2002 a 2014, recessão até 2016 e lenta recuperação a partir de 2017. Também observa-se que, até 2011, a evolução do PIB sergipano foi destaque, junto com o da Paraíba, perdendo fôlego a partir de então e tendo tido, entre 2014 e 2017, o segundo pior desempenho entre os estados nordestinos, com queda de 9,3%, resultado melhor apenas ao da Bahia (-9,4%).

Figura 3. Evolução do PIB de SE e estados selecionados do Nordeste, 2002-2017.
(Índice: 2002 = 100)

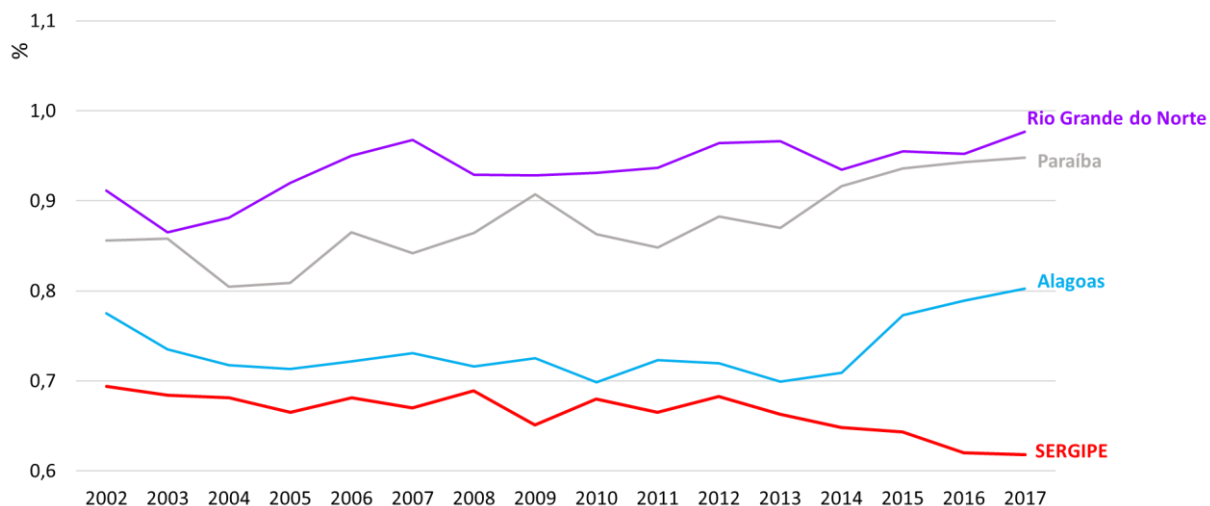


Fonte: IBGE, construção própria.

Apesar de ter sentido mais intensamente a crise de 2014 se comparado aos demais estados nordestinos, qual terá sido o desempenho em relação ao país? A Figura 4, a seguir, em que é exposta a evolução da participação de Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas no PIB nacional, ajuda a responder a essa pergunta. De 2002 a 2012, a contribuição de Sergipe, embora tenha oscilado de forma errática, declinou suavemente. Contudo, a partir de 2013, o ritmo de retração se intensificou, tendo a participação saído de 0,68%, em 2012, para 0,62%, em 2017. Interessante observar que a contribuição de Alagoas teve dinâmica bastante similar

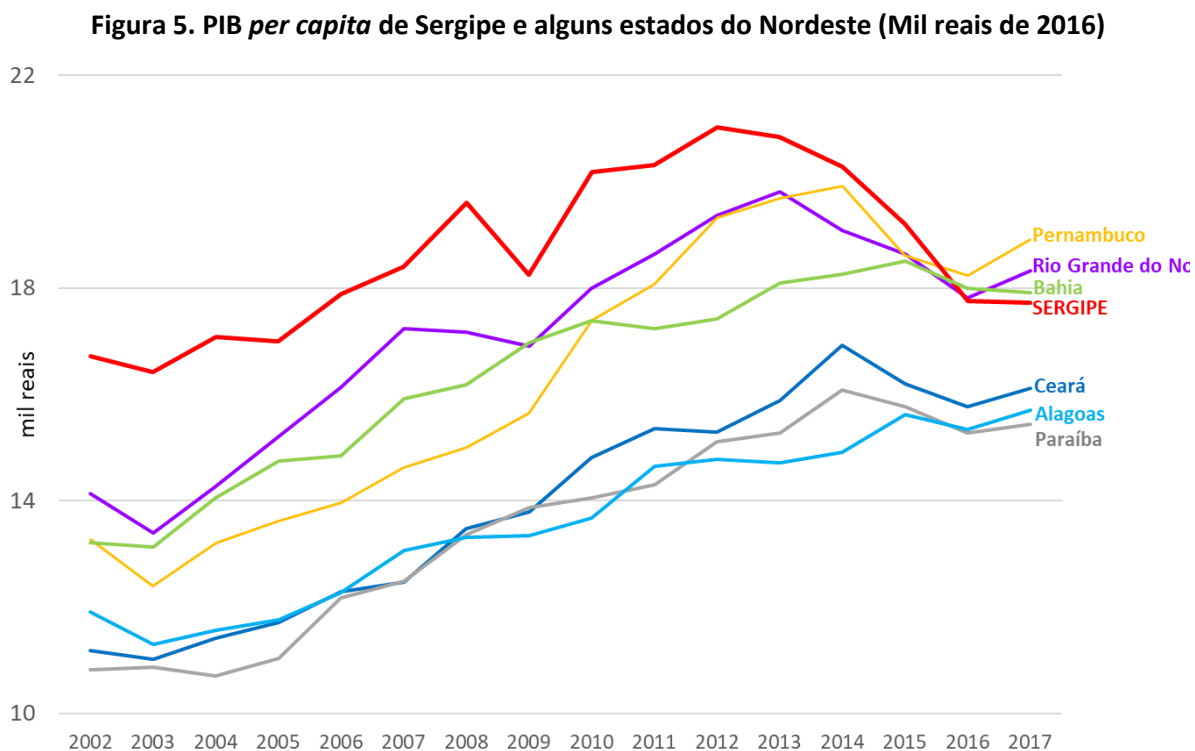
à de Sergipe até 2012, mas, a partir de 2013-2014, momento de queda no PIB de todas unidades da federação, a deterioração observada em Sergipe foi mais intensa.

Figura 4. Participação percentual no PIB nacional: RN, PB, AL e Sergipe (2002-2017)



Fonte: IBGE, construção própria

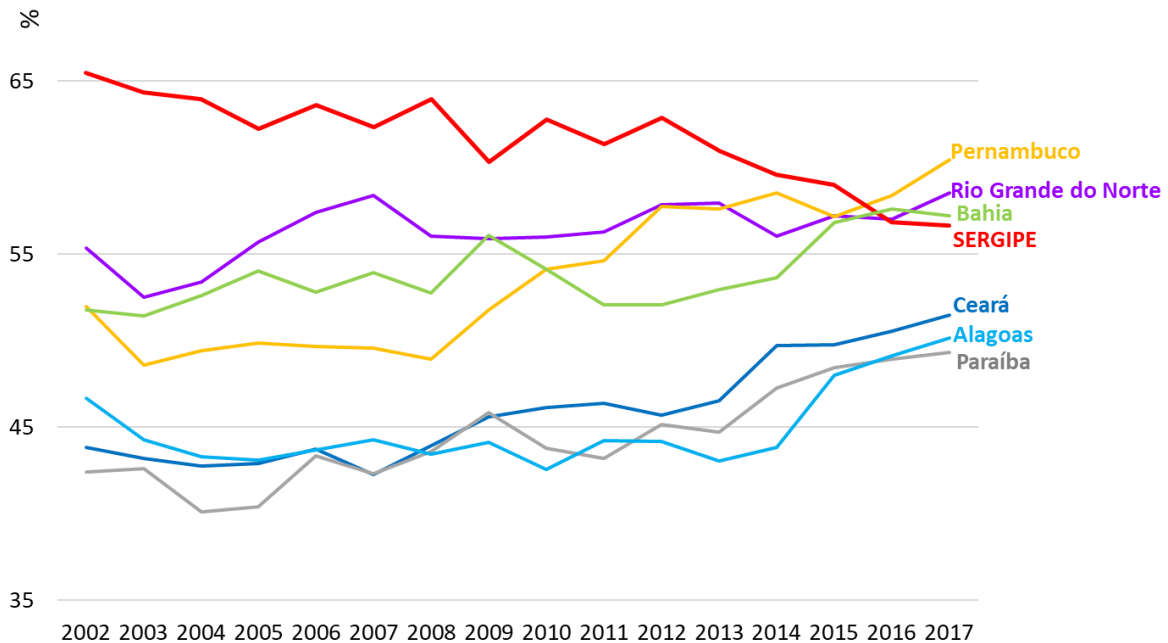
A deterioração ocorreu também no PIB *per capita*, métrica mais utilizada para avaliar nível de desenvolvimento de regiões. A Figura 5, a seguir, retrata a evolução do PIB *per capita* de alguns estados nordestinos de 2002 a 2017. Fica evidente que todos comungam de dinâmica bem parecida, tendo expandido durante a década de 2000 até meados da década posterior. O PIB *per capita* de Sergipe, além de ter crescido como o de seus vizinhos, era o mais elevado até 2015, tendo sido suplantado por Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte desde então.



Fonte: IBGE. Construção própria.

Outra forma de avaliar o desempenho da atividade econômica é comparando a evolução do PIB *per capita* estadual em relação ao nacional, algo que pode ser visualizado na Figura 6, a seguir, para 2002 a 2017. O gráfico indica quanto o PIB *per capita* do Estado vale em relação ao PIB *per capita* nacional. Por exemplo, em 2002, o valor do PIB *per capita* sergipano correspondia a 65,5% do nacional, tendo declinado para 56,6% em 2017. Mesmo com a queda, a partir de 2012, Sergipe possuía a menor distância em relação à média nacional até 2015, tendo perdido esse posicionamento em 2016 e 2017. Ainda é possível notar que, na recessão de 2014 a 2016, apenas Sergipe teve sua distância aumentada em relação à média nacional entre os estados analisados. Além disso, mesmo em relação ao PIB *per capita* do Brasil, a situação de Sergipe vem se deteriorando desde 2002, embora em ritmo mais lento até 2012.

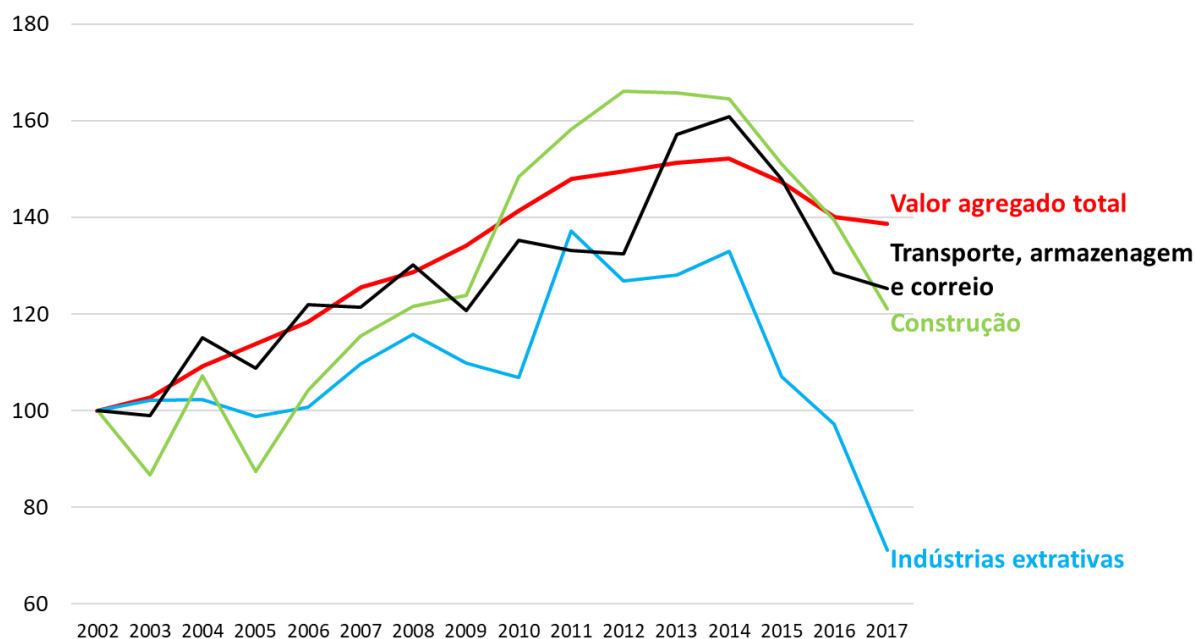
Figura 6. PIB *per capita* de Sergipe e de estados selecionados do Nordeste em relação ao PIB *per capita* do Brasil, 2002 a 2017. (%)



Fonte: IBGE, construção própria.

Apesar de Sergipe ter sido sugado para a recessão nacional a partir de 2014, como todos os estados, os gráficos revelam a ocorrência de uma perda de ímpeto de sua economia um pouco antes, ainda em 2012. A Figura 7, a seguir, ajuda a entender o motivo dessa desaceleração mais precoce. A redução de 7,6% no valor adicionado gerado pelas indústrias extrativas, ocorrida entre 2011 e 2012, causou crescimento menor no valor agregado da economia sergipana. É nesse instante que os gráficos anteriores, em que a economia sergipana é confrontada com a dinâmica do país e de seus pares regionais, indicam o início, de maneira mais acentuada, da perda de destaque que o Estado ocupava. O valor adicionado das indústrias extrativas manteve-se praticamente estável até 2014, caindo posteriormente no contexto da crise.

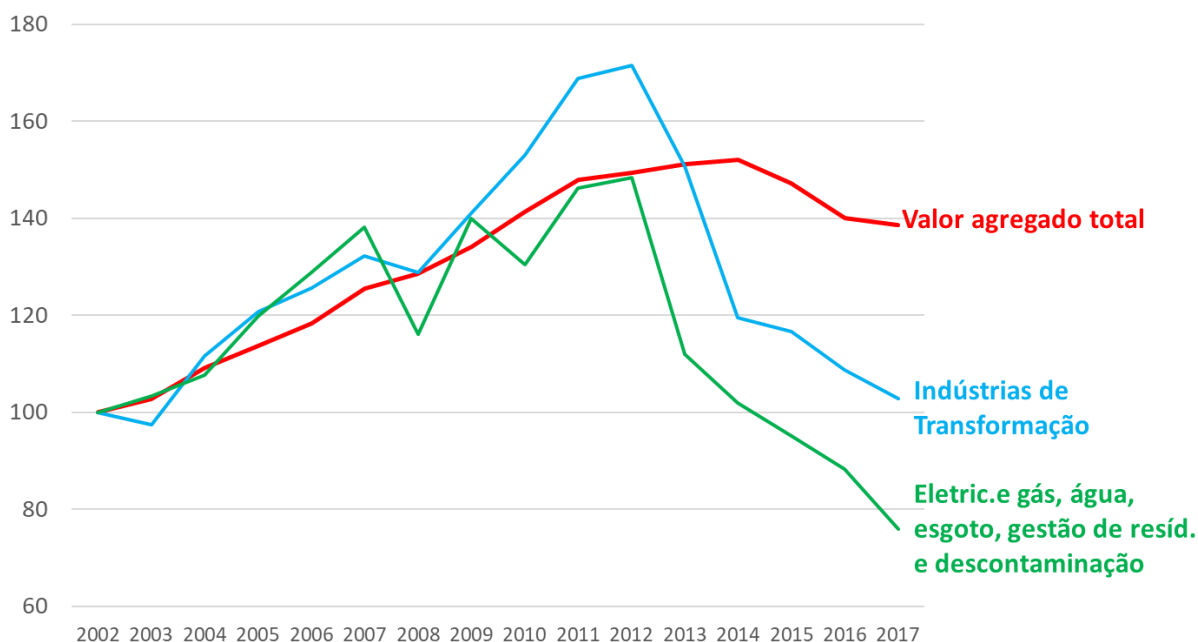
Figura 7. Evolução de componentes do PIB de Sergipe: Valor agregado, indústrias extrativas, construção e transporte, armazenagem e correios; 2002-2017 (Índice: 2002 = 100)



Fonte: IBGE, construção própria.

A Figura 8 a, seguir, ainda revela que o desempenho das indústrias de transformação e dos serviços industriais e de utilidade pública (geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação) também teve forte queda a reboque do movimento adverso do setor extrativo, mas anteriormente às perdas causadas pela recessão de 2014.

Figura 8. Evolução do valor agregado de Sergipe: total, indústria de transformação e SIUP*; 2002-2017 (Índice: 2002 = 100)

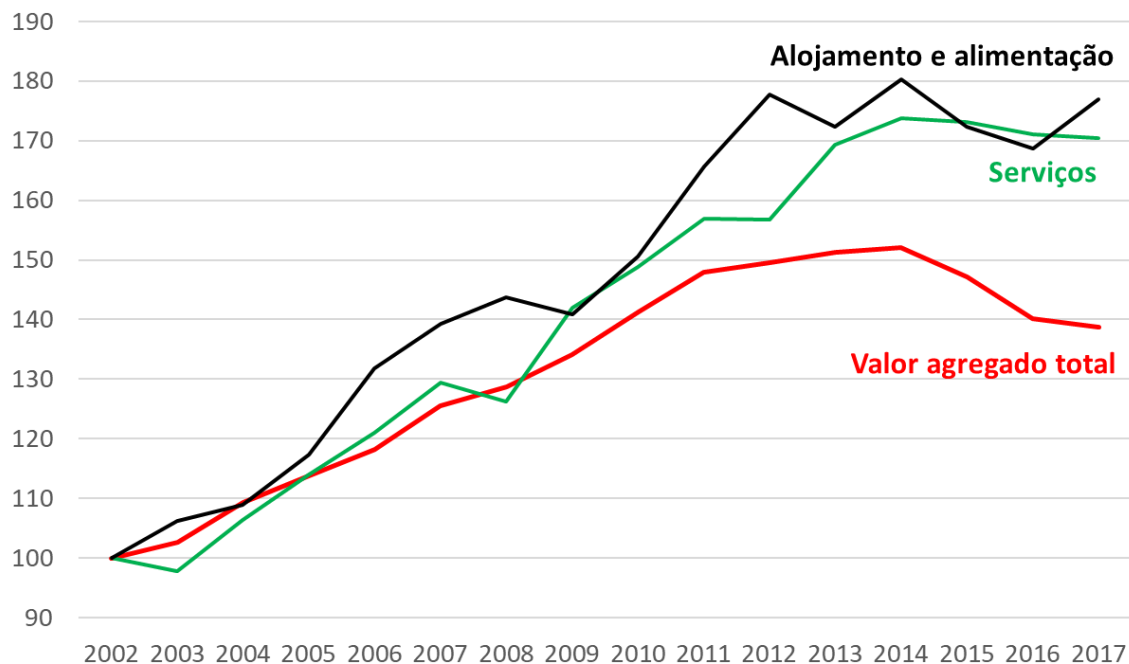


Fonte: IBGE, construção própria.

Nota: * SIUP refere-se a serviços industriais e de utilidade pública: geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Por fim, cabe analisar o motivo pelo qual o valor adicionado total gerado no Estado continuou subindo, ainda que em ritmo mais lento, mesmo após os movimentos adversos mencionados anteriormente. A Figura 9, a seguir, auxilia nessa compreensão. Nota-se que o setor de serviços, responsável por mais de 60% do valor agregado estadual, continuou a expandir até 2014. Essa dinâmica deve ter ocorrido muito em função de políticas nacionais de transferência de renda e de apoio à construção civil, grande empregador de mão de obra. Como parte relevante do PIB de serviços é direcionado ao consumo das famílias, a renda mais elevada deve ter contribuído para a expansão do PIB estadual, apesar das adversidades que já se abatiam sobre outros setores. Corrobora essa análise a estagnação no setor de alojamento e alimentação, ocorrida também a partir de 2012, pois esse setor, apesar de ser impactado pela renda local, também depende do turismo de negócio, influenciado no Estado pelas atividades extrativas. O gráfico mostra que embora o setor de serviços continuava a se expandir até 2014, certa estagnação se abateu sobre os serviços de alojamento e alimentação.

Figura 9. Evolução do valor agregado de Sergipe: total, serviços e e serviços de alojamento e alimentação, 2002-2017 (Índice: 2002 = 100)



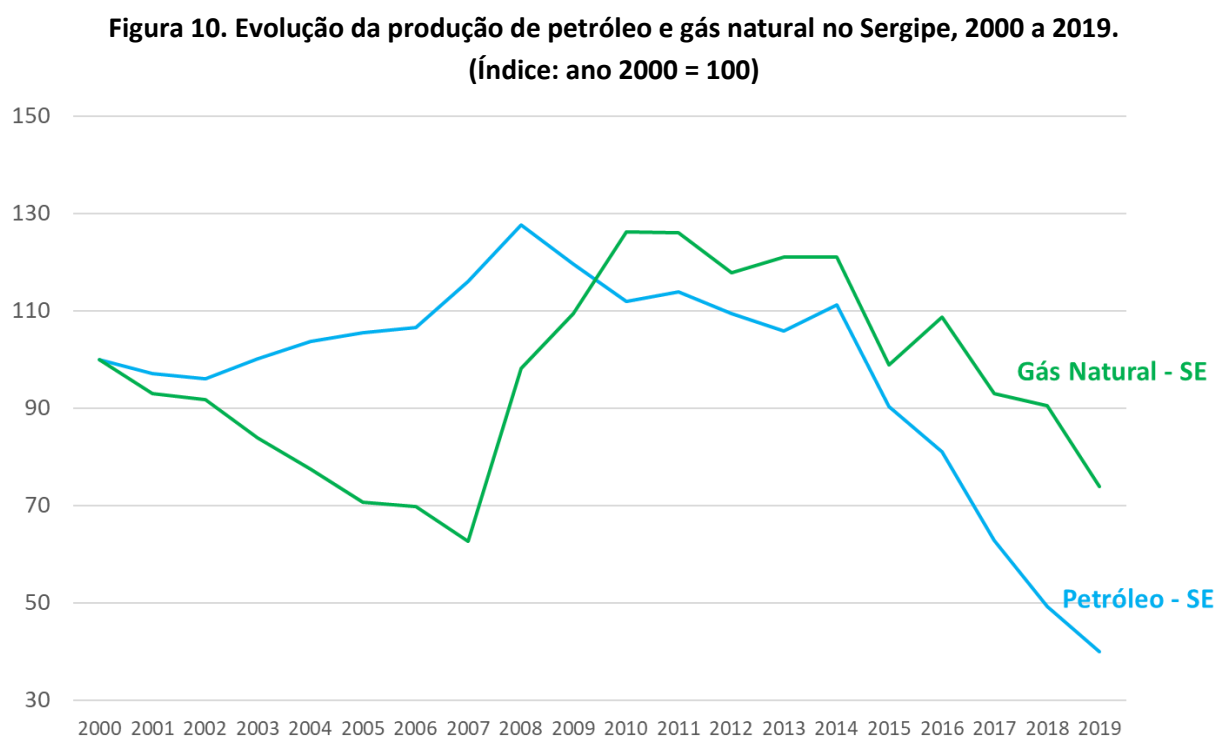
Fonte: IBGE, construção própria.

Como verificado, a dinâmica adversa das indústrias extrativas parece ter comprometido o desempenho geral da economia sergipana. Nesse sentido, vale explorar de forma mais minuciosa o ocorrido nas indústrias extrativas. A Figura 10, a seguir, permite essa análise, pois mostra a evolução da produção de petróleo e gás natural em Sergipe e no Brasil. As informações nos gráficos referem-se a índices em que o ano 2000 possui valor igual a 100, permitindo melhor comparação.

Comparando a Figura 10, a seguir, com a Figura 7, nota-se que a queda sofrida no valor agregado das indústrias extrativas entre 2008 e 2010 coincide com movimento similar observado na produção de petróleo. Por outro lado, o grande incremento no valor adicionado das indústrias extrativas de 2010 a 2011 ocorre em função de certa estabilidade na produção de petróleo, que não foi capaz de compensar negativamente o robusto crescimento na produção de gás natural. De 2012 a 2014, a queda em ambos, seguida de estabilidade, refletiu em movimento bastante similar no valor agregado das indústrias extrativas, que declinou posteriormente quando tanto petróleo como gás natural tiveram forte queda na produção.

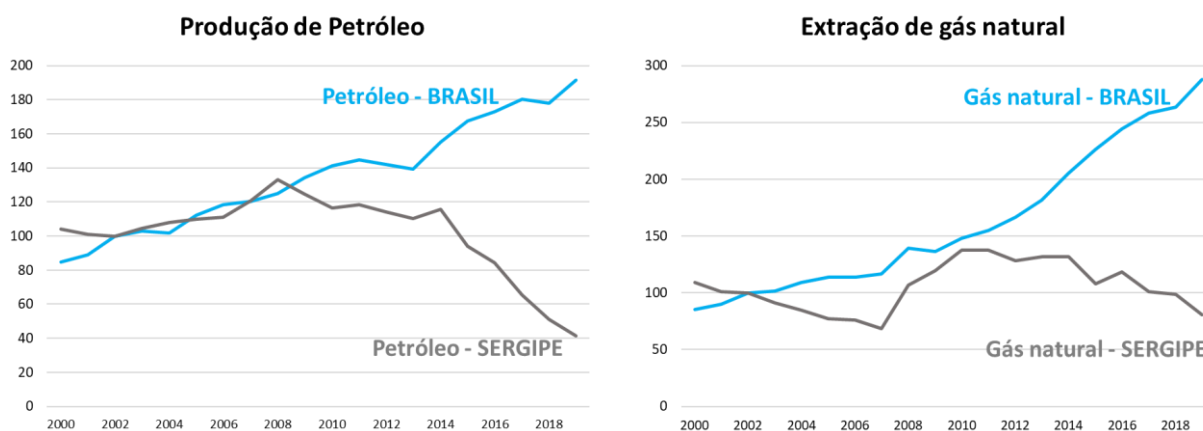
Se o estoque de hidrocarbonetos e a facilidade de exploração forem de tal ordem que garantam a rentabilidade econômica dos investimentos, deve-se esperar novo ciclo de expansão do setor em Sergipe. Essas são, contudo, questões de caráter estritamente técnico, fora da influência do poder público local. Contudo, apesar dos atores públicos estaduais terem

pouca influência sobre o desempenho do setor, vale registrar que o ambiente macroeconômico nacional pode determinar a velocidade de retomada da exploração mineral em Sergipe. Como investimentos para viabilizar a extração de petróleo e gás tendem a ser bastante expressivos, um ambiente de maior estabilidade, que garanta menores prêmios de risco embutidos nas taxas de financiamento, acaba sendo um fator de política macroeconômica com capacidade de interferir nos investimento e exploração dos hidrocarbonetos localizados em território sergipano. Mas, ainda assim, essa estabilidade diz respeito a políticas conduzidas em esfera federal, cabendo aos autores locais cobrar de seus representantes ações que contribuam para perenizar um ambiente de menor risco macroeconômico.



Fonte: Agência Nacional do Petróleo (ANP). Construção própria.

Figura 11. Evolução da produção de petróleo e gás natural no Brasil e em Sergipe, 2000 a 2019.
(Índice: ano 2000 = 100)



Fonte: Agência Nacional de Petróleo (ANP). Construção própria

3.2. A Indústria de Sergipe

Participação Relativa dos Setores de Atividade Industrial

A Tabela 3 mostra, para 2013 e 2017, a composição da indústria sergipana. Os dados baseiam-se nas informações da Pesquisa da Indústria Anual – Empresa (PIA-Empresa). O ano de 2017 foi escolhido por se tratar da informação mais atual, embora nesse ano a atividade industrial de todos os estados brasileiros ainda estivesse em níveis abaixo dos verificados antes da recessão que se iniciou em 2014. Esse episódio é capaz de afetar a relevância de cada setor, pois alguns são mais sensíveis ao ciclo econômico. Por esse motivo, também são apresentadas informações relativas a 2013, ano em que a recessão ainda não havia se abatido sobre a economia brasileira.

Tabela 3. Participação percentual do número de unidades, pessoal ocupado e valor da transformação industrial (VTI) dos setores de atividade industrial de Sergipe no total do Estado: 2013 e 2017.


(% no total do VTI estadual)

Setores de Atividade	Nº unidades		Pessoal ocupado		VTI	
	2013	2017	2013	2017	2013	2017
Indústrias extrativas	4,1	3,6	8,4	5,8	37,3	36,3
• Extração de carvão mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
• Extr.de petróleo e gás natural	0,4	0,3	5,3	X	33,8	X
• Extr. minerais metálicos	0,3	0,1	0,3	X	0,0	X
• Extr. minerais não-metálicos	2,3	2,0	0,7	0,7	0,3	0,5
• Apoio à extr. de minerais	1,1	1,3	2,0	1,7	3,3	2,4
Indústrias de transformação	95,9	96,4	91,6	94,2	62,7	63,7
• Produtos alimentícios	22,3	23,8	21,9	27,0	13,7	26,2
• Bebidas	1,0	1,3	2,0	3,0	6,1	1,4
• Produtos do fumo	0,4	0,3	0,8	0,8	0,2	0,3
• Produtos têxteis	8,1	6,9	7,6	7,9	5,3	5,3
• Artigos do vestuário e acessórios	10,5	8,6	5,7	4,6	1,6	1,1
• Couro, artigo viagem e calçados	1,9	1,4	11,4	9,0	4,0	4,5
• Produtos de madeira	2,9	2,5	0,7	0,8	0,2	0,6
• Celulose, papel e prod. de papel	0,6	1,1	0,8	1,3	0,6	0,8
• Impres. e reprod.de gravações	3,6	3,7	0,9	1,1	0,5	0,4
• Coque, deriv. petr. e de biocom.	0,4	0,3	5,9	3,4	1,4	0,5
• Produtos químicos	2,6	2,7	4,0	4,4	6,8	5,8
• Farmoquímicos e farmacêuticos	0,2	0,2	X	X	X	X
• Prod.de borracha e de mat.plást.	3,2	3,2	2,3	2,2	1,1	1,3
• Produtos de min. não-metálicos	15,8	16,8	13,5	10,9	11,7	7,3
• Metalurgia	0,7	0,9	0,2	0,4	0,0	0,3
• Prod.de metal, exc.máq.e equip.	6,5	5,5	3,0	1,9	2,4	1,8
• Equip. inform., prod. eletrônicos e ópticos	0,3	0,4	0,2	0,4	0,4	0,4
• Máq., aparelhos e mat. elétricos	0,6	0,5	2,5	2,4	1,5	1,6
• Máquinas e equipamentos	0,8	0,8	0,3	0,2	2,1	0,1
• Veíc.autom., reboques e carrocerias	1,9	2,0	1,5	6,0	0,4	2,0
• Móveis	5,8	7,0	3,3	3,6	1,8	1,1
• Produtos diversos	2,9	3,0	2,0	2,1	0,5	0,6
• Manutenção, repar. e instal. de máq. e equip.	2,9	3,5	0,7	0,9	0,3	0,4

Fonte: PIA empresa (IBGE).

Notas: 1) VTI é o valor da transformação industrial; 2) X indica que o IBGE omitiu a informação para não permitir a identificação de alguma empresa.

Os dados revelam, mais uma vez, a relevância da extração de petróleo e gás natural, atividade que contribuiu, em 2013, com 33,8% do valor da transformação industrial do Estado, sendo que outros 3,3% foram oriundos de atividades de apoio à extração desses minerais. Na indústria de transformação, também observa-se concentração em alguns poucos setores, com



destaque para a fabricação de produtos alimentícios e produtos de minerais não metálicos, esses normalmente direcionados às atividades de construção, como é o caso da produção de cimento.

Em 2013, o valor da transformação industrial (VTI) oriundo da fabricação de produtos alimentícios contribuiu com 13,7% do total do Estado, sendo que essa importância cresceu ainda mais em 2017, tendo atingido 26,2%. Já a fabricação de produtos de minerais não-metálicos foi em sentido oposto, já que representava 11,7% do VTI em 2013 e caiu para 7,3% em 2017. É provável que esse declínio esteja associado à recessão que impactou mais adversamente a construção civil e toda a sua cadeia.

Somando as participações relativas das indústrias extrativas, concentrada em extração de petróleo e gás natural, da produção de alimentos e dos produtos de minerais não metálicos, obtém-se 62,8% do VTI sergipano, em 2013, e 69,7%, em 2017. Esses valores sintetizam o grau de concentração da indústria local.


Ainda assim, vale destacar outros setores com maior presença no Estado. O VTI da produção de bebidas declinou sua participação de 6,1%, em 2013, para 1,4%, em 2017, apesar da participação do pessoal ocupado e do número de unidades do setor ter se expandido entre os dois anos. A fabricação de produtos têxteis manteve 5,3% no VTI, em 2013 e em 2017, enquanto a produção de artefatos de couro e artigos de viagem e calçados ampliou marginalmente a participação de 4%, em 2013, para 4,5%, em 2017, apesar da participação do pessoal ocupado ter declinado expressivamente, passando a empregar 9% da mão de obra no setor industrial, em 2017, contra 11,4%, em 2013.

Também houve recuo na participação do VTI gerado pela fabricação de produtos químicos, que terminou 2017 em 5,8%, ante 6,8% em 2013, apesar do pessoal ocupado ter ampliado a participação de 4% para 4,4%.

A alteração na relevância de cada setor entre 2013 e 2017 fica, sem dúvida, contaminada pela forte recessão ocorrida entre esses anos, ofuscando de alguma forma o que teria sido a tendência estrutural. Apesar disso, é bastante evidente a elevada concentração em poucos setores de atividade industrial.

Especialização

Há setores que apresentam baixa participação em todas as regiões, enquanto algumas atividades sempre contribuem significativamente para a geração de emprego e do valor da transformação industrial da região. Sendo assim, é interessante comparar a relevância de cada atividade na região com a sua relevância em âmbito nacional. Essa análise permite identificar



setores em que o estado é relativamente especializado. Essa comparação é feita através de um indicador chamado quociente locacional (QL), cuja fórmula é a seguinte:

$$QL_{ij} = \frac{V_{ij} / V_{i, BR}}{\frac{\sum_{i=1}^N V_{ij}}{\sum_{i=1}^N V_{i, BR}}}.$$

Na fórmula, QL_{ij} refere-se ao quociente locacional do setor i do estado j ; V_{ij} é o valor do setor i no estado j da variável de referência; $V_{i, BR}$ é o valor do setor i no Brasil e N é a totalidade de setores em consideração. Quando o $QL_{ij} > 1$, diz-se que o estado j é relativamente especializado na fabricação do produto i , pois a participação dele no estado suplanta a participação do setor nacionalmente.

A Tabela 4, a seguir, mostra o quociente locacional usando como variável de referência o valor da transformação industrial. São apresentados valores para 2013, uma vez que a informação sobre o VTI de Sergipe referente à exploração de petróleo e gás natural não foi divulgada para o ano de 2017. Vale frisar, contudo, que para os setores em que os dados estão disponíveis não observou-se alterações estruturalmente substantivas entre os QLs de 2013 e 2017. Além de Sergipe, também são apresentados valores para o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia.

O elevado QL para as indústrias extrativas de Sergipe (QL = 2,73) resulta da relevância da extração de petróleo e gás natural (QL = 6,63), contribuindo para que o Estado também seja especializado nas atividades de apoio à extração de minerais (QL = 3,65).

Embora a produção alimentícia contribua vigorosamente para o emprego industrial e para o VTI, a mesma realidade é observada nos estados nordestinos mais próximos a Sergipe. Nessa perspectiva, nota-se que o setor é relativamente menos importante para o VTI de Sergipe do que para os demais estados presentes na Tabela 4, principalmente Alagoas (QL = 3,41) e Pernambuco.

Tabela 4. Quociente locacional: part.% do setor no VTI de toda indústria da UF/part.% do setor no VTI de toda indústria brasileira, 2013

	SE	CE	RN	PB	PE	AL	BA
Indústrias extrativas	2,73	0,11	3,07	0,35	0,09	0,12	0,77
• Extração de carvão mineral							
• Extr.de petróleo e gás natural	6,63		5,98				
• Extr. Minerais metálicos			0,05				0,22
• Extr. Minerais não-metálicos	0,33	1,65	10,41	3,77	1,48	0,98	1,23
• Apoio à extração de minerais	3,65	0,00	2,46	0,00	0,00	0,00	0,96
Indústrias de transformação	0,73	1,14	0,67	1,10	1,14	1,14	1,04
• Produtos alimentícios	0,92	1,31	0,67	0,94	1,69	3,41	0,46
• Bebidas	1,99	1,91	1,64	3,35	2,90	0,83	0,63
• Produtos do fumo	0,30	0,00	X	0,24	X	0,21	0,28
• Produtos têxteis	3,41	3,61	3,67	5,47	1,10	0,31	0,63
• Artigos do vestuário e acessórios	0,74	4,85	3,52	0,76	1,75	0,19	0,54
• Couro, artigo viagem e calçados	2,50	13,71	0,02	17,18	0,43	0,06	1,39
• Produtos de madeira	0,18	0,15	0,27	0,11	0,21	0,09	0,22
• Celulose, papel e prod. de papel	0,20	0,55	0,08	0,40	0,91	X	2,60
• Impressão e reprod.de gravações	0,57	0,82	0,52	2,26	0,79	0,45	0,28
• Coque, deriv. Petróleo e de biocom.	0,15	0,50	X	0,46	0,05	0,09	2,95
• Produtos químicos	1,05	0,58	0,16	0,18	1,71	4,19	2,19
• Farmoquímicos e farmacêuticos	X	0,39	X	X	0,29	X	0,09
• Prod.de borracha e de mat.plást.	0,31	0,35	0,29	0,89	1,60	1,31	1,51
• Produtos de minerais não-metálicos	3,35	1,87	1,28	4,56	2,63	1,43	0,65
• Metalurgia	0,01	0,88	0,01	0,06	1,12	0,05	0,90
• Prod.de metal, exc.máq.e equip.	0,65	0,56	0,15	0,56	1,70	0,25	0,47
• Equip. inform., prod. eletrônicos e ópticos	0,15	0,16	0,00	0,17	0,26	X	0,38
• Máq., aparelhos e mat. Elétricos	0,59	1,65	0,11	0,08	1,40	0,01	0,49
• Máquinas e equipamentos	0,44	0,15	0,09	0,05	0,49	0,24	0,10
• Veíc.autom., reboques e carrocerias	0,05	0,08	0,02	0,01	0,18	0,02	0,63
• Móveis	1,39	1,10	0,44	1,14	1,32	0,40	0,62
• Produtos diversos	0,49	0,49	0,74	0,26	0,28	0,05	0,36
• Manutenção, repar. e instal. de máq. e equip.	0,24	0,51	0,40	0,23	1,01	1,37	1,34

Fonte: PIA Empresa (IBGE, 2013).

Nota: X indica que a informação foi omitida para não identificar alguma empresa da UF.

Sergipe também é especializado na fabricação de produtos têxteis (QL = 3,41) e de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (QL = 2,50). Valores elevados para outros estados vizinhos sugerem que a região possui vantagem comparativa nessas atividades. Vale observar

que a fabricação de têxteis também mostrou-se um dos mais relevantes setores de atividade industrial dentro do Estado, contribuindo com 5,3% do VTI, gerando aproximadamente 7,7% dos empregos industriais e 7,5% das unidades de produção fabril sergipana. Embora em menor escala, a fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados também apresenta-se com destaque no Estado, principalmente para a geração de empregos industriais.

Por fim, o QL de 3,35 para a fabricação de produtos de minerais não-metálicos revela forte especialização do Estado nessa atividade, cuja relevância também é constatada na Tabela 5, a seguir. Nessa tabela são apresentados os quocientes locais para o VTI da indústria sergipana lado a lado com a participação de cada setor no VTI, na população ocupada e no número de unidades da indústria de Sergipe.

Tabela 5. Sergipe, 2013 – quociente locacional do valor da transformação industrial (VTI) em relação ao Brasil e participação do VTI, da população ocupada (PO) e do número de unidades das atividades apresentadas no total do setor industrial sergipano

	QL do VTI	VTI (%)	PO (%)	Unid. (%)
Indústrias extrativas	2,73	37,3	8,4	4,1
• Extr.petróleo e gás nat.	6,63	33,8	5,3	0,4
• Extr. min.metálicos			0,3	0,3
• Extr.min.não-metálicos	0,33	0,3	0,7	2,3
• Apoio à extr.mineral	3,65	3,3	2,0	1,1
Indústrias de transformação	0,73	62,7	91,6	95,9
• Fabr.prod. alimentícios	0,92	13,7	21,9	22,3
• Fabr. de bebidas	1,99	6,1	2,0	1,0
• Fabr.prod.do fumo	0,30	0,2	0,8	0,4
• Fabr.prod. têxteis	3,41	5,3	7,6	8,1
• Vestuário e acessórios	0,74	1,6	5,7	10,5
• Couro, art.p/viagem e calçados	2,50	4,0	11,4	1,9
• Fabr. produtos de Madeira	0,18	0,2	0,7	2,9
• Fabr. celulose, papel e prod. de papel	0,20	0,6	0,8	0,6
• Impressão e reprod.de gravações	0,57	0,5	0,9	3,6
• Coque, prod.derivados petró.l.e biocomb.	0,15	1,4	5,9	0,4
• Produtos químicos	1,05	6,8	4,0	2,6
• Prod. de borracha e de material plástico	0,31	1,1	2,3	3,2
• Prod. de minerais não-metálicos	3,35	11,7	13,5	15,8
• Metalurgia	0,01	0,0	0,2	0,7
• Prod.de metal, exc. máquinas e equip.	0,65	2,4	3,0	6,5
• Equip. informática, prod.eletrônicos e ópticos	0,15	0,4	0,2	0,3

	QL do VTI	VTI (%)	PO (%)	Unid. (%)
• Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,59	1,5	2,5	0,6
• Máquinas e equipamentos	0,44	2,1	0,3	0,8
• Veíc.automotores, reboques e carrocerias	0,05	0,4	1,5	1,9
• Fabricação de movies	1,39	1,8	3,3	5,8
• Produtos diversos	0,49	0,5	2,0	2,9
• Manutenção e instalação de máq.e equip.	0,24	0,3	0,7	2,9

Fonte: PIA (IBGE). Construção própria.

Especialização e Produtividade

A maior ou menor presença de algumas atividades em alguma localidade, determinando a especialização, está relacionada a diversos fatores. Um fator óbvio é a presença de recursos naturais, como ocorre em Sergipe e que garante especialização na Extração de Petróleo e Gás Natural (QL = 6,63), o mesmo ocorrendo no Rio Grande do Norte (QL = 5,98). A atividade econômica “Apoio à extração de minerais” também acaba sendo resultante da própria presença dos recursos minerais na região. É por esse motivo que Sergipe, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Rio de Janeiro são especializados na atividade de “Apoio à extração de minerais”, com quocientes locacionais avaliados pelo VTI respectivamente iguais a 3,65, 2,46, 2,21 e 7,27. A Bahia, embora apresente QL do VTI de 0,96 para essa atividade, possui valores elevados quando o critério do cômputo do coeficiente é número de unidades fabris e pessoal ocupado.

Mesmo a presença de algumas atividades da indústria de transformação pode estar relacionada à base mineral, como acontece com as cimenteiras que tendem a ser localizadas próximas às fontes de calcário. Essa especificidade ajuda a explicar a especialização de Sergipe em “produtos de minerais não-metálicos”, cujo QL foi de 3,35 em 2013.

Contudo, quando atividades independem das dotações naturais, as vantagens comparativas podem ocorrer devido a fatores específicos, como mão de obra qualificada ou especializada em determinada atividade, mais facilidade para adquirir bens de capital, oferta de insumos básicos e mesmo facilidade para o escoamento de algum produto que resulte em menores custos de comercialização. Fatores históricos também podem ter seu impacto na presença de atividades econômicas, dado que algumas delas podem exigir aprendizado e conhecimento que são passados de uma geração para outra.

Apesar de reconhecer as diversas razões que justifiquem a presença de atividades industriais em uma determinada localidade, o objetivo dessa seção é verificar se indicadores de produtividade são correlacionados com o nível de especialização industrial de Sergipe. Para tanto, foram construídos dois indicadores de produtividade: valor da transformação industrial

por pessoa ocupada (VTI/PO) e valor da transformação industrial por unidade produtora (VTI/unid), ambos utilizando a PIA de 2013. Os resultados dessas métricas são respectivamente apresentados nas tabelas 6 e 7, a seguir, para Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Com o intuito de facilitar a comparação, os resultados expostos referem-se à razão do valor na UF em relação ao do Brasil, ou seja, valores superiores (inferiores) a 1 indicam produtividade acima (abaixo) à do país.

Tabela 6. Produtividade média do trabalho (VTI/PO) da UF em relação à do Brasil, ano 2013.

Atividade	SE	CE	RN	PB	PE	AL	BA
Indústrias extrativas	0,69	0,12	0,49	0,25	0,18	0,17	0,48
• Extração de carvão mineral							
• Extr.de petróleo e gás natural	0,26		0,36				
• Extr. minerais metálicos			0,04				0,16
• Extr. minerais não-metálicos	0,38	0,75	1,11	1,17	1,13	0,63	0,84
• Apoio à extração de minerais	0,57		0,60				0,62
Indústrias de transformação	0,56	0,51	0,61	0,51	0,62	0,38	1,42
• Produtos alimentícios	0,58	0,88	0,49	0,40	0,50	0,29	0,73
• Bebidas	1,41	0,54	0,65	0,77	0,49	0,24	0,50
• Produtos do fumo	0,06	0,01		0,14		0,03	0,09
• Produtos têxteis	1,15	0,86	1,31	0,74	0,77	0,41	0,95
• Artigos do vestuário e acessórios	0,76	0,85	0,94	0,58	0,90	0,61	0,90
• Couro, artigo viagem e calçados	0,76	1,12	0,25	1,87	1,09	0,38	0,82
• Produtos de madeira	0,45	0,36	0,77	0,45	0,62	0,25	0,50
• Celulose, papel e prod. De papel	0,40	0,38	0,21	0,29	0,56		2,09
• Impressão e reprod.de gravações	0,63	0,45	0,39	0,71	0,60	0,35	0,43
• Coque, deriv. petróleo e de biocom.	0,04	3,75		0,06	0,03	0,01	3,69
• Produtos químicos	0,69	0,55	0,36	0,32	0,80	3,44	1,95
• Farmoquímicos e farmacêuticos		0,29			0,37		0,38
• Prod.de borracha e de mat.plást.	0,51	0,43	0,52	0,42	1,24	0,73	1,72
• Produtos de minerais não-metálicos	1,07	0,83	0,52	1,42	0,93	1,50	0,64
• Metalurgia	0,07	0,71	0,11	0,22	0,96	0,13	1,43
• Prod.de metal, exc.máq.e equip.	1,00	0,47	0,42	0,43	1,40	0,45	0,92
• Equip. inform., prod. eletrônicos e ópticos	0,98	0,39	0,12	0,49	0,82		1,09
• Máq., aparelhos e mat. Elétricos	0,53	1,01	2,22	0,48	0,72	0,13	0,99
• Máquinas e equipamentos	5,55	0,44	0,28	0,24	0,85	0,55	0,91
• Veíc. autom., reboques e carrocerias	0,14	0,24	0,18	0,25	0,39	0,14	1,27

Atividade	SE	CE	RN	PB	PE	AL	BA
• Móveis	1,06	0,62	0,67	0,68	1,09	0,59	0,64
• Produtos diversos	0,36	0,45	0,73	0,48	0,40	0,33	0,58
• Manutenção, repar. e instal. de máq. e equip.	0,64	0,59	0,38	0,65	0,95	0,90	0,92

Fonte: PIA Empresa (IBGE, 2013).

Os valores referem-se à razão entre a VTI_{ij}/PO_{ij} do setor i no estado j em relação à $VTI_{i,br}/PO_{i,br}$ do setor i no Brasil. Células vazias indicam que algum dado necessário ao cômputo da razão não foi divulgado pelo IBGE ou que a atividade em questão não é produzida no Estado.

Apesar de Sergipe ser importante base produtora de petróleo e gás natural, nota-se que a produtividade da mão de obra e de cada unidade fabril são bem inferiores à do Brasil. Fato similar ocorre no Rio Grande do Norte.

Entre as atividades da indústria de transformação, a fabricação de bebidas, têxteis, de produtos de minerais não-metálicos, máquinas e equipamentos e de móveis apresentam produtividade do trabalho superior à média nacional. A superioridade é, respectivamente, de 41% 15%, 7%, 455% e 6%.


Quando a métrica de produtividade é produto por unidade fabril, mais atividades juntam-se às anteriores entre as que possuem desempenho superior à média nacional. Assim, além da fabricação de bebidas, têxteis, de produtos de minerais não-metálicos, máquinas e equipamentos e móveis, deve-se incluir artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, produtos químicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos entre as atividades cujo produto médio por unidade fabril supera à média do país. O desempenho superior dessas atividades em relação ao nacional corresponde, respectivamente, a 38%, 8%, 52%, 122%, 3%, 312%, 3% e 25%.

Tabela 7. Produto médio por unidade fabril (VTI/unidade) da UF em relação ao do Brasil, ano 2013.

Atividade	SE	CE	RN	PB	PE	AL	BA
Indústrias extrativas	1,36	0,07	0,67	0,13	0,08	0,07	0,56
• Extração de carvão mineral							
• Extr.de petróleo e gás natural	0,42		0,42				
• Extr. minerais metálicos			0,02				0,16
• Extr. minerais não-metálicos	0,24	0,93	2,41	1,21	1,07	0,69	1,05
• Apoio à extração de minerais	0,43		0,24				0,25
Indústrias de transformação	0,58	0,55	0,52	0,57	0,67	1,00	1,45
• Produtos alimentícios	0,43	0,58	0,28	0,24	0,59	1,32	0,45
• Bebidas	1,38	0,45	0,54	1,07	0,45	0,26	0,86
• Produtos do fumo	0,08	0,00		0,04		0,01	0,10
• Produtos têxteis	1,08	1,69	1,71	1,72	0,57	0,75	1,14
• Artigos do vestuário e acessórios	0,79	1,12	2,52	0,61	0,67	0,31	0,99
• Couro, artigo viagem e calçados	4,12	4,95	0,09	5,58	0,98	0,23	2,97
• Produtos de madeira	0,21	0,22	0,29	0,24	0,48	0,24	0,45
• Celulose, papel e prod. de papel	0,40	0,28	0,08	0,21	0,71		2,72
• Impressão e reprod.de gravações	0,42	0,33	0,34	0,79	0,48	0,27	0,31
• Coque, deriv. Petróleo e de biocom.	0,08	0,57		0,17	0,06	0,03	3,07
• Produtos químicos	1,03	0,32	0,14	0,11	1,14	3,06	1,90
• Farmoquímicos e farmacêuticos		0,50			0,15		0,24
• Prod.de borracha e de mat.plást.	0,40	0,26	0,40	0,49	1,17	0,77	2,20
• Produtos de minerais não-metálicos	1,52	0,81	0,59	1,62	1,15	1,11	0,58
• Metalurgia	0,01	0,67	0,03	0,06	1,13	0,08	1,78
• Prod.de metal, exc.máq.e equip.	0,82	0,52	0,25	0,42	2,06	0,31	0,89
• Equip. inform., prod. eletrônicos e ópticos	0,56	0,20	0,01	0,21	0,42		0,63
• Máq., aparelhos e mat. elétricos	1,25	1,96	0,33	0,13	1,01	0,02	1,21
• Máquinas e equipamentos	2,22	0,24	0,34	0,09	0,82	0,61	0,46
• Veíc.a utom., reboques e carrocerias	0,04	0,09	0,02	0,02	0,15	0,02	1,40
• Móveis	1,03	0,68	0,41	0,56	1,04	0,35	0,80
• Produtos diversos	0,42	0,26	0,73	0,30	0,26	0,12	0,60
• Manutenção, repar. e instal. de máq. e equip.	0,25	0,36	0,27	0,24	0,67	0,77	1,42

Fonte: PIA Empresa (IBGE, 2013).

Os valores referem-se à razão entre a $VTI_{ij}/unid_{ij}$ do setor i no Estado j em relação à $VTI_{i,br}/PO_{i,br}$ do setor i no Brasil. Células vazias indicam que algum dado necessário ao cômputo da razão não foi divulgado pelo IBGE ou que a atividade em questão não é produzida no Estado.



Por fim, é avaliada a relação entre especialização (através do quociente locacional) e produtividade das atividades industriais. Isso é feito estimando-se o seguinte modelo econométrico entre o quociente locacional e a produtividade:

$$QL_{i,Sergipe} = \beta_0 + \beta_1 PR_{i,Sergipe} + \sum_{i=1}^n \alpha_i D_i + u_i,$$

onde $QL_{i,Sergipe}$ e $PR_{i,Sergipe}$ referem-se, respectivamente, ao quociente locacional e à produtividade da atividade industrial i em Sergipe, D_i é uma variável binária (*dummy*) utilizada quando houver necessidade de se fazer controle para valores extremos. Assim, $D_i = 1$ caso haja essa necessidade de incorporar a variável *dummy* para o setor i e $D_i = 0$ em caso contrário. O termo u_i reflete aleatoriedades não captadas pelo modelo e β_0 , β_1 e α_i , para $i = 1, \dots, n$, são os coeficientes a serem estimados. Especificamente, o principal interesse coeficiente β_1 . Teste estatístico é conduzido para avaliar a hipótese de β_1 ser igual ou inferior a zero. Caso essa hipótese seja rejeita, há indício de haver relação positiva entre a produtividade do setor i e o fato de o Estado ser mais ou menos especializado nele.

Os resultados das estimativas encontram-se na Tabela 8. São apresentadas as estimativas para β_0 , β_1 e α_i , sendo que asteriscos indicam significância estatística nos níveis de confiança usuais. Também é possível checar o coeficiente de determinação R^2 , que mostra o percentual da variabilidade existente entre os quocientes locacionais que é explicado pelo modelo proposto, sendo 1 indicando 100% e 0 indicando 0%. Mais detalhes podem ser acessados nas próprias notas da Tabela 8, a seguir.

Para efeitos de robustez, foram estimados quatro modelos distintos. Os modelos 1 e 2 consideram medidas de produtividade relativas à média brasileira, sendo que “PR_rela_BR: VTI/PO” mede a produtividade focando-se no VTI por pessoa ocupada e “PR_rela_BR: VTI/unid” mede a produtividade considerando o VTI por unidade fabril. Uma questão importante para avaliar é se a produtividade em relação ao Brasil é a melhor variável para se pensar sobre o nível de especialização das atividades industriais no Estado do Sergipe. A motivação por trás desse ponto é que estados competem entre si para atrair empresas, sendo as competências de estados próximos, que poderiam competir por mercados ou insumos similares, inibir o crescimento da indústria em localidades com menor produtividade. Para permitir essa possibilidade, foram estimados os modelos 3 e 4, em que a produtividade de Sergipe foi avaliada em relação à média do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Assim, a variável “PR_rela_NE: VTI/PO” mede a produtividade de Sergipe em relação a esses estados usando o VTI por pessoa ocupada como métrica de produtividade, enquanto “PR_rela_NE: VTI/unid” usa como métrica o VTI médio por unidade fabril.

Tabela 8. Resultados das estimações de modelos econométricos para explicar a variabilidade do quociente locacional do valor da transformação industrial (QL_vti) do Estado do Sergipe, em 2013.

Estimativas	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
β_0	-0,263	0,327**	0,17	0,051
α para apoio extr.mineral	2,849***	3,036***	2,754***	2,318***
α para petrol.&gás natur.	6,407***	6,021***		
α para máquinas&equipam	-9,602***		-7,597***	-3,422***
α para têxtil				2,733***
β_1 : PR_relac_BR: VTI/PO	1,854***			
β_1 : PR_relac_BR: VTI/unid		0,665***		
β_1 : PR_relac_NE: VTI/PO			0,772***	
β_1 : PR_relac_NE: VTI/unid				0,730**
R ²	0,810	0,767	0,403	0,648
R ² ajustado	0,772	0,733	0,314	0,574
Número de observação	25	25	24	24

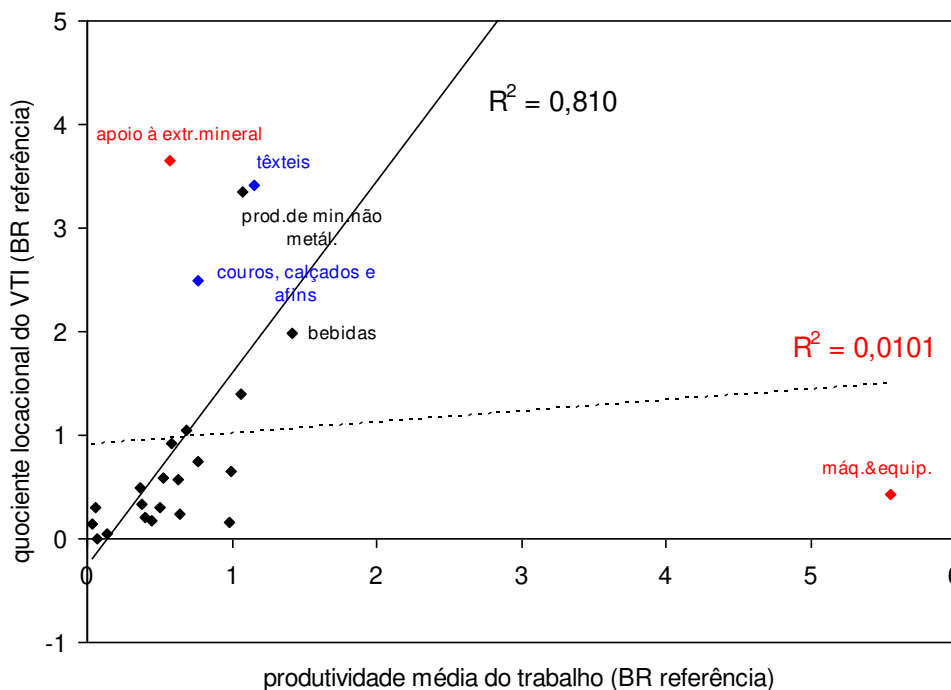
Fonte: Estimacões próprias.

Cada coluna refere-se a uma equacão distinta para se explicar o QL do VTI de Sergipe, construído a partir de dados da PIA Empresa de 2013 (IBGE). Os asteriscos ** e *** indicam, respectivamente, rejeicão da hipótese nula de que os coeficientes estimados são iguais a zero nos níveis de significância de 5% e 1%. Os desvios-padrão dos coeficientes foram computados usando método robusto (HC) à presença de heterocedasticidade. Embora esses desvios-padrão não estejam apresentados na tabela, podem ser enviados pelo autor mediante solicitacão.

Todas as estimativas indicam relacão positiva e significativa entre produtividade e especializacão (coeficiente locacional), inclusive com os coeficientes de determinacão mostrando bom poder explicativo dos modelos propostos. A Figura 12, a seguir, serve como auxílio gráfico para melhor compreender as relacões estimadas. A linha contínua no gráfico permite visualizar a relacão positiva existente entre as duas variáveis. Ela foi obtida após a inclusão das variáveis *dummies* para lidar i) com peculiaridades relacionadas à base de produçã local, que acarreta em especializacão independente da produtividade; ii) com o peculiar fato da produtividade do setor de máquinas e equipamento ser extraordinariamente elevada (455% acima da média nacional), sem que isso acarrete em especializacão do estado nessa atividade⁴ (QL = 0,44). Feitos esses ajustes, observa-se que, em média, as atividades industriais em que Sergipe é mais especializado coincidem com aquelas em que o Estado possui maior produtividade do trabalho.

⁴ Os ajustes mencionados foram realizados através da inclusão de três variáveis *dummies*: uma para o setor de petróleo e gás, outra para atividades de apoio à extraçã de minérios e uma terceira para a fabricacão de máquinas e equipamentos.

Figura 12. Relação entre quociente locacional do VTI de Sergipe e produtividade média do trabalhador de Sergipe em relação ao Brasil. Ano: 2013



Fonte: Construção própria a partir da PIA Empresa (IBGE, 2013).

A linha pontilhada indica o ajuste da regressão sem considerar variáveis dummies, sendo que seu coeficiente de determinação é $R^2 = 0,0101$. A linha contínua indica a reta de ajuste da equação após utilizar três variáveis dummies: uma para petróleo e gás, outra para atividades de apoio à extração mineral e mais uma para a produção de máquinas e equipamentos. Nessas circunstâncias, o coeficiente de determinação ficou em $R^2 = 0,810$.

O gráfico também mostra grande dispersão no QL quando a produtividade do trabalho é mais elevada, próxima à unidade. Isso quer dizer que, embora a produtividade mantenha correlação positiva com a especialização industrial, fatores não captados pelo modelo influenciam significativamente no padrão de especialização industrial, principalmente quando o indicador de produtividade situa-se próximo à unidade, portanto similar à média do país. A fabricação de têxteis, de artefatos de couro, calçados e afins e as atividades de apoio à extração mineral enquadram-se nessa situação, sendo destaques positivos no que se refere à especialização. A fabricação de bebida, realçada na mesma figura, não foge à regra sugerida pelo modelo econométrico, sendo exemplo de uma atividade cuja elevada produtividade relativa está alinhada com um elevado quociente locacional do VTI.



3.3. Agricultura

A Tabela 9, a seguir, mostra a relevância das principais atividades agrícolas em Sergipe segundo a área plantada ou destinada à colheita, área colhida e ao valor da produção. Como os resultados agrícolas sofrem bastante influência climática, foi feita médias dos biênios 2017-2018, 2012-2013 e 2007-2008 a fim de minimizar tais efeitos. Os números apresentados referem-se aos percentuais de cada cultura no total da agricultura sergipana e foram extraídos da publicação Produção Agrícola Municipal, do IBGE.

Um dos grandes destaques é o milho, que ocupa, desde 2007-2008, pelo menos 40% da área plantada ou destinada à colheita, tendo atingido 51,3% em 2017-2018. A cultura também vem liderando na área colhida e no valor da produção (36% e 22,6%, respectivamente, em 2017-2018).

A mandioca é outro destaque entre as culturas, responsável por 9,6% do valor da produção em 2017-2018 e 18% em 2012-2013. A área colhida representou 6,7% do total das culturas do Estado em 2017-2018 e 9,2% em 2012-2013.

Na fruticultura, laranja, cana-de-açúcar e coco da baía são destaques. A primeira contribuiu com 21% do valor da produção agrícola do estado em 2017-2018, tendo ocupado 12,3% da área plantada ou destinada à colheita e 15,6% da área colhida. A cana-de-açúcar e o coco da baía contribuíram, respectivamente, com 14,9% e 12,6% do valor da produção em 2016-2017. A área colhida e a destinada à colheita de ambas também são relevantes nos totais do Estado.

Abacaxi e banana, embora ocupem participação inferior a 1% nas estatísticas referentes a áreas, tiveram participação no valor da produção estadual superior a 3% no último biênio analisado. A contribuição da manga para a produção agrícola de Sergipe, que tem oscilado em torno de 1,6%, também chama atenção pela baixa participação nas áreas colhidas e plantadas, ambas em torno de 0,3%.

**Tabela 9. Área plantada ou destinada à colheita, área colhida e valor da produção.
Percentuais no total de Sergipe (%).**

Período	Abacaxi	Banana	Cana-de-açúcar	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Mandioca	Manga	Milho
Área plantada ou destinada à colheita (percentual do total geral)									
2017-18	0,4	0,7	13,4	9,5	0,1	12,3	5,0	0,3	51,3
2012-13	0,3	0,9	13,8	10,2	0,1	14,9	7,8	0,3	41,1
2007-08	0,2	1,0	9,5	10,1	0,1	13,4	8,4	0,3	40,1
Área colhida (percentual do total geral)									
2017-18	0,5	0,9	18,5	12,9	0,1	15,6	6,7	0,4	36,0
2012-13	0,3	0,9	15,5	11,8	0,1	16,9	9,2	0,3	34,5
2007-08	0,2	1,0	9,8	10,4	0,1	13,8	8,6	0,3	39,1
Valor da produção (percentual do total geral)									
2017-18	3,1	3,3	14,9	12,6	0,5	21,0	9,6	1,5	22,6
2012-13	1,9	3,3	18,4	9,3	0,7	14,4	18,0	1,4	19,9
2007-08	1,4	4,4	11,6	14,1	0,2	18,2	12,2	1,7	17,5

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE).

A Tabela 10, a seguir, mostra a taxa de crescimento do biênio 2018-2017 contra 2013-2012 das seguintes variáveis: área plantada, área colhida, quantidade produzida e produtividade, medida pela razão toneladas produzidas/área colhida. Chama atenção a forte queda no total da área plantada ou destinada à colheita e da área plantada, que foram respectivamente 19,7% e 25,0% inferior em relação ao verificado no biênio 2013-2012. Importante notar que a redução nessas variáveis também ocorre quando o biênio 2013-2012 é comparado ao desempenho médio de 2008-2007.

Em relação às culturas apresentadas, também chama atenção que fortes declínios na área plantada e na área colhida ocorreram em todas as culturas apresentadas, à exceção do abacaxi. Banana, mandioca e melancia tiveram redução na área destinada à produção superior a 40%. Em relação à área colhida, os maiores declínios ocorreram nessas mesmas culturas e também na de laranja. Comportamento similar é observado na quantidade produzida: acréscimo de 37,2% na produção de abacaxi e fortes reduções nas demais culturas.

Além de redução da área plantada, da área colhida e da quantidade produzida, a produtividade por hectare colhido caiu fortemente. Os destaques negativos foram as quedas de 20,8% na produtividade da cana-de-açúcar, de 15,4% da laranja e de 12,1% da mandioca. Elevação na produtividade ocorreu na produção do coco da baía (3,5%), da goiaba (4,7%) e no milho (8,7%).

Tabela 10. Taxa de crescimento, em Sergipe, do biênio 2018-2017 contra 2013-2012 para as seguintes variáveis: área plantada, área colhida, quantidade produzida e toneladas produzidas/área colhida. (%)


Cultura	Área plantada ou destinada à colheita	Área colhida	Quantidade produzida	Toneladas/área colhida
Total	-19,7	-25,0		
Abacaxi	22,9	37,6	37,2	-0,3
Banana	-42,6	-34,3	-37,9	-5,6
Cana-de-açúcar	-22,4	-18,0	-35,1	-20,8
Coco-da-baía	-25,4	-24,9	-22,2	3,5
Goiaba	-27,4	-26,2	-22,8	4,7
Laranja	-33,8	-36,7	-46,4	-15,4
Mandioca	-47,8	-48,3	-54,5	-12,1
Manga	-12,5	-5,0	-9,1	-4,4
Milho	-0,2	-11,8	-4,1	8,7

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE). Elaboração própria.

Há situações em que as reduções da área colhida e da produção advêm da saída de produtores mais ineficientes ou pela migração para culturas em que produtores julgam possuir mais eficiência. O que se verifica em Sergipe, contudo, é que as movimentações não ocorreram na direção de ampliar a produtividade média da produção agrícola estadual. O desempenho apresentado, que é amplo e não restrito a uma cultura, sugere haver possibilidade de ganhos para a agricultura do Estado caso políticas que garantam maior produtividade sejam adotadas. Antes de ter conclusões definitivas, vale a pena aprofundar mais nas análises, agora contrastando a agricultura sergipana com a do país e de estados vizinhos, portanto mais similares a Sergipe no tocante a fatores climáticos e possibilidade de utilização de irrigação.

A Tabela 11, a seguir contextualiza o tamanho da agricultura sergipana frente à nacional em diversas dimensões. Cada linha apresenta a média dos seguintes biênios apresentados na primeira coluna: 2018-2017, 2013-2012 e 2008-2007. A utilização de médias visa minimizar impactos de conjunturas climáticas.

A segunda coluna do bloco A da Tabela 11, a seguir, mostra a área plantada ou destinada à colheita em Sergipe em relação ao Brasil. No biênio 2018-2017, o Estado contribuiu com 0,39% do total nacional, valor inferior aos dos biênios anteriores: 0,54% em 2013-2012 e 0,64% em 2008-2007. Essa evolução revela que a forte redução percentual no total plantado, já apresentado na Tabela 7, não foi acompanhada por padrão similar no Brasil, como também é mostrado na Tabela 9. Nesta, percebe-se que a taxa de variação entre os biênios analisados foi positiva no Brasil, movimento oposto ao verificado em Sergipe. Percebe-se ainda que a queda na área plantada ocorreu quase que de forma unânime nos estados nordestinos analisados. Entre os biênios 2013-12 e 2008-07, apresentaram redução na área plantada o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Já entre o biênio 2018-



07 e 2013-12, ocorreu pequena expansão na Paraíba e em Pernambuco, de 7,2% e 0,2%, respectivamente, valores que pouco fizeram para compensar a queda ocorrida anteriormente. Essa comparação com outros estados do Nordeste sugere que algo comum à região deve ter influenciado adversamente na área plantada, colhida e na produção total.


Analisando as culturas sergipanas distintamente, nota-se que o coco-da-Baía é a atividade agrícola com maior importância nacional, já que o Estado contribuiu com 14,09% da área colhida nacionalmente em 2018-2017, produzindo 12,38% do total nacional, o que representou 12,08% do valor da produção brasileira da cultura. Apesar da expressividade, a Tabela 10 mostra ter ocorrido forte redução na área destinada ao plantio de coco-da-baía entre todos os biênios analisados. O mesmo ocorreu para os demais estados nordestinos analisados, à exceção de Alagoas, onde ocorreu expansão de 113,8% entre os dois últimos biênios.

A laranja, que disputa com a cana-de-açúcar a posição de segunda mais importante cultura da lavoura sergipana, também possui expressividade no contexto nacional. Em 2018-2017, o Estado contribuiu com 6,12% da área destinada à plantação nacional, 5,63% da área colhida, 2,27% na quantidade produzida e 2,21% do valor da produção nacional. Embora todos esses indicadores tenham sido mais elevados nos biênios anteriores, o destaque negativo fica por conta do resultado efetivo da colheita, uma vez que a produção local chegou a representar 4,07% em 2013-2012 e 4,13% em 2008-2007.

As tabelas 12 e 13 mostram que a queda na área destinada ao plantio de laranja e na sua produção ocorreu nacionalmente, refletindo, principalmente, declínios em São Paulo, responsável por aproximadamente 75% do total do país. Apesar da tendência nacional, o declínio em Sergipe foi muito superior, justificando a queda na representatividade do Estado no país. Também vale destacar que, na Bahia, outro grande produtor nacional, a dinâmica das variáveis aqui analisadas foi muito similar à do Sergipe. O mesmo não ocorreu em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, outros grandes produtores, reforçando a conjectura que algo peculiar ao nordeste foi responsável pelos resultados adversos observados na região.

O padrão de declínio nas estatísticas agrícolas sergipana e nordestina foi mantido na cana-de-açúcar. Os resultados adversos para essa cultura ocorreram em meio a acréscimos observados na média nacional, puxados pelo desempenho positivo nos maiores produtores do país, São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, que despontam na produção da cultura, também tiveram resultados positivos entre os biênios analisados.

Resultados adversos também foram observados no milho, principal cultura agrícola de Sergipe. Mesmo sendo pouco representativa no contexto nacional, as áreas destinadas à



colheita e a área colhida do milho superam a participação dessas áreas, destinadas à totalidade das culturas, nacionalmente.

Abacaxi é a única cultura com resultados positivos em Sergipe durante os anos analisados. No contexto nacional, Sergipe ampliou sua participação nas áreas plantadas e colhidas, o mesmo ocorrendo na quantidade produzida e no valor da produção. Em 2018-2017, a contribuição do Estado para essas estatísticas foi, respectivamente, de 1,66%, 1,71%, 1,70% e 1,53%. Esses percentuais foram ampliados continuamente desde 2008-2007. Os resultados positivos na produção da fruta (37,2% entre 2018-17 e 2013-12 e 24% entre 2013-12 e 2008-07) ocorreram em meio a declínio da produção nacional, como mostra a Tabela 12. Interessante observar que o valor da produção do abacaxi no total da agricultura estadual (3,3% em 2018-17) supera bastante sua relevância no que diz respeito à área plantada e área colhida (respectivamente 0,7% e 0,9% em 2018-17). É provável que o aumento na área plantada nos últimos anos esteja relacionado a um retorno mais favorável, como sugere esses últimos dados. Importante ainda notar que, mesmo no contexto nordestino, o desempenho sergipano merece ser destacado, pois foi o único Estado em que ocorreu crescimento da produção e da área plantada entre todos os biênios considerados. Isso não ocorreu nem mesmo na Paraíba, que disputa com o Pará a posição de maior produtor nacional de abacaxi.

A exemplo do abacaxi, a manga possui importância no valor da produção estadual (em torno de 1,5%) superior ao observado nas estatísticas de áreas (em torno de 0,3%). Em nível nacional, a área colhida em Sergipe (1,36%) supera a contribuição estadual para a totalidade da área colhida no país (0,31%). Apesar disso, o cultivo da manga em Sergipe tem sofrido queda na sua relevância nacional desde o biênio 2008-07. Isso vale para áreas plantadas e colhidas, produção e valor da produção. Contribui para esse processo o declínio ocorrido na área plantada (-9,7% de 2018-17 em relação a 2013-12 e -8,7% desse último biênio em relação a 2008-07) e na produção (-9,1% de 2018-17 em relação a 2013-12 e -22,9%). Vale notar, contudo, que a redução entre os dois últimos períodos não foi generalizada em estados próximos a Sergipe. A produção do Rio Grande do Norte foi ampliada em 15,8%, a de Pernambuco em 67,5% e a de Alagoas em 88,4%. Além disso, a produção no Rio Grande do Norte e em Pernambuco expandiram em 5,9% e 16,1%, respectivamente, entre 2013-12 e 2013-12. Similarmente a Sergipe, ocorreu queda de produção em todos períodos analisados na Bahia e na Paraíba.

Tabela 11. Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida e valor da produção total e de culturas selecionadas – percentual de Sergipe no total do Brasil (%)

Biênio	Total	Aba-caxi	Bana-na	Cana-de-açúcar	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Man-dioca	Manga	Milho
Bloco A - Área plantada ou destinada à colheita (Hectares)										
2018-17	0,39	1,66	0,44	0,41	14,21	1,54	6,12	1,24	1,35	0,92
2013-12	0,54	1,44	0,72	0,53	15,06	2,88	7,70	1,79	1,40	1,02
2008-07	0,64	1,01	0,78	0,51	14,40	1,70	6,56	1,72	1,50	1,14
Bloco B - Área colhida (Hectares)										
2018-17	0,31	1,71	0,44	0,41	14,09	1,54	5,63	1,24	1,36	0,60
2013-12	0,47	1,29	0,63	0,50	14,86	2,82	7,58	1,85	1,29	0,78
2008-07	0,62	1,04	0,79	0,51	14,46	1,71	6,56	1,80	1,59	1,09
Bloco C - Quantidade produzida (Toneladas)										
2018-17		1,70	0,37	0,27	12,38	1,13	2,27	1,11	1,53	0,53
2013-12		1,22	0,58	0,43	12,46	2,18	4,07	1,99	1,73	0,66
2008-07		0,94	0,85	0,40	10,18	0,80	4,13	1,89	2,17	0,74
Bloco D - Valor da produção - percentual do total geral										
2018-17	0,31	1,53	0,45	0,27	12,18	0,79	2,21	0,98	1,21	0,74
2013-12	0,52	1,22	0,79	0,49	10,83	2,35	3,50	2,27	1,95	0,86
2008-07	0,57	1,11	1,10	0,44	15,30	0,94	2,60	1,76	1,81	0,75

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE), elaboração própria.

Os valores referem-se às médias dos biênios apresentados na primeira coluna.

Tabela 12. Taxa de crescimento da área plantada ou destinada à colheita (%)

	Brasil	Sergipe	CE	RN	PB	PE	AL	BA
Total								
2018-17 / 2013-12	11,2	-19,7	-3,3	-8,6	7,2	0,2	-13,1	-8,1
2013-12 / 2008-07	10,8	-5,8	-21,7	-30,4	-46,7	-35,4	-16,1	-7,8
Abacaxi								
2018-17 / 2013-12	6,2	22,9	-89,5	-33,6	18,7	57,7	596,5	-43,8
2013-12 / 2008-07	-7,7	31,7	-75,9	6,4	-16,1	-34,1	-18,5	-31,7
Banana								
2018-17 / 2013-12	-6,1	-42,6	-23,0	45,2	-18,8	-2,8	157,1	-4,3
2013-12 / 2008-07	-5,9	-12,8	11,6	-12,6	-23,8	-5,8	-12,9	-21,5
Cana-de-açúcar								
2018-17 / 2013-12	1,6	-22,4	-62,5	-7,6	-18,3	-17,7	-31,5	-37,3
2013-12 / 2008-07	30,6	36,8	-11,3	8,0	2,3	-19,3	4,0	8,3

	Brasil	Sergipe	CE	RN	PB	PE	AL	BA
Coco-da-baía								
2018-17 / 2013-12	-20,9	-25,4	-13,4	-21,2	-33,5	-10,5	113,8	-39,2
2013-12 / 2008-07	-9,4	-5,2	7,1	-9,2	-20,4	-46,5	-19,5	-7,6
Goiaba								
2018-17 / 2013-12	35,4	-27,4	30,0	-12,0	-35,1	29,9	729,1	234,1
2013-12 / 2008-07	-1,8	66,2	73,2	-3,7	-17,8	-8,7	22,9	-19,3
Laranja								
2018-17 / 2013-12	-16,7	-33,8	-29,3	-44,7	-28,0	-22,1	147,9	-19,4
2013-12 / 2008-07	-10,6	5,0	10,1	-30,4	4,5	10,3	8,5	8,0
Mandioca								
2018-17 / 2013-12	-24,6	-47,8	-23,8	-8,8	-15,4	-18,7	74,6	-52,1
2013-12 / 2008-07	-16,0	-12,7	-20,0	-62,2	-41,7	-46,0	-0,7	-44,4
Manga								
2018-17 / 2013-12	-9,7	-12,5	-7,6	1,5	-26,6	6,2	66,7	-6,2
2013-12 / 2008-07	-8,7	-15,2	8,7	-2,2	-38,1	-0,8	-23,9	-13,9
Milho								
2018-17 / 2013-12	11,4	-0,2	26,3	21,6	43,4	25,9	57,4	-1,4
2013-12 / 2008-07	7,0	-3,5	-34,7	-61,6	-63,8	-47,5	-69,9	-23,9

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE).

Tabela 13. Taxa de crescimento na quantidade produzida (%)

	Brasil	Sergipe	CE	RN	PB	PE	AL	BA
Total								
2018-17 / 2013-12								
2013-12 / 2008-07								
Abacaxi								
2018-17 / 2013-12	-1,4	37,2	-95,5	-51,4	20,3	87,8	595,8	-63,4
2013-12 / 2008-07	-4,1	24,0	-88,2	30,4	-16,2	-42,8	-14,6	-32,3
Banana								
2018-17 / 2013-12	-3,3	-37,9	1,4	44,8	-11,5	-0,8	151,1	-23,0
2013-12 / 2008-07	-2,1	-33,9	-2,1	-3,5	-42,9	-0,8	-11,4	-21,6
Cana-de-açúcar								
2018-17 / 2013-12	1,1	-35,1	-67,3	-6,1	-7,6	-14,2	-39,7	-31,6
2013-12 / 2008-07	24,6	31,4	-18,8	1,7	-4,5	-27,3	3,0	14,0
Coco-da-baía								
2018-17 / 2013-12	-21,7	-22,2	-7,8	16,7	-37,5	7,0	68,7	-37,9
2013-12 / 2008-07	-3,9	17,7	2,9	-2,0	-9,5	-14,2	-3,2	-4,7


	Brasil	Sergipe	CE	RN	PB	PE	AL	BA
Goiaba								
2018-17 / 2013-12	49,2	-22,8	35,5	28,7	-22,3	54,4	700,2	479,3
2013-12 / 2008-07	10,5	202,0	94,7	-15,0	-44,6	5,5	35,8	-41,2
Laranja								
2018-17 / 2013-12	-3,8	-46,4	-35,2	-54,2	-22,5	-4,9	329,2	-37,5
2013-12 / 2008-07	-4,5	-5,7	-17,8	-31,0	-1,2	-0,5	7,3	-0,7
Mandioca								
2018-17 / 2013-12	-18,8	-54,5	42,8	17,8	-2,6	-9,1	44,7	-67,3
2013-12 / 2008-07	-16,4	-12,3	-54,1	-72,2	-50,0	-50,2	-0,4	-54,1
Manga								
2018-17 / 2013-12	3,0	-9,1	-2,4	15,8	-22,0	67,5	88,4	-5,1
2013-12 / 2008-07	-3,6	-22,9	6,4	5,9	-48,2	16,1	-27,4	-22,2
Milho								
2018-17 / 2013-12	19,1	-4,1	258,6	94,3	138,2	130,6	463,1	4,7
2013-12 / 2008-07	36,3	20,6	-78,8	-82,4	-82,4	-84,8	-87,9	13,4

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE)

Produtividade

A Tabela 14 informa sobre a produtividade da agricultura sergipana em relação ao Brasil. A métrica adotada, rendimento médio da produção (toneladas/área colhida) é totalmente técnica. Por não envolver valores monetários, a comparação com a média nacional não é afetada por diferenciais de preços que seriam obtidos em virtude de peculiaridades do mercado local. Os números presentes na tabela informam a distância percentual da produtividade sergipana em relação ao Brasil. Valores negativos (positivos) indicam produtividade inferior (superior) à média nacional e zero indica o mesmo nível de produtividade.

A manga é a cultura, entre as analisadas, que possui maior produtividade relativa ao país. Em 2008-07, 2013-12 e 2018-17, a produtividade de Sergipe superou a média nacional em 37%, 34% e 13%, respectivamente. Apesar do desempenho positivo, é notória a redução da distância relativa do Estado em relação ao país. Esse processo não ocorre em função de ganhos de produtividade ocorridos na média nacional, mas em função do decréscimo na produtividade sergipana: a Tabela 14 mostra que a produtividade no Estado variou em -1,0% entre 2013-12 e 2008-07 e -4,6% entre 2018-17 e 2013-12. Embora ainda possua a segunda maior produtividade entre os estados do Nordeste (20,8 toneladas/hectare contra 31,7 em Pernambuco), Sergipe ocupava, em 2008-07, a primeira colocação, quando produzia 22,1 toneladas/hectare contra 18,7 em Pernambuco e 20,8 na Bahia. Aparentemente, há espaço para melhoria na produtividade.




Além da manga, o abacaxi é a única cultura cuja produtividade em 2018-17 não ficou aquém da nacional. Mais interessante é que ocorreu, desde 2008-07, redução contínua do atraso produtivo do estado em relação à média do país. Esse processo deve-se i) à ampliação na produtividade da cultura no Sergipe em 7,7% entre 2013-12 e 2008-07, contra 2,6% no país e ii) ao posterior declínio de 5,0% na média nacional. Entre os estados analisados, a Paraíba possuía, em 2018-17, a maior produtividade (32,3 toneladas por hectare), seguida pelo Rio Grande do Norte (25,8). Sergipe teve o terceiro melhor desempenho (24,6 toneladas por hectare).

A produtividade sergipana de coco-da-baía, embora tenha sido 12% inferior à média nacional no biênio 2018-17, vem se ampliando e permitindo uma convergência à média do país. Entre 2018-17 e 2013-12, a produtividade foi ampliada em 4,1% e entre 2013-12 e 2008-07 o acréscimo foi de impressionantes 27,5%. Apesar de ser umas das mais relevantes culturas do Estado e apresentar a terceira maior produção nacional (12,38% da produção do Brasil), atrás apenas da Bahia e do Pará, a produtividade é relativamente baixa. Enquanto em Sergipe foram produzidas 6,6 toneladas por hectare, na Bahia a relação foi de 7,6 e em Pernambuco de 18,4. Espírito Santo, responsável por 8,8% da produção nacional, produziu 14,1 toneladas por hectare no biênio 2018-17.

A cana-de-açúcar, outra importante cultura em Sergipe, tem mantido produtividade bem inferior à média nacional, sendo que a desvantagem em relação ao Brasil chegou a 32% em 2018-17. O distanciamento foi ampliado frente ao biênio 2013-12 devido à redução na produtividade de 20,3%. Tendo produzido 50,6 toneladas por hectare em 2018-17, o desempenho também é fraco frente a outros estados nordestinos, já que a produtividade na Bahia foi de 63,2, em Alagoas de 56,0, na Paraíba de 54,6 e no Rio Grande do Norte de 59,7. Apenas Pernambuco obteve resultado pior, produzindo 50,1 toneladas por hectare. Em 2013-12, a produtividade sergipana foi a segunda mais elevada da região, atingindo 63,5 toneladas/hectare, ligeiramente inferior ao desempenho de Alagoas (63,6), que liderou o Nordeste nesse quesito.

A produtividade da laranja também encontra-se muito baixa: 60% inferior à média nacional em 2018-17, 47% em 2013-12 e 37% em 2008-07. Houve, assim, deterioração do desempenho estadual. Em relação a estados vizinhos, enquanto a produtividade sergipana era de 11,3 toneladas/hectare em 2018-17, alcançou 14,8 em Alagoas e 12,6 na Bahia. Vale observar que, em 2008-07, Sergipe produzia 14,1 toneladas por hectare, enquanto em Alagoas a relação foi de 8,6 e na Bahia de 17,2. Considerando o desempenho histórico do estado e de seus vizinhos, fica a impressão de haver grande espaço de melhoria na produtividade sergipana.



Embora a lavoura da banana sergipana seja inexpressiva nacionalmente, a cultura tem contribuído com aproximadamente 3,3% do valor da produção agrícola estadual. A Tabela 14 revela que a produtividade estadual, que alcançou 12,4 toneladas por hectare em 2018-2017, foi 15% inferior à média nacional. No mesmo biênio, a produtividade de Alagoas foi de 14,6 ton./hect. e o Rio Grande do Norte, detentor da mais elevada produtividade nacional, alcançou 28,1 toneladas por hectare. O comparativo com estados vizinhos sugere potencial de melhoria na produtividade sergipana, algo que fica mais explícito pela dinâmica da produtividade, que declinou em 5,8% entre 2018-17 e 2013-12 e em 11,5% entre 2013-12 e 2008-07, biênio em que produziu-se 14,9 toneladas por hectare, 8% acima da média nacional.

A apresentação de informações referentes à goiaba não se deve à expressividade da cultura em Sergipe, pois ocupou apenas 0,1% da área plantada ou destinada à produção em 2018-2017 e contribuiu somente com 0,5% do valor da produção agrícola do estado. A razão para incluir a goiaba no estudo é para se fazer um comparativo com o Estado do Pernambuco, segundo maior produtor brasileiro em 2018-2017 e maior gerador de valor da produção da cultura, 31,4% e 37,8% respectivamente. São Paulo produziu 35,6% do total nacional e contribuiu com 27,5% do valor da produção.

A goiaba ganhou espaço na agricultura pernambucana, sendo hoje responsável por 7,5% do valor da produção agrícola estadual, enquanto que, em 2008-2007, a contribuição era de 2,9%. Além disso, a produtividade no Estado é a mais elevada no país, tendo sido de 35,5 toneladas/hectare em 2018-2017, mas partindo de 26,3 em 2008-07. Em Sergipe, colheu-se 17,9 toneladas por hectare no último biênio analisado, enquanto na Bahia a relação foi de 23,6. Embora tenha havido avanços, já que Sergipe colheu 8,0 toneladas por hectare em 2008-07, o desempenho em estados vizinhos sugere a possibilidade de ampla melhoria estadual, o que resultaria em opção adicional de cultura com boas perspectivas de lucro no Estado.

Saindo da fruticultura, vale a pena explorar a produtividade do milho, pois trata-se da cultura que mais utiliza terra e que mais contribui para o valor da produção agrícola sergipana. Apesar dessa relevância, nota-se, na Tabela 14, que a produtividade estadual é muito inferior à nacional. A melhoria ocorrida entre 2013-12 e 2008-07, de 57,8%, permitiu reduzir a desvantagem em relação ao país, mas o decréscimo ocorrido entre os últimos biênios (-1,3%) elevou novamente a distância da produtividade em relação à média brasileira, que passou a ficar 24% mais baixa.

No caso do milho, a desvantagem em relação à média nacional deve ser realmente analisada com cautela, tendo em vista que no país há estados extremamente eficientes na produção do grão, como é o caso dos estados do centro-oeste. Ainda assim, vale registrar que a produtividade sergipana em 2018-2017, de 4,09 toneladas por hectare, não ficou muito distante da observada em Mato Grosso do Sul (4,6). Comparativamente ao nordeste, apenas

a Bahia possui produtividade similar, tendo atingido 4,11 toneladas por hectare no último biênio estudado. Talvez a relativa elevada produtividade estadual explique a relevância da cultura no que tange a área cultivada e valor da produção estadual.

A mandioca também merece atenção especial, pois é responsável por parcela significativa do valor da produção agrícola estadual: 9,6% em 2018-17, 18% em 2013-12 e 12,2% em 2008-07. No Nordeste, a cultura apresenta-se tão relevante apenas em Alagoas, com a relevância da cultura tendo atingido 3,06%, 6,2% e 11,2% nos biênios estudados. Apesar da relevância, a produtividade sergipana ficou 11% abaixo da média nacional em 2018-17, após ter apresentado resultados superiores em 2013-12 e 2008-07. O resultado inferior à média nacional foi devido à queda de 12,6% na produtividade no último biênio. Apesar desses resultados, Sergipe tem se mantido como aquele que possui a maior produtividade entre os estados nordestinos, 13,0 toneladas/hectare em 2018-17, seguido por Alagoas (11,5 toneladas/hectare). Vale registrar, contudo, que a produtividade do Paraná e de São Paulo, que contribuíram com 18,1% e 6,2% da oferta nacional de mandioca (segundo e terceiro maiores produtores, respectivamente), tem oscilado em torno de 23,5 toneladas por hectare desde o primeiro biênio aqui analisado.

Tabela 14. Produtividade de culturas da agricultura de Sergipe – toneladas produzidas/área colhida: distância percentual em relação ao Brasil (%)

Biênio	Aba-caxi	Bana-na	Cana-de-açúcar	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Man-dioca	Manga	Milho
2018-17	0	-15	-32	-12	-29	-60	-11	13	-24
2013-12	-5	-8	-15	-16	-23	-47	7	34	-19
2008-07	-10	8	-21	-30	-61	-37	5	37	-33

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE), elaboração própria.

Os valores referem-se às médias dos biênios apresentados na primeira coluna. Os valores indicam a distância percentual em relação à produtividade nacional, sendo que zero indica produtividade idêntica ao Brasil.

Tabela 15. Taxa de crescimento na produtividade de culturas da agricultura de Sergipe (%)

Biênio	Aba-caxi	Bana-na	Cana-de-açúcar	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Man-dioca	Manga	Milho
2018-17/ 2013-12	-0,3	-5,8	-20,3	4,1	0,7	-14,9	-12,6	-4,6	-1,3
2013-12 / 2008-07	7,7	-11,5	1,8	27,5	122,4	-6,0	0,5	-1,0	57,8

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE), elaboração própria.

A produtividade refere-se à quantidade produzida por hectare.

De uma forma geral, as análises revelam que a agricultura sergipana possui posição de destaque em diversas culturas, principalmente o coco-da-baía e a laranja. Contudo, fica a impressão de que há potencial desperdiçado na agricultura do Estado. Essa observação deve-se à similaridade climática do Estado com seus vizinhos. É conhecido, por exemplo, que a

fruticultura pernambucana tem se beneficiado pela intensa irrigação propiciada pelo Rio São Francisco, que permitiu ao Estado produzir intensivamente diversas culturas, como manga e mesmo uva.

Não é possível determinar as culturas que viriam a ser produzidas em Sergipe caso houvesse uma intensificação da irrigação. Como há custo de substituição de algumas lavouras já estabelecidas, como laranja e coco-da-baía, pode ser que ambas manteriam seus papéis de destaque. Independentemente da escolha que viria a ser feita pelos empresários do setor, a oferta de infraestrutura de irrigação possibilitaria ter opções adicionais de escolha, pois alteraria a expectativa de rentabilidade das lavouras. E mesmo que as culturas atuais prevalecessem no Estado, as análises sugerem haver grande espaço para melhoria da produtividade, o que inclusive permitiria a geração de mais excedentes a serem utilizados em atividades industriais derivadas da produção dos produtos agrícolas.

3.4. Aquicultura

Essa seção avalia as informações econômicas sobre a aquicultura sergipana. A Tabela 16, a seguir, detalha a contribuição de cada item para a produção total em 2017. Dos R\$ 68,6 milhões gerados pelo setor em 2017, o camarão contribuiu com 72,31% (R\$49,6 milhões), tendo a quantidade produzida expandida em 12,28% entre 2013 e 2017. O tambaqui e a tilápia contribuíram, respectivamente, com 12,59% e 8,44% do valor da produção, mas ambos tiveram queda em relação a 2013, de 50,98% e 40,41%, respectivamente.

Tabela 16. Aquicultura em Sergipe – Valor da produção em 2017 e variação na quantidade produzida de 2013 a 2017.

Especificação	Valor da produção (mil reais)		Variação na quantidade produzida 2017/2013 (%)
	Mil reais de 2017	Percentual	
Total	68.644	100	
Carpa	8	0,01	-65,51
Curimatã, curimbatá	712	1,04	xx
Matrinchã	35	0,05	-99,15
Pacu e patinga	6	0,01	xx
Piau, piapara, piauçu, piava	80	0,12	xx
Pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim	1.257	1,83	7240,63
Pirarucu	7	0,01	25,00
Tambacu, tambatinga	19	0,03	-95,50
Tambaqui	8.643	12,59	-50,98
Tilápia	5.793	8,44	-40,41
Tucunaré	1	0,00	Xx
Outros peixes	59	0,09	5,92

Especificação	Valor da produção (mil reais)		Variação na quantidade produzida 2017/2013 (%)
	Mil reais de 2017	Percentual	
Alevinos	1.406	2,05	5,70
Camarão	49.639	72,31	12,28
Larvas e pós-larvas de camarão	907	1,32	xx
Ostras, vieiras e mexilhões	73	0,11	xx

Fonte: Produção Pecuária Municipal (IBGE).

As células marcadas com xx indicam impossibilidade de cômputo da taxa de crescimento, uma vez que as informações não foram divulgadas pelo IBGE em 2013, em alguns casos porque a produção foi inexistente.

Em função da relevância do camarão, a Tabela 17 traz informações específicas relacionadas à produção do crustáceo entre estados do Nordeste, permitindo melhor comparação. Inicialmente, foi feita comparação entre a produção (em quilos) e a extensão do litoral de cada estado. Essa métrica revela que Sergipe produziu, em 2017, 17 toneladas do crustáceo por quilômetro de litoral, valor bem superior a Alagoas (2,7 toneladas/km) e Pernambuco (11,6 toneladas/km). Esses dois estados servem como principais referências, pois, pela proximidade, é provável que possuam características litorâneas mais similares às de Sergipe. O melhor aproveitamento foi do Piauí (41,3 toneladas/km), seguido pelo Rio Grande do Norte (37,6 toneladas/km) e Ceará (20,7 toneladas/km). De 2013 para 2017, apenas Sergipe e Paraíba tiveram acréscimos na produtividade por quilômetro de litoral. O destaque negativo foi Ceará, que viu sua produtividade cair de 59,2 toneladas/km em 2013 para 20,7 em 2017.


Tabela 17. Camarão – quilos produzidos por quilômetro de litoral estadual, percentual da produção brasileira e percentual do valor da produção brasileira. (2017 e 2013)

Estado	Quilos de camarão por km de litoral (quilos/km)*		Percentual da produção brasileira (%)		Percentual do valor da produção nacional (%)	
	2017	2013	2017	2013	2017	2013
Piauí	41.257	56.075	6,6	5,7	5,9	5,6
Ceará	20.694	59.249	28,9	52,5	27,0	51,7
R.G. Norte	37.645	41.422	37,6	26,3	44,9	29,2
Paraíba	22.210	7.385	6,3	1,3	5,4	1,3
Pernambuco	11.757	17.334	5,4	5,0	5,2	5,3
Alagoas	2.740	xx	1,5	xx	1,4	xx
Sergipe	17.090	15.222	6,8	3,8	5,6	3,3
Bahia	2.239	3.228	5,1	4,7	3,1	2,8

Fonte: Produção da Pecuária Municipal (IBGE), construção própria.

* Os quilômetros referem-se à totalidade de litoral de cada estado, e não à extensão do litoral efetivamente utilizado na atividade de pesca do crustáceo, uma vez que essa estatística não é observada. As informações de 2013 para Alagoas, marcada como xx, não estão disponíveis na pesquisa do IBGE.

Em relação à relevância na produção nacional, Sergipe contribuiu com 6,8% da produção em 2017, contra 3,8% em 2013. De forma similar, o valor da produção sergipana foi de 5,6% da nacional, em 2017, contra 3,3%, em 2013. Em 2017, a maior contribuição na quantidade



produzida veio do Rio Grande do Norte (37,6%), seguida pelo Ceará (28,9%). Apesar de contribuir com 37,6% da produção nacional em 2017, chama atenção que o valor da produção potiguara representou 44,9% do total nacional.

Como mostra a Tabela 16, o cultivo da tilápia e do tambaqui também possuem destaque na aquicultura sergipana. Em função desses resultados, resolveu-se apresentar, na Tabela 18, a seguir, análises específicas do cultivo dessas espécies de água doce. Nota-se que ambas espécies são bastante relevantes para a geração de valor em nível nacional, tendo o tambaqui contribuído com 16,2% do valor da produção da aquicultura brasileira em 2017 e a tilápia com 35%. Ainda chama atenção o fato dessa última espécie ter aumentado sua relevância em praticamente 10 pontos percentuais em relação a 2013, quando seu valor da produção representava 25,1% do total do setor.

Tanto em Sergipe como em Alagoas ocorre um fenômeno bastante peculiar, que é a grande importância do tambaqui na geração de valor da produção. No primeiro, o peixe contribuiu com 12,6% em 2017, mas representou 35,6% em 2013. No segundo também ocorreu queda, já que em 2017 o tambaqui foi responsável por 29,7% do valor da produção, tendo chegado a 46,3% em 2013.

Também ocorreu, entre 2013 e 2017, redução da contribuição da tilápia para a geração de valor da produção da aquicultura sergipana. Em 2013, a espécie respondeu por 13,4% do total, tendo passado para 8,4% em 2017. Essa queda foi em direção oposta ao verificado em boa parte dos estados e do país, que tiveram elevação na representatividade da tilápia no valor da produção. Chama ainda atenção a representatividade da espécie mesmo em estados que possuem litoral, como é o caso de Alagoas e Pernambuco.

Tabela 18. Tambaqui e tilápia: participação no valor da produção da aquicultura local em 2013 e 2017 (%).

Local	Participação % no valor da produção da aquicultura local em 2017		Participação % no valor da produção da aquicultura local em 2013	
	Tambaqui	Tilápia	Tambaqui	Tilápia
Brasil	16,2	35,0	15,7	25,1
Maranhão	34,3	10,4	48,4	6,2
Piauí	32,4	13,4	36,8	5,0
Ceará	0,0	20,2	0,0	29,2
R.G. do Norte	0,0	4,1	0,2	5,9
Paraíba	0,2	28,9	0,3	34,8
Pernambuco	0,2	71,1		29,1
Alagoas	29,7	50,7	46,3	36,9
Sergipe	12,6	8,4	35,6	13,4
Bahia	5,3	65,3	5,9	49,2
Minas Gerais	1,3	80,9	2,0	78,2
Espírito Santo	1,0	78,4	1,2	70,6
Rio de Janeiro	0,7	59,4	2,5	53,5
São Paulo	0,2	79,3	1,3	79,2
Paraná	0,0	81,8	0,0	73,9
Santa Catarina	0,0	46,9	0,0	41,2
R.S. do Sul	-	22,2	-	15,0
MS	1,2	65,4	0,6	33,9
MT	8,4	0,9	11,8	0,9
Goiás	9,8	43,0	19,6	21,8

Fonte. Produção da Pecuária Municipal (IBGE).

Por fim, a Tabela 19 permite comparar a produção de tilápia e tambaqui em diversos estados e a taxa de crescimento na produção das espécies entre 2013 e 2017. É possível notar que a redução na produção sergipana de tilápia e tambaqui, entre 2013 e 2017, não foi observada em Alagoas, Estado vizinho onde a produção expandiu-se, respectivamente, em 2.632% e 1.183%. A tabela também serve como referência sobre a quantidade que vem sendo produzida em estados próximos a Sergipe e que possuem condições naturais similares. Em 2017, a produção de tilápia em Alagoas atingiu 6.793 toneladas, em Pernambuco foi de 20.530 toneladas (a maior do Nordeste), na Paraíba chegou a 2.338 e no Rio Grande Norte a 2.123 toneladas.

Tabela 19. Produção de tilápia e tambaqui em 2017 e 2013 e taxa de crescimento no período.

Local	Produção de tilápia			Produção de tambaqui		
	Toneladas em 2017	Toneladas em 2013	Taxa de cresc. (%)	Toneladas em 2017	Toneladas em 2013	Taxa de cresc. (%)
Brasil	281.235	169.306	66	108.286	88.719	22
MA	2.755	774	256	10.501	8.918	18
Piauí	1.979	600	230	4.841	4.559	6
Ceará	10.204	30.634	-67	12	14	-10
RN	2.123	2.230	-5	20	96	-79
Paraíba	2.338	952	146	16	7	136
PE	20.530	3.094	563	35	-	-
Alagoas	6.793	249	2.632	3.959	309	1.183
Sergipe	819	1.374	-40	1.672	3.411	-51
Bahia	15.638	8.197	91	982	970	1
MG	28.998	14.329	102	363	238	52
ES	3.662	6.289	-42	26	53	-51
RJ	1.168	887	32	14	44	-68
SP	42.788	24.329	76	56	370	-85
PR	92.337	44.748	106	2	1	139
SC	24.155	16.472	47	2	1	183
RS	3.077	2.330	32	-	-	-
MS	10.818	2.794	287	152	44	244
MT	398	559	-29	3.354	9.734	-66
Goiás	9.520	7.371	29	1.557	4.283	-64

Fonte: Produção da Pecuária Municipal (IBGE)

Embora Sergipe tenha ampliado a produção de camarão, os dados revelam retrocesso na produção dos dois principais peixes de água doce, o tambaqui e a tilápia. A comparação com 2013 e com o desempenho de estados vizinhos revela haver grande potencial para retomada da expansão na produção. Importante, contudo, compreender mais detalhadamente os motivos que levaram ao declínio ocorrido, trabalho que deve ser coordenado pela secretaria da agricultura em parceria com órgãos como a Embrapa e a Federação da Agricultura.

Olhando prospectivamente, num cenário em que mercados externos mais exigentes podem se abrir para o brasileiro, é crucial que haja bons mecanismos de fiscalização e controle sanitário de frigoríficos. Inspeções constantes devem ser realizadas. Padrões de controle e qualidade exigidos pelos principais mercados internacionais, como o chinês, americano e europeu, devem ser adotados. Por fim, formas de atrair compradores externos para os produtos sergipanos devem estar no foco para quando a produção for novamente ampliada, garantindo um fluxo mais contínuo de vendas e permitindo diversificar riscos associados às oscilações no consumo doméstico em função de instabilidades macroeconômicas, tão comuns no Brasil.

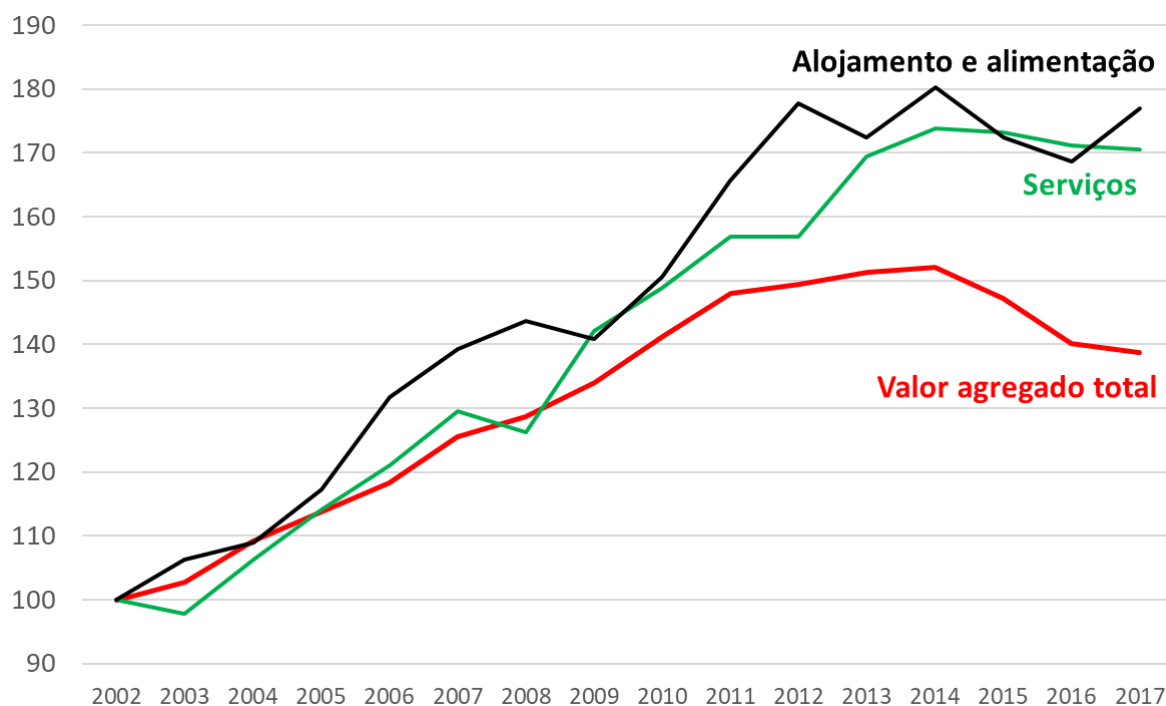


3.5. Turismo

O turismo ainda contribui pouco com a geração de renda e emprego no Brasil se comparado a diversos países, principalmente considerando os diversos atrativos naturais que possuímos. Motivos como renda menor da população brasileira e de seus vizinhos explicam parte desse desempenho. A grande distância geográfica dos países mais ricos e elevados custos de passagens aéreas internacionais e domésticas também influenciam o desempenho. Apesar desses fatores estarem fora da possibilidade de serem alterados por governos estaduais, ainda assim é possível conjecturar que Sergipe tem potencial a ser explorado com o turismo. Essa afirmação surge das comparações com estados vizinhos, que serão vistas no restante dessa seção.

A Figura 13 mostra a evolução do valor agregado total do Estado de Sergipe, dos serviços (que inclui tanto serviços como comércio) e apenas dos serviços de alojamento e de alimentação, esses dois relacionadas ao setor de turismo. É nítido que o desempenho de ambos tem sido, nos últimos anos, bem melhor à da totalidade das atividades econômicas do Estado. Esse desempenho ocorre não apenas na saída da crise de 2014 a 2016, mas foi uma tendência do século atual. Essa observação é importante por revelar que, a despeito da queda na produção de petróleo sofrida ao longo da década de 2010, responsável por boa parte da retração do PIB estadual, o desempenho dos serviços de alojamento e alimentação foi superior. A constatação ainda permite inferir que efeitos adversos no turismo de negócio, provocados pela queda na produção mineral, tiveram impacto restrito nas atividades relacionadas ao turismo.

Figura 13. Evolução do valor agregado total, dos serviços e dos serviços de alojamento e alimentação – Sergipe, 2002 – 2017 (índice, 2002 = 100)




Fonte: IBGE. Construção própria.

Apesar do PIB do setor de serviços de alojamento e alimentação ter tido um desempenho bem melhor ao observado no PIB estadual, como ele tem se comportado dentro do país e qual a relevância do setor na atividade econômica estadual? A Tabela 20 procura elucidar essas questões.

Na metade direita da Tabela 20 é possível verificar a relevância no total estadual das seguintes atividades: totalidade dos serviços de alojamento e de alimentação, apenas os hotéis e similares, dos serviços de alimentação (sendo esses dois componentes do primeiro) e da atividade de agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas. É avaliada a relevância dessas atividades em relação às seguintes três variáveis: número de empresas, população ocupada e salários e remunerações. São reportados os resultados para os anos de 2006, 2011 e 2017.

Em 2017, 5,76% das empresas sergipanas pertenciam ao setor de alojamento e serviços de alimentação, que empregava 3,60% da população forma e era responsável por 1,72% dos salários e remunerações pagas no Estado. As atividades hoteleiras e similares aglutinavam 0,83% das empresas, empregando 0,74% e pagando salários e remunerações correspondentes a 0,40% do que era pago no Estado. Já os serviços de alimentação detinham 4,82% das empresas estaduais, empregando 2,82% da mão de obra formal e pagando salários e remunerações equivalentes a 1,31% do total do Estado. Por fim, 0,36% das empresas



sergipanas atuava como agências e viagens, operadores turísticos e serviços de reservas, sendo responsável por gerar 0,16% dos empregos formais e 0,10% dos salários e remunerações pagas em Sergipe.

Na metade à esquerda da tabela encontram-se as informações referentes à participação das atividades econômicas de Sergipe no total da atividade nacionalmente. Essa análise é interessante, pois permite verificar o que ocorre em Sergipe no contexto das tendências e ciclos nacionais.

De uma forma geral, observa-se que o setor de alojamento e serviços de alimentação ampliou sua participação no total das empresas do setor em nível nacional, tendo contribuído com 0,55% das empresas do setor, em 2017, contra 0,38%, em 2006, refletindo o aumento da representatividade das unidades que ofertam serviços de alimentação: 0,34% em 2006 versus 0,52% em 2017.

Apesar dessa elevação, é interessante observar que a participação do Estado na população ocupada dos setores em questão foi praticamente constante. De forma agregada, a população ocupada nos serviços de alojamento e alimentação sergipanos representaram 0,65% do setor em nível nacional em 2006, 2011 e 2017. A mesma constância é observada em “Hotéis e similares” (0,83%) e nos “Serviços de alimentação” (em torno de 0,61%). A evolução da massa salarial paga pelo setor em Sergipe, embora oscilante ao longo dos anos, permite refutar que tenha havido ganho percentual do Estado em relação ao país.

O comparativo em relação ao país permite chegar a algumas conclusões. Primeiramente, ganhos verificados do setor em relação ao PIB local seguiu uma tendência nacional que beneficiou todo o setor, que tende a ganhar mais espaço na medida que a renda da população aumenta. Mudanças demográficas, com famílias menores e em que ambos homem e mulher participem similarmente da força de trabalho, também influencia na expansão de serviços de alimentação, que atende não apenas turistas, mas também à população local. Outra conclusão possível é que a expansão no número de estabelecimentos resultou em empresas com menor número de funcionários, mas essa análise será deixada para mais adiante.

Tabela 20. Participação de setores econômicos de Sergipe no total do setor no Brasil e participação de setores de Sergipe no total do próprio estado. (%)


Ano	Setores de Sergipe (% do setor no Brasil)			Setores de Sergipe (% em Sergipe)		
	Número de empresas	População ocupada	Salários e remunerações	Número de empresas	População ocupada	Salários e remunerações
Número de empresas e outras organizações em todos setores de atividade						
2006	0,53	0,75	0,59	100,00	100,00	100,00
2011	0,56	0,79	0,65	100,00	100,00	100,00
2017	0,58	0,78	0,65	100,00	100,00	100,00
Serviço de alojamento e alimentação						
2006	0,38	0,66	0,64	4,38	3,22	1,64
2011	0,45	0,65	0,70	5,00	3,28	1,84
2017	0,55	0,65	0,53	5,76	3,60	1,72
Hotéis e similares						
2006	0,76	0,83	0,62	0,81	0,75	0,38
2011	0,77	0,83	0,71	0,78	0,69	0,38
2017	0,80	0,83	0,64	0,83	0,74	0,40
Serviço de alimentação						
2006	0,34	0,62	0,65	3,49	2,44	1,24
2011	0,41	0,61	0,69	4,10	2,54	1,44
2017	0,52	0,61	0,51	4,82	2,82	1,31
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas						
2006	0,70	X	X	0,48	X	X
2011	0,61	0,82	0,81	0,41	0,21	0,17
2017	0,55	0,67	0,45	0,36	0,16	0,10

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Construção própria.

A letra X indica que o IBGE não revelou as informações para que não fosse possível identificar o informante.

A Tabela 21, a seguir, informa sobre o número de pessoas ocupadas por unidades empresariais em dois subsetores de atividade do setor de serviço de alojamento e alimentação: “hotéis e similares” e “serviços de alimentação”. Além dos valores para o Brasil, Sergipe e alguns estados nordestinos, também são apresentados resultados para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Este, por ser o principal destino para turismo de negócios do país, serve como referência em uma dimensão. O Rio de Janeiro, por outro lado, além de ser o principal destino para turismo de lazer do Brasil, também é o segundo destino para turismo de negócios do país, servindo assim como importante referência.

Ao analisar os dados, cuidados devem ser tomados para não associar diretamente o indicador proposto como mensurador de produtividade, onde ter uma menor proporção de pessoas trabalhando por empresa seria algo vantajoso. Tal interpretação apenas poderia ser feita se o numerador estivesse associado a alguma medida de desempenho, como faturamento, algo que não possuímos.



Focando agora nos resultados, é interessante notar que, salvo algumas exceções, as variações ao longo do tempo não indicam ter ocorrido grandes alterações estruturais de 2006 a 2017, principalmente na atividade de hotéis e similares. Em 2006, cada unidade do setor, localizada em Sergipe, utilizava, em média, 12 trabalhadores, contra 12,3 em 2017. Na Bahia e na Paraíba, de 2006 a 2017, houve elevação de 2 trabalhadores por empresa, que saíram de 10,1 e 10,4, respectivamente, para 12,0 e 12,4, aproximadamente 20% de incremento. Em Alagoas, a distância entre os valores de 2017 e 2006 foi menor, já que o indicador alcançou 16,0 em 2017 contra 15,3 em 2006. Contudo, em relação a 2011, houve incremento substancial, já que naquele ano cada unidade empresarial do setor utilizava, em média, 14,1 trabalhadores. Em direção oposta está Rio Grande do Norte, onde ocorreu redução desde 2006, quando a razão esteve em 15,0, tendo atingido 13,2 em 2017.

A relativa estabilidade da relação “população ocupada por unidade empresarial” em Sergipe ocorre em nível relativamente baixo se comparado ao dos estados próximos e com apelo turístico, já que em 2017 o valor foi de 12,3, mais elevado apenas que na Bahia (12,0) e quase idêntico ao de Sergipe (12,4). No Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, a razão é bem mais elevada. É provável que o motivo seja a presença de estabelecimentos maiores, que atendam a um número maior de hóspedes e que talvez possuam mais atrativos em suas áreas de lazer. Outra possibilidade seria a oferta de mais serviços dentro dos estabelecimentos, o que necessitaria de mais funcionários em cada unidade. Os resultados para o Rio de Janeiro, onde em 2017 havia em média 18,4 pessoas ocupadas por estabelecimento, sugerem que ter um indicador mais elevado possa estar associado a ganhos de escala e melhor oferta de serviços.

Embora apenas o empresário do setor seja capaz de determinar o que seria melhor para o seu empreendimento, é importante prospectar se legislações de uso e ocupação do solo e regulações possam estar atuando para inibir a presença de empreendimentos maiores. Se esse for o caso, cabe ao Estado atuar junto a prefeituras e órgãos regulatórios para tais marcos para que os empresários do setor possam adequar seus estabelecimentos para ofertarem maior variedade de produtos e serviços aos turistas.

Já no caso dos serviços de alimentação, ocorre um movimento oposto com os estabelecimentos sergipanos utilizando um número de pessoas ocupadas relativamente superior ao dos demais estados vizinhos. Apesar da diferença, não parece que haja nada específico nessa atividade que alterações poderiam resultar em ampliação das atividades voltadas aos turistas.

Tabela 21. População ocupada por unidade empresarial

Ano	Brasil	Sergipe	RN	PB	PE	AL	BA	RJ	SP
Hotéis e similares									
2006	11,1	12,0	15,0	10,4	14,9	15,3	10,1	17,8	12,8
2011	11,9	12,8	14,2	12,0	15,7	14,1	11,3	19,8	13,0
2017	11,8	12,3	13,2	12,4	14,7	16,0	12,0	18,4	13,3
Serviço de alimentação									
2006	5,0	9,1	6,2	5,8	6,3	5,8	5,5	7,9	5,0
2011	6,0	9,0	6,9	6,4	7,7	7,1	6,2	8,9	6,3
2017	6,9	8,1	6,9	7,1	8,2	7,6	6,6	9,0	7,6

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Construção própria.

Relevância Estadual

As próximas três tabelas mostram a relevância das atividades hoteleiras, de serviços de alimentação e de “agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas” no Brasil, em Sergipe, em outros estados do Nordeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo, esses dois sendo apresentados para servirem de referência em função de suas relevâncias em turismo de lazer e de negócios. São analisadas três variáveis: salários e outras remunerações, número de empresas e pessoal ocupado.

A primeira delas, salários e remunerações, talvez seja a que mais reflita a influência dos setores para o PIB da região, uma vez que o dado original indica a massa salarial paga. Os dados indicam que, em Sergipe, o setor de hotéis e similares contribui com 0,4% da massa salarial paga no Estado, proporção igual à média nacional. Em ambos os casos, os valores de 2017 são praticamente idênticos aos de 2006. Entre os estados do nordeste apresentados, apenas a Paraíba possui valores similares, enquanto nos demais a proporção verificada em 2017 foi superior: 0,9% no Rio grande do Norte, 0,6% em Pernambuco, 1,1% em Alagoas e 0,9% na Bahia. Chama atenção a evolução ocorrida em Alagoas, que partiu de 0,3% em 2006. No Rio de Janeiro, referência nacional no turismo de lazer e segundo destino para o de negócios, o setor contribui com 0,6% da massa salarial estadual.

Também em Sergipe e na Paraíba os serviços de alimentação contribuem menos com a massa salarial estadual (1,3%) comparativamente aos demais estados analisados: 1,5% na Bahia e 1,7% no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, além de ser o mesmo valor da média nacional. No Rio de Janeiro e em São Paulo, a contribuição do setor chegou a 1,9% e 2,2%, respectivamente, em 2017. Tendo em vista os valores observados para a atividade hoteleira, é razoável imaginar que a baixa contribuição do setor de alimentação sergipano para a massa salarial estadual reflita que os serviços não estão sendo acessados em proporções tão elevadas por turistas como nos estados vizinhos, sendo o consumo dos moradores do Estado

contribuindo mais proporcionalmente para o desempenho do setor que nos demais estados analisados.

No caso das “Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas”, a contribuição de Sergipe se assemelha mais ao observado nas demais localidades, baixa em todas elas.

Tabela 22. Salários e outras remunerações – participação das atividades apresentadas no total do Brasil e do estado indicado. (%)

Ano	Brasil	Sergipe	RN	PB	PE	AL	BA	RJ	SP
Hotéis e similares									
2006	0,4	0,4	1,1	0,3	0,6	0,3	0,8	0,5	0,3
2017	0,4	0,4	0,9	0,4	0,6	1,1	0,9	0,6	0,3
Alimentação									
2006	1,1	1,2	1,1	0,7	1,2	0,4	1,1	1,2	1,4
2017	1,7	1,3	1,7	1,3	1,7	1,7	1,5	1,9	2,2
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas									
2006	0,1	X	0,1	X	0,1	X	0,2	0,1	0,1
2017	0,1	0,1	0,1	X	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Construção própria.

A letra X indica que o IBGE não revelou as informações para que não fosse possível identificar o informante.

A Tabela 23, com estrutura similar à Tabela 22, mostra o percentual de empresas (unidades empresariais) dos setores no total da região. Também nesse quesito, o setor hoteleiro de Sergipe contribui com menos unidades no universo de empresas estaduais (0,8% no total) do que Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. O percentual é similar ao de Pernambuco e superior ao da Paraíba (0,5%) e da média nacional (0,6%). Padrão similar é verificado nos serviços de alimentação, situando-se melhor do que a Paraíba, mas atrás do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. Por fim, assim como na massa salarial, há bastante similaridade entre os estados no percentual de empresas que atuam como Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas.

Tabela 23. Número de empresas e outras organizações – participação das atividades apresentadas no total do Brasil e do estado indicado. (%)

Ano	Brasil	Sergipe	RN	PB	PE	AL	BA	RJ	SP
Hotéis e similares									
2006	0,6	0,8	1,1	0,5	0,7	0,9	1,0	0,6	0,4
2017	0,6	0,8	1,2	0,5	0,8	1,3	1,1	0,6	0,4
Alimentação									
2006	5,5	3,5	3,9	2,5	3,9	4,2	3,7	5,6	6,8
2017	5,4	4,8	5,3	4,0	5,1	5,6	4,6	6,2	5,9
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas									
2006	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,3
2017	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	0,4

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Construção própria.

Finalmente, a análise sobre a contribuição dos setores analisados para o emprego formal do Estado é feita na Tabela 24. Para não alongar, os resultados mostram que, novamente, tanto as atividades de hotelaria como os serviços de alimentação contribuem relativamente menos para o emprego estadual do que observado no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Bahia, superando apenas a Paraíba.

Tabela 24. Pessoal ocupado total – participação das atividades apresentadas no total do Brasil e do Estado indicado. (%)

Ano	Brasil	Sergipe	RN	PB	PE	AL	BA	RJ	SP
Hotéis e similares									
2006	0,7	0,7	1,6	0,5	1,0	0,8	1,2	0,9	0,5
2017	0,7	0,7	1,4	0,6	1,0	1,5	1,4	1,0	0,5
Alimentação									
2006	3,0	2,4	2,3	1,5	2,2	1,5	2,5	3,9	3,6
2017	3,6	2,8	3,2	2,5	3,2	3,2	3,1	4,8	4,4
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas									
2006	0,2	X	0,2	X	0,2	X	0,2	0,3	0,2
2017	0,2	0,2	0,2	X	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Construção própria.

A letra X indica que o IBGE não revelou a informação para que não fosse possível identificar o informante.

Especialização

As próximas três tabelas mostram o quociente locacional de atividades muito relacionadas aos serviços de turismo. Como já destacado anteriormente, a medida é uma *proxy* bastante utilizada para avaliar o nível de especialização que uma região possui em algum setor de

atividade referente a uma outra região mais ampla de referência à qual faz parte. No caso específico a seguir, avalia-se a especialização dos estados em relação ao Brasil. Assim, quando o indicador for superior (inferior) a 1, diz-se que a região é (não é) especializada na atividade em relação ao Brasil. Todos os resultados são para o ano de 2017. Além dos estados mostrados anteriormente, foram adicionadas informações também para Santa Catarina, por se tratar de um estado com relevante atividade industrial, com renda *per capita* elevada, mas que também tem chamado atenção pela atividade de turismo.

Diferentemente das análises anteriores, vale um resumo, pois os resultados obtidos quando se avalia o número de empresas, a população ocupada e a massa salarial vão na mesma direção. No que diz respeito ao setor hoteleiro, Sergipe apresenta-se mais especializado que a média nacional, mas o nível de especialização é inferior ao que ocorre nos demais estados vizinhos, sendo superior apenas aos indicadores da Paraíba.

Em relação ao nível de especialização nos serviços de alimentação, Sergipe acompanha os estados vizinhos, ficando próximos, mas ligeiramente abaixo da unidade. Rio de Janeiro e São Paulo são mais especializados em serviços de alimentação, algo natural de ocorrer em municípios onde a renda é mais elevada.

Tabela 25. Quociente Locacional: participação do número de empresas no setor indicado no total estadual em relação à igual proporção para o Brasil. Ano: 2017

Setor	Brasil	Sergipe	RN	PB	PE	AL	BA	RJ	SP	SC
Alojamento e alimentação	1,0	0,9	1,1	0,8	1,0	1,2	1,0	1,2	1,0	1,0
Hotéis e similares	1,0	1,4	2,0	0,9	1,4	2,1	1,8	1,0	0,6	1,0
Alimentação	1,0	0,9	1,0	0,8	0,9	1,0	0,8	1,2	1,1	1,0
Apoio ao turismo	1,0	0,9	1,1	0,9	1,1	1,1	1,2	1,5	1,0	1,0

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Construção própria.

A letra X indica que o IBGE não revelou a informação para que não fosse possível identificar o informante.

Tabela 26. Quociente Locacional: participação da população ocupada no setor indicado no total estadual em relação à igual proporção para o Brasil. Ano: 2017

Setor	Brasil	Sergipe	RN	PB	PE	AL	BA	RJ	SP	SC
Alojamento e alimentação	1,0	0,8	1,1	0,7	1,0	1,1	1,0	1,3	1,1	1,0
Hotéis e similares	1,0	1,1	2,0	0,8	1,4	2,2	2,0	1,4	0,7	1,2
Alimentação	1,0	0,8	0,9	0,7	0,9	0,9	0,8	1,3	1,2	X
Apoio ao turismo	1,0	0,9	1,1	X	1,1	1,1	1,1	1,2	1,1	0,9

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Construção própria.

A letra X indica que o IBGE não revelou a informação para que não fosse possível identificar o informante.

Tabela 27. Quociente Locacional: participação da massa salarial no setor indicado no total estadual em relação à igual proporção para o Brasil. Ano: 2017

Setor	Brasil	Sergipe	RN	PB	PE	AL	BA	RJ	SP	SC
Alojamento e alimentação	1,0	0,8	1,2	0,8	1,1	1,3	1,1	1,2	1,2	1,1
Hotéis e similares	1,0	1,0	2,3	1,0	1,6	2,7	2,2	1,4	0,7	1,4
Alimentação	1,0	0,8	1,0	0,8	1,0	1,0	0,9	1,1	1,3	X
Apoio ao turismo	1,0	0,7	0,8	X	1,1	0,7	0,8	0,9	1,6	0,7

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Construção própria.

A letra X indica que o IBGE não revelou a informação para que não fosse possível identificar o informante.

Antes de concluir as análises relacionadas ao turismo, vale registrar que atividades ligadas ao setor superam bastante o que os dados aqui apresentados permitem inferir. Por exemplo, as estatísticas expostas não permitem captar serviços de lavanderias terceirizados pelos hotéis, vendas de produtos artesanais e aluguel de carros direcionados apenas para o turismo, ou seja, toda a cadeia econômica que é impulsionada a partir desse setor. Essas restrições também surgem no próprio Anuário do Turismo regularmente divulgado pelo Ministério do Turismo. Em função disso, a cadeia do turismo é bem maior ao exposto nas análises, o que é mais um motivo para orientar ações que ampliem a sua representatividade.

É importante ressaltar que, embora o Brasil ainda seja um país de renda média, portanto com relativo baixo poder de compra, a experiência dos últimos vinte anos, quando a renda da população aumentou, revelou que o setor de turismo cresceu mais que o PIB. Esse fato ocorreu tanto no Brasil como em Sergipe, como os dados aqui demonstraram. Apesar de ciclos adversos recentes, é razoável supor que a tendência será de nova melhoria da renda da população, o que refletirá uma maior demanda por atividades de turismo. Cabe ao poder público preparar-se, eliminando barreiras, preparando a infraestrutura necessária e articulando-se com o setor produtivo, para que haja um melhor aproveitamento do potencial que Sergipe possui.

Como exemplo, as análises feitas sugerem que as unidades hoteleiras sergipanas são relativamente menores que as de seus vizinhos, aonde o potencial turístico encontra-se aparentemente mais bem aproveitado. É provável que unidades maiores sejam mais atrativas pela diversidade de serviços e entretenimento que podem ofertar. A partir desse indicativo, seria importante ao setor público dialogar com a iniciativa privada e entender os motivos por trás da situação constatada. Esse diálogo pode ser capaz de esclarecer restrições que empresários do setor possuem para construção de hotéis em estilo *resort*. Compreendendo essas barreiras, caberá ao poder público articular-se para superá-las, a fim de permitir um melhor aproveitamento do potencial turístico que o Estado possui.



3.6. PIB – Crescimento de Médio e Longo Prazo

O PIB de uma região mede o quanto a localidade produz, em valor de mercado, de bens e serviços em um determinado intervalo de tempo. Dada a definição, é importante conhecermos os fatores que determinam, de forma agregada, a capacidade de oferta de uma localidade.

O arcabouço teórico mais apropriado para se pensar em crescimento de médio e longo prazo de uma região é o modelo de crescimento de Solow, responsável por render ao autor um prêmio Nobel de economia. De forma sucinta, a contribuição teórica diz que o PIB *per capita* de uma região será mais elevado quanto mais elevados forem o estoque de capital físico por trabalhador, a produtividade de cada trabalhador e a eficiência com que as economias conseguem juntar capital físico e trabalho, que são fatores de produção limitados.

Por capital físico entende-se máquinas, equipamentos, instrumentos, computadores, edificações e toda a infraestrutura necessária para a fabricação de bens e serviços. Políticas em esfera nacional determinam, em larga medida, a disposição das empresas realizarem investimento em expansão desses itens, pois expectativas de retorno e as taxas de juros cobradas em financiamentos alinham-se com políticas macroeconômicas em nível federal. Também fica sob a alçada do governo federal obras em rodovias federais, importantes para escoamento da produção e que também permitem o acesso de turistas a seus destinos de preferência.

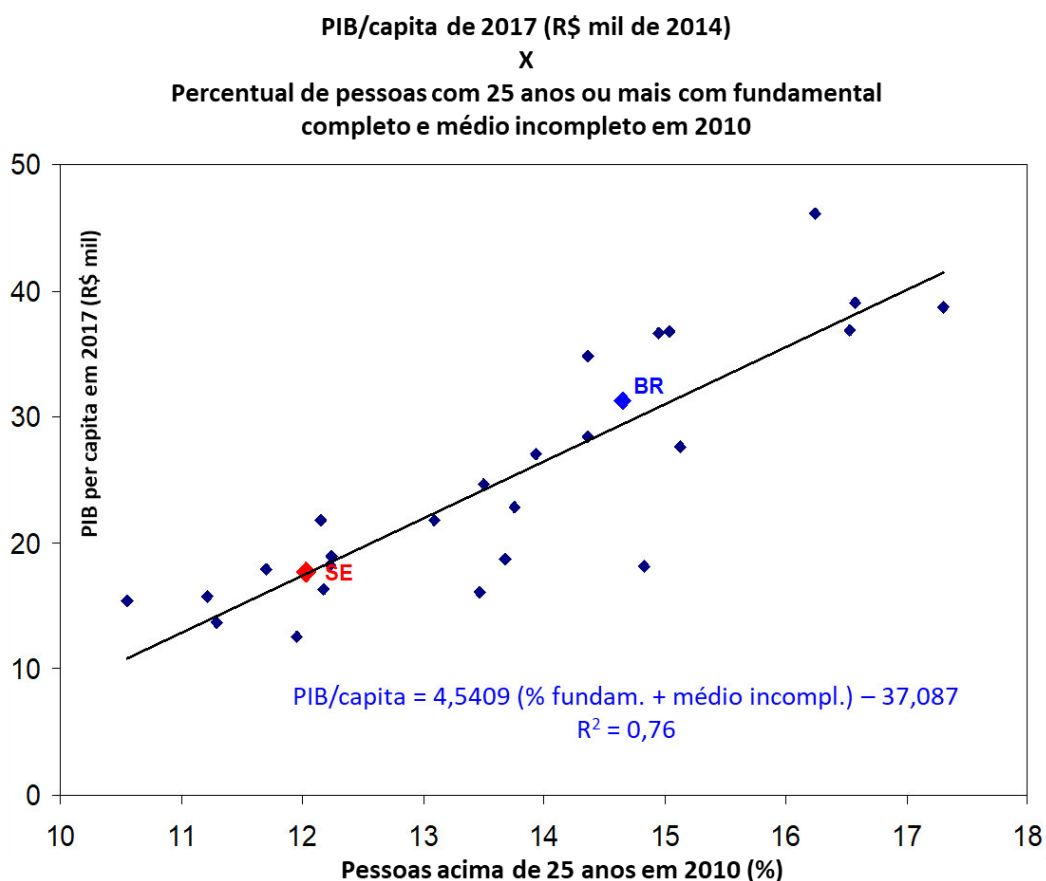
Há espaço, contudo, para o poder público estadual atuar na expansão e manutenção de infraestrutura através de concessões e parcerias com a iniciativa privada. Políticos do Estado, independentemente de suas agremiações partidárias, poderiam agir em bloco para pressionar o Governo Federal a melhorar a qualidade das rodovias que cortam o Estado. Também é possível levar adiante um plano para ampliação de áreas irrigadas coordenado pelo Estado e que teria, entre as incumbências, que eliminar barreiras injustificáveis ao investimento privado. Na verdade, há espaço para o Estado agir como coordenador de políticas de desenvolvimento, atuando de forma incansável junto às diversas esferas para desobstruir entraves burocráticos à realização de investimentos pela iniciativa privada.

Outra dimensão crucial para elevação do PIB de uma região é a produtividade de sua mão de obra, esta função do nível de escolaridade de sua população. A Figura 14 relaciona o PIB *per capita* dos estados em 2017 com seus respectivos níveis de escolaridade em 2010⁵. Especificamente, é considerado o percentual da população acima de 25 anos que possui


⁵ O Distrito Federal não foi incluído na análise para minimizar distorções que poderiam surgir devido à especificidade de concentrar empregos federais, que não necessariamente seguem uma lógica de mercado.

ensino fundamental completo e o médio incompleto. Apesar da análise ser bastante simples, sem ao menos considerar a qualidade da educação, ainda assim é bastante nítida a forte correlação positiva entre ambas, indicando que, em média, estados em que a população é mais escolarizada possuem PIB *per capita* mais elevado. Nesse sentido, é crucial que haja compreensão que nenhum estado alcançará níveis elevados de renda sem que haja uma consistente política de educação, focada na educação básica, com atuação contundente do governo do estado e dos municípios. Mais escolaridade é condição necessária para que uma localidade alcance níveis mais elevados de renda.

Figura 14: Relação do PIB *per capita* dos estados em 2017 com seus respectivos níveis de escolaridade em 2010



Por fim, ganho contínuo de eficiência na alocação de recursos é o outro indutor de expansão de PIB *per capita*. Assim como no caso de investimentos em estrutura física, melhorias de eficiência dependem de políticas na esfera nacional, como, por exemplo, ter uma estrutura tributária menos complexa. Contudo, ainda assim há espaço para políticas do poder público estadual para melhorar a alocação de recursos. Uma possibilidade seria uma ação em conjunto das três esferas de poder estadual, numa espécie de força tarefa, para cristalizar competências em fiscalizações ambientais, o que reduziria riscos regulatórios dos investimentos. Ações que permitam mais agilidade na abertura e fechamento de empresas,



bem como no início de suas atividades em função de maior agilidade na concessão de alvarás, devem ser trabalhadas em harmonia entre os poderes. Enfim, devem ser implementadas políticas que permitam que recursos sejam mais bem alocados, sendo destinados a setores e atividades em que a expectativa de rentabilidade seja definida pelas oportunidades e vantagens comparativas que Sergipe possui, minimizando a influência de incertezas regulatórias e custos de entrada e saída no cômputo da expectativa de lucro dos investimentos.

3.7. Educação

Como visto, bom nível educacional é fundamental para se obter crescimento econômico de forma sustentável. A análise da seção anterior, contudo, foca apenas no percentual da população com 25 anos ou mais que possui ensino fundamental completo e médio incompleto, não abordando a qualidade da educação. As três tabelas a seguir procuram ilustrar exatamente como está o desempenho dos alunos da rede pública do ensino básico de Sergipe em relação aos demais estados. Para tanto, é usado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que procura avaliar a proficiência dos alunos em nível nacional e é compilado pelo INEP, ligado ao Ministério da Educação. São apresentados valores de 2005, 2019, a taxa de crescimento na pontuação entre os dois anos e o posicionamento entre todas Unidades da Federação.

A Tabela 28 mostra resultados dos primeiros anos do ensino fundamental, que vai do 1º ao 5º ano. São apresentados apenas os resultados das escolas públicas, que englobam tanto escolas estaduais como municipais, por serem essas as esferas de atuação do poder público local. Em 2005, Sergipe apresentava-se em 20ª colocação entre as 27 unidades da Federação, ficando na última posição em 2019. O IDEB, que atingiu 4,6 em 2019, cresceu 64% frente a 2005, pior desempenho entre os estados nordestinos.

O grande destaque foi o Ceará, que ocupava a 18ª posição em 2005 e, em 2019, atingiu a 3ª maior nota, após ter apresentado melhoria de 125% no período. O Alagoas, apesar de ocupar a 18ª posição em 2019, também teve um desempenho impressionante, tendo melhorado a pontuação em 120,8%.

Tabela 28. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental regular da rede pública: valores de 2005, 2019, posicionamento relativo no ano e taxa de crescimento do IDEB entre 2019 e 2005.

UF	Ideb 2005	Posição em 2005	Ideb 2019	Posição em 2019	tx. cresc do Ideb: 2019/2005 (%)
RO	3,5	11	5,5	13	57,1
AC	3,3	15	5,8	9	75,8
AM	2,9	17	5,3	19	82,8
RR	3,6	10	5,5	14	52,8
PA	2,7	21	4,7	25	74,1
AP	3	16	4,7	24	56,7
TO	3,4	13	5,5	15	61,8
MA	2,7	22	4,8	23	77,8
PI	2,6	24	5,4	16	107,7
CE	2,8	18	6,3	3	125
RN	2,5	25	4,7	26	88
PB	2,7	23	5	21	85,2
PE	2,8	19	5,1	20	82,1
AL	2,4	27	5,3	18	120,8
SE	2,8	20	4,6	27	64,3
BA	2,5	26	4,9	22	96
MG	4,6	1	6,3	4	37
ES	3,9	8	5,9	8	51,3
RJ	4	7	5,4	17	35,0
SP	4,5	2	6,5	1	44,4
PR	4,4	3	6,4	2	45,5
SC	4,3	5	6,3	5	46,5
RS	4,1	6	5,8	10	41,5
MS	3,4	14	5,5	12	61,8
MT	3,5	12	5,7	11	62,9
GO	3,8	9	6	7	57,9
DF	4,4	4	6,1	6	38,6

Fonte: INEP – Ministério da Educação.

Nota: Os anos iniciais do ensino fundamental: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos.

O fraco desempenho observado no primeiro ciclo do ensino público fundamental se repetiu no segundo ciclo. Em 2005, Sergipe ocupava a 16ª posição, caindo para a 26ª em 2019 após ter expandido em apenas 41% o desempenho no IDEB. Pernambuco, que era o último colocado em 2005, passou para a 15ª posição em 2019 após expansão de 100% do indicador. O Ceará novamente surge como destaque, ao sair da 20ª posição, em 2005, e atingir a 2ª, em 2019.

Tabela 29. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do ensino fundamental regular da rede estadual: valores de 2005, 2019, posicionamento relativo no ano e taxa de crescimento do IDEB entre 2019 e 2005.

UF	Ideb 2005	Posição em 2005	Ideb 2019	Posição em 2019	tx. cresc do Ideb: 2019/2005 %
RO	3,2	12	4,9	12	53,1
AC	3,5	4	4,9	9	40
AM	2,7	21	4,6	19	70,4
RR	3,2	13	4,3	21	34,4
PA	3,1	15	4,1	24	32,3
AP	3,5	5	4	27	14,3
TO	3,4	8	4,7	18	38,2
MA	3,2	14	4,2	22	31,3
PI	2,6	22	5	8	92,3
CE	2,8	20	5,4	2	92,9
RN	2,6	23	4,1	25	57,7
PB	2,5	25	4,3	20	72
PE	2,4	27	4,8	15	100
AL	2,5	26	4,7	17	88
SE	2,9	16	4,1	26	41,4
BA	2,6	24	4,1	23	57,7
MG	3,6	3	4,9	10	36,1
ES	3,5	6	5	7	42,9
RJ	2,9	17	4,9	11	69
SP	3,8	2	5,5	1	44,7
PR	3,3	9	5,3	4	60,6
SC	4,1	1	5,1	6	24,4
RS	3,5	7	4,8	16	37,1
MS	2,9	18	4,8	13	65,5
MT	2,9	19	4,8	14	65,5
GO	3,3	10	5,3	3	60,6
DF	3,3	11	5,1	5	54,5

Fonte: INEP – Ministério da Educação.

Nota: Os anos iniciais do ensino fundamental: 6º, 7º, 8º e 9º anos.

Finalmente, a Tabela 30 mostra o desempenho do ensino público médio. Novamente, o Estado de Sergipe apresentou resultado muito ruim, tendo saído da 15ª posição, em 2005, para a 21ª, em 2019, após ter melhorado em apenas 32% o indicador. Pernambuco, que era o 19º colocado em 2005, saltou para a 6ª posição em 2019, enquanto o Ceará saiu da 10ª posição em 2005 e atingiu a 7ª em 2019.

Tabela 30. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino médio regular da rede estadual: valores de 2005, 2019, posicionamento relativo no ano e taxa de crescimento do IDEB entre 2019 e 2005.

UF	Ideb 2005	Posição em 2005	Ideb 2019	Posição em 2019	tx. cresc do Ideb: 2019/2005 %
RO	3	8	4,3	8	43,3
AC	3	9	3,9	17	30
AM	2,3	26	3,6	22	56,5
RR	3,2	6	3,9	19	21,9
PA	2,6	21	3,4	27	30,8
AP	2,7	18	3,4	26	25,9
TO	2,9	12	4	16	37,9
MA	2,4	25	3,8	20	58,3
PI	2,3	27	4	15	73,9
CE	3	10	4,4	7	46,7
RN	2,6	22	3,5	25	34,6
PB	2,6	23	4	14	53,8
PE	2,7	19	4,5	6	66,7
AL	2,8	14	3,9	18	39,3
SE	2,8	15	3,7	21	32,1
BA	2,7	20	3,5	24	29,6
MG	3,4	2	4,2	9	23,5
ES	3,1	7	4,8	1	54,8
RJ	2,8	16	4,1	13	46,4
SP	3,3	4	4,6	4	39,4
PR	3,3	5	4,7	3	42,4
SC	3,5	1	4,2	12	20
RS	3,4	3	4,2	11	23,5
MS	2,8	17	4,2	10	50
MT	2,6	24	3,6	23	38,5
GO	2,9	13	4,8	2	65,5
DF	3	11	4,5	5	50

Fonte: INEP – Ministério da Educação.



3.8. Desenvolvimento Humano

Saúde

Melhor qualidade de vida deve ser o objetivo final de políticas públicas. Embora a noção de qualidade de vida possa ser bastante subjetiva, ter maior poder de compra, boa saúde e possibilidade de escolhas profissionais estão presentes no cardápio de quase todos os indivíduos como itens relevantes para garantir qualidade de vida. O índice de desenvolvimento (IDH) é um indicador que condensa essas três dimensões (renda, saúde e educação), servindo como uma das mais relevantes estatísticas sobre o tema no mundo. A ideia desse indicador é evitar utilizar a dimensão renda, representada pelo PIB *per capita*, como a única variável responsável pela qualidade de vida dos indivíduos de uma região. Assim, é possível encontrar países e regiões em que o PIB *per capita* não seja o mais elevado, mas, ainda assim, o desenvolvimento humano é alto em função das boas estatísticas de saúde da população. Apesar dessa possibilidade, vale ressaltar que, via de regra, países que possuem maior renda também têm nível de escolaridade mais elevado (vide análise da Figura 15) e também possuem mais recursos para investimento em saúde.

Na dimensão saúde, o Índice de Desenvolvimento Humano considera a longevidade da população, computada pela expectativa de vida ao nascer de sua população, resultando no índice IDH-L. Por ser impactado pela taxa de mortalidade infantil e a ocorrida ao longo das demais etapas da vida, o indicador provê boa inferência sobre a qualidade da saúde de forma ampla. A Tabela 31 informa sobre o IDH-L, a expectativa de vida ao nascer e a mortalidade infantil para o Brasil e estados do Nordeste em 2015.

Começando pela mortalidade infantil, os valores obtidos por Sergipe em 2015, 17 mortes por 10.000 nascidos vivos, é bem superior à média nacional (13,8). No Nordeste, apenas Pernambuco atingiu valor inferior à média nacional, 13,3. No caso da expectativa de vida ao nascer, variável que baliza o IDH-L, o valor em Sergipe era de 72,4 anos em 2015, inferior à média nacional de 75,4. Rio Grande do Norte é o destaque nesse quesito entre os estados nordestinos, já que um cidadão nascido no estado em 2015 podia esperar viver, em média, até 75,5 anos.

Tabela 31. Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade (IDH-L), expectativa de vida ao nascer e mortalidade infantil – Brasil e estados do Nordeste, 2015.

Região	IDH – L	Expectativa de vida ao nascer	Mortalidade infantil (por 10.000 nascidos vivos)
Brasil	0,84	75,4	13,8
MA	0,76	70,3	22,4
PI	0,77	70,9	19,7
CE	0,81	73,6	15,1
RN	0,84	75,5	15,3
PB	0,80	72,9	17,0
PE	0,81	73,5	13,3
AL	0,77	71,2	20,9
Sergipe	0,79	72,4	17,0
BA	0,80	73,2	18,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - Radar IDHM.

Apesar da defasagem que Sergipe possui em relação ao país, é importante ressaltar a ocorrência de rápida melhoria, algo que também se verifica na maioria dos estados nordestinos. Para ilustrar, em 2011, a distância de Sergipe em relação à média nacional foi de 4,8 mortes por dez mil nascidos vivos. Em 2015, essa distância se encurtou para 3,2 anos. Já no caso da expectativa de vida, a distância em relação ao Brasil foi ampliada, já que em 2011 era esperado que um cidadão sergipano vivesse até 71,3 anos contra 74,2 da média nacional, distância de 2,89 anos. Em 2015, a distância foi ampliada para 3,04 anos, apesar de ter ocorrido redução na mortalidade infantil em ritmo superior a nacional.

Apesar dos indicadores apontarem melhoria na qualidade da saúde dos cidadãos sergipanos, observa-se que há muito a ser feito nessa direção.

Saúde e oportunidade de investimento em infraestrutura

É conhecido que indicadores de saúde estão bastante relacionados com qualidade da água usada em casa e outras questões referentes ao saneamento. A Tabela 32 mostra duas dessas métricas: o percentual de pessoas em domicílio com água potável na rede geral e o percentual de pessoas em domicílio com instalação adequada de esgoto.

Em 2014⁶, Sergipe possuía o maior percentual de pessoas, entre os estados nordestinos, habitando domicílios com água potável na rede geral: 91% contra 95% do Brasil e 90% do Rio Grande do Norte e Bahia, estados com segundo melhor desempenho na região. Vale notar que Sergipe já era o mais bem suprido por água potável em 1999, quando 75% da população habitavam residências com acesso, percentual que subiu para 91% em 2007, mesmo patamar

⁶ Os dados analisados são de 2014 uma vez que trata-se da última estatística localizada sobre essas variáveis.

observado em 2014. No Brasil, por sua vez, o percentual de 90% verificado em 2007 subiu para 95% em 2014. De forma similar, todos os demais estados nordestinos melhoraram entre 2007 e 2014. Essas informações revelam que, embora o estoque sergipano seja o melhor entre os estados nordestinos, houve estagnação entre 2007 e 2014 se comparado ao ocorrido na região e no país.

Em relação ao percentual de pessoas que habitam domicílios com instalação adequada de esgoto⁷, houve retrocesso em Sergipe. Em 2007, 70% das pessoas habitavam domicílios com instalação adequada, mas em 2014 o percentual encolheu para 52%. Vale notar que houve redução também no Maranhão e no Ceará, mas o resultado nos demais foi de melhoria. É possível que a redução em Sergipe seja fruto de expansão do denominador em função de programas de moradia popular. Independentemente do motivo, o fato é que um percentual mais elevado da população passou a habitar residências sem infraestrutura de esgoto adequada.


Tabela 32. Percentual de pessoas em domicílio com água potável na rede geral e com instalação adequada de esgoto (%). Brasil e estados do Nordeste, 1999, 2007 e 2014

Região	Pessoas em domicílio com água potável na rede geral (%)			Pessoas em domicílio com instalação adequada de esgoto (%)		
	2014	2007	1999	2014	2007	1999
Brasil	95	90	84	75	71	61
Sergipe	91	91	75	52	70	44
MA	76	62	40	46	50	27
PI	87	65	49	81	58	42
CE	88	81	57	44	48	29
RN	90	86	73	66	54	39
PB	88	81	66	70	55	43
PE	87	77	68	65	51	32
AL	87	76	70	55	31	29
BA	90	80	62	65	58	37

Fonte: IPEA (www.ipeadata.gov.br)

A observada carência na oferta de serviço de esgotamento sanitário pode significar uma grande oportunidade de investimento, com capacidade de ativar a economia nas localidades em que tais serviços necessitam de ser ampliados. Além de cumprir o papel principal, que é melhorar a qualidade de vida da população, uma adequada coordenação do poder público poderia resultar em mais investimentos e renda à população local. Vale ainda observar que financiamento a obras de saneamento constituem uma das principais linhas de ação do BNDES

⁷ Em relação ao percentual de pessoas que habitam domicílios com instalação adequada de esgoto, ou seja, que têm banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado à rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora.



atualmente. Cabe, assim, ao poder público sergipano articular-se para resolver questões relacionadas aos aspectos regulatórios que costumam limitar acesso aos recursos e afastar investidores.

Educação e Renda

Educação e renda são as outras duas dimensões que compõem o IDH. Embora ambas já tenham sido analisadas em conjunto e também separadamente, não chegou-se a apresentar diretamente os indicadores que compõem o IDH. Essa tarefa é feita agora.

O IDHM-Educação, adaptação do IDH feita no Brasil para computar valores em estados e municípios, é formado por um subíndice que considera a frequência escolar em diversas séries e outro subíndice focado no nível educacional do contingente populacional. O primeiro visa captar o esforço presente para melhorar a educação, enquanto o segundo retrata o esforço passado que influencia o desenvolvimento humano atual no quesito educação.

Comparativamente ao Brasil, os dados da Tabela 33 revelam que Sergipe retrocedeu 7 posições de 2000 a 2015, quando ficou em 26º lugar entre as 27 Unidades da Federação analisadas, atrás apenas de Alagoas. O resultado é preocupante, pois, além dos indicadores de qualidade terem retrocedidos, conforme já avaliado pelo desempenho do IDEB dos diversos níveis, os subíndices do IDH-Educação que focam na frequência e no estoque também retrocederam. O esforço para reverter essa situação deve ser prioridade absoluta do poder público, que deve abraçar as melhores práticas observadas nos estados que melhoraram os indicadores.

Tabela 33. IDHM – Educação: índice e posicionamento, em ordem crescente, entre as Unidades da Federação (2000, 2011, 2015)

UF	IDH - Educação			Posição no Brasil		
	2015	2011	2000	2015	2011	2000
RO	0,65	0,61	0,34	21	20	18
AC	0,66	0,61	0,32	17	18	22
AM	0,67	0,60	0,32	15	21	23
RR	0,75	0,71	0,46	4	5	9
PA	0,62	0,56	0,32	24	25	24
AP	0,67	0,65	0,42	16	13	13
TO	0,69	0,65	0,35	12	15	17
MA	0,65	0,61	0,31	22	19	25
PI	0,61	0,55	0,30	25	27	26
CE	0,69	0,67	0,38	13	12	15

UF	IDH - Educação			Posição no Brasil		
	2015	2011	2000	2015	2011	2000
RN	0,66	0,62	0,40	18	16	14
PB	0,66	0,60	0,33	20	22	21
PE	0,66	0,62	0,37	19	17	16
AL	0,59	0,55	0,28	27	26	27
Sergipe	0,60	0,59	0,34	26	23	19
BA	0,63	0,59	0,33	23	24	20
MG	0,71	0,67	0,47	10	10	8
ES	0,72	0,70	0,49	9	6	7
RJ	0,72	0,68	0,53	7	9	3
SP	0,81	0,79	0,58	1	1	2
PR	0,75	0,70	0,52	5	7	5
SC	0,77	0,74	0,53	3	3	4
RS	0,70	0,65	0,50	11	14	6
MS	0,68	0,67	0,45	14	11	10
MT	0,74	0,72	0,43	6	4	12
GO	0,72	0,69	0,44	8	8	11
DF	0,79	0,76	0,58	2	2	1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Os valores referentes ao ano 2000 baseiam-se no Censo do próprio ano. Já as informações de 2011 e 2015 são estimativas feitas através dos dados da PNAD anual.

Como resultado da redução da renda *per capita* e dos indicadores de educação, o IDH geral de Sergipe caiu, atingindo o 24º lugar no país em 2015. Em termos absolutos, o indicador ficou estagnado em 0,68 nesses dois anos, enquanto todos os demais estados nordestinos apresentaram evolução entre 2011 e 2015. Esse desempenho reforça a necessidade de atuação firme do poder público para inflexionar essa trajetória adversa.

Tabela 34. IDHM: índice e posicionamento, em ordem crescente, entre as Unidades da Federação (2011, 2015)

UF	IDHM		Posição no Brasil	
	2015	2011	2015	2011
RO	0,71	0,69	20	18
AC	0,71	0,69	17	17
AM	0,70	0,67	21	23
RR	0,74	0,72	12	12
PA	0,68	0,66	23	24
AP	0,72	0,70	15	15


UF	IDHM		Posição no Brasil	
	2015	2011	2015	2011
TO	0,73	0,70	13	14
MA	0,68	0,65	25	25
PI	0,68	0,64	26	26
CE	0,72	0,70	16	16
RN	0,73	0,71	14	13
PB	0,71	0,68	19	19
PE	0,71	0,68	18	20
AL	0,66	0,64	27	27
Sergipe	0,68	0,68	24	21
BA	0,70	0,68	22	22
MG	0,77	0,75	8	9
ES	0,78	0,76	7	5
RJ	0,78	0,75	5	6
SP	0,82	0,80	2	2
PR	0,79	0,76	4	4
SC	0,82	0,79	3	3
RS	0,78	0,75	6	7
MS	0,76	0,74	10	10
MT	0,76	0,75	9	8
GO	0,76	0,74	11	11
DF	0,84	0,82	1	1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Os valores referentes ao ano 2000 baseiam-se no Censo do próprio ano. Já as informações de 2011 e 2015 são estimativas feitas através dos dados da PNAD anual.

3.9 Conclusão – Estudos Preparatórios das Cadeias Produtivas: Diagnósticos e Potencialidades

A análise mostrou que a redução do PIB das indústrias extrativas, ocasionada pela menor produção de petróleo, ocasionou queda no PIB *per capita* sergipano em magnitude superior à verificada em outros estados nordestinos. Vale observar, contudo, que outros indicadores estaduais, não relacionados com o desempenho do setor extrativo mineral, vêm sofrendo contínua deterioração, indicando que problemas extrapolam à simples relação com a exploração dos minerais fósseis. Essa constatação indica a necessidade de eficaz e coordenada ação do poder público em diversas esferas.




Chama especial atenção a piora dos indicadores de educação, setor crucial para garantir PIB *per capita* mais elevado, como ilustrado nas análises. Nesse sentido, a deterioração observada é bastante preocupante, pois indica que o crescimento econômico de médio e longo prazos estão comprometidos, ficando o estado à mercê dos ciclos da economia nacional, sem força para reduzir o distanciamento que o separa das regiões mais ricas do Brasil. A preocupação é ainda maior tendo em vista a veloz incorporação de novas tecnologias mesmo em atividades de serviços, tradicionalmente um setor que emprega um elevado contingente de mão de obra menos escolarizada. Essa mudança tecnológica tende a privilegiar profissionais com melhor nível educacional, afetando de forma adversa o universo populacional com pior formação.

Os estudos setoriais também revelam a necessidade de contínuo aprimoramento das políticas e regulações públicas. Análise do setor de turismo, ao indicar que o tamanho médio dos estabelecimentos de hospedaria sergipanos é menor que em seus vizinhos, sugere que aspectos regulatórios possam estar influenciando adversamente a expansão de uma atividade com grande potencial no Estado. Esse exemplo revela a necessidade de atuação do poder público para identificar de forma mais assertiva as razões dessas diferenças para poder rever regulações que possam estar atuando para inibir a expansão do setor.

O potencial turístico sergipano também pode ser mais bem aproveitado se ofertada melhor infraestrutura, tanto para facilitar acesso às localidades que atraem turistas como para garantir preservação do meio ambiente, impedindo que dejetos sejam descartados nos rios e no mar. O poder público é imprescindível para viabilizar a construção dessa infraestrutura, que deverá ser realizada em parceria com o setor privado, tendo em vista a precariedade das finanças públicas estaduais. Nesse sentido, torna-se necessária articulação com o setor produtivo para identificar e desobstruir barreiras que limitam a construção e a participação privada em empreendimentos de infraestrutura. Essa ação integrada tende a ampliar o aproveitamento do potencial turístico sergipano.

Políticas que propiciem melhor aproveitamento do potencial agropecuário sergipano também devem estar no foco das autoridades. As análises revelam potencial de expansão de culturas agrícolas amplamente cultivadas em estados vizinhos e que possuem condições naturais similares às de Sergipe. Projetos para melhorar o aproveitamento das águas do rio São Francisco, como feito nesses estados, têm potencial para ampliar o leque de opções de escolha de culturas a serem cultivadas em escala comercial. Na medida em que ações nessa direção envolvem parcerias com o setor privado, também aqui há necessidade de se criar arcabouço legal e estruturas de incentivos mitigadoras de risco para tornar mais atrativos os investimentos.

Além disso, o potencial para expansão de vendas de produtos agrícolas e da aquicultura em mercados externos é real. Contudo, a abertura de novos mercados internacionais exige que



cuidados socioambientais e fitossanitários sejam partes integrantes do processo produtivo. Boas práticas nessas dimensões, quando auditadas por empresas especializadas, garantem acesso a mercados específicos com preços mais elevados. Parece haver um importante papel para o Estado atuar como coordenador nesse processo junto a empresários e suas associações, inclusive avaliando maneiras de acelerar a utilização de tecnologias de informação para ampliar a rastreabilidade e controle dos processos produtivos da agropecuária.

O diagnóstico explicita que trabalho em conjunto entre os três poderes é crucial para a construção de uma institucionalidade que favoreça parcerias com o setor privado, visando o desenvolvimento do Estado. Como será visto em capítulos seguintes, há amplo espaço para melhoria de aspectos institucionais que tendem a resultar em um melhor ambiente de negócio, fornecendo, assim, condições primárias para um crescimento econômico inclusivo do Estado de Sergipe.



4. PROJEÇÃO DO PIB DE SERGIPE ATÉ 2030

Como o crescimento dos estados encontra-se de certa maneira atrelado ao desempenho da economia nacional, projeções para o PIB nacional devem preceder o exercício para a Sergipe. Nesse sentido, são realizadas inicialmente hipóteses e análise que alicerçam a construção de três cenários para a economia brasileira.

4.1 O Contexto de Incertezas da Economia Brasileira


Comum a todos cenários é a hipótese de retração de 4,7% do PIB em 2020, valor projetado pelo Ministério da Economia em setembro de 2020⁸. A partir de 2021, os cenários são afetados por incertezas relacionadas ao ritmo de recuperação cíclica, à política fiscal e à condução de reformas estruturais.

Primeiramente, há grande incerteza sobre o ritmo de retorno à normalidade. Mesmo quando autorizada a abertura completa de todas atividades econômicas, a criação de valor agregado tende a ser menor, uma vez que diversas empresas deixarão de existir, tornando mais lenta a recuperação. De forma similar, a mão de obra desempregada tende a perder habilidades, tornando-a menos produtiva.

Outra relevante fonte de incerteza diz respeito à política fiscal e à dinâmica da dívida pública. Tais questões, que constituíam em preocupação central para a construção dos cenários antes da pandemia, permanecem cruciais num contexto agravado pela necessidade de expansão do déficit público para amenizar o choque adverso. Deve-se assim ser levado em conta a tentação de expandir benefícios fiscais para obtenção de retornos eleitorais.

Integrando com o desafio da correta calibragem das medidas de ajuda à economia, há grande incerteza sobre impactos da redução desses auxílios na recuperação cíclica da atividade econômica. Uma das mais relevantes medidas adotadas pelo governo federal para combater os efeitos da pandemia foi o Auxílio Emergencial (AE) de R\$600,00, concedido a pessoas que se qualificassem para receber a ajuda. Dados da pesquisa mensal do comércio do IBGE revelam que o volume de vendas no comércio varejista de julho e agosto de 2020 foi próximo a recordes históricos em todo Brasil. Esse desempenho, num contexto de expansão do desemprego, revela o importante impacto do AE sobre a atividade varejista. O mesmo desempenho não ocorreu nas atividades de serviço, pois enfrentam restrições maiores para o funcionamento como parte das medidas de distanciamento social.

⁸ file:///C:/Users/usuario/Downloads/Boletim%20Macrofiscal-Setembro-2020.pdf



Dado o elevado custo fiscal dessas e de outras ações similares do governo federal, a partir de setembro de 2020 o Auxílio Emergencial foi reduzido para a metade (R\$300,00), além de serem impostas restrições adicionais que limitam a extensão da ajuda. O impacto sobre a atividade econômica é incerto, mas deve-se esperar redução nas vendas em relação aos patamares historicamente elevados observados em julho e agosto de 2020. O tamanho desse impacto é desconhecido, até mesmo porque algumas evidências indicam que parte dos recursos recebidos pelas famílias tem sido poupada para lidar com cenário de maior escassez futura. Por outro lado, é esperado que fração dos recursos utilizados no comércio passe a ser direcionada aos serviços, na medida em que ocorre reabertura das atividades. Ainda assim, esse retorno tende a ocorrer de maneira tímida, tanto em função dos protocolos de reabertura, que limitam a completa oferta de serviços, como pelo temor de parte da população em se expor enquanto não houver vacina contra o novo Corona vírus.

As diversas incertezas que desafiam a construção de cenários prospectivos para economia brasileira também estão presentes no último Relatório Trimestral de Inflação produzido pelo Banco Central do Brasil e divulgado no dia 24 de setembro de 2020⁹. Alguns trechos do Relatório são apresentados para ilustrar como a conjuntura atual impõe desafios para prospecções sobre o desempenho da economia.

“Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o período a partir do final deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais.”

“Para 2021, ainda com incerteza acima da usual, projeta-se crescimento de 3,9%. Ressalte-se que essa perspectiva depende da continuidade do processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira, condição essencial para permitir a recuperação sustentável da economia.”

Especificamente sobre o desempenho do PIB no último trimestre de 2020, o relatório menciona:

“Para o último trimestre do ano, a partir de quando vigora incerteza acima da usual sobre o ritmo da recuperação, espera-se arrefecimento da taxa de crescimento, associado, em parte, à diminuição esperada de transferências de recursos extraordinários às famílias.”

⁹ <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri>.

4.2 Cenários Prospectivos para a Economia Brasileira

A construção de cenário para a economia brasileira deve levar em conta a baixa produtividade agregada da mão de obra, conforme exposto na tabela 35 a seguir. Nota-se que em um dos melhores momentos recentes da economia brasileira, de 2005 a 2013, o crescimento médio da produtividade do trabalho foi de apenas 1,8% ao ano. E deve-se reconhecer a favorável dinâmica da economia mundial, que fez com que nesse período a economia mundial apresentasse taxas recordes de crescimento. Se valores mais recentes de 2012 a 2018, excluindo os anos de recessão de 2014 a 2016, a taxa média de crescimento foi de apenas 0,54%. Portanto, qualquer projeção para a economia nacional deve considerar o baixo ritmo de expansão da produtividade do trabalho.

Tabela 35. Média aritmética das taxas de crescimento do PIB, da população ocupada (PO) e da produtividade agregada da mão de obra – PIB/PO: (2002-2018)

Anos ou períodos	PIB (%)	PO (%)	PIB/PO (%)
2002-2018	2,39	2,09	0,28
2004-2008	4,82	3,13	1,66
2004-2010	4,50	3,08	1,39
2004-2013	4,04	2,92	1,10
2005-2013	3,85	2,01	1,80
2012, 2013, 2017, 2018	1,82	1,27	0,54


Fontes: Construção própria a partir de informações da PNAD anual e contínua (IBGE), contas nacionais (IBGE), CAGED (Ministério da Economia) e PME (IBGE).

Sobre os cenários apresentados, no melhor deles (cenário 3) ocorreria expansão cíclica mais acelerada em 2021, reduzindo pressões políticas para maior expansão fiscal. Haveria mais apoio para implementação de reformas estruturantes que permitiriam crescimento mais sustentado e acelerado da economia.

Nos cenários 1 e 2, a recuperação cíclica seria menos intensa em 2021, elevando pressões expansionistas que colocariam em dúvida a sustentabilidade da dinâmica da dívida pública. Tais pressões podem encontrar respaldo político durante o próximo ciclo eleitoral (cenário 1) ou podem sofrer resistência (cenário 2), o que traria maior expansão prospectiva da economia brasileira.

Cenário 1 (pior cenário)

O PIB brasileiro cresceria 3,2% em 2021, mesmo valor projetado pelo Ministério da Economia em publicação já citada. Nesse contexto, a maior pressão política para expansão dos déficits fiscais seria atendida, garantindo atividade econômica marginalmente maior em 2022 e 2023



às custas de crise de confiança que reduziria o PIB em anos posteriores. O cenário seria de crescimento de 2,5%¹⁰ em 2022 e 2023 e expansão média de 1,4% de 2024 a 2027. Os resultados medíocres garantiriam, no pleito eleitoral de 2026, a vitória de uma agenda de ajuste, contudo os resultados sobre crescimento apenas começariam a surgir partir de 2028. Tendo em vista a desorganização da economia e a necessidade de drásticos ajustes, o crescimento médio de 2028 a 2030 seria de 2,1%.

Cenário 2 (cenário intermediário)

O crescimento em 2021 seria igual ao projetado sob o cenário 1 (3,2%) e haveria igual pressão por expansão fiscal tendo em vista as eleições de 2022. Contudo, não haveria cessão a essas pressões, sendo mantido o teto de gastos. Contudo, nesse ambiente de menor crescimento, o escopo das reformas é mais restrito e o ritmo de suas proposições e aprovações mais lento do que no cenário 3. Apesar disso, com maior confiança de que a trajetória da dívida pública não será explosiva, a economia passaria a crescer em trajetória muito distinta à projetada pelo cenário 1.

Cenário 3 (melhor cenário)

Crescimento de 4,0% da economia brasileira em 2021 reduziria a pressão por irresponsabilidade fiscal, criando um ambiente mais propício para expansão dos investimentos, com repercussão positiva já para 2022, ainda que de forma tímida tendo em vista a necessidade de recomposição de caixa das empresas e dos investidores. Nesse contexto, o PIB cresceria 3% em 2022 e a uma média de 2,8% de 2023 a 2028. Esse prolongado e mais elevado ritmo de expansão seria viabilizado pela possibilidade de incorporar mais intensamente mão de obra desempregada e à postergação de investimentos, que passariam a ocorrer mais intensamente na segunda metade da década, quando a taxa de desemprego estivesse menor. Em 2029 e 2030 o crescimento do PIB ocorreria de acordo com a expansão da taxa de produtividade da mão de obra (1,8%) adicionado à taxa de crescimento da população ocupada, estimada em 1,5%.

¹⁰ Valor projetado pelo Boletim Focus de setembro de 2020.

Tabela 36. Projeção para a de crescimento do PIB e do PIB/capita do Brasil: 2020 a 2030.

Ano	PIB			PIB per capita		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
2020 a 2030	22,0	28,6	35,0	14,9	21,1	27,1
Média*	2,0	2,5	3,0	1,4	1,9	2,4

Fonte: Projeções próprias.

*Média geométrica

Figura 15. Brasil: PIB observado e projetado

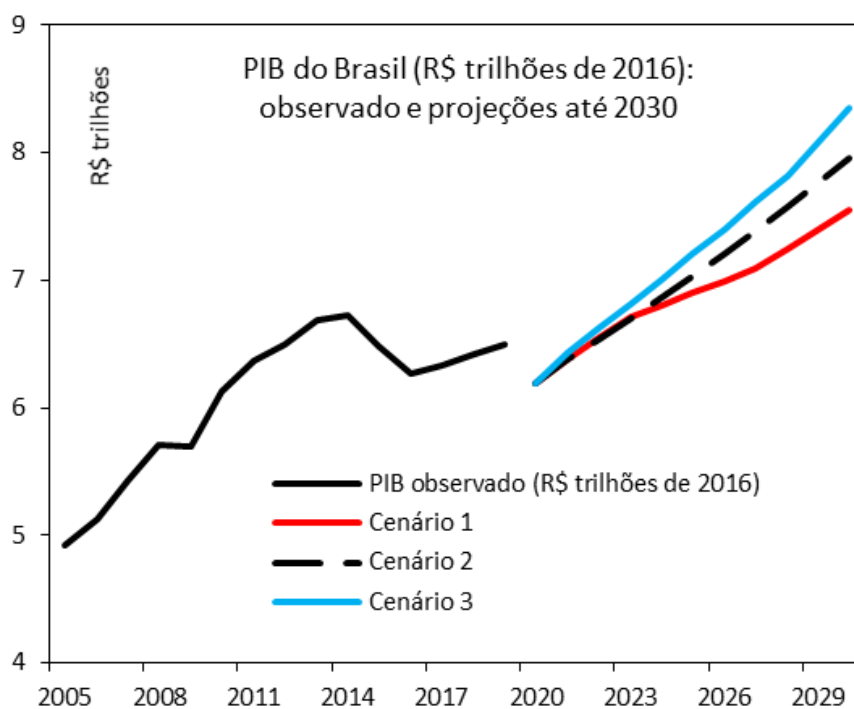
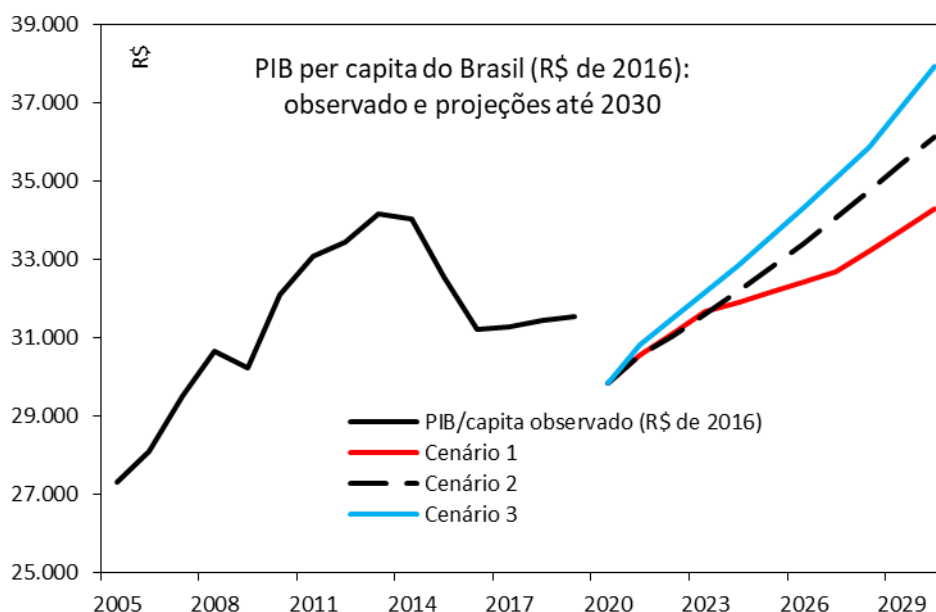


Figura 16. Brasil: PIB per capita observado e projetado



Cenários para Sergipe

Para realizar projeções para a economia sergipana, o primeiro passo é entender a dinâmica recente de algumas métricas estaduais comparativamente ao Brasil. A Tabela 37 a seguir apresenta estimativas próprias para a produtividade agregada da mão de obra (PIB/População Ocupada, ou PIB/PO) sergipana frente à nacional. Percebe-se certa estabilidade, sendo que a média de 2012 a 2017 indica que a produtividade estadual corresponde a apenas 59,5% da nacional. Essa constatação é relevante, pois serve como parâmetro para se projetar a dinâmica da economia de Sergipe.

Tabela 37. PIB/população ocupada: Sergipe em relação ao valor nacional (%)

Ano	$(\text{PIB}_{\text{SE}}/\text{PO}_{\text{SE}})/(\text{PIB}_{\text{BR}}/\text{PO}_{\text{BR}})$
2012	61,4 %
2013	59,6 %
2014	59,2 %
2015	58,6 %
2016	59,2 %
2017	59,2 %
Média 2012-2017	59,5 %

Fonte: IBGE. Construção própria

Também é importante obter estimativas para o PIB estadual de 2018 e 2019, tendo em vista que a última divulgação oficial de PIB refere-se ao ano de 2017. Essas estimativas auxiliam na conexão com os valores projetados para 2020 a 2030.

Tendo em vista a limitação de séries históricas sobre o desempenho de importantes setores de atividade de Sergipe, as estimativas para a taxa de crescimento do PIB de 2018 e 2019 foram realizadas a partir da média ponderada de quatro importantes indicadores conjunturais: volume de vendas do comércio varejista, volume de vendas dos serviços, população ocupada geral e população ocupada formal. As três primeiras são estimadas pelo IBGE e a última pelo Ministério da Economia.

Pelo procedimento proposto, a taxa de crescimento do PIB de Sergipe em 2018 e 2019 seria, respectivamente, de -1,0% e 1,8%, conforme apresentado na última coluna da Tabela 38 a seguir.

Tabela 38. Taxa de crescimento de indicadores de Sergipe e projeção de crescimento do PIB sergipano em 2018 e 2019 (%).

Ano	Vol. vendas varejo: tx.cresc. (%) *	Vol. vendas de serviços: tx.cresc. (%) *	Pop. Ocup.: tx.cresc (%) *	Pop. Ocup. Formal: tx.cresc.(%) **	Média: estimativa tx.cresc do PIB (%)
2018	0,6	-4,5	-0,8	0,6	-1,0
2019	-1,9	1,7	7,3	0,2	1,8


Fontes: * IBGE; ** CAGED.

A estimativa do PIB é a média simples das taxas de crescimento dos indicadores apresentados.

Projeção para 2020

Para projetar a taxa de crescimento do PIB sergipano em 2020, vale a pena explorar os indicadores conjunturais disponíveis até outubro do mesmo ano. Começando pela população ocupada, segundo a PNAD Contínua trimestral (do IBGE) houve queda de 6,17% no 1º semestre de 2020 frente a igual período de 2019. Esse desempenho é um pouco pior ao registrado nacionalmente (-5,20%). Já a comparação entre o 2º trimestre de 2020 com trimestre similar de 2019 indicou variação de -13,9% na população ocupada em Sergipe, contra -10,7% no Brasil. A comparação do 1º trimestre de 2020 frente ao 1º de 2019 revela expansão de 1,8% da população ocupada sergipana, contra 0,4% no Brasil.

Prospectar sobre o desempenho final de 2020 frente a 2019 é tarefa bastante difícil, dado o ineditismo do contexto econômico imposto pela pandemia do COVID-19. Mas tendo em vista a recuperação (embora lenta) do mercado de trabalho, registrada por algumas pesquisas, é



plausível supor tendência de melhoria ao longo de 2020 em função da reabertura gradual da economia. Nesse sentido, a população ocupada de 2020 é estimada a partir de uma média ponderada em que o peso de 40% seria dado ao contingente do 1º trimestre do ano e 60% ao do 2º trimestre. Esse exercício resulta em uma média de 840 mil pessoas ocupadas em 2020, valor 8,9% menor ao registrado em 2019.


Apesar do grande aumento do desemprego, o auxílio emergencial (AE) de R\$600,00, concedido pelo governo federal no contexto das ações para combater os efeitos adversos causados pela pandemia, resultou em forte expansão do volume de vendas no comércio varejista. Para ilustrar, as vendas em agosto de 2020 foram as mais elevadas desde abril de 2019. Apesar de ter ocorrido queda de aproximadamente 18% em abril frente a março de 2020, o trimestre que vai de junho a agosto registrou elevação de 14,4% frente ao trimestre imediatamente anterior.

O descompasso entre os indicadores de emprego e os de venda no varejo explicita a influência do AE. Dessa maneira, na medida em que o valor do benefício passa de R\$600 para R\$300 em setembro, é bastante provável que o ritmo de expansão nas vendas sofra arrefecimento. Uma projeção razoável para os meses de setembro a dezembro é que a média de vendas situa-se em valor intermediário ao verificado em julho e agosto. Sob essa hipótese, o volume de vendas no comércio retrocederia em 5,37% em 2020 frente a 2019. Mesmo que o volume de vendas permaneça no elevado valor de agosto, a queda em 2020 seria de 4,48%.

Em direção contrária, o volume de vendas de serviços (vide Pesquisa Mensal dos Serviços – PMS) não se recuperou como o varejo, tendo em vista que as políticas de distanciamento social impactam mais adversamente o primeiro. As vendas em abril foram 20% inferiores às de fevereiro, sendo que o baixo nível foi mantido até agosto. Numa hipótese otimista, em que o volume de vendas de serviços expanda-se mensalmente em 2,5% de setembro a dezembro, haveria queda de 16% em 2020 frente 2019.

Tendo em vista que os serviços avaliados pela PMS contribuem com aproximadamente 32% do PIB sergipano e o comércio varejista com 10%, as taxas de crescimento indicadas para ambos setores implicariam em queda de PIB de 5,1% em 2020. Essa projeção assume variação nula no valor agregado da indústria e dos serviços oriundos da administração pública. Nesse sentido, a previsão de variação de -5,1% pode ser considerada otimista, mas, ainda assim, será a taxa usada no exercício.

Trajetórias até 2030



São construídos 3 cenários para a economia estadual, sendo que cada um guarda relação em valores e hipóteses com os construídos para o Brasil. Independente dos cenários traçados, importante constatar que a elevada taxa de desemprego impõe pouca restrição, no horizonte de projeção, ao crescimento do PIB estadual através da incorporação de mão de obra.

Para ilustrar a situação, a Tabela 39 a seguir mostra a evolução anual da taxa de desocupação no Brasil e em Sergipe de acordo com a PNAD trimestral do IBGE. As informações de 2020, baseadas apenas no 1º trimestre do ano, pouco captam o efeito provocado pela COVID-19. Tendo em vista a evolução da população ocupada, não é difícil prospectar que a média de 2020 será ainda maior à do 1º trimestre do ano, tanto para o Brasil como para Sergipe. Vale ainda observar que as taxas aumentaram bastante a partir de 2016, reflexo da recessão que se iniciou em 2014. No caso do Brasil, a taxa saltou de 8,5% em 2015 para 11,5% em 2016. No caso de Sergipe, a taxa de desemprego atingiu 13,3% em 2016, frente a 9,0% em 2015. Tendo em vista o vasto volume de mão de obra disposta a trabalhar e que permanecerá ociosa durante diversos anos, é improvável que a disponibilidade de mão de obra seja empecilho ao crescimento do PIB. Essa afirmação se refere à oferta agregada de trabalhadores, não podendo ser estendida para afirmações relativas à qualidade da mão de obra ofertada.


Tabela 39. Taxa de desocupação (%): Brasil e Sergipe, 2012 a 2020*

Ano	Brasil	Sergipe
2012	7,3	10,3
2013	7,1	10,3
2014	6,8	9,2
2015	8,5	9,0
2016	11,5	13,3
2017	12,7	14,3
2018	12,3	16,6
2019	11,9	15,1
2020*	12,2	15,5

Fonte: IBGE.

*Valores de 2020 referem-se ao primeiro trimestre do ano.

De uma forma geral, melhores cenários para o país resultariam em crescimento mais que proporcional da economia sergipana. Um dos motivos é que crescimentos mais intensos na renda nacional favorecem a demanda por turismo, cujas despesas são elásticas à renda. Além disso, tendo em vista a relevante representatividade do valor agregado do setor público no estado (28%, sendo quase 10 pontos percentuais acima da média nacional), um melhor



cenário fiscal também evitaria crise mais profunda no estado, cujo impacto na economia local seria maior ao que seria observado em estados mais ricos.

Cenário 1

Apesar da intensa queda de PIB projetada para 2020, os dados revelam que a redução poderia ter sido bem maior na ausência do Auxílio Emergencial. A diferença entre o declínio na população ocupada e o rápida aumento nas vendas do comércio varejista explicitam essa situação. Nesse sentido, a redução do benefício atua para limitar a expansão do PIB em 2021. Contudo, a normalização das atividades exercerá efeito oposto, produzindo favorecendo o crescimento, especialmente porque a base de comparação de 2020 será bastante baixa.

Apesar dessas considerações, o ambiente de menor crescimento nacional hipotetizado sob o cenário 1 será sentido em todas unidades da federação. Nesse sentido, o PIB sergipano deverá se expandir em ritmo similar ao do Brasil em 2021, ou seja, 3,2%.

Para 2022, o crescimento estadual (2,7%) seria marginalmente superior ao nacional (2,5%). Isso se deve às hipóteses do cenário 1, em que a disciplina fiscal seria trocada por ampliação de gastos. Nesse sentido, gastos excessivos direcionados aos estados do Nordeste seriam uma importante estratégia eleitoral, tendo em vista o impacto positivo que o Auxílio Emergencial teve para impulsionar a popularidade do atual presidente.

A partir de 2023, já no novo ciclo eleitoral, a crise fiscal começaria a cobrar o seu preço. O PIB estadual, bastante dependente do setor público, cresceria em 2,3%, ainda sob a inércia da expansão do ano anterior. De 2024 a 2027, o PIB sergipano cresceria à média de 1,2% ao ano, resultado pior ao do país (1,4%), tendo em vista que incertezas macroeconômicas causadas por uma dívida pública crescente reduziria investimentos em todos os setores, mas principalmente naqueles que dependem de grande quantidade de recurso, como é o caso de petróleo e gás. Além disso, a menor renda nacional inibiria a expansão do turismo.

De forma similar, mesmo após a melhoria observada no novo ciclo eleitoral e que garantiria crescimento médio do PIB nacional em 2,1% de 2028 a 2030, o desempenho estadual seria ligeiramente inferior, com expansão média de 2,0%. Os mesmos motivos que atuam para o menor crescimento entre 2024 e 2027 explicariam o pior cenário local entre 2028 e 2030.

Como resultado, o PIB entre 2020 e 2030 cresceria à taxa média de 1,9% ao ano, contra 2,0% do Brasil. O PIB per capita expandiria à taxa média de 1,2%, contra 1,4% do Brasil. O PIB sergipano encerraria 2030 valendo 0,59% do nacional.



Cenário 2

Para 2021, as condições expostas sob o cenário 1 seriam as mesmas sob o cenário, garantindo igual taxa de crescimento (2,3%). A distinção começa a ocorrer em 2022, já que sob o cenário 2 é mantida a disciplina fiscal. Dessa forma, o crescimento em 2022 seria de 2,3%, igual ao verificado nacionalmente.

O crescimento de 2023 a 2025 também seria em patamar médio similar ao do Brasil, de 2,5%. Esse valor seria sustentado pelo lento retorno da confiança dos agentes econômicos, alicerçado num discurso de disciplina fiscal, mesmo nesse contexto de recuperação mais gradual das atividades econômicas, hipotetizada sob o cenário 2.

De 2026 a 2030, o crescimento estadual seria de 2,8% ao ano, superando a média nacional. Esse desempenho melhor ocorreria em virtude do aumento da renda nacional que beneficiaria mais que proporcionalmente o estado em virtude do turismo, pelo fato de possuir um maior contingente de famílias com renda mais baixa, que tende a aumentar mais que a média em momentos de expansão robusta da economia, e também devido a investimentos direcionados ao setor de petróleo e gás. Por exigirem grande volume de recursos para viabilizar a exploração, os investimentos requerem ambiente com boas perspectivas macroeconômicas, em que riscos fiscais sejam menores para, entre outras coisa, baratear o custo de financiamento dos projetos de investimento.

Sob o cenário 2, o crescimento médio seria de 2,7% de 2020 a 2030, superior aos 2,5% projetados para o Brasil. O PIB per capita expandiria a uma média de 2,0%, quase idêntico aos 1,9% do Brasil. O PIB de Sergipe contribuiria em 2030 com 0,60% do nacional.

Cenário 3

Por fim, sob as hipóteses do cenário 3, a recuperação cíclica da economia brasileira é mais intensa, afastando a necessidade de utilização de uma política fiscal de forma irresponsável para fins eleitorais. Além disso, essas circunstâncias favorecem a implementação de reformas que sinalizariam na direção da sustentabilidade fiscal e ampliam a produtividade agregada.

Nesse contexto, a economia sergipana seria beneficiada mais que proporcionalmente por diversos motivos. A ausência de crise fiscal seria excelente notícia para o estado, dada a maior relevância do setor público no PIB estadual. Maior renda nacional também favoreceria mais que proporcionalmente o estado, dado que despesas com turismo são elásticos à renda. A melhoria no ambiente macroeconômico, afastando-se a possibilidade de uma crise fiscal e

causando redução dos prêmios de risco incidentes sobre as taxas de juros de longo prazo, viabilizaria a ampliação de investimentos para extração mineral.

Nesse contexto, o PIB sergipano estaria crescendo à mesma taxa do Brasil em 2021 (4%), mas teria resultado mais elevado que o nacional em 2022, ainda refletindo a maior queda sofrida localmente em 2020. Assim, a geração de valor estadual seria de 3,5% contra 3,0% do país. Terminada a recuperação cíclica em relação à queda de 2020, os anos de 2023 e 2024 apresentariam expansão de 2,8%, como no Brasil.

De 2025 a 2028, Sergipe cresceria a 3% na medida em que novos investimentos começassem a ocorrer, superando a taxa de 2,8% do país. Em 2029 e 2030, a média seria de 3,3%, como a do Brasil.

Como resultado, o PIB sergipano teria expandido a uma média de 3,2% de 2020 a 2030, contra 3,0% do Brasil. O PIB per capita, por sua vez, teria crescimento médio igual ao nacional, de 2,4%, já que a população sergipana ainda cresce a taxas mais elevadas que a média do país. O PIB estadual contribuiria com 0,60% do nacional.

Tabela 40. Sergipe: PIB, PIB/capita e taxa de crescimento. Projeção de 2020 a 2030.

	PIB (R\$ bilhões de 2016)			PIB/capita (R\$ mil de 2016)		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
2020	36,8	36,8	36,8	16,2	16,2	16,2
2021	37,9	37,9	38,2	16,6	16,6	16,7
2022	39,0	38,8	39,6	16,9	16,8	17,1
2023	39,9	39,8	40,7	17,1	17,1	17,5
2024	40,3	40,8	41,8	17,2	17,4	17,8
2025	40,8	41,8	43,1	17,3	17,7	18,2
2026	41,3	43,0	44,4	17,4	18,1	18,7
2027	41,8	44,2	45,7	17,5	18,5	19,1
2028	42,6	45,4	47,1	17,7	18,9	19,5
2029	43,5	46,7	48,6	18,0	19,3	20,1
2030	44,4	48,0	50,2	18,2	19,7	20,6
Taxa de crescimento						
2030/20	20,7	30,5	36,6	12,4	21,6	27,3
Média*	1,9	2,7	3,2	1,2	2,0	2,4

Fonte: Projeções próprias. * Média geométrica.



Figura 17. Sergipe: PIB observado e projetado

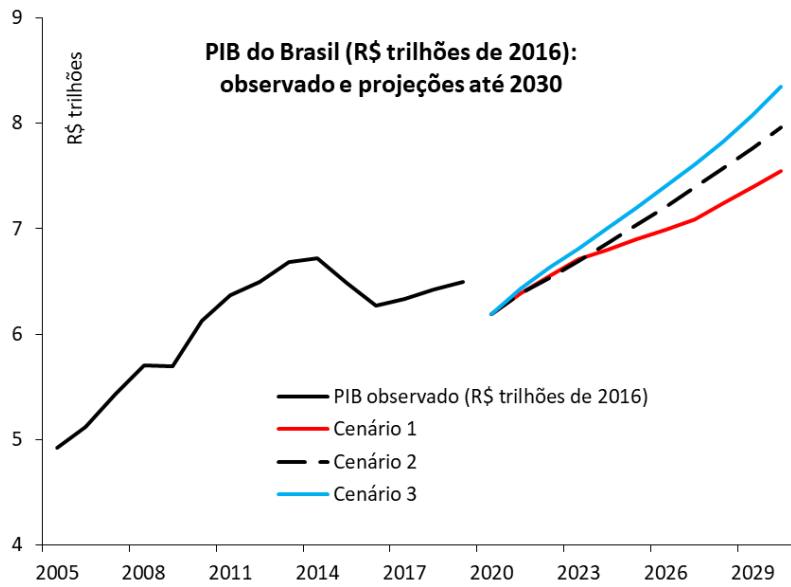
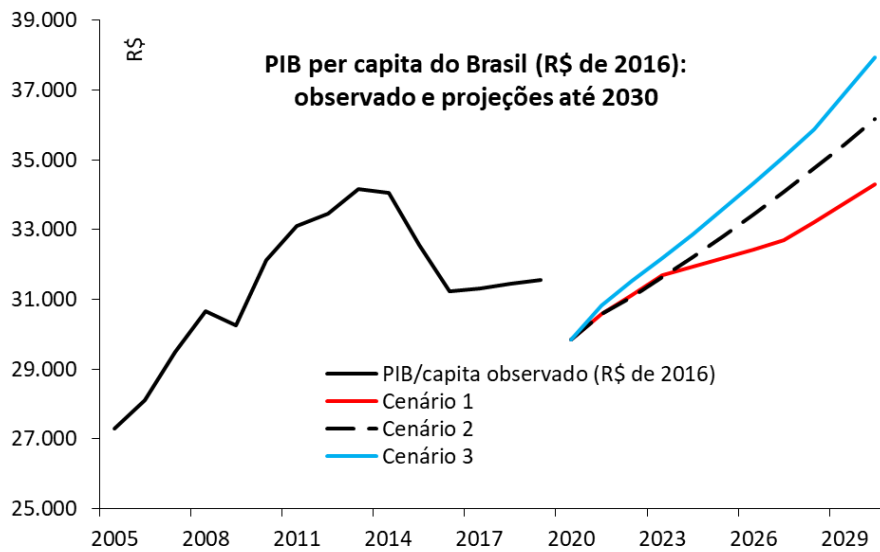


Figura 18. Sergipe: PIB per capita observado e projetado





5. PREMISSAS PARA O DESENVOLVIMENTO

5.1. Governança

Diagnóstico de Qualidades e Capacidades Institucionais do Estado de Sergipe

Na literatura sobre desenvolvimento, há dois argumentos recentes que explicam o desenvolvimento e, ao fazê-lo, estabelecem condições para o desenvolvimento.


O primeiro argumento é que os países considerados atualmente mais desenvolvidos no mundo assim o são porque lograram desenvolver instituições robustas. Instituições, em sentido amplo, são regras que pautam o comportamento da sociedade de forma razoavelmente estável, ordenando a vida social, as transações econômicas, etc. Trata-se, predominantemente, de instituições formais, tais como as meta-instituições do Estado, a partir dos poderes estabelecidos (executivo, judiciário e legislativo); mas também inclui instituições não estatais, tais como a mídia, o terceiro setor, etc. Este argumento vem da obra seminal de Dany Rodrik, Arvind Subramanian e Francesco Trebbi, “Institutions Rule: The Primacy of Institutions over Geography and Integration in Economic Development”¹¹. Nesta obra, os autores argumentam que a existência de instituições no Estado de Direito, que asseguram direitos de propriedade e cumprimento dos contratos, explicam mais o desenvolvimento que fatores geográficos e transações comerciais, sendo esses dois últimos capazes de influenciar tangencialmente o desenvolvimento na medida que as instituições estão asseguradas.

O segundo argumento é que não basta haver instituições fortes para promover o desenvolvimento, é preciso que as instituições sejam inclusivas. Isto significa promover o desenvolvimento da forma menos desigual possível, mediante incentivos, inovação e distribuição da riqueza gerada segundo os méritos de quem a produz. Instituições extrativas, não inclusivas, promovem bem-estar para poucos, a partir de privilégios, políticas desfocadas, ineficiência e corrupção, gerando desincentivos à produtividade. Este argumento, elaborado por Daron Acemoglu e James A. Robinson, está desenvolvido na obra seminal “Why Nations Fail - The Origins of Power, Prosperity, and Poverty”¹².

Juntando os dois argumentos, a conclusão é que não há desenvolvimento sem certas qualidades e capacidades institucionais e isto significa instituições públicas e privadas capazes de gerar valor para cidadãos e detentores de direitos de propriedade ao menor custo possível.

¹¹ NBER Working Paper 9305, October 2002, Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research.

¹² Crown Business, 2012.



A avaliação de qualidades e capacidades institucionais não é nada trivial. Pode ser baseada em critérios de qualidade e capacidade, atributos de design institucional, previamente selecionados. Pode ser baseada em desempenho, presumindo-se que patamares satisfatórios de bem-estar certificam padrões de qualidades e capacidades institucionais. Também pode ser feita de forma comparativa, a partir da comparação de padrões de qualidade e capacidade institucional de um determinado local com outros (seja um conjunto delimitado, sejam aqueles considerados paradigma).

Optamos pela terceira alternativa, de avaliar as qualidades e capacidades institucionais no (note-se que não é “do”) Estado de Sergipe, comparando-o com outros Estados brasileiros a partir de indicadores já existentes. Embora os indicadores existentes possam não revelar todas as facetas idealmente analisáveis, além de limitações relativas a distintos marcos temporais, acredita-se que a avaliação que se segue permite a extração de algumas conclusões avaliativas e indicações a respeito da qualidade e capacidade das instituições públicas e privadas em Sergipe.

Os tópicos seguintes abordarão a qualidade e capacidade institucional a partir de uma comparação baseada em dados relativos à capacidade de geração de riqueza e bem-estar (PIB, competitividade, IDH, arrecadação, eficiência e desigualdade); em sequência, abordarão a qualidade e capacidade institucional de instituições públicas (Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais; e municipais) e privadas (empresas e 3º setor); e questões relacionadas à transparência e incidência de corrupção a partir de indicadores seletos.

5.1.1. Geração de Riqueza e Bem-Estar

A Figura 19 apresenta um apanhado de indicadores de geração de riqueza e bem-estar de forma comparada. Conforme já apresentado de forma mais detalhada no capítulo anterior do presente relatório, vê-se que, dentre as UF brasileiras, Sergipe possui o 23º PIB; ocupa o 22º lugar no ranking geral de competitividade do CLP; possui o 22º IDH; a 21ª arrecadação; o 22º lugar no ranking Folha de São Paulo de eficiência dos estados (que compara indicadores de educação, saúde, infraestrutura, segurança e finanças com a receita *per capita*); e a 20ª posição em termos de desigualdade.

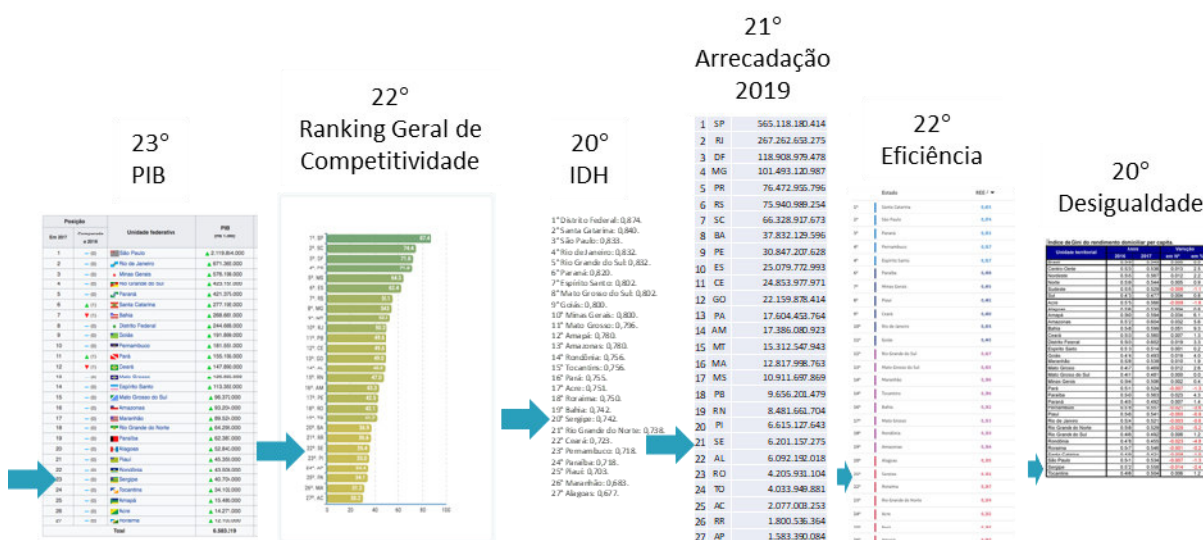
Esses dados não revelam uma situação de severa disparidade institucional como a do Brasil como um todo, cujo PIB situa-se em torno do 8º do mundo, a arrecadação em torno da 14ª posição, o nível de bem-estar em torno do 80º lugar, e o nível de desigualdade em torno do 2º lugar em termos globais. Flagrantemente, o Brasil possui instituições extrativas.

Por outro lado, a posição relativamente homogênea em termos de ranking do Estado de Sergipe não significa uma situação de alta qualidade e capacidade institucional, tampouco de

inclusividade. Significa o enredamento num patamar dentro do quadro nacional de extratividade, patamar este que se situa em torno do 4º quartil.

Este patamar é, ao mesmo tempo, reflexo e limitação do desenvolvimento, mas, sobretudo, um indicativo de que galgar um novo patamar de desenvolvimento requererá melhoras na geração de riqueza (PIB, arrecadação e competitividade; variáveis estas que estão muito correlacionadas) e bem-estar (IDH, eficiência e desigualdade; variáveis estas que estão muito correlacionadas).

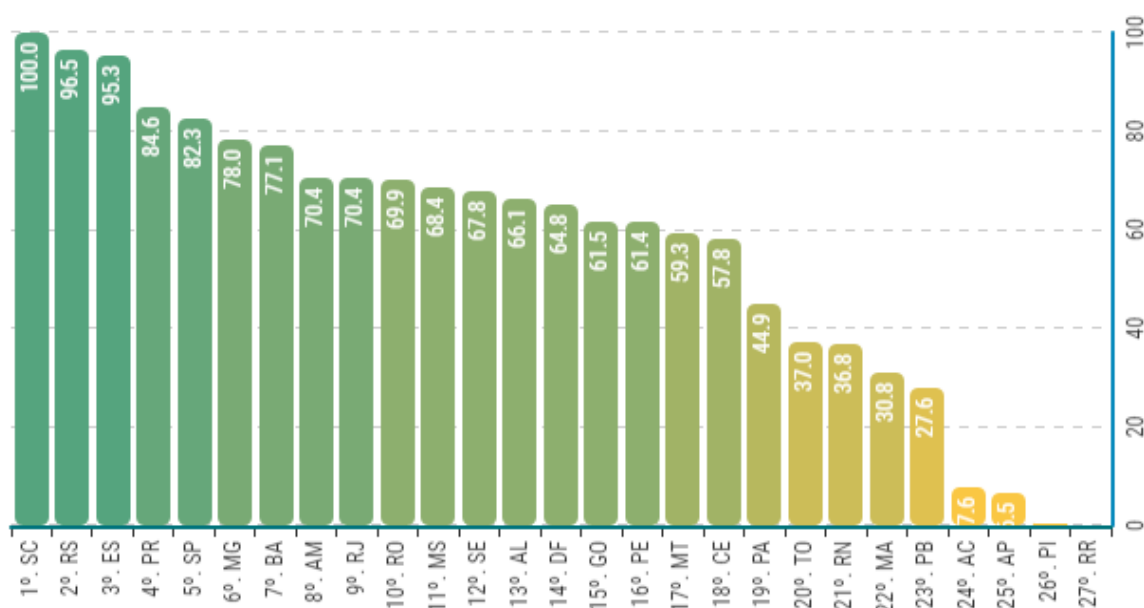
Figura 19. Indicadores de geração de riqueza e bem-estar de forma comparada



Fontes: PIB, https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_PIB;
 Competitividade, <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/ranking/2019/geral>;
 IDH, <https://alunosonline.uol.com.br/geografia/oidhdosestadosbrasileiros.html>;
 Arrecadação, <https://impostometro.com.br/>; Eficiência, <https://www1.folha.uol.com.br/reef/#/>;
 e Desigualdade, <https://fpabramo.org.br/2018/04/17/desigualdade-de-renda-cresce-em-15-estados/>.

A Figura 20 apresenta o indicador “Eficiência da Máquina Pública”, mais recente e que contempla dados mais agregados de qualidade institucional das instituições públicas do Estado de Sergipe, quais sejam: custo do executivo/PIB, custo do judiciário/PIB, custo do legislativo/PIB, eficiência do judiciário e índice de transparência. Sergipe encontra-se em 12º lugar, pontuando 67,8 num total de 100 e acima da média nacional de 56,4.

Figura 20. Ranking da Eficiência da Máquina Pública

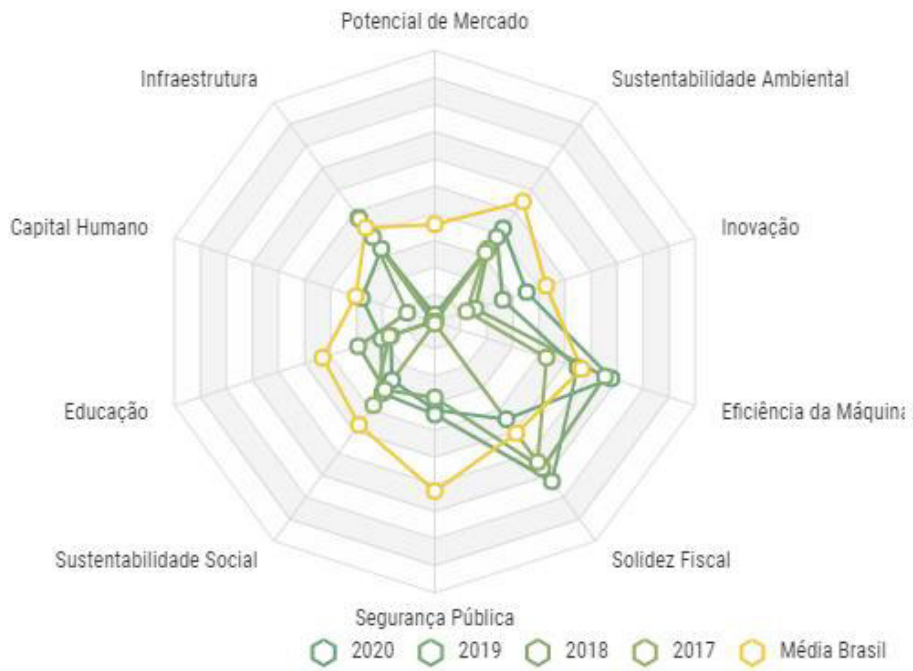


Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados 2020 – CLP

As figuras 21 e 22 apresentam os componentes e a série temporal do ranking de competitividade, respectivamente. Vê-se que à exceção de solidez fiscal, infraestrutura, sustentabilidade ambiental e eficiência da máquina pública, todos os demais componentes encontram-se em estado crítico, muito abaixo das médias nacionais, muito embora, no global, haja uma trajetória de melhoria.

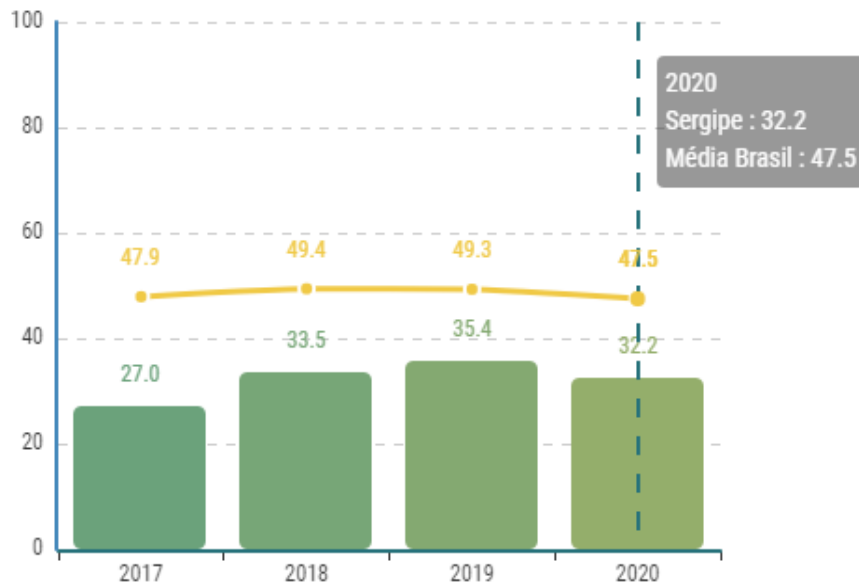


Figura 21. Componentes do ranking de competitividade



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados 2020 – CLP

Figura 22. Série temporal do ranking de competitividade



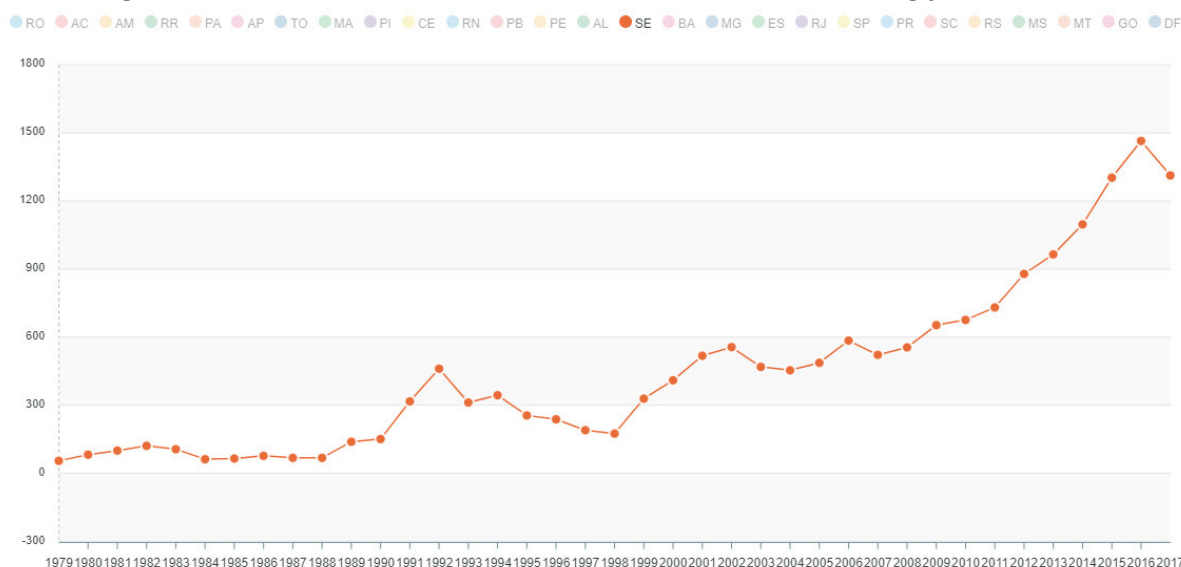
Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados 2020 – CLP

5.1.1.1. Segurança como resultado de um ambiente favorável ao desenvolvimento

É de conhecimento que os indicadores de segurança são transversais, afinal, quanto mais uma sociedade se sente segura, maiores as oportunidades de que essa usufrua dos benefícios de uma cidade segura, seja por meio da abertura de novos negócios, seja frente ao aumento do uso de equipamentos públicos e do uso dos serviços disponibilizados pelo Estado.

O medo da ocorrência de um homicídio é o “termômetro” em qualquer sociedade. Nesse sentido, o Estado de Sergipe deve-se preocupar. Os números absolutos de homicídios no Estado possuem série histórica de aumento constante desde 2007, atingindo o maior patamar da série histórica em 2016, com leve queda em 2017, apresentando 1.313 homicídios em um ano, o que equivale a aproximadamente 3 pessoas sofrendo um crime violento por dia. A Figura 23 apresenta a evolução histórica dos homicídios em Sergipe.

Figura 23. Série histórica – Números absolutos de homicídios – Sergipe, 1979-2017



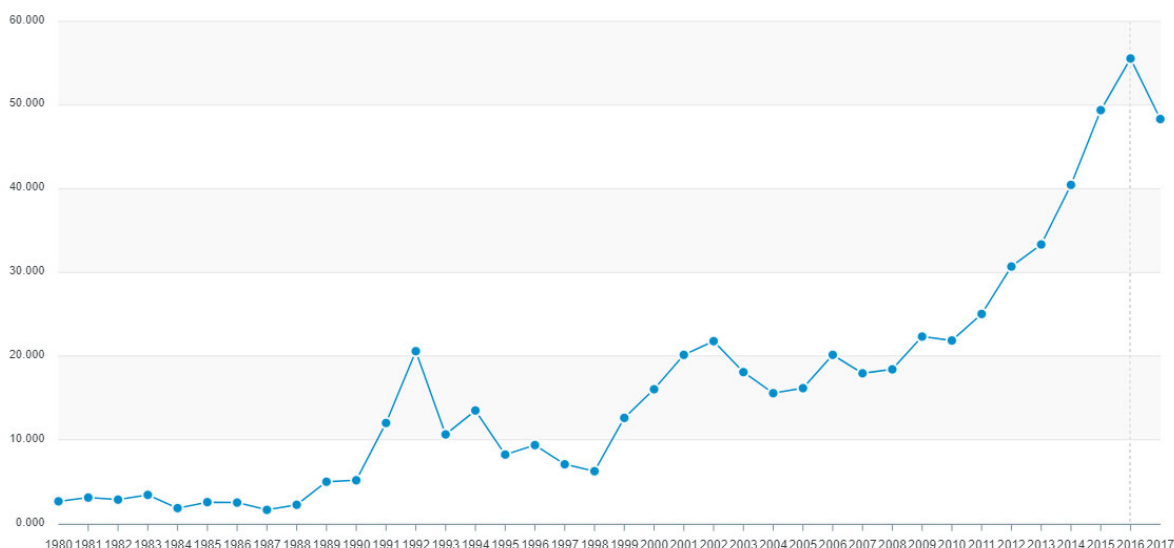
Fonte: IPEA

O uso de arma de fogo também é variável importante quando se pensa o desenvolvimento de um local. É de conhecimento que, a depender do território, os crimes tendem a mudar e, nos últimos anos, o acesso a armamento de fogo e até mesmo de alto calibre faz com que famílias e setores da sociedade, como empresas privadas, universidades, revisitem suas lógicas de funcionamento em função do custo de oportunidade para um criminoso em portar uma arma e dar sequência a um ato delituoso.

Em Sergipe, a taxa de homicídios com uso de arma de fogo é crescente (Figura 24) a partir do ano de 2007, com queda semelhante à figura anterior, o que demonstra que grande parte dos

homicídios consumados no Estado foi com uso de armamento letal. A taxa é considerada alta, 48,34 para cada 100mil habitantes.

Figura 24. Série histórica - Taxa de homicídios com uso de arma de fogo, Sergipe, 1979-2017



Fonte: IPEA

As altas taxas não possuem uma única explicação, mas, na busca por maior capacidade e desenvolvimento, faz-se necessário garantir uma política de segurança pública que busque atuar considerando tanto a prevenção como a repressão qualificada em locais de maior índice de criminalidade, atuando com foco na solução dos crimes de maior monta e de forma planejada e monitorada.

5.1.2. Maiores Hiatos para o Desenvolvimento

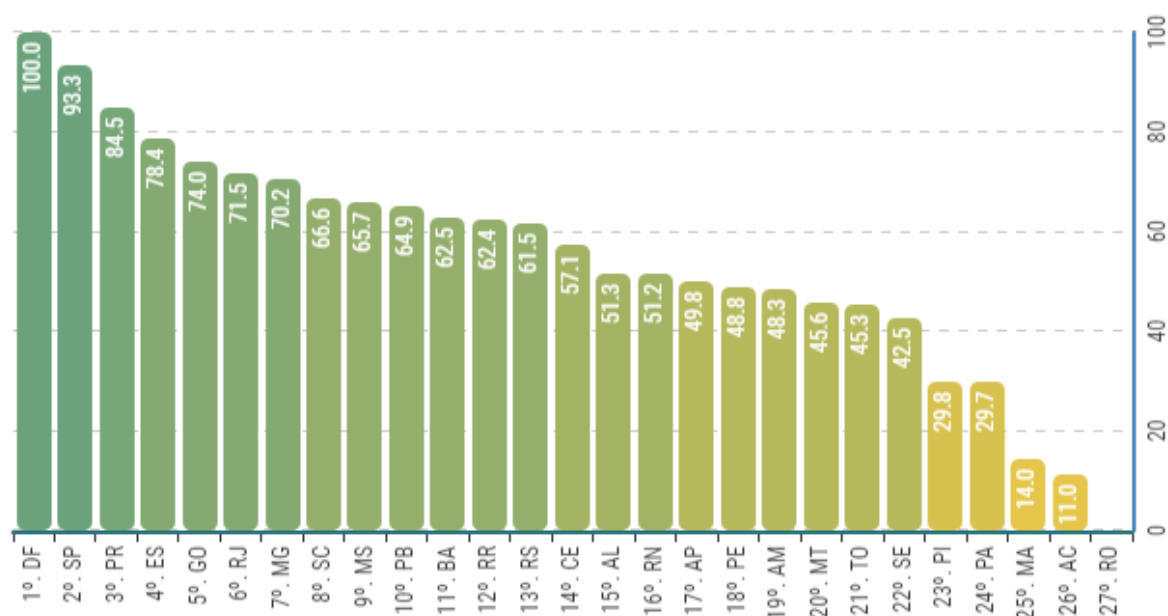
5.1.2.1. Sustentabilidade Ambiental enquanto mecanismo de desenvolvimento humano

Com indicadores intimamente ligados ao saneamento básico, a sustentabilidade ambiental pode ser considerada um pilar importante para o desenvolvimento humano, especialmente nos componentes relacionados à saúde e longevidade. Por esta vertente, verifica-se que Sergipe ocupa a 22ª posição no Brasil (Figura 25) pelo ranking de Competitividade dos estados, obtendo um resultado inferior à média dos Estados.

Os resultados alcançados pelo Estado, seja para a coleta e destinação de lixo seja para a distribuição e tratamento de esgoto, indicam que há um espaço grande para a evolução dos indicadores rumo à universalização. Os resultados, especialmente para destinação do lixo, indicam que apenas 10% do resíduo sólido captado possuem destinação adequada. Isto indica que o Estado é o último colocado neste parâmetro dentre todas as 27 unidades da federação.

O governo estadual, por mais que não seja responsável pela coleta e destinação de resíduos sólidos, tem o dever de ser indutor de políticas públicas positivas que intensifiquem os resultados por parte das prefeituras municipais, através do incentivo à construção de aterros sanitários e do desincentivo ao depósito inadequado de resíduos, através do estabelecimento de legislações próprias ao setor.

Figura 25. Ranking de Sustentabilidade Ambiental



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados 2020 – CLP

Para o tratamento de esgoto, muito embora o resultado de Sergipe o posicione na 14ª posição dentre todos os Estados, este também indica que o tratamento na casa de 30,04 % está muito longe da universalização e que há a necessidade de investimentos maciços no setor.

5.1.2.2. Potencial de Mercado limitado à complexidade do parque produtivo

Com o PIB estadual representando 0,62% do PIB nacional em 2017, e com baixo crescimento da economia, a tarefa de expandir o mercado de Sergipe é desafiadora. O *boom* da população em idade ativa que o Brasil viveu em décadas anteriores já é pouco relevante no cenário, com a perspectiva de Sergipe ter um crescimento de 0,85% na População em Idade Ativa (PIA) nos próximos 10 anos, de forma que o Estado terá que se focar na diversificação do mercado para se desenvolver.

Para essa análise, utilizamos da metodologia do Product Space (Espaço de Produtos), criada pelos professores Cesar Hidalgo (MIT Media Lab) e Ricardo Hausmann (Harvard Kennedy School), que permite entender, a partir da pauta de exportação dos países (ou Estados), quais os conhecimentos produtivos que cada localidade possui. Essas capacidades ou habilidades

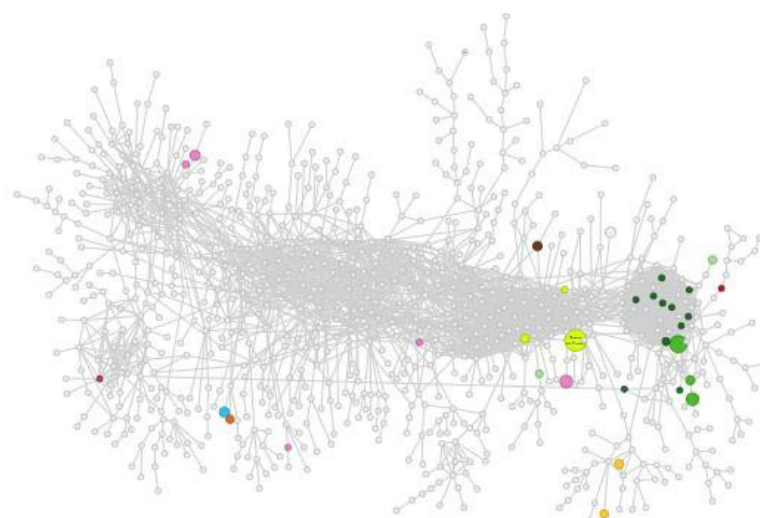
são compostas por diversos fatores, tais como: capital, trabalho, tecnologia, instituições, infraestrutura, existência de relações sociais, dentre outros. Quanto mais conhecimento produtivo uma determinada localidade possui, maior o número de produtos que ela pode produzir e exportar, e mais complexos são esses produtos.

A Figura 26 apresenta o Espaço de Produtos de Sergipe, observando a complexidade de mercado, num espaço que observa toda a pauta de exportação mundial. Verifica-se que a produção de Sergipe é muito limitada em termos de competitividade, pelo destaque de produtos coloridos dentro do universo geral, marcado em cinza. Isto demonstra o quão difícil é diversificar a economia sergipana, já que apenas produtos ao redor dos produtos coloridos se apresentam mais factíveis de atrair investimentos, já que existe uma indústria de base próxima existente e desenvolvida no Estado.

Figura 26. Espaço de produtos para Sergipe

Espaço de Produtos para Sergipe (2017)

Baseado nos Estados Produtores
Exportações: \$90,9 Milhões USD



Dados Fornecidos por SECEX

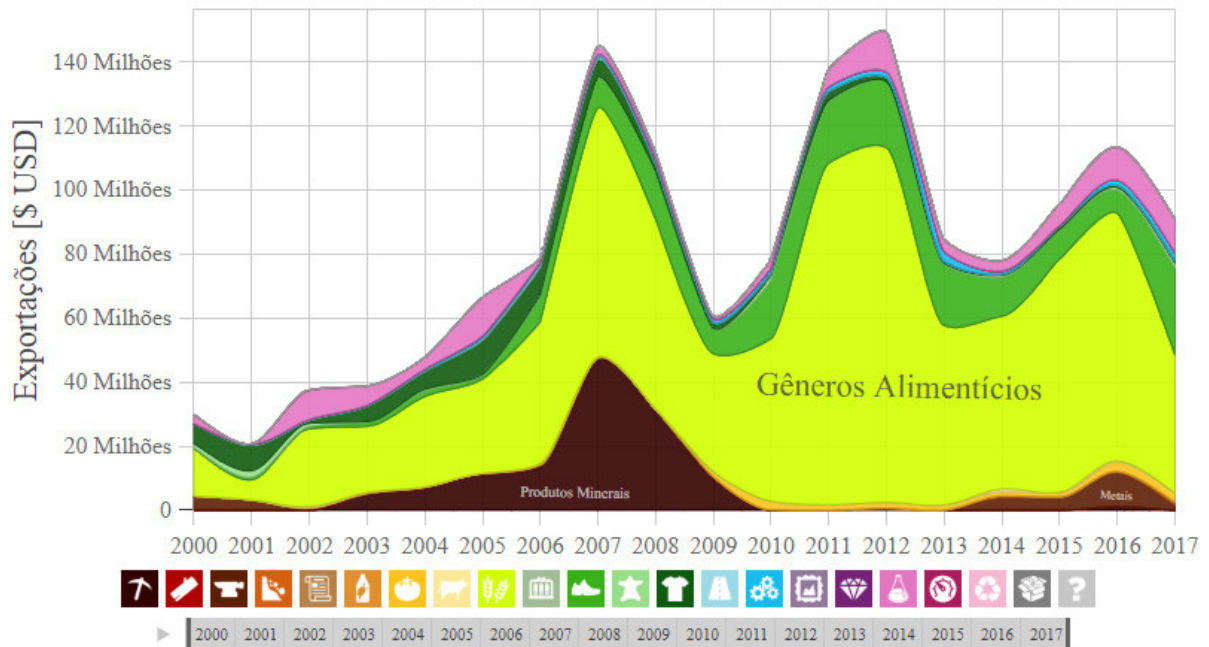
Fonte: <http://dataviva.info>

Aprofundando um pouco mais, identificamos que o espaço de produtos mencionados no gráfico anterior se concentra em produtos relacionados a gêneros alimentícios, produtos minerais e calçados. A evolução histórica das exportações tão pouco é animadora (Figura 27), por se comportar de forma errática ao longo dos anos e, principalmente, por ser pouco relevante em termos de valores. Em 2017, por exemplo, as exportações provenientes de Sergipe foram inferiores a US\$ 100 milhões.

Figura 27. Exportações de Sergipe

Exportações de Sergipe (Jan 2000-Dez 2017)

Baseado nos Estados Produtores

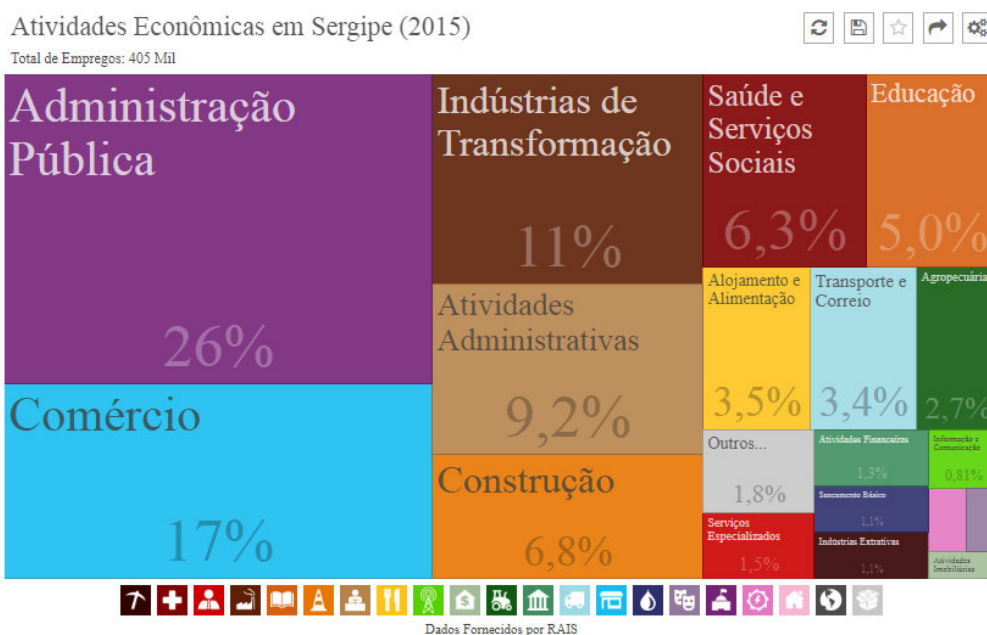


Dados Fornecidos por SECEX

Fonte: <http://dataviva.info>

Finalmente, observando as atividades econômicas que puxam os empregos formais de Sergipe, segundo a RAIS, observa-se que a economia sergipana é altamente dependente da administração pública e de comércio e serviços (Figura 28). A produção, representada pelas indústrias de transformação, indústrias extrativas e agropecuária, representa apenas 14,8% dos empregos formais.

Figura 28. Atividades econômicas em Sergipe



Fonte: <http://dataviva.info>

O desafio para Sergipe, em termos de potencial de mercado, é enorme. Ações coordenadas em diversas frentes, a exemplo das áreas de desenvolvimento econômico, educação básica, educação superior, educação técnica, ciência e tecnologia, inovação e infraestrutura são fundamentais para Sergipe desenvolver e diversificar seu mercado.

5.1.2.3. Inovação como estratégia de complexificação do mercado

A inovação é medida geralmente através de informações relacionadas à produção de patentes, a concessão de bolsas de mestrado e doutorado e investimentos em ciência e tecnologia, além dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Se observarmos estes fatores, Sergipe está em posição intermediária frente a outras unidades da federação, na 14ª posição, no ranking de Competitividade dos Estados de 2020, do Centro de Liderança Pública.

Ao utilizarmos as informações dos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2019 (Tabela 41), publicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Sergipe investiu R\$ 85,5 milhões em 2017, conforme tabela abaixo. Importante mencionar, neste caso, é a redução do investimento de 2017 frente os 3 anos anteriores, todos com investimentos públicos do Estado superiores a R\$ 100 milhões. O valor investido em 2017 representa 0,84% da receita total do Estado e está muito longe do investimento aplicado pelo Estado líder, São Paulo, de 5,10% da receita total do Estado em ciência e tecnologia em 2017.

Tabela 41. Dispêndios dos governos estaduais em ciência e tecnologia

Dispêndios dos governos estaduais em ciência e tecnologia (C&T) por unidade da federação, 2000-2017

(em milhões de R\$ correntes)

Regiões/UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	2.854,3	3.287,1	3.473,3	3.705,7	3.900,5	4.027,3	4.282,1	5.687,4	7.138,0	8.424,8	10.201,8	11.871,6	13.650,6	15.006,6	17.503,3	19.658,2	19.842,6	20.729,2
São Paulo	2.044,5	2.388,2	2.592,1	2.730,5	2.675,5	2.552,1	2.601,0	3.534,1	4.302,4	4.835,4	5.609,4	6.908,0	7.792,3	8.786,7	9.721,6	11.898,4	11.676,3	11.865,6
Rio de Janeiro	250,7	222,3	196,2	227,7	276,4	286,5	302,6	418,3	491,8	522,8	685,2	800,9	844,3	960,0	1.305,1	1.477,2	1.252,0	1.323,7
Paraná	182,9	200,9	256,0	238,2	314,0	323,5	365,1	427,9	425,3	572,2	600,1	617,8	759,5	771,5	932,4	1.007,9	1.296,1	1.300,8
Minas Gerais	65,3	84,3	55,6	49,6	106,7	156,7	218,4	312,8	403,8	443,8	557,0	662,9	733,0	701,1	807,4	813,7	867,7	1.135,0
Bahia	72,4	92,2	115,7	138,6	157,8	205,1	207,0	263,0	292,8	305,4	487,2	433,5	614,2	538,1	739,0	519,4	556,0	641,8
Santa Catarina	5,6	7,1	45,7	52,1	40,5	82,9	68,7	83,3	278,0	302,4	328,0	396,3	424,2	482,7	593,2	637,6	561,9	588,9
Rio Grande do Sul	85,6	100,3	53,3	61,0	70,6	85,2	68,1	75,3	77,3	125,9	254,2	291,7	361,9	421,1	511,0	413,1	419,8	474,7
Distrito Federal	2,8	2,9	1,8	3,3	11,6	13,3	13,6	68,5	45,9	133,1	166,3	132,3	152,0	170,6	378,7	346,1	363,1	364,9
Ceará	8,9	15,7	26,5	38,7	53,4	74,4	97,9	104,1	185,2	192,4	266,3	219,8	266,0	260,4	334,8	273,0	320,8	356,5
Goiás	32,1	26,3	4,9	5,1	8,8	10,5	10,8	26,6	31,1	39,6	44,5	101,3	149,5	174,5	151,6	153,6	279,6	309,0
Pernambuco	37,4	58,5	48,1	51,9	51,7	56,3	72,7	80,5	142,6	147,8	146,2	236,6	192,0	160,1	284,2	261,3	260,2	290,1
Paraíba	6,7	6,9	7,0	8,6	9,0	9,8	14,7	18,0	24,3	98,3	122,0	135,7	174,0	165,9	198,3	217,4	239,6	269,0
Mato Grosso	1,2	1,3	1,9	4,9	28,4	32,8	35,8	36,2	59,2	80,5	106,0	131,6	127,2	154,7	194,9	238,3	262,4	267,8
Rio Grande do Norte	4,9	6,9	12,6	6,8	11,3	15,1	12,0	13,3	29,5	87,2	104,4	89,9	85,3	152,7	144,2	165,4	175,3	222,6
Pará	6,8	6,5	7,5	8,6	4,0	4,6	7,4	29,4	73,6	122,7	173,0	153,3	211,8	187,7	210,8	191,7	187,7	191,1
Espírito Santo	16,9	9,0	7,5	7,1	7,5	11,6	19,9	24,6	27,4	69,1	85,2	116,2	144,8	143,2	51,2	140,7	144,1	180,2
Amazonas	7,4	5,3	1,8	11,4	24,4	35,3	73,1	62,1	91,2	104,6	128,9	118,7	129,4	176,0	204,5	185,9	181,6	169,5
Maranhão	2,7	23,9	8,1	20,4	6,7	10,2	13,0	13,4	18,9	26,5	75,1	33,2	32,7	75,6	82,6	128,4	146,2	155,0
Mato Grosso do Sul	1,1	1,6	3,2	8,5	7,9	9,9	11,4	12,5	17,6	16,1	39,5	40,2	107,9	120,3	182,1	153,0	133,5	151,8
Rondônia	0,3	0,6	0,7	1,3	1,7	2,1	1,8	1,7	2,9	37,9	52,1	63,3	77,7	76,2	74,6	103,1	105,0	99,3
Sergipe	2,6	5,1	5,3	7,3	8,5	7,9	10,7	11,9	17,2	23,6	19,1	22,9	82,0	53,1	103,4	110,1	137,3	85,5
Piauí	0,4	0,6	0,8	2,1	2,5	2,0	3,7	2,0	8,6	36,1	45,9	52,0	55,3	88,4	104,7	73,2	110,8	81,6
Acre	5,4	4,5	8,6	8,2	7,3	11,6	22,3	24,6	31,4	37,9	33,0	46,6	49,0	52,9	34,9	33,3	32,7	79,5
Tocantins	0,0	1,3	1,8	2,6	1,1	10,8	15,0	26,3	28,8	23,4	26,6	33,9	26,9	65,1	55,7	61,3	74,2	58,3
Roraima	0,8	0,3	0,3	0,5	0,1	0,4	0,5	2,9	6,1	8,4	4,9	4,8	10,1	16,8	20,6	16,1	22,9	31,2
Alagoas	3,4	6,7	4,1	6,9	10,5	13,2	10,1	9,0	13,3	21,6	30,4	21,5	37,4	38,6	55,2	32,1	30,5	30,1
Amapá	5,7	7,8	6,3	3,8	2,8	3,6	4,9	5,2	11,7	10,2	11,3	6,8	10,1	12,6	26,7	6,9	5,4	5,7

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Institucional (CGAI) - DGI/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

Se observamos os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (Tabela 42), sob o mesmo relatório do MCTIC, Sergipe aplicou R\$ 14,5 milhões em 2017, valor que neste caso é muito superior ao aplicado em anos anteriores. Entretanto, se observarmos estes mesmos valores sob o viés dos investimentos em relação às receitas totais do Estado, a aplicação de 0,14% é uma das menores dentre todos os Estados da Federação. O Estado líder, São Paulo, aplicou 4,64% das receitas totais em pesquisa e desenvolvimento em 2017.

Tabela 42. Dispendios dos governos estaduais em Pesquisa e Desenvolvimento

Dispendios dos governos estaduais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por unidade da federação, 2000-2017


(em milhões de R\$ correntes)

Regiões/UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	2.486,2	2.884,4	2.932,6	3.023,6	2.917,0	3.286,1	3.427,6	4.740,1	5.611,7	6.036,2	6.999,7	8.598,4	9.782,2	10.981,3	12.721,2	14.831,8	14.907,6	15.456,9
São Paulo	1.966,2	2.314,6	2.427,8	2.461,4	2.256,0	2.467,4	2.528,5	3.436,5	4.120,4	4.224,3	5.012,2	6.267,3	7.133,8	8.094,2	9.066,0	11.077,8	10.684,8	10.805,7
Paraná	77,3	101,7	138,5	143,7	209,7	211,8	224,2	298,9	294,9	441,4	413,5	438,0	539,0	520,9	684,8	742,3	983,8	1.008,7
Rio de Janeiro	249,8	191,3	160,3	172,9	167,8	177,8	213,6	328,9	385,7	461,2	488,9	599,3	696,9	782,8	990,5	1.122,1	1.041,3	932,6
Minas Gerais	41,3	53,3	25,1	17,3	36,7	57,3	86,0	155,0	202,3	204,6	213,9	336,0	296,4	319,6	303,9	266,7	322,7	642,4
Bahia	44,0	63,5	87,2	105,7	120,7	153,5	148,5	190,0	110,6	101,2	120,4	195,8	192,1	241,7	312,3	336,5	378,9	395,9
Santa Catarina	2,2	6,4	18,3	23,3	12,6	48,3	41,9	65,5	96,1	138,8	209,9	201,1	207,4	235,7	236,9	314,2	260,7	287,5
Ceará	2,7	7,6	5,9	10,6	8,5	15,2	15,8	54,9	69,2	55,4	63,5	64,6	100,8	85,6	177,6	114,2	132,4	165,7
Goiás	-	-	-	0,1	3,4	1,5	0,7	6,5	19,7	26,9	23,1	43,1	59,4	59,1	46,5	51,0	114,7	157,2
Pernambuco	24,7	30,2	23,4	23,0	18,0	18,4	21,4	33,1	73,5	63,6	58,2	84,3	72,4	79,6	154,0	134,9	170,5	154,1
Paraíba	5,3	5,9	4,6	5,7	8,2	8,4	13,1	16,3	20,9	32,3	31,7	49,9	57,8	52,8	67,1	84,3	112,0	128,0
Rio Grande do Norte	4,1	5,3	1,9	1,0	2,1	3,8	2,5	3,1	9,2	17,2	19,0	23,5	32,3	35,0	41,3	55,4	80,7	121,7
Rio Grande do Sul	58,4	69,9	13,4	14,9	36,2	49,2	30,5	36,7	30,0	58,8	92,9	99,0	89,2	104,7	132,4	114,8	134,1	107,9
Mato Grosso	1,0	1,0	0,0	1,4	10,5	11,0	12,7	10,8	15,2	22,1	33,8	31,8	21,8	31,7	28,8	54,9	70,8	85,7
Espírito Santo	-	-	2,8	2,1	0,3	3,3	5,0	8,0	6,6	11,6	16,2	20,6	23,4	35,4	16,7	51,5	45,8	83,7
Amazonas	-	-	0,3	4,7	5,7	29,3	50,0	39,7	51,1	41,2	45,5	52,2	61,9	71,9	93,5	101,7	98,0	77,1
Mato Grosso do Sul	-	-	1,1	1,6	4,5	5,0	5,9	6,5	8,0	8,2	11,8	13,9	39,7	71,7	142,1	56,3	63,2	63,2
Maranhão	0,5	23,7	7,4	18,6	0,2	6,0	6,9	7,7	12,7	13,6	16,5	16,3	25,5	39,3	56,3	47,5	72,0	61,2
Pará	2,3	1,2	3,0	4,2	0,1	0,1	1,8	7,6	27,1	15,3	21,3	18,4	67,9	38,0	55,8	36,2	49,8	52,8
Distrito Federal	0,4	0,6	1,6	1,9	4,5	3,2	1,5	17,2	36,1	62,2	70,3	15,8	29,8	39,2	63,5	14,9	7,7	52,1
Piauí	0,0	0,1	0,1	0,1	0,4	1,6	2,7	1,2	1,1	2,2	1,9	0,8	2,7	6,8	4,6	19,5	47,5	19,7
Roraima	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4	0,5	2,5	0,9	5,2	1,8	0,3	1,6	2,8	10,7	8,4	11,8	16,8
Alagoas	1,1	1,6	3,3	5,2	5,9	6,7	6,3	4,9	7,3	8,9	9,2	9,8	16,8	11,9	23,0	10,4	14,4	14,5
Sergipe	0,0	0,2	0,5	1,5	2,7	1,1	0,2	1,3	2,6	11,0	13,3	6,3	7,3	8,9	6,1	9,1	1,3	14,5
Amapá	4,5	6,2	5,3	1,8	1,2	1,5	2,1	1,8	4,3	4,4	4,4	1,8	1,4	2,1	0,7	3,0	3,3	2,6
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	0,6	0,1	0,3	0,8	0,4	0,0	0,4	0,8	2,4	2,2
Tocantins	-	-	0,0	0,0	-	1,5	2,1	3,2	2,8	0,9	2,6	4,6	2,6	5,7	2,9	1,3	1,6	1,8
Acre	-	-	0,7	0,7	1,0	2,8	3,4	2,3	2,8	3,6	3,6	3,2	1,8	4,3	2,8	2,0	1,5	1,5

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Institucional (CGAI) - DGI/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

Quanto ao total de concessões de patentes, informações do INPI indicam que Sergipe produziu, em 2017, 0,12 patentes por R\$ 1 bilhão do PIB, o que o coloca na 8ª posição dentre os Estados brasileiros. Em relação a empreendimentos inovadores, tais como aceleradoras, incubadoras, parques tecnológicos e parques científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), fonte desta informação, Sergipe tinha, em 2019, 0,9 empreendimento inovador para cada 1 milhão de habitantes, o que o coloca na 21ª posição dentre os 26 governos estaduais mais o Distrito Federal.

Verificando essas informações, observa-se um esforço do Estado em investir em ciência e tecnologia e em pesquisa e desenvolvimento, o que tem provocado um crescimento no número de patentes. Esses investimentos e patentes, no entanto, ainda não têm se transformado efetivamente em empreendimentos inovadores, que poderão alavancar a produtividade e diversificar o mercado e o espaço de produtos com valor agregado do Estado. Fato inegável é que a alocação adequada dos recursos em C&T e P&D alinhados a uma



estratégia estadual de diversificação e aumento da complexidade do espaço de produtos estadual são fundamentais para que o Estado alcance objetivos de potencializar seu mercado.

5.1.3. Poder Executivo Estadual

Os indicadores de qualidade e capacidade institucionais do Poder Executivo de Sergipe situam-se em dois grupos e buscam mensurar eficiência, eficácia e efetividade do poder executivo como um todo e a partir de setores cuja responsabilidade de política pública recai predominantemente sobre o Executivo:

a. Grupo 1: componentes do índice de competitividade

- Custo do executivo/PIB
- Infraestrutura
- Educação
- Sustentabilidade social
- Segurança pública
- Solidez fiscal
- Inovação
- Sustentabilidade ambiental

b. Grupo 2: componentes do Ranking de eficiência dos Estados

- Educação
- Saúde
- Infraestrutura
- Segurança
- Finanças

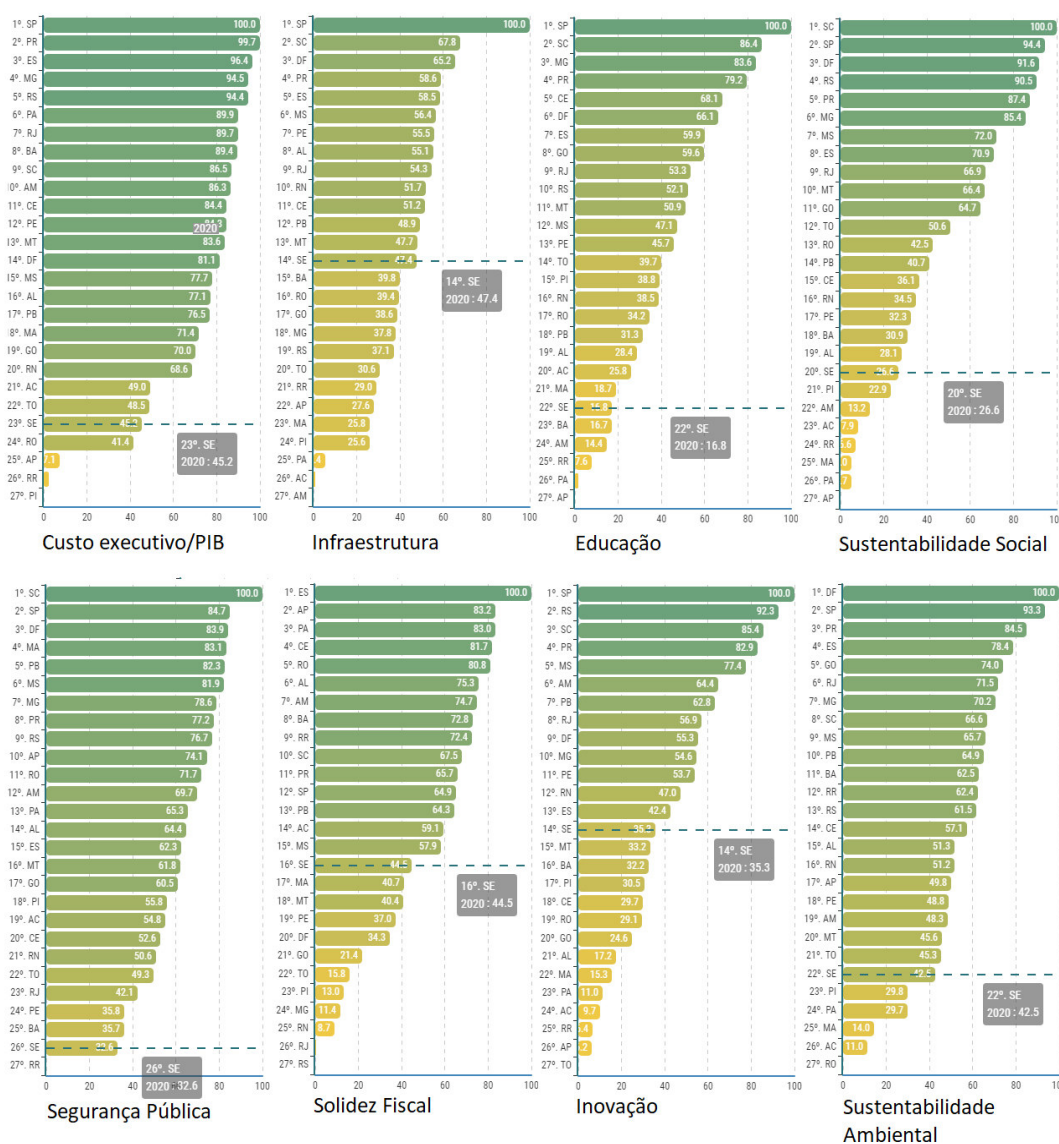
c. Grupo 3: qualidade gerencial

- Despesa de pessoal
- Quadros funcionais
- Carreiras e cargos comissionados
- Práticas de gestão de pessoas

A Figura 29 apresenta os indicadores do 1º grupo, componentes do índice de competitividade. Nesta perspectiva comparada, na média, o padrão de 4º quartil se mantém, embora haja componentes mais favoráveis (solidez fiscal e infraestrutura). Componentes tais como custo do executivo/PIB, segurança e educação figuram como os mais críticos.

No que se refere ao custo do executivo/PIB, algumas razões por detrás dos números podem se referir ao perfil dos gastos (a partir de dados de 2017): 50,5% da receita total é destinada ao pagamento do funcionalismo, dos quais 22% com inativos; gastos previdenciários encontram-se na ordem de 20,4%, frente a uma média nacional de 16,3%, enquanto que os gastos com educação estão abaixo da média nacional (11,4% contra 14,1%).

Figura 29. Componentes o índice de competitividade



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados 2020 – CLP

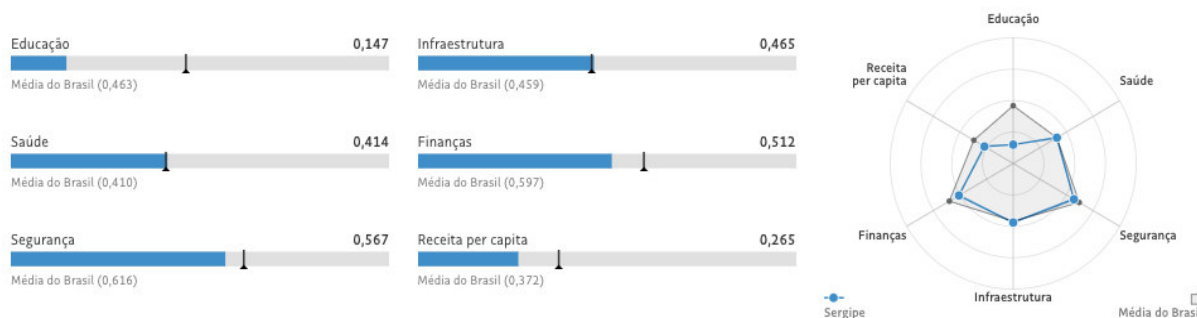
A Figura 30 apresenta os indicadores do 2º grupo, os componentes do Ranking de Eficiência dos Estados da Folha de São Paulo, a partir de dados de 2017. No global, Sergipe aparece em 22º lugar, com uma nota 0,322 num total de 1,0, frente a uma média nacional de 0,475, classificado na categoria de ineficiente. Mantem-se o padrão de 4º quartil no ranking, embora na pontuação figure no 3º quartil.

Figura 30. Componentes do Ranking de Eficiência dos Estados da Folha de São Paulo.

Estado	REE-F	Educação	Saúde	Infraestrutura	Segurança	Finanças	per capita	
1º	Santa Catarina	0,635	0,670	0,645	0,501	0,915	0,493	0,253
2º	São Paulo	0,574	0,837	0,509	1,000	0,850	0,835	0,577
3º	Paraná	0,533	0,752	0,522	0,732	0,816	0,711	0,521
4º	Pernambuco	0,517	0,583	0,480	0,500	0,394	0,843	0,223
4º	Espirito Santo	0,517	0,569	0,499	0,570	0,612	0,694	0,277
6º	Paraíba	0,498	0,305	0,495	0,557	0,679	0,360	0,005
7º	Minas Gerais	0,493	0,616	0,530	0,638	0,792	0,611	0,468
8º	Piauí	0,482	0,397	0,410	0,372	0,878	0,594	0,118
9º	Ceará	0,480	0,438	0,409	0,391	0,380	0,852	0,073
10º	Rio de Janeiro	0,456	0,609	0,491	0,783	0,558	0,060	0,268
11º	Goiás	0,445	0,575	0,346	0,611	0,631	0,514	0,236
12º	Rio Grande do Sul	0,427	0,545	0,553	0,532	0,777	0,695	0,653
13º	Mato Grosso do Sul	0,405	0,685	0,367	0,591	0,828	0,596	0,616
14º	Maranhão	0,386	0,283	0,303	0,207	0,736	0,622	0,000
14º	Tocantins	0,386	0,426	0,625	0,426	0,705	0,679	0,735
16º	Bahia	0,362	0,189	0,323	0,499	0,554	0,795	0,106
17º	Mato Grosso	0,353	0,684	0,326	0,463	0,701	0,541	0,637
18º	Rondônia	0,350	0,398	0,362	0,232	0,848	0,454	0,317
19º	Amazonas	0,344	0,493	0,243	0,197	0,692	0,721	0,291
20º	Alagoas	0,305	0,134	0,308	0,522	0,523	0,701	0,146
21º	Sergipe	0,302	0,147	0,414	0,465	0,567	0,512	0,265
22º	Roraima	0,267	0,455	0,427	0,464	0,615	0,572	1,000
23º	Rio Grande do Norte	0,259	0,263	0,337	0,504	0,175	0,332	0,110
24º	Acre	0,202	0,414	0,392	0,106	0,365	0,576	0,988
25º	Pará	0,187	0,245	0,158	0,059	0,304	0,691	0,061
26º	Amapá	0,097	0,317	0,187	0,008	0,123	0,481	0,726

A Figura 31 apresenta uma outra visualização por componente, corroborando o primeiro grupo de indicadores no sentido de que revela uma ligeira melhor situação em relação à infraestrutura e finanças, ao mesmo tempo revelando uma pior situação em relação à educação, e acrescentado dados sobre saúde, em cima da média nacional.

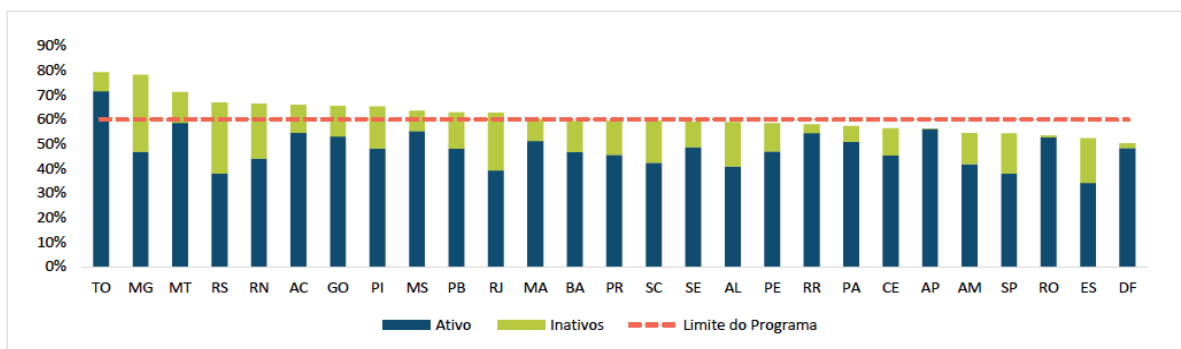
Figura 31. Detalhamento dos componentes do Ranking de Eficiência dos Estados da Folha de São Paulo



O terceiro grupo de indicadores provém do estudo “Quadro da Administração dos Estados Brasileiros”, elaborado pela Macroplan para a Aliança entre os Institutos Brava, República, Lemann e Humanize.

A Figura 32 apresenta uma visão comparativa das despesas de pessoal (ativos e inativos) relativamente à receita corrente líquida dos estados em 2018. Nela, vê-se que Sergipe está bem no limite prudencial de 60% estabelecidos pela LRF, ocupando a 12ª posição no ranking nacional. Comparando com outros estados, a pressão da folha de inativos ainda não alcançou níveis críticos.

Figura 32. Relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida do exercício de 2018



Fonte: Programa de Restruturação e Ajuste Fiscal /Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais – Tesouro Nacional

No que se refere aos quadros funcionais, os dados permitem constatar que a proporção de vínculos na educação é de 53,7%, em linha com a média nacional de 56,1%; de 27,5% na segurança, acima da média nacional de 23,1%; e de 5,4% na saúde, cerca de metade da média nacional, de 10,4%. Isto pode ser um indicativo de relativo superdimensionamento de quadros nas funções de suporte, em detrimento da linha de frente da prestação de serviços e das políticas públicas.

O Estado de Sergipe possui 18 carreiras ativas e consta que há critérios para seleção de ocupantes de cargos comissionados para o nível gerencial. As figuras 33 e 34 revelam que do

total de vínculos na administração direta, 62% possuem nível superior e as faixas etárias estão bem distribuídas entre 30 e 59 anos, com poucos servidores acima dos 60 anos, em linha com a maioria dos estados – o que não significa uma bomba previdenciária.

Figura 33. Perfil dos vínculos da administração direta por faixa etária – UF

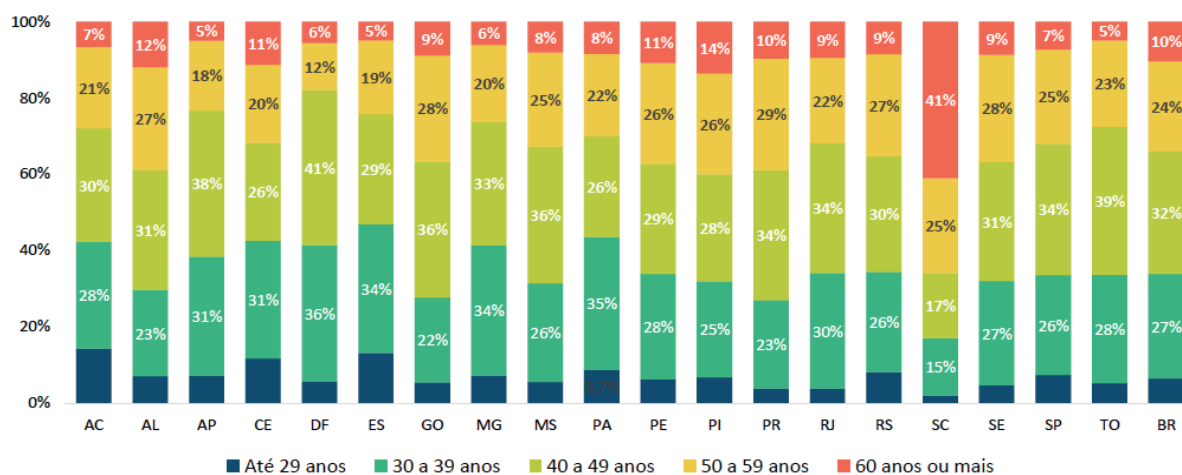
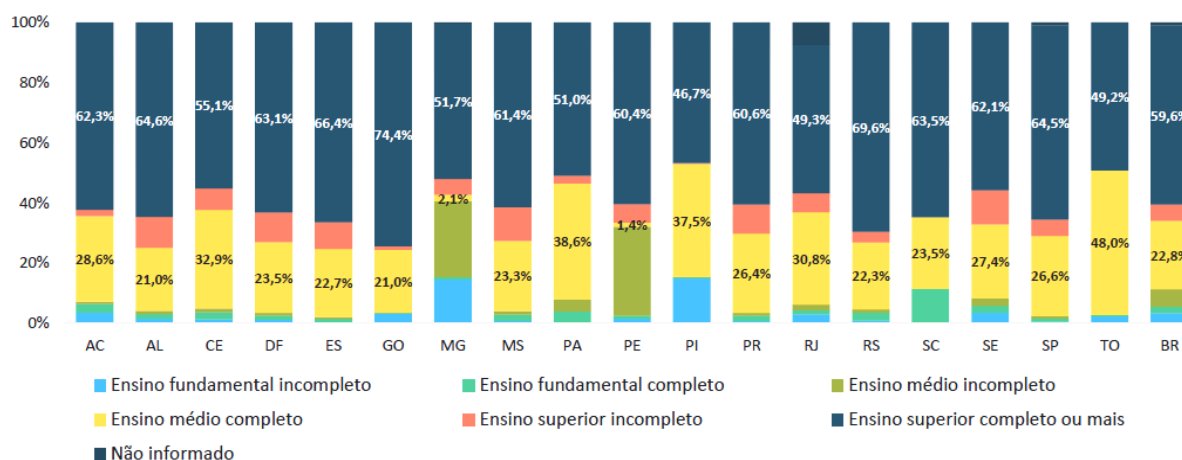



Figura 34. Perfil dos vínculos da administração direta por grau de escolaridade – UF



No que se refere às práticas de gestão de pessoas, há processos de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, gestão do desempenho e gestão de benefícios, indicando que a unidade central de gestão de pessoas está além do “departamento de pessoal”. Mas, por outro lado, não há formação em gestão de pessoas e desenvolvimento de lideranças.

Em síntese, há claras limitações de qualidade e capacidade institucionais no Poder Executivo sergipano. Sem adentrar em razões ou responsabilizações, que escapam ao propósito deste estudo, os dados indicam que o Poder Executivo sergipano, em linha com a grande maioria dos estados brasileiros, gasta mal e, ainda assim, o que gasta mal chega nas pontas em termos de resultados de políticas públicas nas áreas aludidas. Por outro lado, há sinais de uma



burocracia estável minimamente profissionalizada. Em termos de ranking, ratifica sua posição no 4º quartil, embora em termos absolutos situe-se no 3º quartil.

Outro aspecto essencial está relacionado à solidez fiscal. Entende-se solidez fiscal como a capacidade de determinado país, estado ou municípios de manter as finanças públicas equilibradas e responsabilmente geridas. Um ente com política fiscal apresenta maior capacidade de manter e ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade, permitindo crescimento sustentado de longo prazo e aumento do bem-estar da população.

Nesse contexto, destacam-se as (in)capacidades relacionadas à gestão das despesas com pessoal, endividamento público e previdência social, nas quais Sergipe se vê com significativos desafios¹³.

Quanto à despesa com pessoal, em 2019, Sergipe até se apresentou como o 22º Estado num ranking nacional de “Despesa Líquida com Pessoal” no Poder Executivo, gastando mais apenas que os estados de Tocantins, Rondônia, Acre, Amapá e Roraima. Porém, é preciso considerar a trajetória recente dessa despesa tão representativa, inclusive em relação aos limites legais.

A Figura 35 apresenta a evolução do comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas com pessoal de acordo com o respectivo poder.

¹³ Fontes de dados:

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Consultar Declarações Anteriores. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Contas Nacionais. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas/-anuais>>. Acesso em: 10 mar. 2020a.

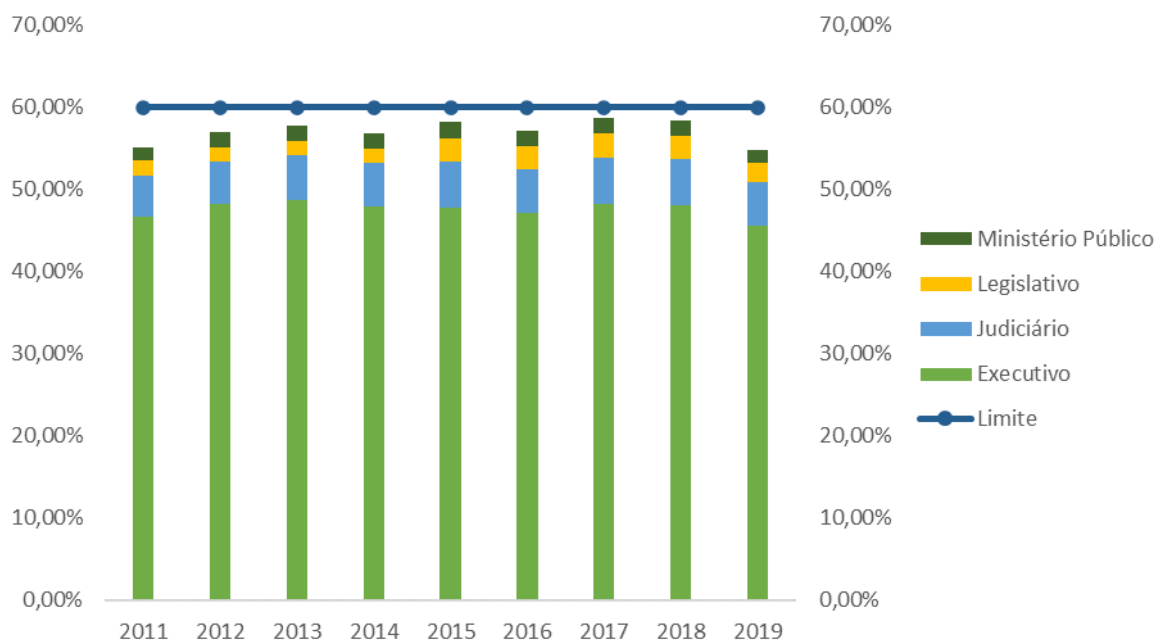
BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. RGF. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. RREO. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

SERGIPE. Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe. Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Disponível em: <<https://www.tjse.jus.br/portal/arquivos/documentos/transparencia/financas-publicas/despesas-pessoal-e-encargos/tjse/2014/receita-2014-09-12.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

SERGIPE. Secretaria de Estado de Fazenda. Relatórios Financeiros. Disponível em: <http://www.sefaz.se.gov.br/transparencia/SitePages/relatorios_financeiros.aspx?RootFolder=%2Ftransparencia%2FRelatorios%20Financeiros%2FCONTAS%20ANUAIS%20DO%20ESTADO&FolderCTID=0x0120003172526D58E24044B1477BF9A2F87D08&View=%7B2EAA51C1%2DDDB56%2D4777%2DB638%2DCA71F1C787DB%7D>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Figura 35. % da Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida por "Poder¹" – Sergipe – 2011-2019.



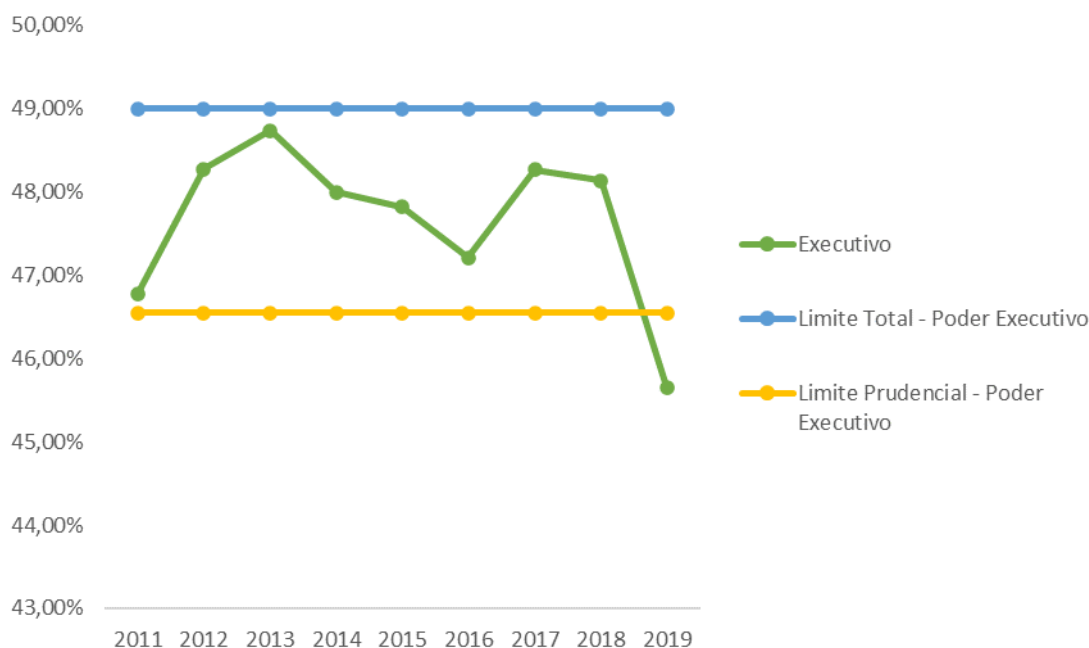
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Governo do Estado de Sergipe.

Nota: (1) Sabe-se que o Ministério Público não representa um Poder em sentido estrito, mas está representado separadamente por possuir limite e contabilização próprios.

Observa-se que o Poder Executivo, até por ser o responsável pela implementação de políticas públicas intensivas em mão de obra, apresenta o maior comprometimento dos recursos disponíveis para custeio do seu pessoal e é o que mais pressiona o cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Porém, os outros poderes também chamam a atenção pelos recursos consumidos e, por vezes, pela média salarial significativamente superior à renda do restante dos cidadãos. Aqui, destaca-se o aumento da participação da despesa com pessoal do Poder Legislativo e do Ministério Públicos nos anos de 2015 a 2018, período em que a despesa total mais se aproximou do limite estadual de 60% da despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

Nesse contexto, cabe detalhar melhor o comportamento das despesas com pessoal do Poder Executivo, conforme a Figura 36.

Figura 36. % da Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida e limites fiscais do Poder Executivo – Sergipe – 2011-2019



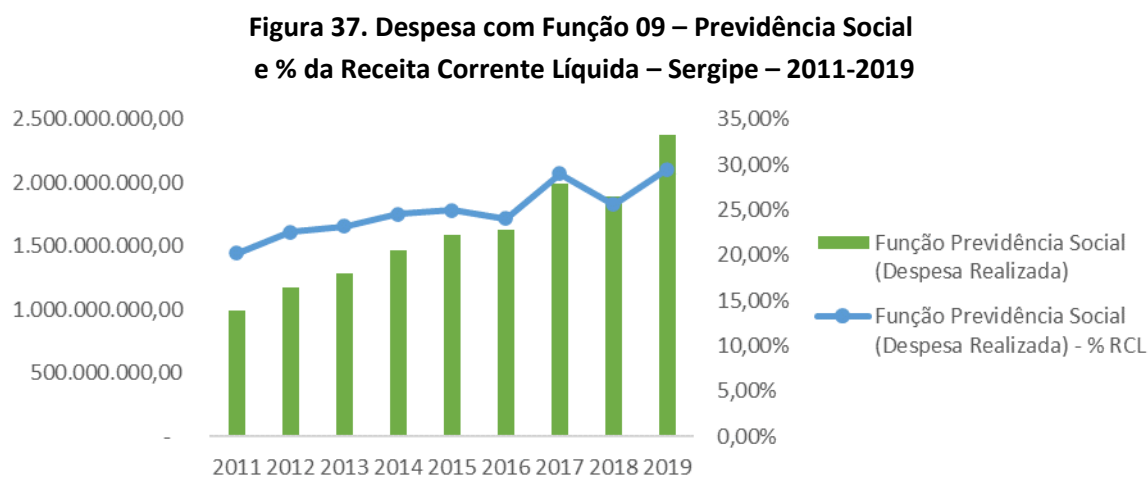
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Governo do Estado de Sergipe.

Observa-se que o Poder Executivo sergipano apresenta, desde 2011, histórico acima do limite prudencial (46,55%) do comprometimento da Receita Corrente Líquida com sua despesa com pessoal e em trajetória crescente nos anos de 2012 e 2013, apesar de não chegar a ultrapassar o limite máximo (49,00%). Percebe-se tendência de retomar a uma situação dentro dos limites a partir de 2014, apesar de novo aumento em 2017 e 2018; em 2019, observa-se o resultado de um possível esforço concentrado na redução da despesa com pessoal, passando a estar, novamente, dentro dos limites estabelecidos pela LRF. Porém, é preciso manter atenção no comportamento desse indicador de forma a garantir que tal resultado não signifique redução de pessoal na execução das políticas públicas, ou seja, de pessoal que está na linha de frente, mas sim se sustenta pelo crescimento da receita, já que as despesas com a folha apresentam crescimento vegetativo pelos diversos benefícios e regras das carreiras.

Por sua vez, as despesas com previdência social também merecem atenção especial. Em 2019, Sergipe se apresentou como o 18º Estado num ranking nacional de despesa com a função 09 – Previdência Social¹⁴, gastando menos que os estados das regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, mas mais que Paraíba e Alagoas. Porém, é preciso considerar a trajetória recente dessa despesa tão representativa, inclusive em relação à Receita Corrente Líquida, conforme

¹⁴ BRASIL. Portaria Interministerial nº 42/99. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42_1999_atualizada_23jul2012-1.doc/view>. Acesso em: 08 abr. 2020.

Figura 37, a seguir, apesar de esse não ser um indicador normalmente demandado de monitoramento pela LRF.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Governo do Estado de Sergipe.

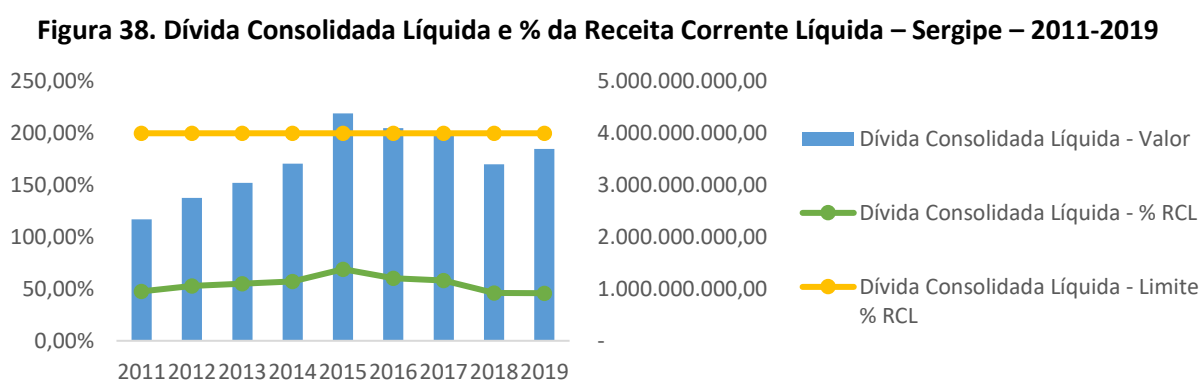
Pode-se observar que essas despesas na Função 09 – Previdência Social – e o comprometimento da Receita Corrente Líquida que elas representam possuem uma tendência de crescimento sistemático, com uma leve estabilização de 2015 para 2016 e uma queda inesperada em 2018. Além disso, segundo dados do próprio Governo¹⁵, no ano de 2018 o Regime Próprio de Previdência Social sergipano apresentou receitas de contribuições previdenciárias da ordem de R\$847 milhões em contraponto a despesas de cerca de R\$2,09 bilhões, o que gerou um déficit de R\$1,21 bilhão, que deixaram de ser destinados a outras políticas públicas.

Registra-se que já existe movimentos no sentido de melhorar esse cenário, com destaque para a publicação da Lei Complementar nº 338, de 27 de dezembro de 2019, que consagrou reforma previdenciária no Estado. Dentre os dispositivos aprovadas, destacam-se o aumento da idade mínima para aposentadoria (regra geral, 65 anos de idade e 35 de contribuição para homens; e 60 anos de idade e 30 de contribuição, para mulheres; condições diferenciadas para a área de segurança e professores); e aumento da alíquota de contribuição, que já era 13%, para 14%. Esse novo regramento complementa ações anteriores, conforme Lei Complementar nº 293, de 31 de agosto de 2017, que fixou limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões, conforme limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), operacionalizado pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), além de instituir o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado de Sergipe. Espera-se que essas medidas contribuam para uma rota de equilíbrio

¹⁵ SERGIPE. Sergipe Previdência – Relatório de Gestão 2018. Disponível em: <<https://www.sergipeprevidencia.se.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-de-gestao-2018-2.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

no resultado previdenciário, mas sabe-se que seus efeitos mais duradouros demandam tempo de maturação, cabendo medidas contínuas de combate a desvios, eficiência, melhoria nos benefícios de previdência complementar, além de atenção contínua a possíveis novas reformas necessárias e possíveis de curto e médio prazos.

Por fim, merece atenção o endividamento público do Estado do Sergipe que, em 2019, se apresentou como o 20º Estado num ranking nacional para dívida consolidada líquida, mas em 14º na análise para comprometimento dessa despesa na Receita Corrente Líquida. A trajetória para esse contexto é apresentada no Figura 38, a seguir.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Governo do Estado de Sergipe.

Verifica-se que a dívida consolidada líquida apresentou trajetória crescente entre 2011 e 2015, estabilizando-se em 2016 e 2017, com significativa queda em 2018 e novo crescimento em 2019. Apesar disso, a participação dessa despesa na Receita Corrente Líquida pode ser considerada estável no período, com leve tendência de queda a partir de 2016. Segundo os dados apresentados pelo próprio Governo do Estado de Sergipe, esses valores estariam bem abaixo dos limites estabelecidos pela LRF, mas cabe verificar se se utiliza a mesma metodologia de cálculo que o restante do país; isso porque, para 2019, o Governo do Estado do Sergipe apresentou como percentual da dívida consolidada líquida em relação à Receita Corrente Líquida o valor de 45,88%, enquanto a Secretaria do Tesouro Nacional identificou 178,5% para esse mesmo dado; apesar de ambos estarem abaixo do limite, a diferença é significativa, cabendo investigação e alinhamento dos parâmetros utilizados.

5.1.4. Poder Legislativo

Há dois grandes conjuntos de indicadores da qualidade e capacidade institucionais do poder legislativo sergipano: os do “raio X da atuação das assembleias legislativas” (<https://leosalesblog.wordpress.com/2017/10/30/um-raio-x-da-atuacao-das-assembleias-legislativas/>), com dados de 2016; e a “lista das assembleias legislativas mais caras do país”

(<https://exame.abril.com.br/brasil/veja-a-lista-das-assembleias-legislativas-mais-caras-do-pais/>), com dados de 2015.

A Tabela 43 mostra os dados do raio X da atuação das assembleias legislativas. Sergipe aparece em 12º lugar no ranking nacional, índice que representa uma composição das seguintes variáveis: leis por deputado (18ª posição); proporção de dias úteis com sessões (5º lugar); gasto por habitante (12ª posição); gasto por lei (9º lugar); proporção do gasto no PIB (12ª posição); razão verba de gabinete por IDH (20ª posição); com pessoal ativo por deputado (10ª posição); e porcentagem da RCL com gasto de pessoal (10º lugar).

Tabela 43. Raio X da atuação das assembleias legislativas

Estado	Ranking	Leis por deputado	Proporção dos dias úteis com sessões	Gasto por habitante	Gasto por lei	Proporção do gasto no PIB	Razão Verba de gabinete por IDH	Gasto com pessoal ativo por deputado	% da RCL comprometida com gastos de pessoal	IGE (0-8)
GO	1	9.26829268	0.416666667	49.5303777	850256.9716	0.00195799	32205.44218	4756097.561	0.014	6.25851331
E5	2	4.76666667	0.488095238	47.7063085	1296093.331	0.00143916	11891.89189	4741954.807	0.013	5.94401855
PE	3	5.55102041	0.547619048	52.2913453	1783620.685	0.00312708	22956.90936	5655303.416	0.0128	5.71050395
CE	4	5.52173913	0.698412698	48.5797301	1691261.418	0.00340791	48862.17009	5331498.237	0.014	5.67874582
MS	5	6.875	0.424603175	76.4950444	1214489.567	0.0025382	41327.84636	5738150.113	0.013	5.5823804
PR	6	4.75925926	0.5	54.1340409	2334228.67	0.00172343	42016.02136	5183762.017	0.0093	5.44883145
PB	7	5.91666667	sem_info	76.8523912	1422990.577	0.00572573	53191.48936	2935055.556	0.0143	5.38465292
SP	8	2.86170213	0.757936508	24.45	4,002,492.40	0.000579	33924.64879	7144532.267	0.0062	5.36196016
MG	9	6.72727273	0.476190476	57.1954271	2289373.618	0.00229543	36935.70451	8931140.278	0.0127	5.14521831
DF	10	8.16666667	0.587301587	130.479122	1898852.013	0.00188508	30339.80583	12951341.53	0.015	5.02602203
TO	11	5.125	sem_info	134.438863	1636088.171	0.0076841	30735.33619	4957458.65	0.0157	4.91890883
SE	12	4.45833333	0.55952381	79.0919888	1640659.083	0.00468485	58947.36842	4819635.217	0.0169	4.91817443
PI	13	6.03333333	0.599206349	107.803323	1902769.151	0.00912974	49535.60372	sem_info	sem_info	4.8477986
RJ	14	4.67142857	0.420634921	sem_info	sem_info	sem_info	0	9813569.143	0.0146	4.77690949
AM	15	3.75	0.48015873	61.638433	2653016.093	0.00275498	34313.50148	6508158.288	0.015	4.73368732
RO	16	8.75	0.214285714	139.857068	1164497.232	0.00718593	55797.10145	5525672.117	0.0183	4.6202592
R5	17	2.47272727	0.392857143	50.6803243	4176384.415	0.00158738	20737.26542	5326979.302	0.0102	4.57131941
MA	18	3.4047619	0.55952381	sem_info	sem_info	sem_info	64162.7543	6080737.136	0.018	4.31733823
SC	19	4.55	0.46031746	83.5980659	3089981.109	0.00231857	45219.63824	6922020.398	0.0193	4.23401043
BA	20	2.11111111	0.51984127	33.6493033	3827006.356	0.002273	58543.93939	5873884.733	0.014	4.17644692
RN	21	4.25	sem_info	79.5478735	2658232.571	0.00501897	35172.51462	8677035.817	0.0239	3.896101
AL	22	3.40740741	0.277777778	60.299028	2177142.287	0.00488828	61965.13471	5853543.252	0.019	3.8854949
AP	23	3.625	0.376984127	215.656548	1861368.851	0.01208501	45553.94068	4110828.705	0.019	3.74375534
MT	24	5.66666667	0.488095238	131.100641	3108200.518	0.00417558	89655.17241	9656605.167	0.014	3.73723764
AC	25	2.08333333	sem_info	181.28779	2864713.28	0.01064237	sem_info	3858437.402	0.021	3.51147593
PA	26	2.90243902	0.206349206	57.2375984	3883462.345	0.00370937	54179.56656	6819755.746	0.0144	3.4929285
RR	27	5.375	sem_info	387.149465	1491383.772	0.0197443	70721.35785	3124518.355	0.0204	3.14263429

A Tabela 44 apresenta o ranking dos estados do custo das assembleias legislativas a partir da porcentagem de seus orçamentos no PIB dos estados e do que isto representa em termos de custo legislativo *per capita*. Sergipe ocupa as posições 23ª e 19ª, respectivamente.

Tabela 44. Ranking dos estados do custo das assembleias legislativas

UF	Orçamento 2015	% do PIB	Quanto fica para o contribuinte
RR	R\$ 165.444.975	2,26%	R\$ 352,36
AP	R\$ 153.061.255	1,47%	R\$ 219,09
AC	R\$ 134.090.361	1,39%	R\$ 176,72
MT	R\$ 412.331.455	0,51%	R\$ 132,36
DF	R\$ 329.935.921	0,19%	R\$ 124,57
TO	R\$ 174.202.400	0,89%	R\$ 122,88
RO	R\$ 194.735.229	0,66%	R\$ 122,47
RN	R\$ 302.848.000	0,77%	R\$ 93,81
SE	R\$ 188.641.650	0,68%	R\$ 89,37
PI	R\$ 281.170.400	1,09%	R\$ 88,96
SC	R\$ 563.708.212	0,32%	R\$ 88,31
MS	R\$ 212.424.000	0,39%	R\$ 84,80
GO	R\$ 448.339.000	0,36%	R\$ 72,84
AM	R\$ 251.781.000	0,39%	R\$ 70,11
PB	R\$ 257.274.210	0,66%	R\$ 67,43
MG	R\$ 1.276.093.133	0,32%	R\$ 64,27
PR	R\$ 636.535.550	0,25%	R\$ 60,18
AL	R\$ 184.290.122	0,62%	R\$ 58,22
RJ	R\$ 929.329.037	0,18%	R\$ 57,26
ES	R\$ 197.668.955	0,18%	R\$ 55,24
RS	R\$ 576.093.238	0,21%	R\$ 53,49
PE	R\$ 457.881.200	0,39%	R\$ 51,27
PA	R\$ 366.785.651	0,40%	R\$ 47,07
CE	R\$ 379.678.332	0,42%	R\$ 44,12
MA	R\$ 294.035.153	0,50%	R\$ 43,79
BA	R\$ 453.114.000	0,27%	R\$ 31,97
SP	R\$ 992.389.786	0,07%	R\$ 23,68

Estes números indicam que o legislativo sergipano é, frente ao contexto nacional, relativamente produtivo (2º quartil mais produtivo) e caro (1º quartil mais caro). Estes são sinais de capacidade e extratividade.

5.1.5. Poder Judiciário

Os indicadores de qualidades e capacidades institucionais do Poder Judiciário de Sergipe provêm do documento “Justiça em Números – 2019”, documento do Conselho Nacional de Justiça que apresenta dados de desempenho do Poder Judiciário em perspectiva nacional comparada. O indicador mais sintético e abrangente é o IPC-Jus, Índice de Produtividade Comparada da Justiça, que compara a eficiência relativa dos tribunais (desempenho das unidades judiciárias considerando seus recursos disponíveis), segundo a técnica de análise de fronteira denominada Data Envelopment Analysis (DEA).

Vê-se, na Figura 39, que o TJSE ocupa o 1º lugar em eficiência na sua categoria de tribunal de pequeno porte. A Figura 40 ratifica este entendimento no que se refere às duas instâncias de foro estadual.

Figura 39. IPC-Jus dos Tribunais Estaduais por porte incluindo a área administrativa

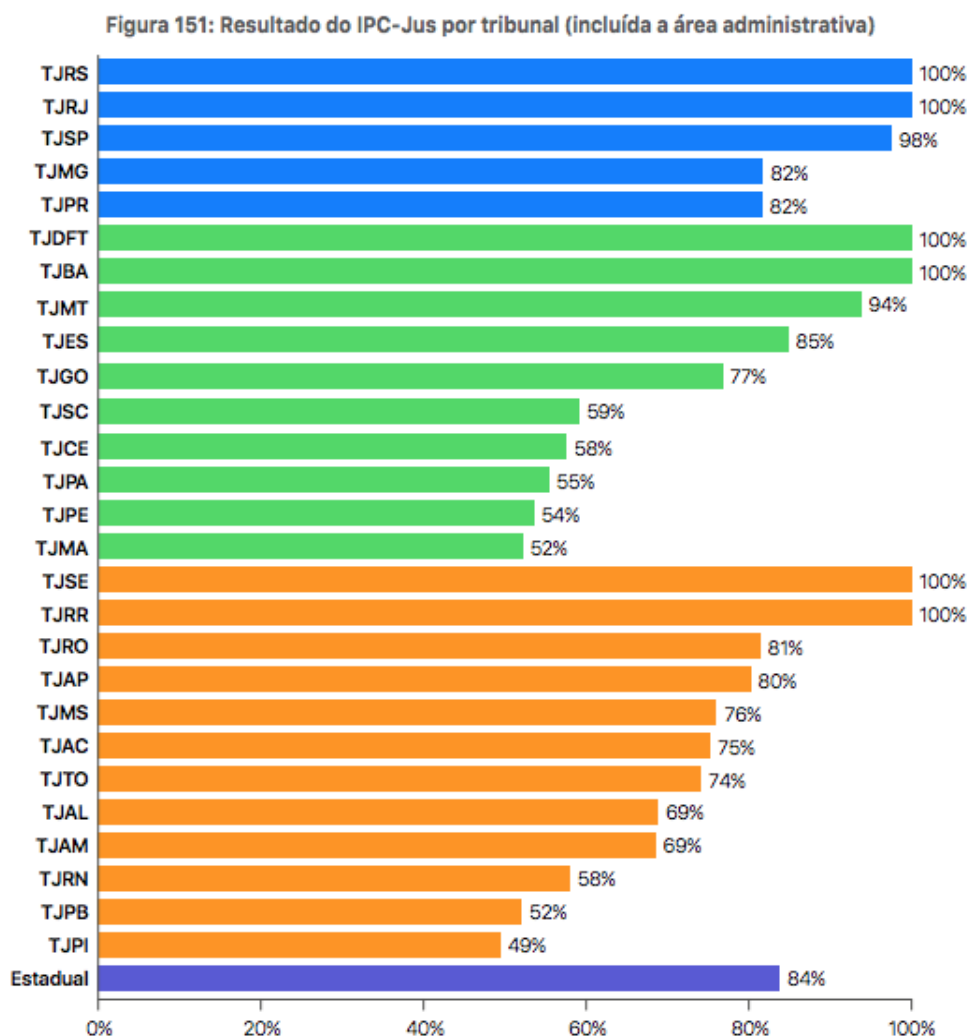
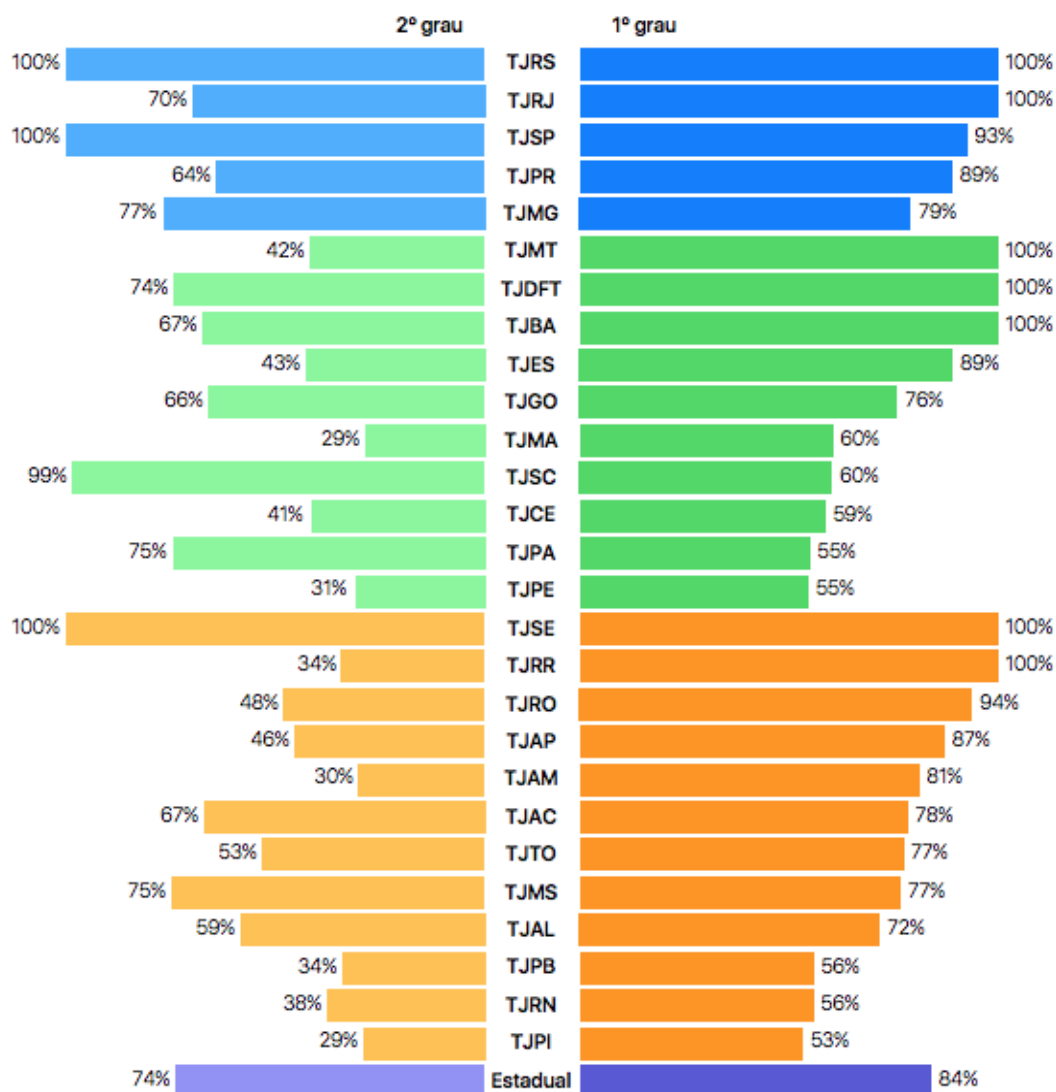


Figura 40. IPC-Jus dos Tribunais Estaduais por instância

Figura 152: Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal



As Figuras 41 e 42 apresentam índices de produtividade dos magistrados e taxa de congestionamento, respectivamente, comparativamente em relação a outros tribunais e em relação ao ideal para obtenção do IPC-Jus de 100%. Nota-se que o TJSE, que já possui IPC-Jus 100%, se diferencia dos demais, neste patamar, pela produtividade dos magistrados e pelo não congestionamento.

Figura 41. Índice de produtividade dos magistrados

Figura 156: Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%

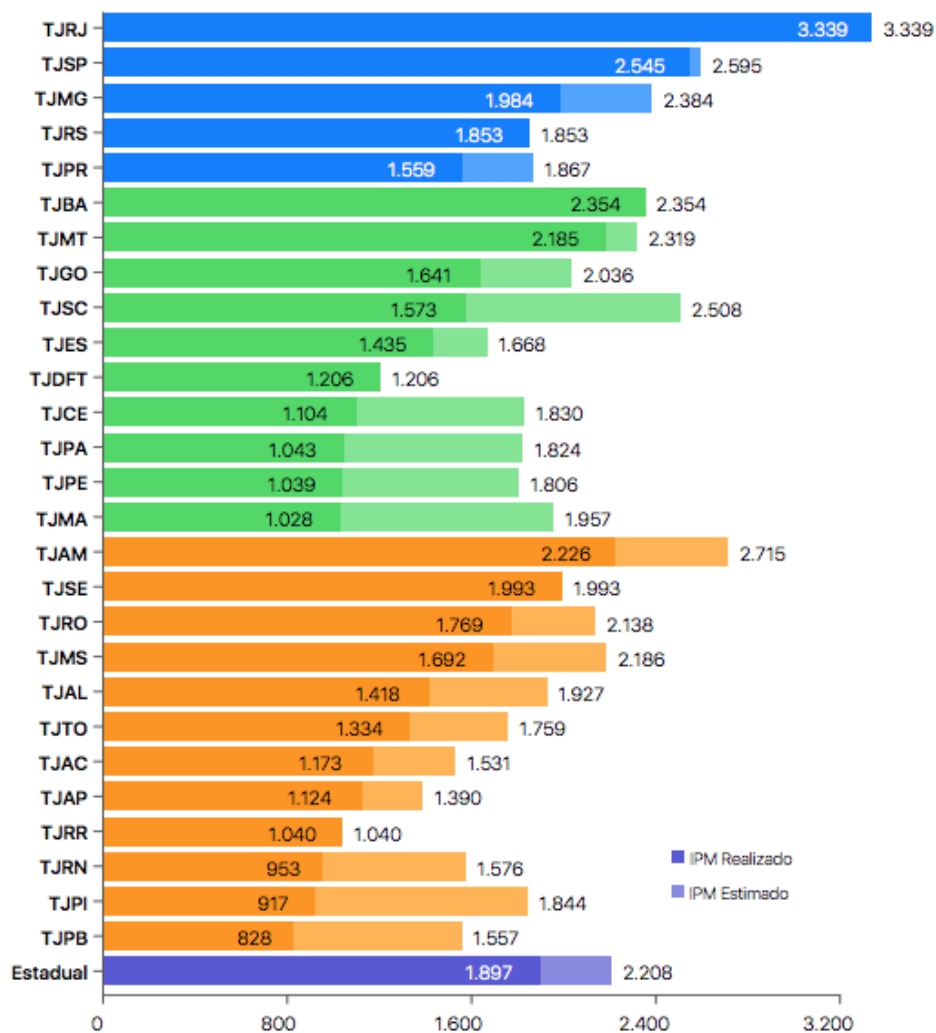
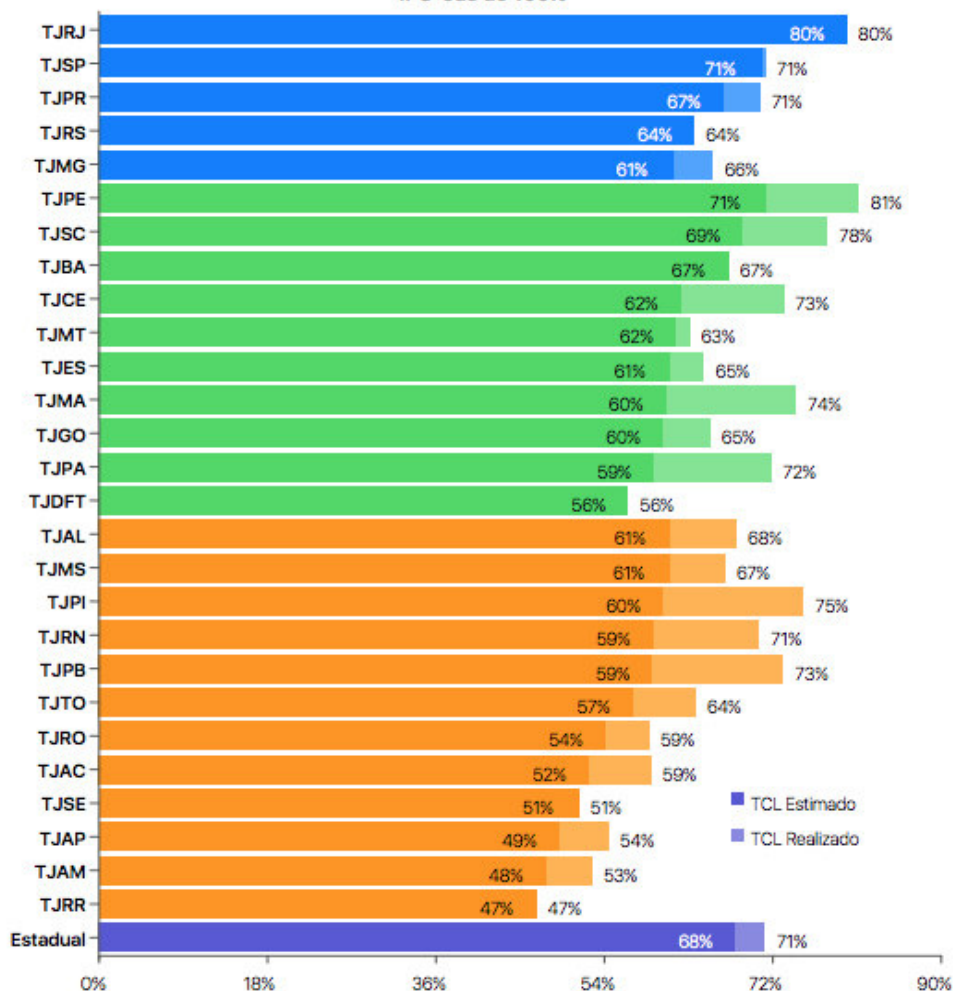


Figura 42. Taxa de congestionamento

Figura 158: Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada X resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%



A Figura 43 mostra dois gráficos que revelam a produtividade de magistrados e servidores frente ao grau de congestionamento. Vê-se que a produtividade dos magistrados é maior que a dos servidores, mas em ambos os casos o TJSE situa-se no quadrante de menor congestionamento e maior produtividade – o que não é uma marca característica dos tribunais estaduais de pequeno porte.

Figura 43. Produtividade de magistrados e servidores frente ao grau de congestionamento

Figura 153: Gráfico de Gartner e Fronteira da Taxa de congestionamento x Índice de produtividade dos magistrados, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais

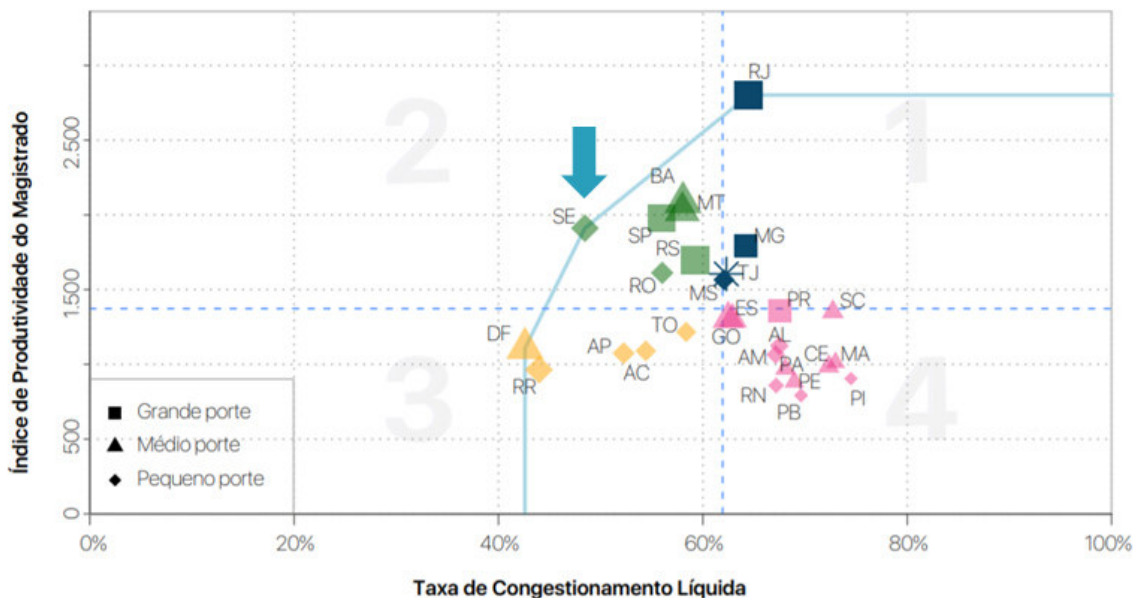
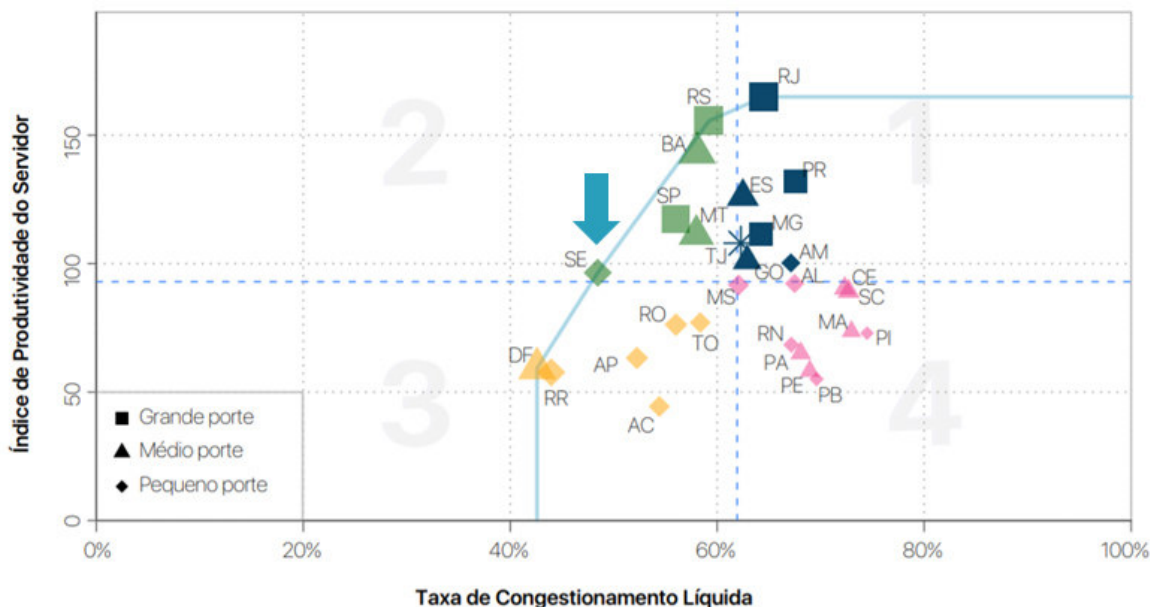


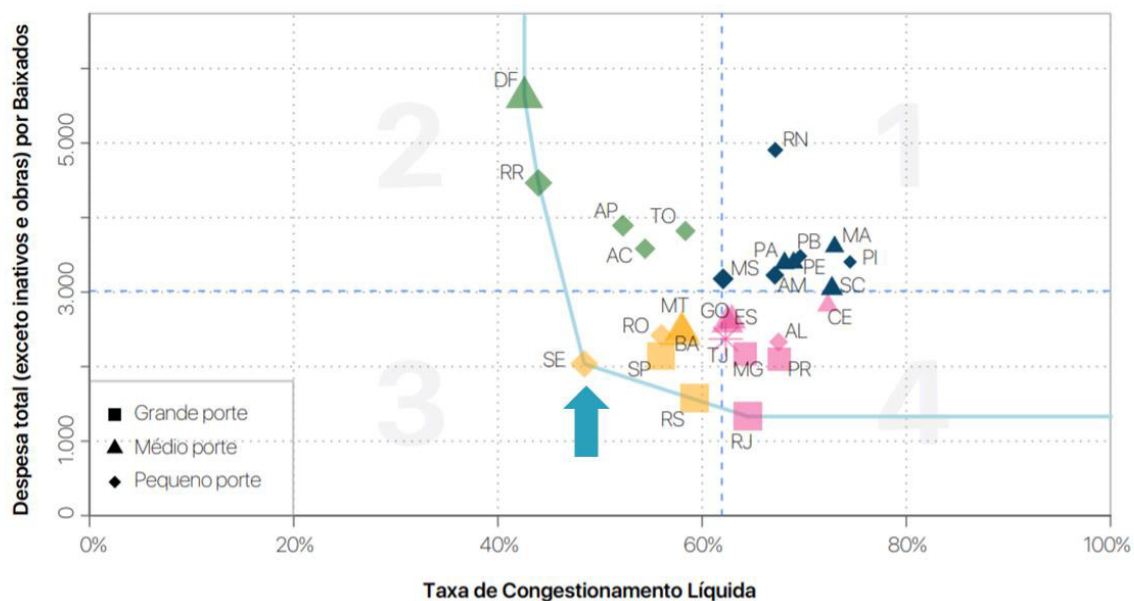
Figura 154: Gráfico de Gartner e Fronteira da Taxa de congestionamento x Índice de produtividade dos servidores, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



Por fim, a Figura 44 mostra outro indicador de eficiência jurisdicional, cruzando-se a taxa de congestionamento pela despesa total por processo baixado. O TJSE aparece no quadrante de menor congestionamento e menor despesa – fora do padrão dos tribunais estaduais de pequeno porte, que estão em patamares mais elevados de despesa total por processo baixado.

Figura 44. Taxa de congestionamento pela despesa total por processo baixado

Figura 155: Gráfico de *Gartner* e Fronteira da Taxa de congestionamento x Despesa total por processos baixados, excluindo a despesa com inativos, processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



Estes dados revelam um Poder Judiciário Estadual capaz e eficiente.

5.1.6. Municípios

Os 75 municípios do Estado de Sergipe fazem parte do rol de meta-instituições porque são poderes governamentais instituídos e representam instâncias complementares de formulação de implementação de políticas públicas estaduais e federais no Estado.

A Tabela 45, a seguir, apresenta uma tabela com o Índice CFA de Governança Municipal – IGM-CFA dos municípios de SE para o ano de 2016. O IGM-CFA foi lançado em novembro de 2016 pelo Conselho Federal de Administração e consiste em uma métrica da governança pública nos municípios brasileiros a partir de três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho. Foi elaborado a partir de dados secundários e considera áreas como saúde, educação, gestão fiscal, habitação, recursos humanos, transparência, violência dentre outras. A partir da construção de extenso banco de dados municipais, que foram extraídos de bases públicas como STN, IBGE, PNUD e DATASUS, realizou-se priorização de indicadores e variáveis e, em seguida, por meio de tratamento estatístico, foi possível gerar um resultado para cada dimensão e para o Índice.

Tabela 45. Índice CFA de Governança Municipal – IGM-CFA dos municípios de SE

	Código do município (MUNIC 2015)	Nome (MUNIC 2015)	UF (INEP 2016)	Dimensão Fiscal	Dimensão Gestão	Dimensão Desempenho	IGM
1489	2800605	BARRA DOS COQUEIROS	SE	0,41424464	0,6671767	0,31337023	4,49774494
1486	2800308	ARACAJU	SE	0,42259826	0,58651976	0,33680933	4,37459139
1512	2803609	LARANJEIRAS	SE	0,27730798	0,71181125	0,31543259	4,22908802
4626	2802007	DIVINA PASTORA	SE	0,46589976	0,51077752	0,26993756	4,00978209
1543	2806701	SAO CRISTOVAO	SE	0,30553553	0,5958658	0,31956723	3,98247293
1524	2804805	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	SE	0,29305367	0,59501222	0,32861067	3,97864035
1508	2803203	ITAPORANGA DAJUDA	SE	0,31083299	0,55986731	0,33289216	3,94366956
1533	2805703	PROPRIA	SE	0,2519173	0,61031078	0,29447938	3,76460173
1546	2807006	SAO MIGUEL DO ALEIXO	SE	0,36802191	0,51627335	0,27199558	3,7408681
1535	2805901	RIACHUELO	SE	0,31552625	0,49967088	0,31168434	3,69232875
1504	2802700	ILHA DAS FLORES	SE	0,3555975	0,43685709	0,31217993	3,62608348
1494	2801207	CANINDE DE SAO FRANCISCO	SE	0,20274716	0,6001474	0,30085331	3,61209693
1537	2806107	ROSARIO DO CATETE	SE	0,36178848	0,47789622	0,27281352	3,61030818
1506	2802908	ITABAIANA	SE	0,27390691	0,50385292	0,31536389	3,59473504
1500	2802106	ESTANCIA	SE	0,30152095	0,497317	0,2987952	3,59169464
1529	2805307	PIRAMBU	SE	0,38206437	0,40241323	0,3015781	3,55974521
1490	2800670	BOQUIM	SE	0,21652187	0,58198557	0,27957552	3,51382442
1497	2801504	CARMOPOLIS	SE	0,34296839	0,40393136	0,31381636	3,49596468
1491	2800704	BREJO GRANDE	SE	0,3569033	0,44216784	0,26636686	3,46268085
1547	2807105	SIMAO DIAS	SE	0,30105029	0,4745409	0,28157557	3,45307584
1522	2804607	NOSSA SENHORA DAS DORES	SE	0,26299892	0,49555586	0,28937207	3,43315262
1530	2805406	POCO REDONDO	SE	0,32267427	0,44301241	0,28276305	3,42811221
1495	2801306	CAPELA	SE	0,32748683	0,40342641	0,30653582	3,418883
1511	2803500	LAGARTO	SE	0,24117333	0,55502705	0,25566083	3,41124446
1502	2802304	FREI PAULO	SE	0,40469285	0,36467479	0,26749746	3,37809277
1525	2804904	PACATUBA	SE	0,36852015	0,40311028	0,25083047	3,31821317
1551	2807501	TOMAR DO GERU	SE	0,23339415	0,50085254	0,26734582	3,27212336
1496	2801405	CARIRA	SE	0,21998144	0,4293448	0,3307473	3,27096789
1539	2806305	SANTA LUZIA DO ITANHY	SE	0,34904214	0,35642911	0,2864217	3,26210055
1514	2803906	MALHADOR	SE	0,32898386	0,38663923	0,27119294	3,231641
1509	2803302	JAPARATUBA	SE	0,21759974	0,48953749	0,27548034	3,22333306
1507	2803005	ITABAIANINHA	SE	0,28438169	0,43645144	0,26254851	3,21269342
1501	2802205	FEIRA NOVA	SE	0,1829996	0,4583938	0,31394289	3,17995177
1548	2807204	SIRIRI	SE	0,23684889	0,44939612	0,28003578	3,17887816

	Código do município (MUNIC 2015)	Nome (MUNIC 2015)	UF (INEP 2016)	Dimensão Fiscal	Dimensão Gestão	Dimensão Desempenho	IGM
1505	2802809	INDIAROBA	SE	0,20446825	0,41822662	0,31777624	3,13918956
1510	2803401	JAPOATA	SE	0,24847692	0,49357602	0,21911008	3,10259915
1518	2804300	MURIBECA	SE	0,2307385	0,40935502	0,29258644	3,09062633
1526	2805000	PEDRA MOLE	SE	0,37084975	0,37280081	0,21487025	3,09043271
1550	2807402	TOBIAS BARRETO	SE	0,32791837	0,38683272	0,23581888	3,08752882
1540	2806503	SANTA ROSA DE LIMA	SE	0,25276392	0,37215631	0,29894884	3,07055605
1515	2804003	MARUIM	SE	0,19655103	0,4080223	0,3040054	3,02974159
1520	2804458	NOSSA SENHORA APARECIDA	SE	0,18820664	0,4493943	0,26938777	2,99035392
4628	2802601	GRACHO CARDOSO	SE	0,24635355	0,40686321	0,25761384	2,99010562
1516	2804102	MOITA BONITA	SE	0,23307869	0,40948849	0,26509781	2,98809279
1521	2804508	NOSSA SENHORA DA GLORIA	SE	0,28712622	0,37660296	0,24887094	2,98667127
1519	2804409	NEOPOLIS	SE	0,24776917	0,41167824	0,25178113	2,98546678
1552	2807600	UMBAUBA	SE	0,20665474	0,46381236	0,23259637	2,94178677
1545	2806909	SAO FRANCISCO	SE	0,25792659	0,39428642	0,24622035	2,94152045
4625	2801900	CUMBE	SE	0,38408261	0,24791917	0,25625884	2,92104069
1499	2801702	CRISTINAPOLIS	SE	0,25172074	0,35647744	0,2737617	2,91964133
1542	2806602	SANTO AMARO DAS BROTAS	SE	0,13706576	0,43671224	0,29948556	2,91927624
1493	2801108	CANHOBÁ	SE	0,30062437	0,34872667	0,24022141	2,90893874
1549	2807303	TELHA	SE	0,34371488	0,31698709	0,22912282	2,89859718
1487	2800407	ARAUA	SE	0,203549	0,33276833	0,31951639	2,88701756
1538	2806206	SALGADO	SE	0,18826076	0,398262	0,27860874	2,87400324
1527	2805109	PEDRINHAS	SE	0,19807471	0,3762469	0,28432926	2,86028186
4630	2803708	MACAMBIRA	SE	0,28029688	0,36000436	0,23225531	2,84992498
1517	2804201	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	SE	0,19933293	0,44023371	0,23275029	2,84970107
1498	2801603	CEDRO DE SAO JOAO	SE	0,30944229	0,30192573	0,24391588	2,80976762
1532	2805604	PORTO DA FOLHA	SE	0,17931833	0,40794412	0,26099686	2,8057748
1541	2806404	SANTANA DO SAO FRANCISCO	SE	0,24883412	0,39779309	0,2127015	2,79068764
1536	2806008	RIBEIROPOLIS	SE	0,23309207	0,34276739	0,26153073	2,77370132
1485	2800209	AQUIDABA	SE	0,20192026	0,36507866	0,26604469	2,76517553
4629	2803104	ITABI	SE	0,2675574	0,30658759	0,25757738	2,75274451
1531	2805505	POCO VERDE	SE	0,11907947	0,4657559	0,2476284	2,74501975
1513	2803807	MALHADA DOS BOIS	SE	0,27117472	0,29970014	0,24799297	2,70459649
1534	2805802	RIACHAO DO DANTAS	SE	0,13572196	0,36538742	0,29940323	2,70094106
1528	2805208	PINHAO	SE	0,31843591	0,27696635	0,22663459	2,69274516

	Código do município (MUNIC 2015)	Nome (MUNIC 2015)	UF (INEP 2016)	Dimensão Fiscal	Dimensão Gestão	Dimensão Desempenho	IGM
1544	2806800	SAO DOMINGOS	SE	0,19577672	0,31008286	0,27984887	2,6369742
4627	2802502	GENERAL MAYNARD	SE	0,17521439	0,28011386	0,31147028	2,61186587
1488	2800506	AREIA BRANCA	SE	0,17672499	0,29731117	0,28599471	2,56608732
1492	2801009	CAMPO DO BRITO	SE	0,20603072	0,50890148		
1503	2802403	GARARU	SE	0,16067361	0,37454466		
1523	2804706	NOSSA SENHORA DE LOURDES	SE				
4624	2800100	AMPARO DE SAO FRANCISCO	SE	0,36971307	0,3474751		

O IGM-CFA varia de 0 a 10. A média nacional é de 3,72. A mediana nacional é de 4,06. A média dos municípios sergipanos é de 2,8 e sua mediana é de 3,10, situando-se, ambas, em torno de 25% abaixo da média e mediana nacionais. As figuras 45 e 46 mostram que: a) há uma relativa pequena variabilidade nas pontuações, revelando um quadro razoavelmente homogêneo; b) há uma relativa maior variabilidade nas dimensões gestão e fiscal; e c) a primazia da dimensão gestão na pontuação geral.

Figura 45. Distribuição do IGM-CFA dos municípios de Sergipe

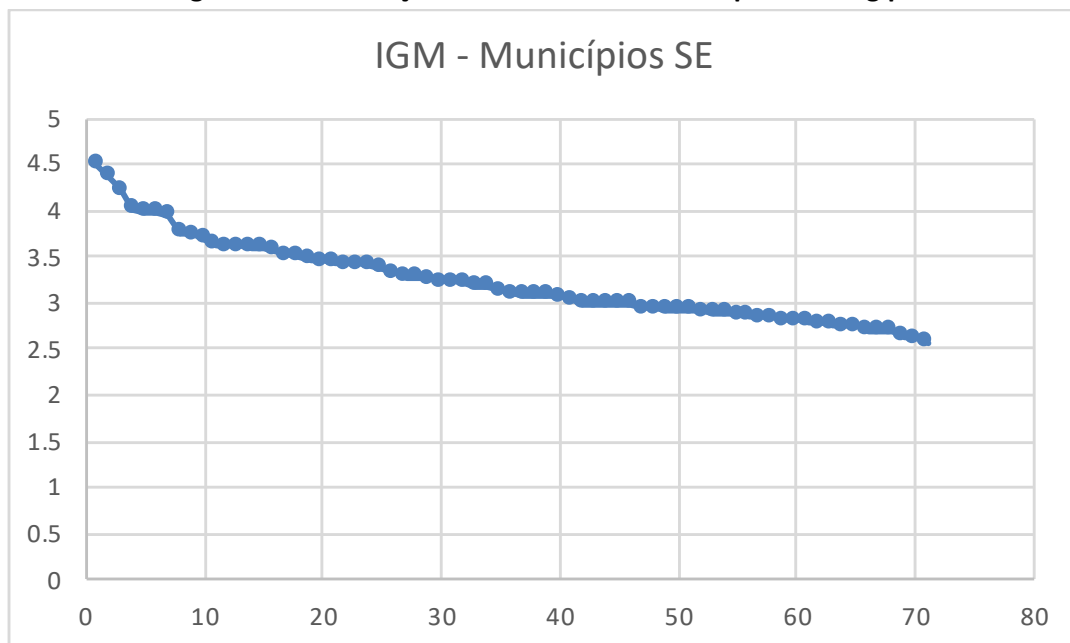
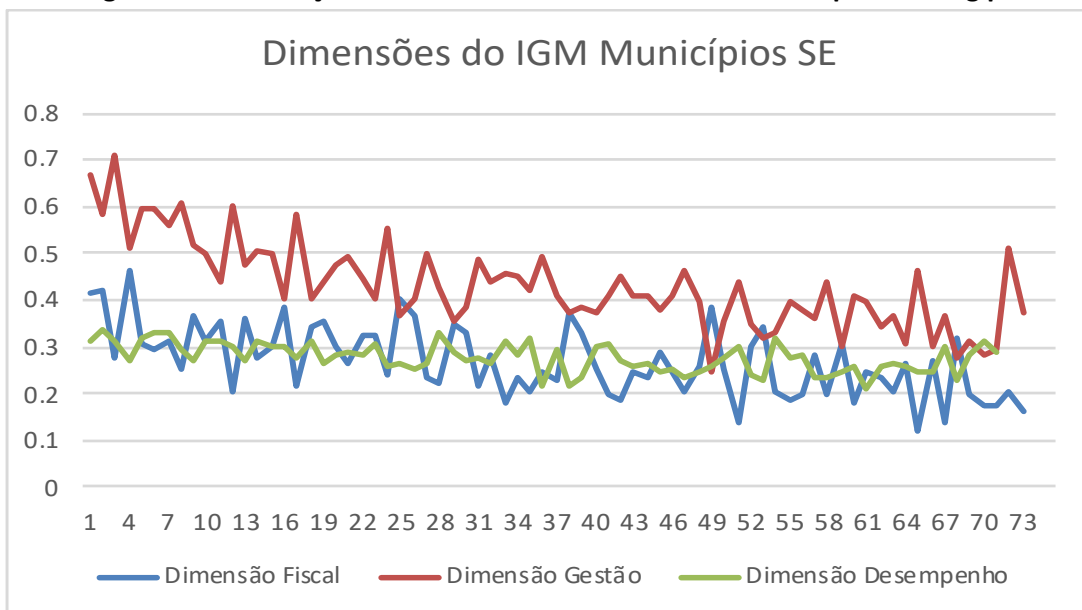


Figura 46. Distribuição das dimensões do IGM-CFA dos municípios de Sergipe

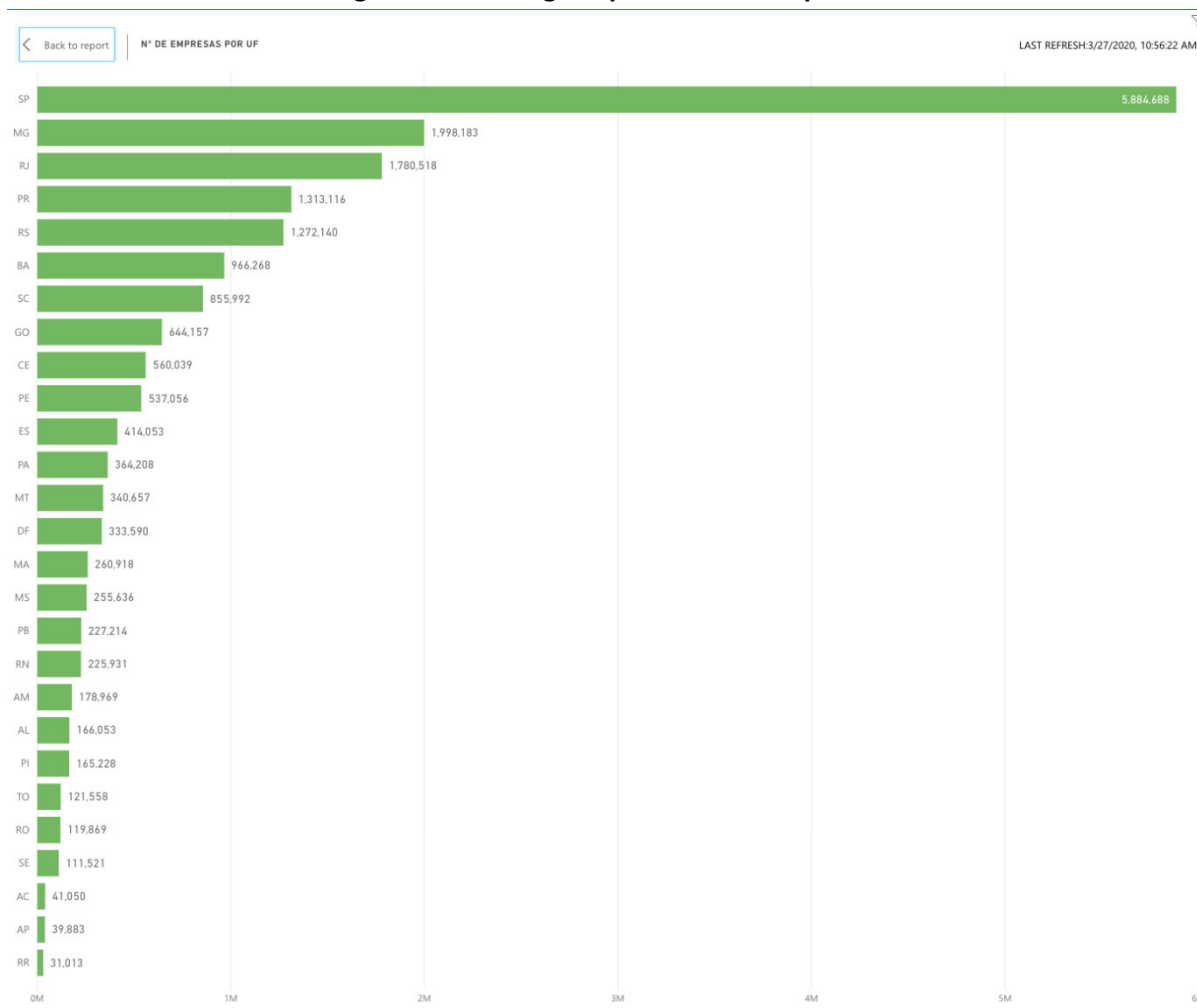


Os municípios de Sergipe revelam um quadro de relativa fragilidade institucional característico dos municípios brasileiros em geral. Por um lado, qualidades e capacidades institucionais situam-se num patamar baixo. Por outro, não há indícios de níveis críticos, num 4º quartil dentre as piores pontuações possíveis.

5.1.7. Setor Privado

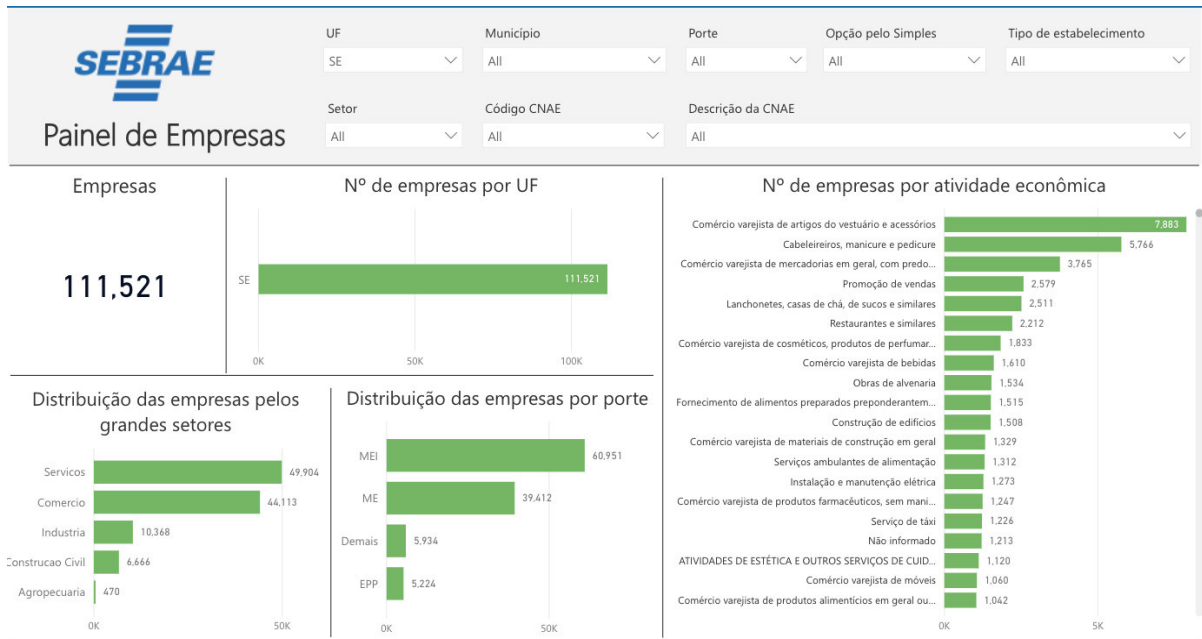
O setor privado representa as instituições empresariais. Empresas de boa qualidade e capacidade são instituições vitais para o desenvolvimento. A Figura 47 revela que Sergipe é um dos estados que possui menos empresas no País, ocupando o 24º lugar.

Figura 47. Ranking da qualidade de empresas



A Figura 48 qualifica as cerca de 111 mil empresas sergipanas por setor, porte e segmento de atividade econômica. Em suma, serviços e comércio constituem 85% das empresas e 90% são microempreendedores e de pequeno porte.

Figura 48. Perfil das empresas em Sergipe



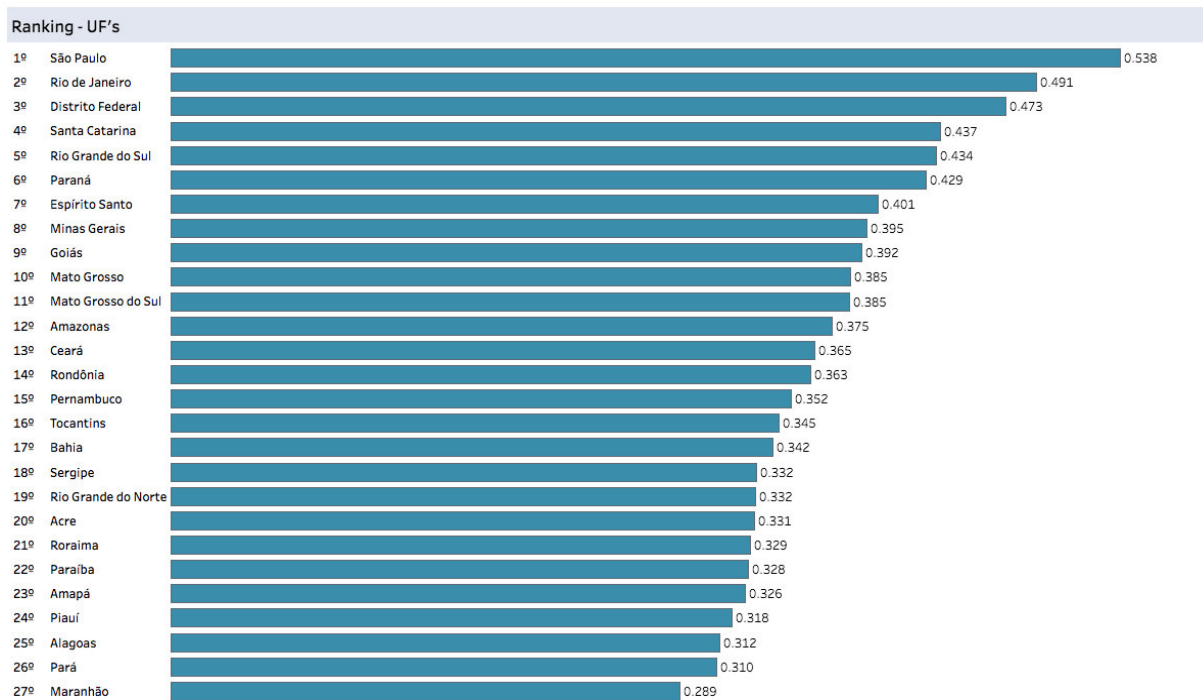
Fonte: Receita Federal do Brasil (RFB), dados atualizados em 11/03/2020

Notas importantes!



O ISDEL possibilita um olhar mais qualitativo sobre as instituições empresariais em Sergipe. O Índice Sebrae de Desenvolvimento Econômico Local – ISDEL – sintetiza dados sobre cinco dimensões responsáveis por promover o desenvolvimento econômico local: capital empreendedor, tecido empresarial, governança para o desenvolvimento, organização produtiva e inserção competitiva. O índice utiliza 135 indicadores e variáveis de fontes oficiais, divididos nas cinco dimensões. O ISDEL posiciona os territórios entre uma escala que varia de 0 a 1, em que estão os níveis mínimos e máximos de desenvolvimento, sendo que 0 é o menor nível de desenvolvimento e 1 é o maior nível de desenvolvimento. A Figura 49 apresenta o ranking ISDEL por UF. Nela, vê-se que Sergipe aparece em 18º lugar.

Figura 49. Ranking ISDEL dos estados



Mas é a Figura 50 que revela mais sobre as instituições empresariais de Sergipe, ao permitir uma análise comparativa por componentes. No que se refere a capital empreendedor, Sergipe ocupa a 20ª posição, a 13ª em tecido empresarial, 19ª em governança para o desenvolvimento, 17ª em organização produtiva e 26ª em inserção competitiva.

Figura 50. Ranking ISDEL por dimensão

Índices por Dimensão UF's						
	Capital Empreendedor	Governança para o Desenvolvimento	Inserção Competitiva	Organização Produtiva	Tecido Empresarial	ISDEL
Acre	0.504	0.451	0.079	0.353	0.106	0.331
Alagoas	0.471	0.398	0.084	0.346	0.108	0.312
Amapá	0.534	0.359	0.075	0.353	0.177	0.326
Amazonas	0.498	0.424	0.170	0.458	0.173	0.375
Bahia	0.508	0.454	0.077	0.396	0.092	0.342
Ceará	0.532	0.492	0.083	0.408	0.149	0.365
Distrito Federal	0.745	0.362	0.120	0.593	0.424	0.473
Espírito Santo	0.635	0.512	0.105	0.430	0.118	0.401
Goiás	0.631	0.458	0.091	0.440	0.144	0.392
Maranhão	0.463	0.332	0.071	0.328	0.102	0.289
Mato Grosso	0.606	0.503	0.098	0.395	0.148	0.385
Mato Grosso do Sul	0.614	0.497	0.102	0.411	0.086	0.385
Minas Gerais	0.612	0.478	0.101	0.440	0.165	0.395
Pará	0.472	0.381	0.083	0.350	0.112	0.310
Paraíba	0.493	0.424	0.081	0.366	0.118	0.328
Paraná	0.647	0.545	0.137	0.476	0.115	0.429
Pernambuco	0.529	0.422	0.081	0.399	0.193	0.352
Piauí	0.491	0.404	0.068	0.346	0.146	0.318
Rio de Janeiro	0.673	0.540	0.210	0.557	0.339	0.491
Rio Grande do Norte	0.530	0.419	0.071	0.380	0.061	0.332
Rio Grande do Sul	0.647	0.578	0.124	0.464	0.165	0.434
Rondônia	0.562	0.491	0.091	0.372	0.128	0.363
Roraima	0.532	0.437	0.068	0.372	0.019	0.329
Santa Catarina	0.675	0.590	0.113	0.461	0.118	0.437
São Paulo	0.692	0.557	0.362	0.581	0.365	0.538
Sergipe	0.508	0.423	0.068	0.372	0.139	0.332
Tocantins	0.564	0.456	0.070	0.353	0.106	0.345

Em síntese, o Estado de Sergipe apresenta qualidades e capacidades empresariais no 3º quartil em média. Capital empreendedor e inserção competitiva relativamente baixos são características da predominância de pequenos negócios.

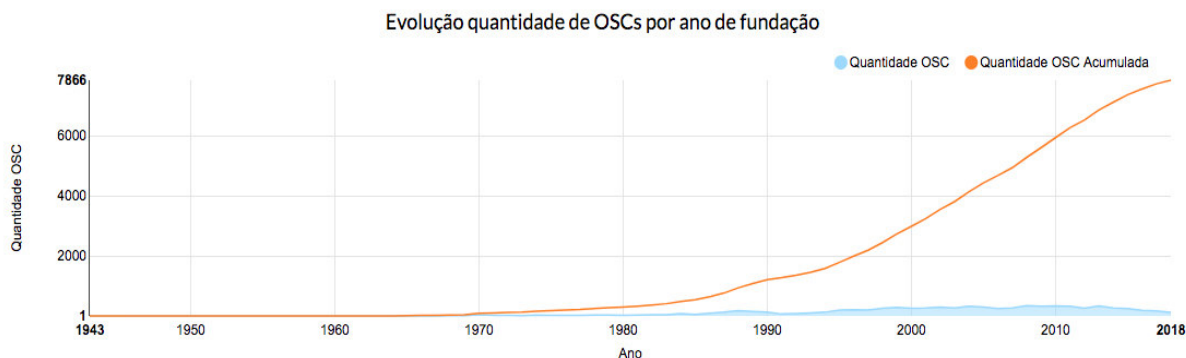
5.1.8. Terceiro Setor

O terceiro setor representa o conjunto heterogêneo de organizações não governamentais, ou Organizações da Sociedade Civil (OSC), em que algumas são parceiras de governos (estado, município ou união) e outras representam atuação autônoma da sociedade civil organizada.

Segundo dados de 2016 do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, do IPEA, o Estado de Sergipe possui 7.866 OSC que empregam cerca de 10 mil trabalhadores. Isto coloca Sergipe em 23º lugar em quantidade de OSC – para uma noção de grandeza. O 1º colocado, o Estado de São Paulo, possuía 156 mil OSC.

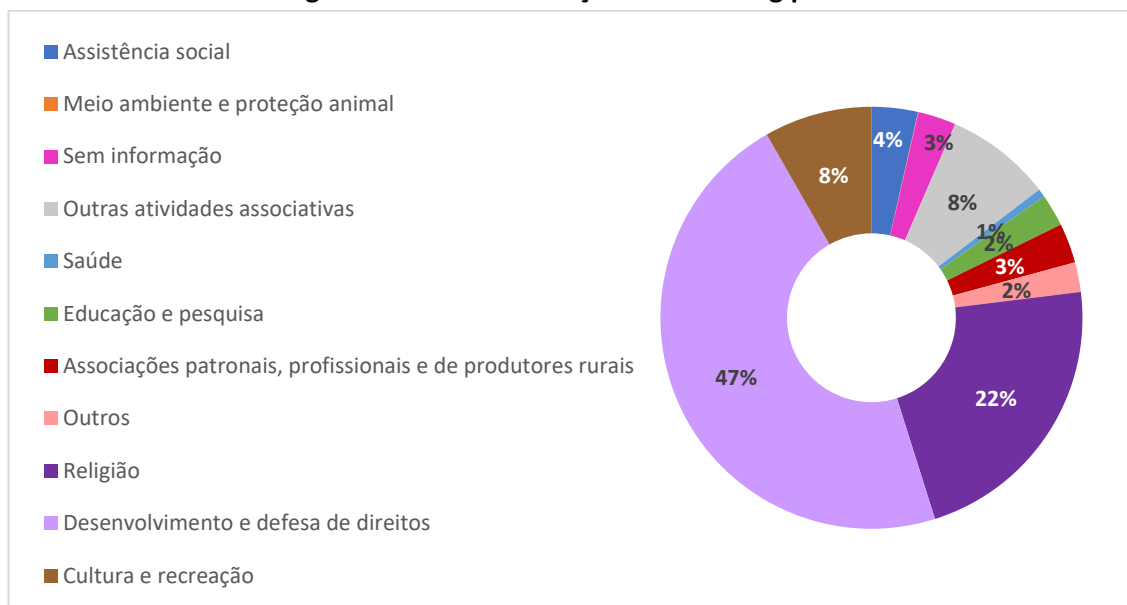
A Figura 51 mostra a trajetória de crescimento das OSC ao longo dos anos, representando, de forma um pouco tardia, a trajetória nacional, com tendência à estabilização, após um ciclo de crescimento que alcança um pico por volta de 2012 e depois começa a decair.

Figura 51. Trajetória de crescimento das OSC em Sergipe



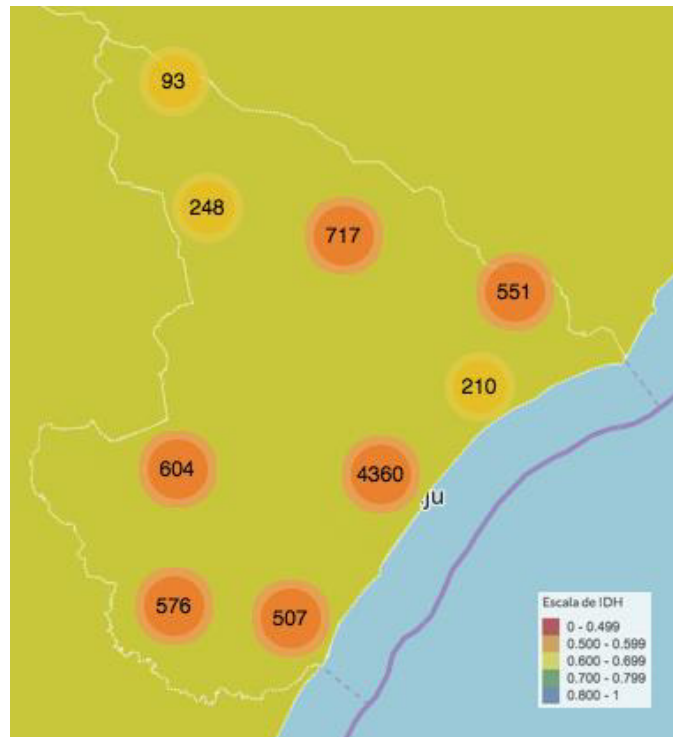
A Figura 52 apresenta a proporção das áreas nas quais as OSC sergipanas atuam. Dois destaques: desenvolvimento e defesa de direitos (47% frente a média nacional de 34%); e religião (22%). Esses dados parecem corroborar a correlação entre maior quantidade de OSC em locais com menor IDH, que se vê na Figura 53.

Figura 52. Áreas de atuação das OSC sergipanas



Fonte: Representante de OSC, Censo SUAS (08/2019), RAIS/MTE, CNEAS/MDS (2017), CNPJ/SRF/MF (2016), CEBAS/MS 09/2019, CADSOL/MTE (2017), CEBAS/MDS 2017, CNES/MS 2017, CEBAS/MEC 10/2017, CNEA/MMA 08/2019, OSCIP/MJ.

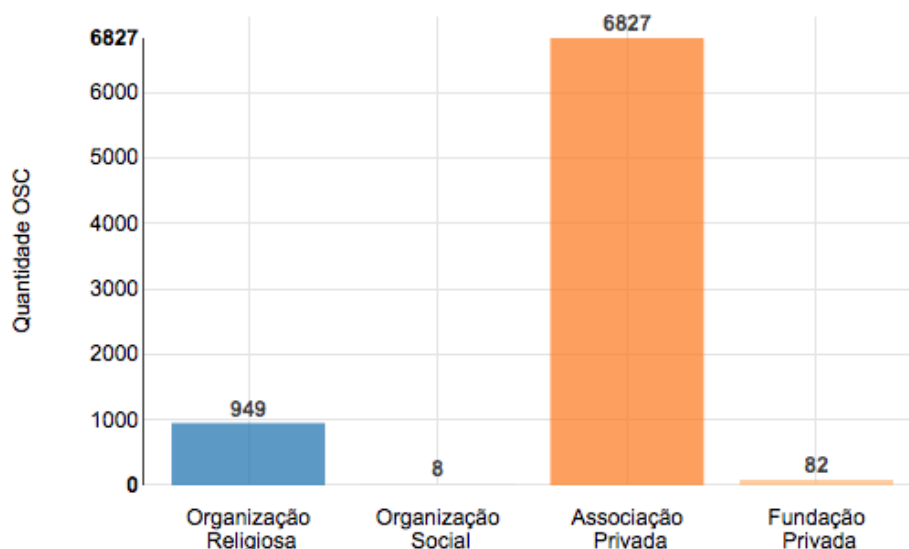
Figura 53. Concentração territorial de OSC em Sergipe e IDH



Fonte: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html?estado=28>

A Figura 54 revela a natureza jurídica das OSC em Sergipe. Há uma grande predominância de associações (quase 90%, frente a uma média nacional de 82%), seguido de organizações religiosas e pouquíssimas fundações privadas.

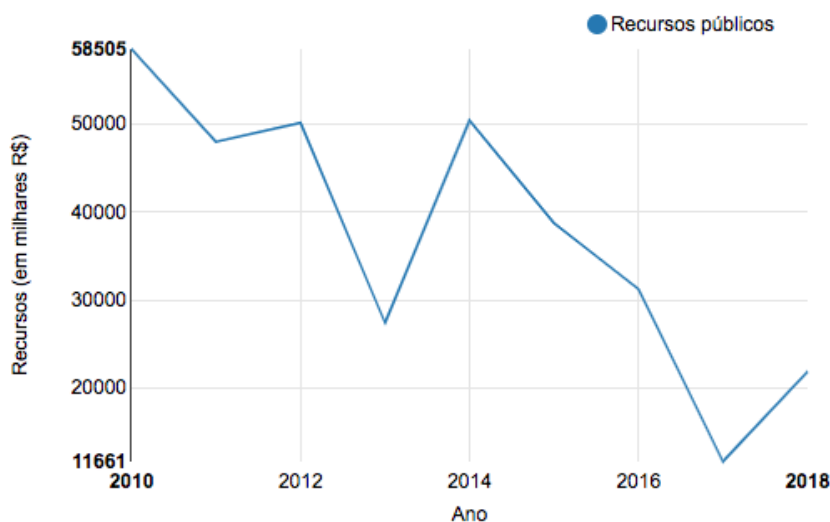
Figura 54. Natureza jurídica das OSC em Sergipe



A Figura 55 apresenta a trajetória de transferências de recursos públicos para as OSC sergipanas. Embora apresente uma trajetória descendente, a média anual é de 33,7 milhões,

frente a uma média nacional de 11 milhões, o que é compatível com o status do estado em termos de IDH. A categoria de recursos públicos foi a mais declarada pelas OSC sergipanas como fonte de financiamento.

Figura 55. Trajetória de transferências de recursos públicos para as OSC sergipanas



Em síntese, a relevância e pertinência das OSC em termos de áreas de atuação são sinais de qualidades e capacidades institucionais – e a predominância de associações, em vez de fundações, bem como a dependência de recursos do setor público, não sinalizam o contrário.

5.1.9. Transparência e Incidência de Corrupção

O último ponto relativo às qualidades e capacidades institucionais a ser abordado, mas não menos importante, é transversal a todas as categorias de instituições abordadas anteriormente, embora enfatize as instituições públicas e diz respeito à transparência e incidência de corrupção. Opacidade e corrupção são aqui tratadas como dissipação de valor, características de organizações extrativas; invertendo-se, transparência e não incidência de corrupção são características de instituições inclusivas.

A Tabela 46 apresenta o ranking do índice de transparência dos governos estaduais (do MPF). Sergipe aparece na 18ª posição na 2ª avaliação em 2016, tendo evoluído da 23ª posição em 2015. A Figura 56 apresenta outro indicador, a Escala Brasil Transparente da CGU 2016, composta por dois eixos: Regulamentação da LAI e Transparência Passiva, que respondem por 25% e 75% do índice, respectivamente. Neste, Sergipe aparece em 15º lugar, também com variação positiva entre 2015 e 2016. Os dados são convergentes, sinalizam uma situação de fronteira no 3º quartil e com viés de melhoria.

Figura 56. Índice de transparência dos governos estaduais (do MPF)

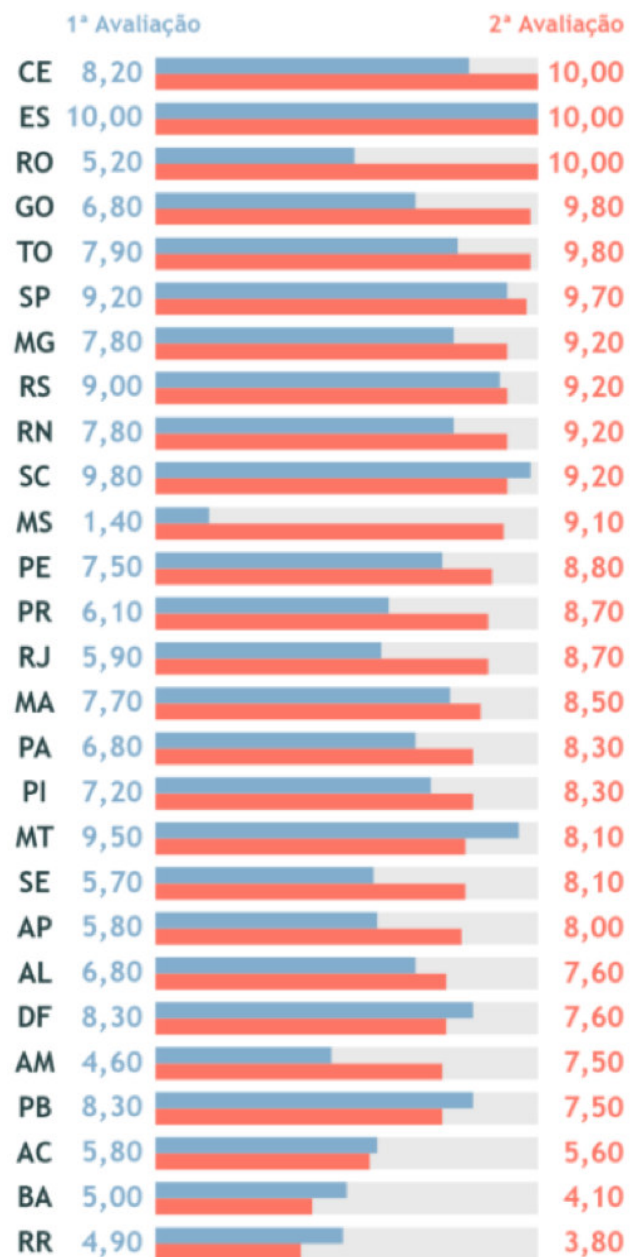


Tabela 46. Escala Brasil Transparente da CGU 2016

#	UF	2016	Δ (2015-2016)
1	RO	10,0	5,6
1	TO	10,0	0,0
1	MA	10,0	0,0
1	CE	10,0	1,9
1	PE	10,0	3,3
1	AL	10,0	2,1
1	BA	10,0	0,0
1	ES	10,0	0,0
1	SP	10,0	0,0
1	RS	10,0	1,1
1	MS	10,0	7,5
1	DF	10,0	0,0
13	RN	9,7	1,5
13	SC	9,7	2,8
15	PI	9,6	1,1
15	SE	9,6	7,5
15	MG	9,6	-0,4
15	MT	9,6	1,0
15	GO	9,6	-0,4
20	AC	9,3	6,0
21	PA	9,2	0,1
21	PR	9,2	-0,2
24	AM	8,9	7,5
24	PB	8,9	0,1
26	RR	8,1	5,6
27	RJ	5,0	-2,1
28	AP	0,0	0,0
-	UF\$	9,1	1,9

No que se refere ao combate à corrupção, as Figuras 57 e 58 apresentam dados do MPF (inexistem dados a respeito no site do Ministério Público de Sergipe) sobre atuações contra improbidade administrativa e contra crimes praticados por funcionários contra a administração, ações estas que vão desde a instância judicial ao inquérito policial e administrativo em andamento. Vê-se, por esses dados, que Sergipe ocupa uma posição de relativo menor destaque (14^a e 21^a posições) no que se refere às atuações contra improbidade administrativa e incidência mínima, em última colocação, no que concerne às atuações sobre crimes praticados por funcionários contra a administração.

Figura 57. Atuações contra improbidade administrativa

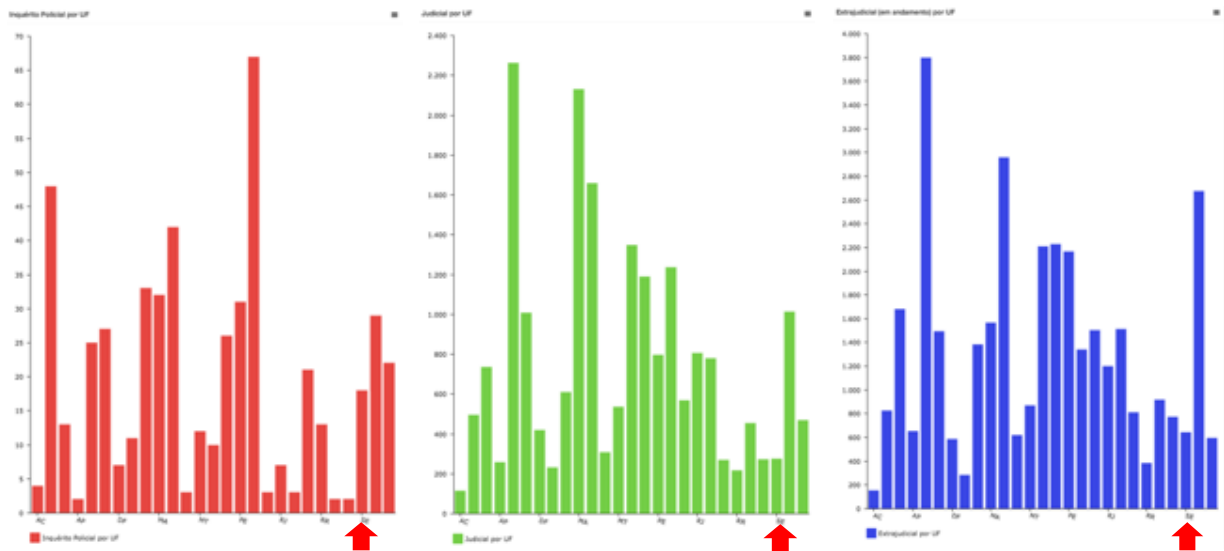
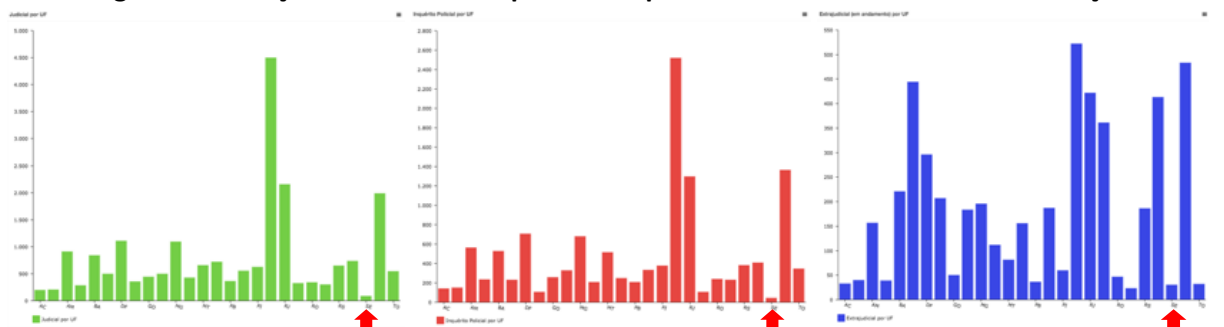



Figura 58. Atuações contra crimes praticados por funcionários contra a administração



Em síntese, há sinais de melhoria relativamente à transparência das instituições públicas sergipanas, que não se encontram em níveis críticos. O Estado também revela uma relativa baixa incidência de corrupção (3º quartil), embora o ideal seja algo residual muito próximo de zero e, nesse sentido, haja espaço para melhoria.

5.1.10. Conclusões

Para qualquer alteração em qualquer um dos indicadores ou eixos acima listados, o Estado de Sergipe precisará se preparar. A primeira parte de todo e qualquer desenho de uma política pública é garantir que, após o diagnóstico, um plano será traçado. Para que os planejamentos saiam do papel, nós sabemos e reconhecemos a importância da institucionalização de um modelo de governança capaz de responder tanto aos controles internos como ao controle externo e social. Para tanto, a proposta que aqui se desenha – criar um modelo de governança forte –, capaz de antecipar riscos ao núcleo estratégico, só é plausível quando as instituições dialogam. Essa não é uma solução nova, mas também acaba ficando, em alguns casos, no âmbito teórico ou na prática. Acaba acontecendo de forma equivocada, gerando consequências sérias para a população que acaba sofrendo os impactos de uma má gestão.



A governança deve ser institucionalizada, partindo da premissa das relações: o “como” fazer é raramente debatido, resumindo ao “o que” fazer. A criação de prioridades, de ações que serão pauta do modelo de governança, é a etapa número um para uma execução bem-sucedida do planejamento. O problema é que é possível encontrarmos governos que alteram as prioridades constantemente. Reforça-se, aqui, que modelo de governança não é comitê de crise, mas uma instância que desdobra a estratégia de longo prazo em estratégias menores e as acompanha com uma disciplina exemplar. Em alguns governos, a governança é parte da cultura da administração e não uma obrigatoriedade, característica essa que deveria ser enraizada em todos os governos.

Quando a burocracia sabe “como” implementar mudanças favoráveis ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida da população, informações importantes são capturadas e constantemente monitoradas com o intuito de corrigir os erros ou externalidades negativas o mais rápido possível. A interdisciplinaridade e a garantia de evidências colaboram com essa visão, todavia as pessoas que fazem parte da burocracia devem compreender a diversidade de opiniões como diversidade de soluções para problemas públicos complexos.

Diante do exposto, uma primeira grande conclusão é de que Sergipe não possui um quadro de precariedade institucional que impede esforços sistemáticos de desenvolvimento. Os poderes públicos estão estabelecidos nos governos estadual e municipais, as empresas operam, a sociedade civil organizada atua e os níveis de transparência e corrupção não indicam um quadro de captura institucional endêmica.

Indo um pouco mais além, não só não há um quadro generalizado de falência institucional como há sinais de qualidades e capacidades acima da média nacional, destacadamente no judiciário, mas também no legislativo. Mas também há pontos de atenção, destacadamente o déficit de efetividade de políticas públicas nas quais o protagonismo dos executivos estadual e municipais são exigidos.

Complementarmente, uma segunda grande conclusão é de que muito embora a situação institucional sergipana não constitua terra arrasada, coloca o Estado num patamar limitador, que oscila entre 3º e 4º quartis no ranking nacional. Vencer esse patamar limitador é uma condição para um salto de desenvolvimento.




5.2 Transformação Digital

5.2.1. Introdução

A necessidade de se criar um ambiente tecnológico propício ao desenvolvimento do Estado de Sergipe está claramente evidenciada no diagnóstico de qualidades e capacidades institucionais apresentado neste documento. Os principais indicadores para o setor ciência e tecnologia de Sergipe estão sumarizados nas observações a seguir. São esses indicadores que estabelecem o contexto para proposição do plano de tecnologia.

- No ranking da eficiência da máquina pública, Sergipe encontra-se em 12º lugar, pontuando 67,8 num total de 100 e acima da média nacional, de 56,4.
- No ranking de competitividade, o quesito “inovação” encontra-se bem abaixo da média Brasil.
- Sergipe representa 0,62% do PIB nacional, na casa dos R\$ 40,7 bilhões em 2017 (IBGE).
- Sergipe tem uma economia pouca diversificada, com uma concentração em produtos relacionados a gêneros alimentícios, produtos minerais e calçados.
- A economia de Sergipe depende fundamentalmente da administração pública e de comércio e serviços.
- A produção, representada pelas indústrias de transformação, indústrias extrativas e agropecuária, representa apenas 14,8% dos empregos formais.
- Sergipe está na 18ª posição, no ranking de Competitividade dos Estados de 2020, dos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2019, publicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).
- Nos últimos três anos, Sergipe reduziu os dispêndios em Ciência e Tecnologia, passando de 110 milhões, em 2015, para 85,5 milhões, em 2017.
- Sergipe produziu, em 2017, segundo dados do INPI, 0,12 patentes por R\$ 1 bilhão do PIB, o que o coloca na 8ª posição dentre os estados brasileiros.
- Em 2019, Sergipe teve 0,9 empreendimento inovador para cada 1 milhão de habitantes, o que o coloca na 21ª posição dentre as unidades da federação.

Os dados acima apresentados mostram a necessidade do Estado de Sergipe buscar uma estratégia para diversificar sua economia, expandir o mercado de seus produtos, avançar nas ações de inovação, capacitar a força de trabalho e atrair investimentos. Um dos eixos de uma



nova estratégia de desenvolvimento é o fortalecimento da ciência e tecnologia no Estado orientado às prioridades da economia da região, i) setor de óleo e gás, ii) indústria do turismo iii) setor de pequenas e médias empresas voltado para produção regional.

5.2.2. Transformação Digital da Economia


As tecnologias digitais estão transformando a economia global e vários países em desenvolvimento tem criado estratégias para a transformação de suas economias. São vários os exemplos, que incluem países como Índia, China, Quênia¹⁶, Colômbia, Costa Rica e Ruanda, que obtiveram resultados significativos para suas economias. Os benefícios da digitalização da economia são múltiplos. Com as novas tecnologias digitais, surgem oportunidades para os países de baixa e média renda construir novas indústrias, fornecer melhores serviços, ampliar os mercados, tornar as empresas mais competitivas, criar oportunidades de trabalho para os jovens e, o mais importante, melhorar a vida das pessoas. Por exemplo, em 2014, um grupo de jovens empresários fundou, no Quênia, a *startup* Andela¹⁷. A missão da empresa: usar ferramentas de educação digital para treinar engenheiros de *software* e, em seguida, colocar esses engenheiros em empregos que eles poderiam desempenhar remotamente para empresas em todo o mundo. Atualmente, em 2020, a *startup* Andela tem mais de 1.000 desenvolvedores de *software* em sua equipe, espalhados por seis países na África e trabalhando para várias centenas de empresas, com receitas, em 2019, de cerca de US \$ 50 milhões. É interessante que observar que outros estados da região Nordeste tem avançado significativamente em direção a economia digital. Pernambuco e Ceará são dois exemplos relevantes. O parque tecnológico Porto Digital,¹⁸ em Recife, abriga cerca de 330 empresas, organizações de fomento e órgãos de Governo e aproximadamente 11 mil trabalhadores, com faturamento anual de R\$ 2,3 bilhões em 2019. O governo do Estado do Ceará tem desenvolvido iniciativas concretas para o desenvolvimento econômico do setor de Tecnologia da Informação (TIC). No final de 2018, o governador sancionou a Lei nº 16.727, que criou o Programa Hub de Tecnologia da Informação e Comunicação (HTIC), com o intuito de otimizar os recursos de custeio e investimentos em TIC¹⁹. A participação do setor no Produto Interno Bruto Cearense (PIB) foi de 2,06% em 2018. No ano de 2019, o setor gerou mais de 14 mil empregos diretos.

¹⁶ *Digital Policy Playbook 2017, Approaches to National Digital Governance*, Virgilio Almeida et al., World Economic Forum, White Paper, 2017, <https://www.weforum.org/whitepapers/digital-policy-playbook-2017-approaches-to-national-digital-governance>.

¹⁷ Perry, T., When the Software Talent is in Africa, and the Jobs Are Everywhere Else, *IEEE Spectrum*, August 12, 2020. <https://spectrum.ieee.org/view-from-the-valley/at-work/tech-careers/when-the-software-talent-is-in-africa-and-the-jobs-are-everywhere-else>

¹⁸ <https://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital>

¹⁹ <https://www.sedet.ce.gov.br/2019/05/22/ceara-investe-em-infraestrutura-para-atrair-novas-empresas-do-setor-de-tic/>



A transformação digital não diz respeito simplesmente à tecnologia ou "política digital" isoladamente. A transição envolve a otimização das condições sociais, políticas e econômicas para o crescimento inclusivo na era digital. A tecnologia por si só, por mais inovadora que seja, não garante sucesso. O desenvolvimento virá do apoio político para se criar um ambiente propício para implantação de novas tecnologias, mudanças nos processos de governo e novos modelos de negócios, produtos e serviços. Nem todos os países possuem um ambiente no qual empresas, indivíduos e provedores de serviços podem tirar o máximo proveito das novas tecnologias digitais. A criação desse ecossistema é frequentemente uma questão de acertar as questões "analógicas", que são as práticas, regimentos e processos administrativos existentes antes da era digital.

Um estudo do Banco Mundial²⁰ mostra que benefícios significativos da transformação digital não serão alcançados a menos que os países em desenvolvimento continuem a melhorar o ambiente de negócios, investindo na infraestrutura digital, na educação e saúde das pessoas e promovendo governança eficiente. As tecnologias digitais se espalharam rapidamente em grande parte do mundo. Os dividendos digitais, isto é, os benefícios da transformação digital, nem sempre corresponderam às expectativas. Em muitos casos, as tecnologias digitais impulsionaram o crescimento, expandiram as oportunidades e melhoraram a prestação de serviços, mas excluíram boa parte da população e o impacto agregado foi pequeno. Para que as tecnologias digitais beneficiem grande parte da sociedade, é necessário eliminar a exclusão digital remanescente, especialmente no acesso à Internet. Para alcançar resultados significativos com a transformação digital, os países em desenvolvimento precisam atualizar os chamados "complementos analógicos" – adaptando e modernizando as regulamentações necessárias, promovendo as habilidades dos trabalhadores às demandas da nova economia e garantindo que as instituições sejam responsáveis e eficientes.

Na busca da transformação tecnológica e digital, regiões em desenvolvimento, em geral, começam a partir de situações desafiadoras, muitas vezes com baixo capital humano, carência de investimentos, instituições ineficazes e um ambiente de negócios difícil. Nesses casos, as transformações digitais deverão ocorrer simultaneamente com outras iniciativas de governo para tornar o ambiente de negócios e a economia mais eficientes. Neste documento são apresentadas as linhas mestras para uma iniciativa de transformação digital da economia de Sergipe.

²⁰ World Bank. 2016. "World Development Report 2016: Digital Dividends." Overview booklet. World Bank, Washington, DC. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO



5.2.3. A Crise Reforça a Importância da Economia Digital

Observa-se que a crise do coronavírus tem acelerado significativamente a transformação digital de governos, que está migrando para o ambiente *on-line* em meio à pandemia. As tecnologias digitais podem ser chave para melhorar a resiliência a desastres, segundo estudos das Nações Unidas²¹, mas também criam vulnerabilidades e riscos em torno da privacidade de dados.

Um relatório do Fórum Econômico Mundial²² mostra que a Covid-19 destacou a importância da conectividade digital, que foi crítica para que governos, empresas e sociedade continuassem operando durante a crise. Isso trouxe um novo senso de urgência para a agenda de inclusão digital. Embora a crise tenha permitido que centenas de milhões participassem *on-line*, ficou evidente também a exclusão digital, em que 47% da população mundial permanece desconectada. O mundo pós-Covid será mais digital, exigindo mais conectividade, habilidades digitais e acessibilidade.

Em um estudo da União Internacional de Telecomunicações (UIT)²³, um grupo de especialistas argumentou que a crise da Covid-19 pode ser uma janela de oportunidade para impulsionar a transformação digital em setores que não a promoveram em anos anteriores. De modo análogo, o efeito da epidemia de SARS, em 2003, em cidades da Ásia e, em especial na China, desencadeou um forte crescimento do comércio eletrônico e novos modelos de produção. Como resultado, o coronavírus pode também se tornar um catalisador para a adoção da digitalização em vários setores da economia que ainda estão atrasados na digitalização. Setores como saúde e educação deverão avançar nos processos de transformação digital. Em resumo, a transformação digital da economia de Sergipe é uma importante decisão estratégica para o desenvolvimento futuro do Estado após a pandemia.

²¹ UN/DESA Policy Brief #61: COVID-19: Embracing digital government during the pandemic and beyond, <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/un-desa-policy-brief-61-covid-19-embracing-digital-government-during-the-pandemic-and-beyond/>

²² World Economic Forum, Accelerating Digital Inclusion in the New Normal, Playbook, July 2020

²³ Economic Impact Of Covid-19 On Digital Infrastructure, Report Of An Economic Experts Roundtable Organized By Itu, GSR-20 Discussion Paper, July 2020. https://www.itu.int/en/ITU-D/Conferences/GSR/2020/Documents/GSR-20_Impact-COVID-19-on-digital-economy_DiscussionPaper.pdf




6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES PARA A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SERGIPE

6.1. (Muito além do) Planejamento governamental: construindo e governando Agendas de Desenvolvimento em ambientes colaborativos

O desafio de construir Agendas Estratégicas, tanto na perspectiva empresarial como na governamental, esteve, quase sempre, vinculado à definição de uma situação projetada para o futuro, expressa na forma de objetivos e da escolha de caminhos efetivos para alcançá-la. Se, no ambiente corporativo, os planos visam à sobrevivência, ao posicionamento e ao crescimento dentro de mercados competitivos, no ambiente público, como a competição nem sempre é declarada, os planos de desenvolvimento estão orientados para a criação de valor para a sociedade, num determinado território. Tudo isto circunscrito a um contexto caracterizado, entre outros, por:

- imprevisibilidade sobre o futuro com aceleração de tendências e uma incompreensível paralisia frente às incertezas;
- mudanças no conceito de desenvolvimento, que evolui desde uma visão mais circunscrita ao econômico e depois ao social (às vezes de forma polarizada ou sequencial, primeiro um depois o outro) para uma abordagem mais abrangente que além de integrar estes dois componentes incorpora a dimensão ambiental por vezes olvidada em etapas anteriores;
- transformação no papel do Estado que assume um carácter de protagonismo compartilhado com os distintos segmentos da sociedade civil, tanto na formulação como na implantação e avaliação dos resultados dos planos;
- o dilema *gap* entre demandas crescentes por parte da sociedade (saúde, educação, segurança, etc.) e redução da capacidade do Estado de fazer frente a essas demandas (especialmente no que se refere ao orçamento);
- pressão por parte de atores que representam grupos de interesse (muitas vezes legitimamente) que tentam capturar o processo de decisão pública sobre como lidar com o *gap* antes mencionado;
- e, o mais visível nos tempos atuais, o fenômeno da pandemia derivada da Covid-19 que aumenta *gap*, destaca determinados temas (saúde pública, economia, meio ambiente, etc.), aumenta a pressão por parte de grupos de interesse e antecipa desafios de reconstrução no pós-Covid.

Tudo isto vai exigir um novo olhar, ou mesmo a reinvenção do planejamento governamental. O conceito vem oscilando ao longo das últimas décadas, ganhando e perdendo relevância,



trocando o estratégico pelo tático (ou pelo operacional), caindo na armadilha do formalismo excessivo, distanciando-se da realidade e sendo, muitas vezes, confundido ou reduzido a mera peça (de ficção) orçamentária a encher as gavetas das repartições. Refundar o conceito, entretanto, não pode se limitar a uma questão meramente semântica. Construir uma Agenda de Desenvolvimento significa indicar os rumos da sociedade, adotando o território como base das demandas sociais, tendo como pilares: a redução drástica das desigualdades e o crescimento acelerado da economia em bases sustentáveis, gerando melhoria expressiva nas condições de vida da população. Assim, visando subsidiar a etapa seguinte de detalhamento da Agenda de Desenvolvimento proposta para o Estado de Sergipe, serão apresentadas diretrizes estratégicas e recomendações.

6.2. Diretrizes estratégicas

As diretrizes para uma Agenda de Desenvolvimento do Estado de Sergipe foram elaboradas em linha com:

- os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (em especial os ODS 01 – Erradicação da pobreza, ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 10 – Redução das desigualdades e ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes);
- as diretrizes do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste coordenado pela SUDENE para um horizonte de 12 anos;
- as iniciativas recentes levadas a cabo pelo Poder Executivo: Plano Estratégico de 2019 a 2022 e SERGIPE 2050 (em fase de elaboração).

Buscou-se estabelecer uma abordagem dual que considera as restrições no curto prazo decorrentes do contexto emergencial (crise Covid) e, ao mesmo tempo, a necessidade de um direcionamento estratégico numa perspectiva de longo prazo, a partir de diretrizes nas seguintes dimensões:

- **Criação de Valor para a Sociedade:** (1) o crescimento econômico acelerado, (2) a elevação do padrão de vida com redução das desigualdades sociais e regionais e (3) a sustentabilidade ambiental com respeito à biodiversidade regional.
- **Eixos sustentadores:** (4) fortalecimento das cadeias produtivas e (5) inovação na prestação de serviços para a sociedade
- **Premissas para o desenvolvimento:** (6) transformação digital (7) institucionalização de um novo modelo de governança colaborativa.

A Figura 59, a seguir, ilustra as diretrizes na arquitetura estratégica proposta:

Figura 59. Diretrizes na arquitetura estratégica proposta




6.3. Recomendações para o fortalecimento das cadeias produtivas

No caso do setor de turismo, o indicativo de que o tamanho médio dos estabelecimentos de hospedaria sergipanos é menor que em seus vizinhos sugere que aspectos regulatórios possam estar influenciando adversamente na expansão de uma atividade com grande potencial no Estado. Nesse sentido, propõe-se atuação do poder público para identificar de forma mais assertiva as razões dessas diferenças para poder rever regulações que possam estar atuando para inibir a expansão do setor. Esse exercício deve ser conduzido em parceria entre os três poderes e contar com a colaboração de empresários do setor.

O turismo também pode ser impulsionado com melhorias na infraestrutura, tanto para facilitar acesso às localidades que atraem turistas como para garantir preservação do meio ambiente, impedindo que dejetos sejam descartados nos rios e no mar. Tendo em vista a precariedade das finanças públicas estaduais, essas melhorias deverão contar com apoio da iniciativa privada. Para tanto, torna-se necessária articulação com o setor produtivo para identificar e desobstruir barreiras que limitam a construção e a participação privada em empreendimentos de infraestrutura.

No caso da agricultura, as análises revelaram potencial de expansão de culturas amplamente cultivadas em estados vizinhos, em que as condições naturais assemelham-se às de Sergipe. Explorar esse potencial exige um melhor aproveitamento das águas do rio São Francisco, como feito nesses estados. Na medida em que ações nessa direção envolvem parcerias com o setor privado, também aqui há necessidade de se criar arcabouço legal e estruturas de incentivos mitigadoras de risco para tornar mais atrativos os investimentos.




Tanto para a agricultura quanto para a aquicultura, há espaço para expandir as vendas em mercados externos. Contudo, o acesso a mercados internacionais exige que cuidados socioambientais e fitossanitários sejam partes integrantes do processo produtivo. O Estado tem muito a contribuir como coordenador e principal articulador, junto a empresários e suas associações, de ações que visem a inserção sistêmica desses aspectos ao processo produtivo. Devem, inclusive, avaliar maneiras de acelerar a utilização de tecnologias de informação para ampliar a rastreabilidade e controle de todas etapas dos processos produtivos da agropecuária.

De uma forma mais ampla, as ações passam pela necessidade de intensa sintonia entre os três poderes, que devem trabalhar junto com a sociedade civil para aprimorar marcos legais e institucionais que propiciem as condições primárias para um crescimento econômico inclusivo.

6.4. Recomendações para a prestação de serviços ao cidadão

- a. Ampliação e melhoria da rede de serviços ao cidadão.
- b. Concepção de políticas públicas numa perspectiva integrada, tanto na formulação como na implementação e monitoramento.
- c. Estabelecimento de um processo de diálogo permanente com a sociedade na concepção de soluções de serviços ao cidadão.
- d. Incentivos a mecanismos de parceria com segmentos organizados da sociedade na implementação de serviços ao cidadão.
- e. Busca de fontes alternativas de financiamento dos serviços.
- f. Fortalecimento da cultura de gestão orientada para resultados na administração pública.
- g. Adoção de plataformas digitais avançadas e soluções integradoras na gestão de políticas públicas, na prestação de serviços ao cidadão e na administração pública em geral.
- h. Ofertar uma educação transformadora, de excelência, para todos, com foco no desenvolvimento do capital humano. Num contexto de intensa mudança tecnológica, a educação será relevante na determinação da renda regional e de sua população e no incremento da produtividade da mão-de-obra. Torna-se imperativo e prioritário que o poder público assuma a responsabilidade para promover mudanças nessa área para não sacrificar uma geração e a própria economia do Estado. Vale a pena dar atenção especial às boas práticas de estados vizinhos (por exemplo, Ceará, Pernambuco e Alagoas).
- i. Assegurar um Sistema de Saúde integrado para todos com alta resolutividade, atendimento personalizado, preventivo e descentralizado regionalmente.

- 
- j. Reduzir a criminalidade e a violência em todas as suas dimensões, por meio de um sistema de segurança eficaz.

6.5. Recomendações para a Transformação Digital

A ideia básica da proposta para a tecnologia é a formulação de um “Plano para Transformação Digital para Economia de Sergipe”. Esse plano, com suas ações e resultados esperados, é central para os três eixos escolhidos para o desenvolvimento da economia de Sergipe: óleo e gás, turismo e produção regional e pequenos empresários. Além do mais, pode ser parte da transformação do próprio governo do Estado. A transformação digital está emergindo globalmente como um fator de mudanças radicais. A conectividade tem mostrado o potencial de capacitar milhões de pessoas e, ao mesmo tempo, oferecer às empresas novas oportunidades de criação e captura de mercado.

a. Óleo e Gás

A indústria de petróleo e gás tem desempenhado um papel fundamental na transformação econômica do mundo. Através das novas tecnologias, o setor de petróleo e gás tem a oportunidade de redefinir novos limites por meio da digitalização. Vários fatores têm demandado mudanças na indústria de óleo e gás, em especial os períodos de queda nos preços do petróleo, a redução das estimativas de crescimento da demanda, as exigências ambientais, os compromissos exigidos pelas mudanças climáticas e a dificuldade em atrair novos talentos compatíveis com o avanço tecnológico. A transformação digital pode ser um facilitador para enfrentar esses desafios e trazer produtividade e novas possibilidades para o setor.

No entanto, a digitalização traz também novos desafios para o setor de óleo e gás. A transformação digital requer programas de capacitação para novas tecnologias, como também novas estruturas de governança. Na economia digital, crescem os processos baseados intensamente em dados e, portanto, é necessário planejar os processos, de modo a atenderem os requisitos de privacidade e segurança. Além disso, a transformação digital da indústria de óleo e gás pode trazer benefícios para a sociedade, através de parcerias com empresas locais, universidades e centros de pesquisa. A própria Petrobras, conforme tem sido noticiado na mídia, passa por um amplo processo de transformação digital.



b. Turismo

As tecnologias digitais têm trazido transformações profundas para a indústria do turismo, com impacto positivo nas empresas, produtos, experiências turísticas, ecossistemas de negócios e destinos. A digitalização também transformou os papéis tradicionais dos produtores e consumidores de turismo, com o surgimento de novos papéis, relacionamentos, modelos de negócios e competências. A popularização das plataformas digitais globais, como Facebook, Instagram e YouTube, aumentou os mercados de destinos, a variedade e o volume de produtos, serviços de turismo. Aumentou também a concorrência para atrair turistas e negócios, devido às exigências de eficiência, proteção de meio ambiente e segurança. Essas mudanças criaram novas oportunidades bem como desafios para o setor de turismo em Sergipe. Os esforços e iniciativas para criar uma cultura digital inovadora no setor de turismo serão necessários para que os destinos turísticos de Sergipe sejam mais competitivos. O ecossistema do turismo digital é chave para o crescimento do setor.

c. Produção regional e pequenos empresários

A transformação digital dos pequenos produtores e empreendedores depende das características econômicas, sociais e culturais e de aspectos legais da região. Esses fatores são extremamente importantes para que os governos possam planejar as transformações digitais necessárias para o desenvolvimento econômico de pequenos empresários. Tipicamente, os pequenos negócios em regiões menos desenvolvidas enfrentam a falta de infraestrutura de telecomunicação, ausência de pessoal qualificado, falta de acessibilidade à internet, dificuldades para acesso a crédito, financiamento e contas bancárias, além da indisponibilidade de equipamentos digitais. A desigualdade digital afeta as pequenas empresas, que não conseguem fazer uso eficiente das tecnologias digitais para aumento de mercado, melhoria de produtividade e competitividade.

Vários estudos têm indicado que o ambiente local é fator fundamental para o avanço digital dos pequenos negócios. Isso implica que políticas públicas devem buscar não apenas o acesso para todos, mas também competências para todos. Portanto, infraestrutura digital e capacitação digital devem ser vetores-chave para o desenvolvimento competitivo de pequenos negócios. Em resumo, a superação da divisão digital (“digital divide”) deverá fazer parte das políticas para melhorar os níveis de produtividade do Estado e acelerar o desenvolvimento econômico de Sergipe.



6.5.1. Plano de tecnologia: eixos fundamentais


As tecnologias digitais estão transformando a economia global. Isso inclui a economia dos países em desenvolvimento, não apenas com novas oportunidades, mas também com desafios, como, por exemplo, a questão do emprego de baixa qualificação. Estudos mostram que a automação e as tecnologias digitais, através da introdução do uso de inteligência artificial e robótica, são questões cruciais também nas economias em desenvolvimento. O artigo 4 destaca que “para os países em desenvolvimento uma preocupação central é a perspectiva de *reshoring*” – o oposto de *offshoring* – em que a produção, principalmente de manufaturas intensivas em mão de obra, pode retornar aos países desenvolvidos”. Portanto, é necessário que economias em desenvolvimento se preparem para o avanço digital, de modo a minimizar os impactos negativos. A seguir, é apresentado um conjunto de recomendações pragmáticas, denominadas eixos, para garantir o avanço digital em direção a uma mudança econômica e social positiva, que beneficie a população e a economia de Sergipe .

Colocar o cidadão no centro do futuro digital

O avanço das tecnologias digitais tem afetado sobremaneira a vida das pessoas, praticamente em todas as classes sociais. Por isso é essencial criar iniciativas para habilitar as pessoas a aproveitarem as oportunidades digitais e se protegerem de efeitos negativos, como, por exemplo, a eliminação de certos tipos de trabalho. O governo deve assumir a responsabilidade de garantir várias modalidades de capacitação para a era digital, desde o letramento digital até cursos profissionalizantes, para os trabalhadores e profissionais de empresas na era digital. Parcerias público-privadas podem ser úteis para acelerar o processo de capacitação digital. Assim, três etapas básicas para preparar o cidadão para a era digital são: i) criar um programa de inclusão digital para toda população de Sergipe, combinando acesso e acessibilidade; ii) capacitar os cidadãos para viver e trabalhar a era digital, com letramento digital e treinamento profissional; iii) implementar um plano de treinamento de recursos humanos para indústria e serviços 4.0. Em especial, capacitar com habilidades (*skills*) digitais cidadãos e profissionais para atuarem na transformação digital dos setores de óleo e gás, turismo e pequenos e médios empresários de produtos regionais. A terceira etapa de preparação do cidadão para era digital é criar canais de interação dos cidadãos com o governo do Estado, através de plataformas digitais do governo.

Eixo #2: Criar a infraestrutura digital para a sociedade

A transformação digital da economia de Sergipe requer que o acesso à internet e a recursos digitais deve chegar a todos. Segundo um estudo do Observatório de Sergipe, vinculado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), em relação às restrições de direitos, a que apresentou maior privação em Sergipe, foi a falta de acesso aos serviços de




saneamento, com 47,2% (1,07 milhão de pessoas), seguido da ausência de internet em casa, com 36,8% (901 mil pessoas). Sem conexões digitais, as pessoas não podem participar de plataformas de trabalho digital, não irão se beneficiar de novas tecnologias na educação ou acessarem serviços governamentais *on-line*. Pessoas com níveis de educação mais baixos, mulheres e pessoas em situação de pobreza geralmente são aquelas que não têm acesso digital. Ampliar o acesso a todos deve ser uma meta a ser atingida num programa de transformação digital. Novos modelos de negócio e parcerias do governo com o setor privado devem ser desenhados para garantir a inclusão dos cidadãos mais pobres e marginalizados, de modo que possam se beneficiar dos ganhos da economia digital. Isso eventualmente pode exigir a reestruturação de empresas de comunicação e internet para fornecerem alguns serviços abaixo do custo, basicamente subsidiando o acesso para os mais pobres. Pode ser um exemplo de parceria público-privado no setor digital.

Eixo #3: Construir os fundamentos da economia digital

As tecnologias digitais oferecem oportunidades para regiões em desenvolvimento buscarem um crescimento inclusivo. Para isso, é necessário um ecossistema de negócios apropriado. É necessário criar um ambiente favorável para atrair investimentos para empresas digitais do Estado. É necessário criar estrutura de governança visando estabelecer confiança e segurança na economia digital. Os fundamentos digitais adequados vão permitir a empreendedores locais criar serviços e produtos competitivos e, conseqüentemente, gerar benefícios para a sociedade de forma mais ampla. Uma infraestrutura digital confiável e segura, com redes de comunicação de banda larga, é um requisito fundamental para os negócios digitais.

Não bastam as infraestruturas física e digital para acelerar o crescimento da economia digital. É preciso haver investimento em negócios que irão fazer uso das novas tecnologias. O governo do Estado pode alavancar ações nessa direção, como, por exemplo, criar regimentos para que *startups* locais possam fornecer serviços para o governo. Além disso, é necessário estabelecer oportunidades de capital de investimento para novas empresas e empreendedores, bem como para empresas já estabelecidas, que desejam atualizar suas tecnologias ou investir em novos produtos. Linhas especiais de crédito poderiam ser criadas para permitir que empresas do setor de óleo & gás, turismo e pequenos e médios negócios possam atualizar seus ambientes digitais de negócios. O mercado local é chave para que os empreendedores de Sergipe consolidem seus produtos e, posteriormente, busquem a ampliação de seus mercados em outros estados e países. Vale a pena observar que, em comparação com outras áreas de negócios, tanto a infraestrutura digital quanto o financiamento para negócios digitais demandam menos recursos. A atração de fluxos de capital de investimento é crucial para o desenvolvimento futuro dos ecossistemas digitais em regiões em desenvolvimento, como Sergipe.



As plataformas digitais globais (ex.: Amazon, Facebook, Instagram) oferecem amplas possibilidades de negócios para empresas e consumidores de países em desenvolvimento. As plataformas digitais globais, se acessíveis, podem fornecer uma espécie de infraestrutura na qual a inovação e as empresas digitais podem ser desenvolvidas, servindo assim como blocos de construção para o empreendedorismo local e permitindo que a criatividade seja explorada. Além disso, para fins de desenvolvimento, as plataformas globais de comércio eletrônico nos países em desenvolvimento podem apoiar a produção doméstica e as exportações de produtos e serviços. Por exemplo, a área de turismo pode se beneficiar das plataformas globais para ampliar o mercado externo através de soluções digitais inovadoras.

Eixo #4: Economia Digital e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A digitalização da economia oferece novas oportunidades para a produção de alto valor agregado nos países em desenvolvimento. O uso de dados pode fornecer informações sobre as demandas de mercados externos (i.e., outros estados e países), para decisões de design e produção. As tecnologias digitais facilitam a tradução desses dados em novos produtos. Devido a deficiências estruturais e baixa capacitação dos recursos humanos, muitos países em desenvolvimento ficam limitados a atividades de baixo valor agregado, sem uso da inovação gerada pela pesquisa & desenvolvimento e design. Ou seja, são economias caracterizadas por "pequena industrialização", como mostram os números apresentados para a economia de Sergipe. Assim, é importante definir prioridades para as atividades de pesquisa e desenvolvimento financiadas pelo governo, de modo a apoiar a inovação nas áreas prioritárias definidas para Sergipe, que são os setores de óleo & gás, turismo e pequenos e médios negócios de produtos regionais. Os investimentos privados devem ser incentivados para garantir a complementaridade do investimento público.

Através da FAPESE (Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe) e da FAPITEC/SE (Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe), o governo de Sergipe pode criar programas para fortalecer a pesquisa em áreas relacionadas à economia digital, em especial nos setores de i) Óleo e Gás; ii) Turismo e iii) Tecnologias para pequenos negócios e temas regionais. Os programas de apoio à pesquisa às áreas prioritárias podem ser implementados através de editais de pesquisa ou através de parcerias público-privadas, para criar centros virtuais de pesquisa nas três áreas prioritárias para o desenvolvimento da economia digital de Sergipe.



Eixo #5: Iniciativas para Transformação Digital do Governo

As iniciativas de transformação digital da economia de Sergipe terão maior impacto se vierem acompanhadas de um movimento da digitalização do próprio governo do Estado. Vários governos, nacionais e regionais, têm desenvolvido estratégias bem-sucedidas na direção da transformação digital, entre Reino Unido, Índia, Estônia, Cingapura e Colômbia. A visão dessas iniciativas tem sido transformar a relação entre os cidadãos e o Estado, respondendo melhor às necessidades da sociedade. As tecnologias e abordagens para transformação digital oferecem maiores oportunidades para ajudar o governo nas suas responsabilidades fundamentais, como: compreender melhor o que os cidadãos precisam, montar os serviços com mais rapidez e menor custo e melhorar continuamente os serviços com base em dados e evidências.

Tipicamente, o processo de transformação segue três fases. A primeira etapa da transformação de governo digital começa com a informatização e o estabelecimento de uma infraestrutura comum para colocar todos os serviços governamentais *on-line*. A segunda etapa da jornada é o desenvolvimento de uma plataforma única de prestação de serviços públicos, que tem o foco na mobilidade e na simplificação da experiência do cidadão. Por exemplo, Estônia e Índia embarcaram na construção de um único sistema de identidade digital, por meio do qual os cidadãos utilizam uma única identidade em vários serviços públicos. A etapa mais avançada da transformação coloca os cidadãos no centro do projeto e da entrega de novos serviços, o que tem sido chamado de coparticipação dos cidadãos. Essa etapa faz uso tecnologias avançadas, como inteligência artificial e *blockchain* para construir serviços mais eficientes para os cidadãos. Em muitos casos, observa-se o envolvimento do setor privado, através de parcerias público-privadas, visando o compartilhamento de custos para acelerar a transformação digital. Percebe-se claramente uma tendência global no uso de novas tecnologias para transformar os governos, de modo a fornecerem soluções e serviços públicos criativos e inovadores aos seus cidadãos. Existe a oportunidade para que governos sigam uma transformação digital de maneira bem concebida e planejada, com base nas experiências de outros governos, embora com diferentes escalas e estágios. Os governos de hoje têm uma série de conhecimentos práticos e tecnologias que podem ser aproveitadas para avançar sua agenda digital, garantindo resultados positivos para cidadãos e empresas.




6.6. Recomendações para um novo modelo de governança

6.6.1. Quanto às capacidades Institucionais:

- a) Garantia de uma política de segurança pública que busque atuar considerando tanto a prevenção como a repressão qualificada em locais de maior índice de criminalidade, atuando com foco na solução dos crimes de maior monta e de forma planejada e monitorada.
- b) Investimentos maciços no setor de tratamento de esgoto, que está muito longe da universalização.
- c) Ações coordenadas em diversas frentes, a exemplo das áreas de desenvolvimento econômico, educação básica, educação superior, educação técnica, ciência e tecnologia, inovação e infraestrutura, que são fundamentais para Sergipe desenvolver e diversificar seu mercado.
- d) Alocação adequada dos recursos em C&T e P&D alinhado a uma estratégia estadual de diversificação e aumento da complexidade do espaço de produtos estadual para que o Estado alcance objetivos de potencializar seu mercado.
- e) Fortalecimento das lideranças institucionalizadas
- f) Desburocratização que somada aos itens acima e à melhoria das relações interinstitucionais levarão a uma melhoria do ambiente de negócios, tornando Sergipe um Estado mais atrativo para receber novos investimentos.

6.6.2. Quanto às relações interinstitucionais:

- a) Melhoria das condições operacionais em bases otimizadas (com uma melhor relação custo-efetividade) do poder executivo estadual, de modo a melhorar sua capacidade de atuar de forma articulada com outros agentes públicos e privados no sentido de melhor gerir e entregar resultados de políticas públicas, principalmente nas áreas de educação, segurança e infraestrutura.
- b) Melhoria da gestão dos municípios sergipanos, por meio da formação de redes de políticas públicas em geral (finalísticas e de melhoria da gestão pública), visando otimizar a atuação em focos de beneficiários sem paralelismos e sobreposições.
- c) Melhoria do setor privado, por meio de estímulos (econômicos, fiscais, etc.) e programas de melhoria da gestão, apoio e promoção do empreendedorismo em parceria com agentes públicos e privados, destacadamente o SEBRAE.

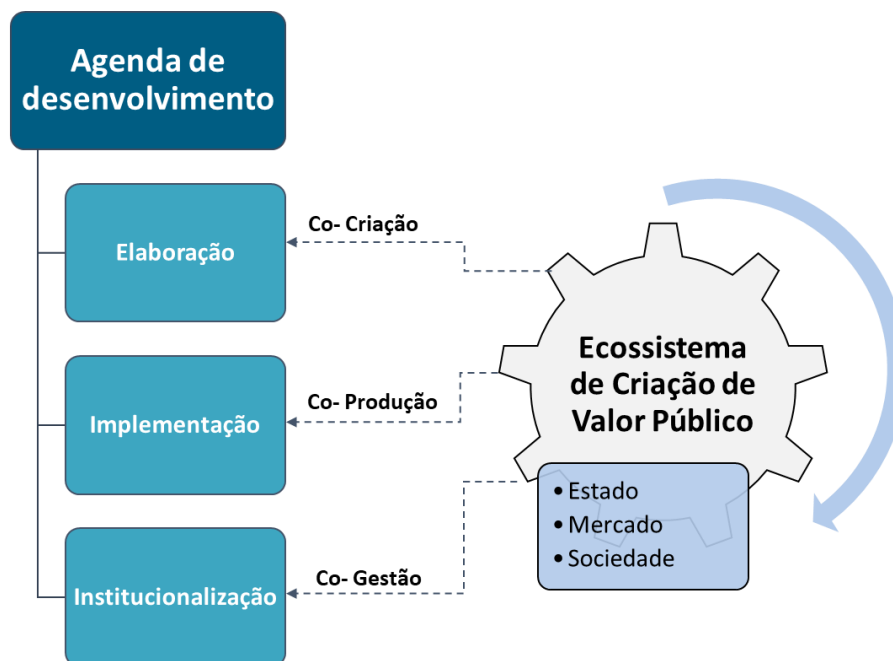
- 
- d) Estímulo à melhoria da gestão das OSC, por meio da qualificação destas entidades para integrarem, mediante requisitos de solidez institucional, o rol de parceiros em diversos domínios de política pública.
 - e) Melhoria da eficiência legislativa, buscando a redução de custos.
 - f) Estreitamento das relações interinstitucionais entre os poderes públicos estabelecidos e o Ministério Público do Estado de Sergipe, com vistas a ampliar as ações de transparência e instituir programas ativos de combate à corrupção no estado.

6.7. Próximos passos, a modo de conclusão

Construir uma Agenda de Desenvolvimento tem mais a “cara” de design do que de plano estratégico, porque diz respeito ao exercício de, ao mesmo tempo, pensar criticamente e agir de forma construtiva em ambientes colaborativos, caracterizados pelo alto grau de interconexão, típico das sociedades em rede. O desafio implica na adoção de um novo enfoque, tipicamente *postgubernamental*, que, segundo, “aponta para a necessidade ou conveniência de um novo processo diretivo da sociedade... onde o governo é um agente de direção necessário, mas insuficiente e... são requeridas e valoradas as capacidades sociais para uma direção satisfatória da sociedade²⁴”. Significa ao fim e ao cabo um repensar nas formas de gerir o desenvolvimento nas suas dimensões básicas, a partir da emergência de um novo paradigma: o do governo que governa com a sociedade. Em outras palavras, isto quer dizer colocar em funcionamento mecanismos inovadores de iteração entre os elementos do ecossistema de criação de valor público (Estado, Mercado e Sociedade) nos momentos de elaboração (cocriação) e implementação (coprodução) das agendas de desenvolvimento de forma a assegurar a institucionalização (cogestão) do processo de transformação, conforme ilustra a Figura 60, a seguir:

²⁴ Aguilar, Luis. El aporte de la política pública y la Nueva Gestión Pública a la gobernanza. XII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Sto. Domingo, Rep. Dominicana 2007

Figura 60. O governo que governa com a sociedade



Vale ressaltar que, posteriormente, estas diretrizes deverão orientar a definição de uma Visão de Futuro para o Estado e um *roadmap*, que terá como desafio principal expressar com objetividade, na camada superior, os resultados esperados (finais e intermediários) na perspectiva da criação de valor para a sociedade, em linha com as iniciativas de formulação estratégicas conduzidas pelo governo do Estado. Em seguida, deverão ser identificados os eixos sustentadores às mudanças pretendidas e estabelecidas as estratégias específicas para cada segmento que respondam a questões do tipo: que transformações deverão ser empreendidas nas cadeias produtivas (indústria, agricultura, turismo, etc.)? Que inovações serão implementadas nos serviços públicos prestados à sociedade (educação, saúde, segurança e outros?). Qual a direção da transformação digital será requerida para aumentar a produtividade e a inovação? Que modelo de governança será adotado?

Esses objetivos serão desdobrados em compromissos (sob a forma de metas e projetos estratégicos). Ao tratar destas questões, o mapa deverá estabelecer uma abordagem dual, com iniciativas emergenciais (de curto prazo) do tipo “apagando incêndios” localizados, combinadas com iniciativas (de médio e longo prazos) de caráter disruptivo que provoquem mudanças estruturantes no padrão de desenvolvimento do Estado.



ANEXO A – Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste: dimensões, eixos e alguns projetos para Sergipe

O documento propõe diretrizes nas dimensões: Ciência, Tecnologia e Inovação – econômica – Social – Ambiental – Institucional e foco de atuação em seis eixos estratégicos articulados, a saber:

- Segurança hídrica e conservação ambiental
- Educação e desenvolvimento de capacidades humanas
- Dinamização e diversidade produtiva
- Desenvolvimento social e humano
- Desenvolvimento institucional
- Inovação

Relação de alguns projetos/iniciativas previstas para o Estado de Sergipe no Plano:

- Implantar centro de desenvolvimento regional de leite e derivados no Município de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe.
- Duplicar a BR 235 no trecho entre Aracaju e Itabaiana, Estado de Sergipe; concluir as obras de duplicação da BR 101 no trecho não duplicado no Estado de Sergipe; pavimentar toda a extensão da BR 349, com a interligação dos Estados de Goiás, Bahia e Sergipe.
- Interligar o modal ferroviário entre a Ferrovia Centro-Atlântica e o terminal marítimo Inácio Barbosa, Estado de Sergipe.
- Construir ponte sobre o Rio São Francisco para interligar os Municípios de Penedo, Estado do Alagoas, e Neópolis, Estado de Sergipe.
- Urbanizar a Orla Sul de Aracaju, Estado de Sergipe.
- Construir a Ponte Tancredo Neves – Coroa do Meio, no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe.
- Implantar esgotamento sanitário em todas as sedes municipais do Estado de Sergipe.
- Elaborar o zoneamento ecológico-econômico do Estado de Sergipe.
- Construir a Barragem Vaza-Barris no Estado de Sergipe; implantar o Sistema Adutor Poxim-Açu no Estado de Sergipe.
- Implantar rede de escolas com polos destinados à oferta de cursos na modalidade de ensino a distância no Estado de Sergipe.



- Apoiar a elaboração de modelagem para parcerias público-privadas destinadas à modernização e à ampliação do Terminal Marítimo Inácio Barbosa no Estado de Sergipe.



ANEXO B – Roteiro das Entrevistas

Questionário orientador para o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe.

Objetivo: Identificar a percepção dos atores estratégicos sobre a situação atual e os desafios para o futuro do Estado de Sergipe. O questionário é dividido em duas seções, a primeira caracteriza o momento atual do Estado. Na segunda etapa, as perguntas buscam caracterizar o futuro do Estado.

Nome:

Cargo:

Contexto Atual

1. Quais são as maiores virtudes (econômicas, culturais, sociais) e vocações produtivas do Estado de Sergipe?
 2. Quais são as principais limitações / desafios do Estado de Sergipe?
 3. De 0 a 10, qual nota para a infraestrutura do Estado de Sergipe?
-

Caracterização do Futuro

4. Quais são os principais desafios que devem ser enfrentados para gerar desenvolvimento econômico no Estado de Sergipe?
5. Quais são as prioridades do Estado para os próximos 10 anos (qual o foco de atuação)?
6. Quais são os projetos / programas estruturantes que devem ser priorizados até 2030 para alcançar as prioridades?
7. Quais os investimentos prioritários para o Estado de Sergipe para os próximos 10 anos?
8. Qual o maior legado que o seu segmento de atuação poderá deixar para o Estado de Sergipe?

ANEXO C – Lista dos Documentos analisados

DOCUMENTO	FONTE
Anuário socioeconômico de Sergipe	Universidade Federal de Sergipe
Plano Estratégico do Governo do Estado de Sergipe 2019 a 2022	Governo do Estado de Sergipe
Retomando a Economia com Responsabilidade: compromisso de Sergipe	Governo do Estado de Sergipe
Decreto nº 40.615, de junho de 2020	Governo do Estado de Sergipe
Boletim de Impacto na Economia Sergipana	Governo do Estado de Sergipe
Conexão do Terminal de Gás Natural Liquefeito	TAG – Transportadora Associada de Gás e pela CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S/A
Gás e Produção Nacional de Fertilizantes	Deputado Federal Laércio Oliveira

ANEXO D – Equipe Técnica

Patrícia Lage Becker

Program Director Corporate Education - Fundação Dom Cabral



TITULAÇÃO


- Mestrado em Administração Mestrado em Administração – PUC Minas. Linha de Pesquisa: Estratégia. Tema de Dissertação: Governança em Relacionamentos Interorganizacionais. Agosto/2018.
- EMBA Business Executive, pela Fundação Dom Cabral – FDC, 2014.
- Especialização em Finanças, pela Fundação Dom Cabral – FDC, em 2011.
- Graduada em Administração, pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 2007.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Curso de Gestão para Resultados, Método, Gerenciamento Matricial de Despesas, Gerenciamento Matricial de Receita, pelo INDG, em 2007.
- Cursou três semestres do curso de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.
- Cursou um semestre de Administração na HEC – Université de Liège, Bélgica.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Gerente de Desenvolvimento de Organizações da Fundação Dom Cabral – FDC, desde 2010. Atua desde 2012 com foco no desenvolvimento de organizações públicas. Principais projetos desenvolvidos:
 - Modernização da gestão no TCE-ES: Planejamento Estratégico, revisão da Estrutura Organizacional, implementação do Escritório de Projetos e capacitação da equipe, definição de Contratos de Gestão e implementação de uma política de remuneração por produtividade, 2016-2018.
 - Desenvolvimento de um programa online para capacitação de conselheiros de Estatais, alinhado às definições da Lei 13.303/2016, 2016-2019.
 - Consórcio Brasil Central: Consórcio interestadual formado por sete Estados (DF, GO, MA, MS, TO, RO, MR). Principais projetos:
 - Capacitação dos Conselheiros e Equipe Técnica do consórcio, além de Conselheiros e Administradores de Estatais dos sete Estados, 2018.
 - Revisão do Planejamento Estratégico e priorização dos projetos Estratégicos, 2017.
 - Estudo para criação de um Mercado Comum entre os entes do Consórcio, 2019.
 - Projetos de Planejamento Estratégico, Reforma Administrativa e Revisão das Carreiras em diversas Prefeituras, Estados e órgãos públicos. Ex. Reforma Administrativa do Governo do Paraná em 2018 e Revisão da Estrutura e do Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura de Rio Acima em 2019.
 - Projetos de desenvolvimento de líderes em diversos Governos Estaduais (Ex. Governo do Distrito Federal em 2018, Governo do Rio Grande Sul em 2019).
- Consultora Sênior em Gestão Empresarial do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG, 2007-2010. Atuação em projetos de gerenciamento matricial de despesas e receitas, redesenho



organizacional e de processos, em empresas de diferentes portes e setores: tijolos refratários, revenda de veículos, limpeza e higiene pessoal, varejo, comunicação, agronegócios.

PUBLICAÇÕES

- Projeto Avançar – Rumo a um novo patamar de gestão (artigo sobre o processo de modernização da gestão do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo). Apresentado no Clad 2017 em Madrid, Espanha.
- Redes Interorganizacionais: novas formas de respostas a demandas complexas (artigo sobre a constituição de redes entre atores - público, privado e terceiro setor - para enfrentar problemas econômicos e sociais, e implementar políticas públicas). Apresentado no Clad 2017 em Madrid, Espanha.
- Um modelo de Gestão Colaborativo: o caso do Projeto CEO Legacy em Holambra (artigo sobre uma iniciativa em que os setores públicos e privados se juntaram para reduzir os hiatos comunicacionais e construir ações com foco no município e na busca pela qualidade de vida do cidadão). Apresentado no Clad 2018 em Guadalajara, México.
- O Fenômeno da Liderança Relacional: Inter-relacionando Indivíduo-Organização-Sociedade (artigo que explora as escalas multinível e multidimensional; e as perspectivas do indivíduo, da organização e da sociedade à prática da liderança, com suas múltiplas facetas e possibilidades de interseção). Apresentado no Clad 2018 em Guadalajara, México.
- Governança, Risco e Compliance: uma Análise Comparativa entre as Empresas Estatais Federais na Adequação à Lei 13.303/2016. Apresentado no SEMEAD 2018.
- Profissionalização da Alta Liderança do Governo do Distrito Federal (artigo sobre experiência de capacitar 360 líderes da alta liderança do Governo do Distrito Federal. Artigo a ser apresentado no Clad 2019 em Buenos Aires, Argentina).
- Agenda para o futuro: impactos da digitalização no Brasil (artigo discutindo o contexto de digitalização no Brasil e seu impacto no setor público). Artigo a ser apresentado no Clad 2019 em Buenos Aires, Argentina).
- Programas de Desenvolvimento de Administradores de Empresas Estatais: experiências de programas de desenvolvimento de conselheiros e administradores de Empresas Estatais Federais e Estaduais (artigo apresentando duas iniciativas de vanguarda de capacitação de conselheiros e administradores de empresas estatais federais e estaduais brasileiras). Artigo a ser apresentado no Clad 2019 em Buenos Aires, Argentina).
- Indicador de Governança IG-SEST (artigo apresentando a experiência do indicador de governança de empresas estatais federais do Ministério da Economia e seus principais resultados alcançados). Artigo a ser apresentado no Clad 2019 em Buenos Aires, Argentina).

CONSELHOS, JURIS E COMITÊS

- Conselheira Independente no Comitê do IG-SEST, indicador de Governança de Empresas Estatais Federais Brasileiras.
- Jurada do Prêmio Espírito Público que avalia e reconhece profissionais públicos que transforma a sociedade.
- Conselheira do Conselho de Ética Pública do Governo de Minas Gerais.

Caio Marini

Professor Associado da Fundação Dom Cabral
Área de atuação: Gestão Pública



TITULAÇÃO

- Especialista em Engenharia Industrial, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, 1978.
- Graduado em Administração Pública, pela Escola Brasileira de Administração Pública EBAP/FGV, 1975.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor associado da Fundação Dom Cabral
- No final dos anos 1970 foi professor e coordenador das áreas de Políticas Públicas e Administração de Projetos da Escola Interamericana de Administração Pública da FGV, órgão criado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para desenvolver equipes das administrações públicas de países da América Latina.
- Em meados dos anos 1980, ingressou em Brasília nos quadros do SERPRO/Ministério da Fazenda onde foi Diretor de Negócios e Superintendente de Gestão Estratégica e de Gestão de Pessoas.
- Na década de 1990 atuou na equipe do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado como Diretor na Secretaria da Reforma do Estado. Também foi Chefe da Assessoria Técnica da SEAP/Ministério do Planejamento.
- Nos últimos 15 anos foi Diretor do Instituto Publix.
- É consultor junto a organismos internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, ONU, OEA, Agência de Cooperação Espanhola) em iniciativas de reforma do Estado em países da América Latina e África.
- Ao longo das últimas quatro décadas, desenvolveu metodologias inovadoras e atuou no assessoramento de iniciativas referenciais de transformação no país em mais de duas centenas de organizações envolvendo Governo Federal, Estados, Municípios e órgãos do Poder Judiciário.
- Mais recentemente (2018/2019) foi coordenador pelo Instituto Publix da Plataforma Ceará 2050, iniciativa sob a liderança da Secretaria de Planejamento e da Universidade Federal do Ceará, que incluiu a concepção de um Plano Estratégico de longo prazo para o Estado (Visão de Futuro, Mapa Estratégico e Portfólio de Projetos); coordenador residente (2015/2017) do Projeto Governança Inovadora do Estado do Rio Grande do Norte que incluiu a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento (RN 2035) e a modernização da gestão pública do Estado por meio da revisão de processos, adoção de uma nova estrutura organizacional e a contratualização de resultados visando a implementação da agenda estratégica definida no âmbito do RN Sustentável/Banco Mundial e coordenador da Agenda Estratégica Tocantins 2030 e dos planos estratégicos institucionais para as Secretarias de Estado no âmbito do PDRIS/Banco Mundial.
- É palestrante em eventos nacionais e internacionais e professor em escolas de governo.
- É membro fundador do GLAP – Grupo Latino Americano por la Administración Pública (iniciativa do IICA – Bélgica e INAP – México) e do Consejo de Expertos en Gestión Pública de la República Argentina.
- Participa do Comitê Julgador do Prêmio Inovação na Gestão Pública Federal realizado pela ENAP Escola Nacional de Administração Pública, e da Comissão Julgadora do Prêmio Excelência em Gestão Pública do Estado de Minas Gerais.
- Agraciado com a medalha Helio Beltrão do governo do Distrito Federal pela contribuição para a melhoria da gestão pública.

- É palestrante em temas relacionados a gestão pública em eventos acadêmicos e profissionais no Brasil e no exterior.


ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Professor Associado na área de Gestão Pública da Fundação Dom Cabral – FDC.

PUBLICAÇÕES

- Livros ou Capítulos:
 - Modelos de negócio na esfera pública: o modelo canvas de governança pública (em coautoria com Humberto Falcão Martins e João Paulo Mota). Cad. EBAPE.BR, v. 17, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2019.
 - *Designing Value-Oriented Public Governance: Innovative ideas and practices from the Brazilian experience* (em coautoria com Humberto Martins, Renata Vilhena e J. P Mota). Emerald Group Pub Ltd 2018
 - Modelo de Gestão e de Governança adotada pelos Estados Brasileiros in Desafios e tendências da gestão fiscal dos estados brasileiros: uma visão estratégica. CONFAZ, COMSEFAZ, Brasília 2017.
 - Entrepreneurial and Innovative Practices in Public Institutions A Quality of Life Approach (em coautoria com Renata Vilhena e Humberto Falcão Martins) Springer International Publishing. 2016
 - Descomplicar para avançar O caso Minas Fácil. In Inovação na Prestação de Serviços Públicos: Número 3. BID Banco Interamericano de Desenvolvimento. Washington 2015.
 - Todos por Pernambuco em tempos de Governança: conquistas e desafios (em coautoria com Humberto Falcão Martins) – CCS Editora. Recife 2014.
 - Um guia de Governança para Resultados na Administração Pública (em coautoria com Humberto Falcão Martins) – Editora Publix Conhecimento 2010 (versões em português e espanhol)
 - *Gobernanza por Resultados en Brasil y México: Marco conceptual evidencias y retos. Centro de Alta Dirección Pública.* Tijuana México, 2013
 - Governança em ação Volumes 1, 2, 3, 4 e 5 – Ícone Editora/Instituto Publix Brasília 2009, 2011, 2012, 2013 e 2014 (organizador).
 - Contribuições para melhoria da qualidade da regulação no Brasil, organizado por Jadir Proença. Autor do capítulo: Estudo sobre a organização e funcionamento das Ouvidorias das Agências. Presidência da República, Brasília 2011
 - Inventário das Principais Medidas para Melhoria da Gestão Pública no Governo Federal Brasileiro. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Brasília, 2009.
 - Gestão Pública: o debate contemporâneo – Fundação Luis Eduardo Magalhães - Salvador 2003.
 - Crise e Reforma do Estado: Uma Questão de Cidadania e Valorização do Servidor, in Petrucci, Vera e Schwarz, Leticia - Administração Pública Gerencial: a reforma gerencial de 1995 – Ensaio sobre a reforma administrativa brasileira no limiar do Século XXI –, Editora UnB, Brasília 1999.
 - Teoria de sistemas aplicada a Empresas Públicas (In Administracion de Empresas Públicas) Editorial Limusa- México 1979 (em coautoria com Jorge Luiz de Barros Nóbrega).

- Artigos:
 - Governança inovadora em ação: a experiência do Rio Grande do Norte, Brasil (em co-autoria com Gustavo Nogueira). XXI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 2016
 - Inovação na gestão pública: breve digressão conceitual e o relato do caso do Minas Fácil em Brasil (em co-autoria com Carolina Siqueira Lemos). XX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lima, Perú. 2015
 - Governança Pública Contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual (em co-autoria com Humberto Falcão Martins). Revista do Tribunal de Contas da União, ano 46, número 130, Maio/Agosto 2014
 - Gestão de pessoas voltada para resultados: desafios e perspectivas (em co-autoria com Mário F. Woortmann e Maria Lucia M. F. Silva). XIX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Quito, Ecuador, 2014
 - Avaliando a gestão para resultados nas áreas fiscais dos estados brasileiros - trabalho apresentado XVIII Congreso Interamericano del CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública – Montevideo outubro 2013 (BID: Documento para Discussão Março, 2013. # IDB-DP-276).
 - Liderança em tempos de governança - trabalho apresentado XIV Congreso Interamericano del CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública – Salvador outubro 2009
 - Um decálogo da boa gestão pública: os desafios de um estado para resultados - trabalho apresentado XIII Congreso Interamericano del CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública – Buenos Aires novembro 2008
 - O Choque de Gestão e seus desafios: um balanço positivo (em co-autoria com Emerson de Almeida) – Revista Gestão Minas - Ano I - Número 4 - Dezembro de 2008
 - A estrutura narrativa de Michael Barzelay aplicada à reforma gerencial no Brasil – um estudo de caso – (em co-autoria com Carolina Siqueira Lemos) - trabalho apresentado no ENAPG/ANPAD, Salvador novembro de 2008
 - Transparency and Participation as Foundations for Social Democratic Governance: An Overview of the Modern Brazilian Experience - AccountAbility Forum - Issue 8: Public Sector Accountability, Greenleaf Publishing – Sheffield UK - Winter 2005/2006
 - A results-oriented model of government management - em co-autoria com Humberto Martins - ESADE's IDGP Newsletter – Barcelona - Espanha, 27/03/2006
 - Os Bruxos da Gestão Pública: Reflexões Sobre Consultoria Organizacional no Setor Público – (em co-autoria com Humberto Martins) - trabalho apresentado no XII Congreso Interamericano del CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública – Santo Domingo, Republica Dominicana, novembro 2007
 - Um governo matricial: estruturas em rede para geração de resultados de desenvolvimento (em co-autoria com Humberto Martins) trabalho apresentado no IX Congreso Interamericano del CLAD- Centro Latino-americano de Administracion para el Desarrollo sobre Reforma del Estado y de la Administracion Publica – Madrid, Noviembre 2004
 - Gestão de Pessoas e a abordagem do Governo Matricial: o papel das escolas de governo no alinhamento estratégico da arquitetura governamental - trabalho apresentado no IX Congreso Interamericano del CLAD- Centro Latino-americano de Administracion para el Desarrollo- sobre Reforma del Estado y de la Administracion Publica – Madrid, Noviembre 2004
 - Gestão pública no Brasil: temas preservados e temas emergentes na formação da agenda - Artigo apresentado no VII Congreso da Associação de Estudos Brasileiros BRASA - Brazilian Studies Association, junho 2004

- 
- Gestão pública e a agenda contemporânea: uma contribuição ao processo de reforma administrativa de Angola – trabalho elaborado para a 4a Jornada da função pública - Luanda – Angola - setembro 2003
 - Relatório sobre experiências recentes de reforma da administração pública no contexto do IBERGOP – Escola Ibero-americana de Governo e Políticas Públicas – ENAP - Brasília, fevereiro 2002

Gilmar de Melo Mendes

Professor Associado da Fundação Dom Cabral

Área de atuação: Gestão pública



TITULAÇÃO

- Doutor em *Economia e Administração de Empresas*, pela *Universidad de Valladolid*, Espanha
- Mestre em *Economia Financeira e Contabilidade* pela *Universidad de Valladolid*, Espanha, em 2002.
- MBA em Economia, Finanças e Negócios Empresariais pela FGV/RJ, em 1999.
- Especialista em Opções Reais - A Nova Análise de Investimentos, pela *Universidad de Valladolid*, Espanha, em 2003.
- Especialista em Estratégia e Finanças Empresariais pela FGV/RJ, em 1996.
- Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Sergipe, em 1984.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor associado da Fundação Dom Cabral na área de Estratégia e Finanças, desde 2008.
- Pesquisador da Fundação Dom Cabral.
- Professor convidado da *Universidad de Valladolid* – Espanha, com atuação em pesquisas, aulas e seminários.
- Secretário de Estado da Fazenda de Sergipe, 2004-2006.
- Secretário de Estado da Educação de Sergipe, 2004.
- Secretário Extraordinário de Governo da SEEAG, 2003-2004.
- Diretor Presidente da Sergipe Gás S/A, 2003-2004.
- Diretor Regional Associação Brasileira das Empresas de Gás, 2003-2004.
- Diretor de Operações, Diretor Técnico e Diretor Presidente da Companhia de Saneamento de Sergipe; Diretor Presidente da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe – Cehop; Vice-Presidente da Associação Brasileira de Saneamento e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Cohab's.
- Experiência na área de Administração de Empresas e Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento estratégico, modelos de gestão e performance empresarial.

PUBLICAÇÕES

- *Arquitetura e Dinâmica das Organizações* – Autor. Editora GM
- *Los Flujos Organizativos* – Autor. Editora Universidad de Valladolid
- *El Equilibrio de la Arquitectura Organizativa* – Autor. Editora Universidad de Valladolid
- *Governança Corporativa – Estratégia para Criação de Valor* – Co-autor. Editora Qualitymark
- *Manual de Aplicação de Matemática Financeira* – Co-autor. Editora FGV
- *Gestão Integrada em Empresas de Saneamento* – Co-autor. Editora GM
- *Cálculos Financeiros e Análise de Investimentos* – Co-autor. Editora GM
- *Análise de Investimentos* – Co-autor

Humberto Falcão Martins

Professor da Fundação Dom Cabral
Área de atuação: Gestão Pública e Estratégia



TITULAÇÃO

- Doutor em Administração, pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - EBAPE/FGV, Rio de Janeiro, 2003.
- Mestre em Administração Pública, pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - EBAPE/FGV, 1995.
- Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ENAP, 1996.
- Bacharel em Administração de Empresas e em Administração Pública, pela Universidade de Brasília, 1986.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Pertenceu à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- Atuou no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2003-2004), onde foi Secretário de Gestão, Presidente da Rede de Gestão Pública e Transparência da iniciativa de Diálogo de políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Delegado do Brasil no Comitê de Gestão Pública da OCDE.
- Fundador e Diretor do Instituto Publix para o Desenvolvimento da Gestão Pública.
- Membro do Comitê Gestor do Programa Nacional da Gestão e Desburocratização – GesPública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Atuou no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Empresa Brasileira de Comunicação S.A. – Radiobrás, Ministério da Fazenda, Secretaria Especial de Abastecimento e Preços e Organizações Cavan (São Paulo), 1988-1999.
- É consultor junto a organismos internacionais.
- Desenvolveu metodologias de gestão inovadoras e participou de iniciativas de transformação da gestão pública no Governo Federal, Estados e Municípios.

ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Professor da Fundação Dom Cabral – FDC.
- Professor extra carreira da EBAPE/FGV.
- Leciona há 30 anos em programas de graduação e pós-graduação em universidades e escolas de governo no Brasil e no Exterior.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- É palestrante e autor de publicações junto a organismos internacionais, em temas relacionados à gestão pública.
- Agraciado com o prêmio ANPAD de Administração Pública, a Medalha Hélio Beltrão e a Ordem do Mérito de Pioneiro de Brasília.

Mauro Sayar Ferreira

Professor convidado da Fundação Dom Cabral
Área de atuação: Economia



TITULAÇÃO

- Doutor em Economia, pela University of Illinois at Urbana-Champaign, 2006.
- Mestre em Economia, pela Universidade de São Paulo – USP, 2000.
- Graduado em Economia, pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 1995.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL


- Economista-chefe e assessor de economia da Presidência na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, 2007-2010.
- Atuou como economista e consultor do Fundo Monetário Internacional – FMI, 2004-2005.

ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, desde 2010.
- Presidente do Conselho de Economia da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais – ACMinas, desde 2015.
- Palestrante e consultor em diversas empresas e organizações: Basf, Bosch, WEG, Marco Polo, ABB, Case-New Holand, Dudalina, EPO Engenharia, INDI, FIESC, Fumsoft, Sest/Senat, Unimed, CNI, Escola Gestão Pública do Ceará, dentre outras.
- Professor visitante nas áreas de Macroeconomia e Finanças Internacionais, na Wesleyan University, CT USA, 2005-2006.
- Professor visitante na área de Finanças Internacionais, no Trinity College, 2006.
- Professor visitante nas áreas de Macroeconomia, Estatística e Análise de Regressão, na University of Illinois at Urbana-Champaign.
- Professor de Matemática Econômica, na PUC MINAS, 2000.
- Principais áreas de pesquisa: Macroeconomia, Conjuntura e Flutuação Econômica, Cenários e Tendências, Estatística, Econometria, Macro-finanças, Finanças Internacionais.

PUBLICAÇÕES

- Ferreira, Mauro S. (2011). "Capturing asymmetry in real exchange rate with quantile autoregression". Applied Economics, Vol. 43, pp. 327-340.
- Rezende, Rafael B., and Mauro S. Ferreira. "Modeling and Forecasting the Yield Curve by an Extended Nelson-Siegel Class of Models: A Quantile Autoregression Approach." Journal of Forecasting 32.2 (2013): 111-123.
- Ferreira, Mauro S. "Ajuste fiscal, risco Brasil e taxa de investimento". Valor Econômico, São Paulo, p. A10 - A10, 21 maio 2015.
- Alves, Juliana Dias, and Mauro Sayar Ferreira (2016). "MULTIPRODUCT FIRMS, FIRM DYNAMICS, AND THE PRODUCTIVE MIX OF BRAZILIAN MANUFACTURING FIRMS." Texto para discussão CEDEPLAR-UFMG, num. 538. Apresentado no 37º Encontro Brasileiro de Econometria.
- DE REZENDE, RAFAEL B.; FERREIRA, M. S. "Re-examining de predictive power of the yield curve with quantile regression". Apresentado nos Encontros da North Amercian Econometric Society (EUA), European Econometric Society (Espanha), Latin Amercian Econometric Society (São Paulo), Encontro Brasileiro de Finanças 2013, Escola de Séries Temporais e Econometria 2013, 34º Encontro Brasileiro de Econometria (2012).

- 
- Ferreira, Mauro S. “No rebaixamento, 'junk numbers' e inconsistências”. Valor Econômico, São Paulo, p. A14 - A14, 03 abr. 2014.
 - ALVES, J. D.; FERREIRA, M. S. (2013). “Impacto do Crescimento do Comércio Internacional na Indústria Brasileira: Competição Desigual ou Reestruturação?”. 35º Encontro Brasileiro de Econometria, 2013, Foz do Iguaçu.
 - Ferreira, Mauro S.; Menezes, Fernando (2009). Spread Bancário e os Determinantes da Inadimplência. Apresentado nos Congressos da Sociedade Brasileira de Finanças, Sociedade Brasileira de Econometria e em Seminário no Banco Itaú.

Renata Vilhena

Professora Associada da Fundação Dom Cabral
Área de atuação: Gestão Pública



TITULAÇÃO

- Especialista Lato Sensu em Gestão Pública e Legislação Urbana pela Universidade Cândido Mendes – Minas Gerais, 2014.
- Especialista em Administração Pública, pela Fundação João Pinheiro, 1991.
- Graduada em Estatística, pela UFMG, 1985.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Programa de Gestão Avançada da Fundação Dom Cabral – PGA, 2012.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL


- Professora Associada da Fundação Dom Cabral – FDC, desde 2013, nas áreas Planejamento Estratégico, Desenvolvimento de Competências, Remuneração, Gestão de Desempenho, PPP – Parceria Público-Privada.
- Consultora em gestão pública, desde 2015.
- Secretária de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais - SEPLAG, também ocupou a presidência da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, sendo responsável pela coordenação e integração das decisões estratégicas de governo e também pela gestão orçamentária do Estado (2003-2014).
- Servidora pública estadual de carreira da Secretaria de Planejamento e Gestão, (1985-2014), ocupou vários cargos gerenciais nessa Pasta e no Governo Federal. Foi Secretária Adjunta de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (1999 a 2002), sendo Gerente do Programa “Redução de Custos nas Aquisições de Bens, Obras e Serviços”, cujo principal marco foi a criação e implantação do pregão eletrônico.
- Participou ativamente da concepção e da implementação do novo modelo de gestão em Minas Gerais, denominado “Choque de Gestão”, a partir de 2003.
- Presidente da Junta de Programação Orçamentária e Financeira do Estado de Minas Gerais, Presidente do Conselho da Empresa Minas Gerais Administração e Serviços – MGS, Presidente do Comitê Executivo de Governança Eletrônica do Estado de Minas Gerais, Presidente do Conselho da Companhia de Tecnologia de Informação de MG – PRODEMGE (desde 2003), conselheira do Banco de Desenvolvimento de MG – BDMG (desde 2010).

ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Professora Associada da Fundação Dom Cabral - FDC.

PUBLICAÇÕES

- Artigos sobre gestão e políticas públicas, divulgados em publicações especializadas e congressos nacionais e internacionais.
- Possui publicações, tais como:
 - Organizadora dos livros Governança e Ação – Volumes 6 e 7- Coleção PUBLIX conhecimentos.2015 e 2016.

- 
- Organizadora do livro Designing Value-Oriented Public Governance -Innovative ideas and practices from the Brazilian experience – 2015.
 - Implantação de um centro de serviços compartilhados (CSC) no governo do estado de Minas Gerais: pioneirismo, desafios, modernizações e inovações. Consad, 2014.
 - Estado e Sociedade: uma Questão de Equilíbrio. In: O Brasil e a Nova Década: Equações para o Desenvolvimento Sustentável, 2011. p. 137-148.
 - O Choque de Gestão em Minas Gerais. In: O Choque de Gestão em Minas Gerais: Resultados na Saúde, 2010. p. 11-18.
 - O Choque de Gestão e o Estado para Resultados em Minas Gerais: a Introdução de um Novo Padrão Gerencial nas Administrações Estaduais. In: Governança em Ação, 2009. p. 63-77.
 - Organizadora do livro Choque de Gestão em Minas Gerais: Políticas da Gestão Pública para o Desenvolvimento, 2006.

Virgilio Augusto Fernandes Almeida

Professor Convidado da Fundação Dom Cabral

Área de atuação: Inovação, Transformação Digital, Tecnologia, Big Data,
Inteligência Artificial



TITULAÇÃO

- PhD em Ciência da Computação, pela Vanderbilt University, 1987.
- Mestrado em Informática, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, 1980.
- Graduação em Engenharia Elétrica, pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 1973.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Secretário de Política de Informática no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTI, 2011-2015.
- Membro do Comitê Assessor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, 2006-2008.
- Analista de Sistemas na Companhia Energética de Minas Gerais S/A – CEMIG, 1975-1983.
- Analista de Sistemas na PETROBRAS, 1974-1975.

ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Professor Convidado da Fundação Dom Cabral - FDC.
- *Faculty Associate* (desde 2017) e *Professor Visitante* (2016-2017) na *Berkman Klein Center - Harvard University*.
- Professor Emerito (desde 2019), Professor Titular (1995-2019) e Professor Adjunto (1989-1995) na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
- Representante de Área na CAPES, 2002-2003.

PUBLICAÇÕES

- KLIMBURG, ALEXANDER; ALMEIDA, VIRGILIO A. F.; Almeida, Virgilio Cyber Peace and Cyber Stability: Taking the Norm Road to Stability. IEEE INTERNET COMPUTING. , v.23, p.61 - 66, 2019.
- FILGUEIRAS, FERNANDO; GAETANI, FRANCISCO; ALMEIDA, VIRGILIO Principles and Elements of Governance of Digital Public Services. IEEE INTERNET COMPUTING. , v.23, p.48 - 53, 2019 .



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE

PARLAMENTARES

1. Deputado Luciano Bispo de Lima – MDB - **Presidente**
2. Deputado Francisco Gualberto da Rocha – PT - **Vice-Presidente**
3. Deputado Jeferson Luis de Andrade – PSD – **1º Secretário**
4. Deputado Luciano Azevedo Pimentel – PSB – **2º Secretário**
5. Deputada Maísa Cruz Mitidieri – PSD - **3ª Secretária**
6. Deputado Samuel Carvalho dos Santos – Cidadania - **4º Secretário**
7. Deputado Adailton Martins de Oliveira - PSD
8. Deputado George Antonio Céspedes Passos – Cidadania
9. Deputado Gilmar José Fagundes de Carvalho – PSC
10. Deputado Ibrain Silva Monteiro – PSC
11. Deputada Janier Mota Santos Primo – PL
12. Deputado João Marcelo – PTC
13. Deputado José Guimarães de Oliveira – MDB
14. Deputado José Iran Barbosa Filho – PT
15. Deputado José Macedo Sobral – Podemos
16. Deputada Lourdes Goretto de Oliveira Reis – PSD
17. Deputado Luiz Garibalde Rabelo de Mendonça – MDB
18. Deputada Maria Vieira de Mendonça – PSDB
19. Deputada Maria Valdiná Silva Almeida – Podemos
20. Deputada Priscilla Lima da Costa Pinto – Cidadania
21. Deputado Rodrigo Santana Valadares – PTB
22. Deputado Samuel Alves Barreto – PSC
23. Deputado Talysson Barbosa Costa – PL
24. Deputado Vanderbal Marinho Menezes de Andrade – PSC

Diretoria Geral

Diretor Geral – Roberto Bispo de Lima

Coordenador do Plano de Desenvolvimento do Estado de Sergipe – Marcelo Barberino de Oliveira



Para ser relevante.

atendimento@fdc.org.br

0800 941 9200

www.fdc.org.br



CAMPUS ALOYSIO FARIA

Av. Princesa Diana, 760
Alphaville Lagoa dos Ingleses
34.018-006 – Nova Lima (MG)

CAMPUS BELO HORIZONTE

Rua Bernardo Guimarães, 3.071
Santo Agostinho
30140-083 – Belo Horizonte (MG)

CAMPUS SÃO PAULO

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1.184
Vila Olímpia – 15º andar
04548-004 – São Paulo (SP)

ASSOCIADOS REGIONAIS

A FDC trabalha em parceria com associados regionais em todo o Brasil. Consulte o associado mais próximo à sua região.